

Aula 13

*BNB (Analista Bancário) Português -
2023 (Pré-Edital)*

Autor:

**Equipe Português Estratégia
Concursos, Felipe Luccas**

09 de Abril de 2023

Índice

1) Noções Iniciais de Tipologia Textual	3
2) Tipo x Gênero	4
3) Narração	7
4) Descrição	18
5) Injunção	20
6) Dissertação	22
7) Funções da Linguagem	40
8) Questões Comentadas - Narração - Cebraspe	51
9) Questões Comentadas - Descrição - Cebraspe	52
10) Questões Comentadas - Dissertação - Cebraspe	53
11) Lista de Questões - Narração - Cebraspe	68
12) Lista de Questões - Descrição - Cebraspe	69
13) Lista de Questões - Dissertação - Cebraspe	70
14) Noções Iniciais de Interpretação de Textos	82
15) Linguagem Verbal x Linguagem Não verbal	83
16) Linguagem Literária x Linguagem Não literária	84
17) Intertextualidade	85
18) Interpretação e Compreensão	89
19) Julgamento de Assertivas	94
20) Questões Comentadas - Compreensão e Interpretação - Cebraspe	97
21) Lista de Questões - Compreensão e Interpretação - Cebraspe	158



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Olá, pessoal!

Nesta aula estudaremos um dos tópicos que dão base para compreender melhor a estrutura de textos e suas diversidades: *gêneros textuais*!

A **tipologia** textual se refere fundamentalmente ao tipo de texto e a sua estrutura e apresentação. Diferencia-se um tipo do outro pela presença de traços linguísticos predominantes. Por exemplo, Narrar é contar uma história, Descrever é caracterizar estaticamente, Dissertar é expor ideias, seja para defender uma tese, para demonstrar conhecimento, entre outras finalidades.

Importante esclarecer que não é comum um texto totalmente fiel às características de um tipo textual. Geralmente os textos trazem elementos narrativos, descritivos ou dissertativos simultaneamente e sua classificação será baseada na **predominância ou na prevalência de uma delas, em coerência com a finalidade principal do texto**. Ou seja, uma dissertação pode trazer trechos narrativos e descritivos e ainda assim será classificada como um texto dissertativo, se ficar indicado que o objetivo era expor ideias e defender uma tese.

Normalmente, em concursos públicos, as bancas examinadoras têm cobrado com mais profundidade o tipo dissertação e suas subvariantes argumentativa e expositiva.

Grande abraço e ótimos estudos!

Time de Português



TIPO X GÊNERO

Gênero textual é um conjunto de características comuns de um texto. É um conceito mais específico que o conceito de “tipo” textual, que se define fundamentalmente pela “finalidade”.

Por exemplo, o “tipo” narração tem vários “gêneros”, como romance, fábula, boletim de ocorrência, diário, piada, ata, notícia de jornal, conto, crônica. O “tipo” injuntivo/instrucional tem gêneros como a receita culinária, o manual de instruções, o tutorial.

Vamos esquematizar:

Narração	Injunção	Descrição
<ul style="list-style-type: none">• romance• fábula• diário• piada• conto• crônica	<ul style="list-style-type: none">• receita culinária• manual de instruções• tutorial	<ul style="list-style-type: none">• cardápio• anúncio• panfleto

A **fábula**, por exemplo, é um texto narrativo alegórico, de texto curto e linguagem simples, cujos personagens são animais personificados e refletem as características humanas, como a preguiça, a previdência, a inveja, a falsidade, a coragem, a bondade. O desfecho da fábula transmite uma lição de moral ou uma crítica a comportamentos humanos. Vejamos:



A Cigarra e a Formiga

Num dia soalheiro de Verão, a Cigarra cantava feliz. Enquanto isso, uma Formiga passou por perto. Vinha afadigada, carregando penosamente um grão de milho que arrastava para o formigueiro. - Por que não ficas aqui a conversar um pouco comigo, em vez de te afadigares tanto? – Perguntou-lhe a Cigarra. - Preciso de arrecadar comida para o Inverno – respondeu-lhe a Formiga. – Aconselho-te a fazeres o mesmo. - Por que me hei-de preocupar com o Inverno? Comida não nos falta... – respondeu a Cigarra, olhando em redor. A Formiga não respondeu, continuou o seu trabalho e foi-se embora. Quando o Inverno chegou, a Cigarra não tinha nada para comer. No entanto, viu que as Formigas tinham muita comida porque a tinham guardado no Verão. Distribuíam-na diariamente entre si e não tinham fome como ela. A Cigarra compreendeu que tinha feito mal...

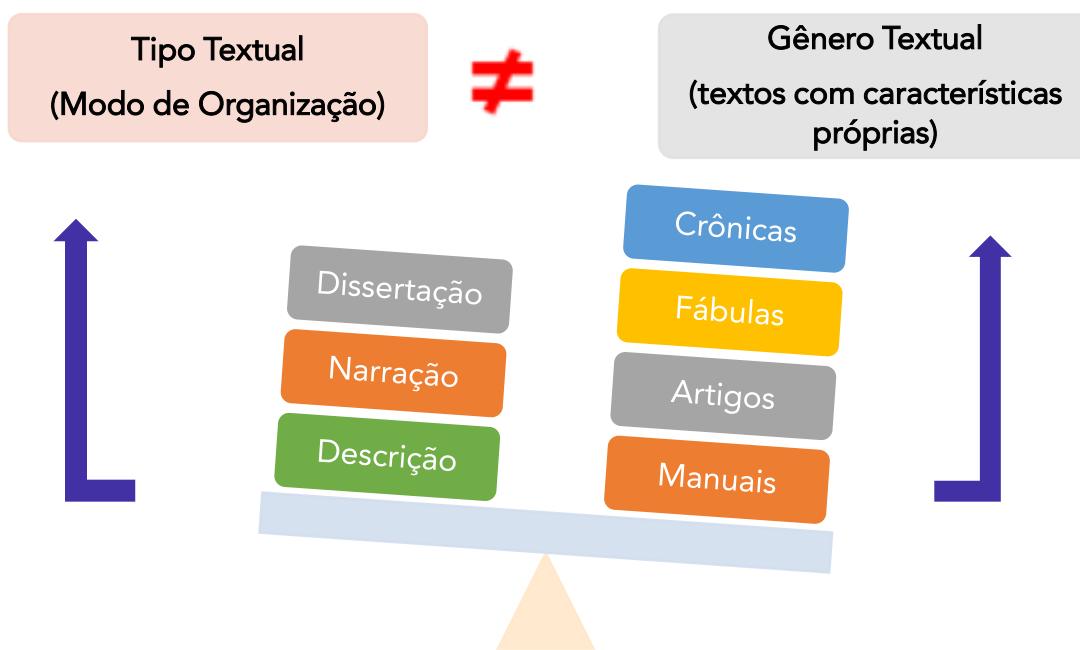


Moral da história: Não penses só em divertir-te. Trabalha e pensa no futuro.

Um gênero narrativo que tem sido bastante cobrado é a **crônica**, que se caracteriza por apresentar reflexões sobre fatos cotidianos, da vida social, do dia a dia, aparentemente banais. Dentro dessa temática, pode ser humorística, crítica, intimista. Geralmente é narrada em primeira pessoa e transmite a visão particular do autor. Sua linguagem é direta e geralmente informal, registrando a fala literal e espontânea dos personagens.

Pode haver presença de lirismo e ironia. Contudo, há crônicas de alguns autores, especialmente clássicos, em que se verifica registro formal e erudito da língua.

Antes de detalhar cada um dos tipos, vamos relembrar a diferença entre Tipo e Gênero:



Em suma, os tipos textuais principais são poucos, mas os gêneros são inúmeros e estão sempre surgindo novos, de modo a abranger as novas "situações comunicativas".



(PREF. CAMBORIU - SC / PROFESSOR / 2021)

Sobre tipologias textuais, assinale a alternativa correta.

- A) Os gêneros textuais são formas de comunicação a serviço das tipologias textuais.
- B) As tipologias textuais podem ser classificadas em primárias e secundárias.



- C) As tipologias textuais são ferramentas essenciais a serviço dos gêneros textuais.
- D) O site, o blog, o chat, o e-mail são exemplos de tipologias textuais recentes advindas da presença marcante de um novo suporte tecnológico na comunicação: a Internet.
- E) Para a produção de um tipo textual, o autor deve valer-se sempre do nível de linguagem cuidada, ou seja, culta.

Comentários:

Questão um pouco mais técnica. Vejamos as alternativas:

- A) ERRADA. É o contrário: a tipologia é que auxilia os gêneros.
- B) ERRADA. Não há essa classificação para tipologia textual.
- C) CERTA.
- D) ERRADA. O site, o blog, o chat, o e-mail são exemplos de **gêneros textuais**.
- E) ERRADA. O nível de linguagem depende do gênero a ser utilizado. Gabarito letra C.

(PREF. CRISTINÁPOLIS - SE / PROFESSOR / 2020)

Todos os itens a seguir são exemplos de gêneros textuais, EXCETO:

- A) Propaganda. B) Notícia. C) Injunção. D) Lista de Compras.

Comentários:

Lembre-se que:

Tipo textual: como o texto é organizado (MODO)

Gênero textual: características dos textos (O QUE).

Assim, ao olhar para as alternativas, temos que "injunção" é um tipo textual (modo de organização do texto). Portanto, Gabarito letra C.



NARRAÇÃO

A narração tem a finalidade de contar uma história, isto é, retratar **acontecimentos**, reais ou imaginários, sucessivos num lapso temporal, de forma linear ou não linear. É dinâmica, pois traz uma mudança de estado, uma sequência de fatos, uma relação de antes e depois.

Os elementos da narrativa são **narrador**, **enredo**, **tempo** (quando), **lugar/espac**o (onde), **personagens** (quem) e um encadeamento de **eventos** (o quê) que se desenvolvem ou se complicam até um **clímax** e um posterior **desfecho**.

Por narrar acontecimentos em **sequência no tempo-espac**o, o tempo verbal **predominante é o pretérito perfeito**, embora também possa ocorrer o pretérito imperfeito ou até o presente, quando se pretende aproximar os acontecimentos do tempo da narração.

Não há uma estrutura rígida para a construção de um **enredo**, contudo a narrativa normalmente parte de um “fato narrativo inicial”, um evento que dá a referência inicial a partir do qual o enredo vai se desenvolver. Deve haver uma relação de causalidade entre os eventos, uma integração lógica das ações e acontecimentos, pois o relato de vários eventos desconexos não constitui um enredo, que deve ter uma unidade lógica.

O enredo da narrativa geralmente vai partir de um **estado inicial de harmonia, que será interrompido por um fato gerador de desarmonia e conflito**, que causará a busca por uma solução. Então, essa busca se desenrolará em várias outras ações e outros conflitos, até um clímax e um desfecho da história. Basta pensar em qualquer filme ou romance e perceberemos esse desenvolvimento. A banca não costuma cobrar isso de forma teórica, mas pode perguntar sobre a motivação dos personagens.



Não há uma sequência rígida: as narrações podem ocorrer de forma muito simplificada, resumidas ao relato de algumas poucas ações sequenciais.

A característica mais marcante de uma narração é a **sequência temporal**. A passagem do tempo narrativo geralmente se explicita por meio de advérbios de tempo, orações temporais, tempos verbais específicos. Contudo, pode vir implícita:



João *deixou* uma panela de feijão no fogo e *foi* à padaria comprar pão. *Quando* voltou, *antes* de entrar em casa, parou para brincar com seu cachorro e *então* sentiu um cheiro forte. *Ao entrar* em casa, percebeu que o feijão *queimara*. Desligou o fogo e gritou um palavrão bem alto.



Observe as marcas temporais: os **verbos** estão conjugados no pretérito perfeito, indicando ações perfeitamente concluídas. Os **advérbios de tempo** “antes”, “depois” e as **orações temporais** “quando voltou” e “ao entrar” sinalizam explicitamente a distribuição das ações na linha cronológica. Em “desligou o fogo E gritou”, o “E” aditivo é uma marca implícita da passagem do tempo, pois também indica uma ação seguida da outra.

As narrativas podem seguir cronologias irregulares, tempos psicológicos, em que os eventos são narrados dentro da consciência do narrador e não coincidem com o tempo real. Também podem ser contadas de trás para frente, em “flashback”.

O **ritmo** da narrativa também pode variar, podemos ter uma “narrativa direta”, que se desenvolve rapidamente, com foco em levar o leitor diretamente ao desfecho. Esse é o caso das piadas, anedotas, tirinhas.

Também podemos ter uma “narrativa indireta”, que se desenvolve de forma mais lenta, com muitas interrupções e digressões do narrador, com rodeios, devaneios, pausas para descrições e intercalação de subnarrativas de eventos secundários. Esse é o estilo de narração de grandes obras, como “Memórias Póstumas de Brás Cubas” de Machado de Assis e “Dom Quixote” de Miguel de Cervantes.

Quanto ao elemento “**personagens**”, é importante lembrar que são seres humanos ou humanizados (entidades personificadas, com atitude humana). Podem ser principais e secundários, de acordo com sua importância na narrativa.

O personagem **protagonista** é um dos principais e conduz a ação. Sua experiência é o foco da narrativa, que geralmente se funda na solução de um conflito ou busca do personagem principal.

O personagem **antagonista** é aquele que se opõe ao objetivo do protagonista. Suas ações geram obstáculos que ajudam a desenvolver a narrativa em outras ações e outras subtramas. Pessoal, isso é bem simples, basta pensar nos “heróis” e “vilões” dos filmes e quadrinhos.

Os principais gêneros textuais narrativos são charges, piadas, contos, novelas, crônicas e romances.

Tipos de narrador

O narrador pode apresentar diversos graus de interferência na história.

Pode ser um **narrador personagem**, que conta a história em primeira pessoa e **faz parte dela**. Sua fala também pode vir registrada como a de um personagem comum, reproduzida literalmente ou indiretamente, com a pontuação pertinente. A narrativa em primeira pessoa **é impregnada pela opinião e pelas impressões do narrador**. Veja o exemplo:

“Não tínhamos dinheiro para passagem de ônibus a próxima cidade, de modo que meu amigo sugeriu irmos de trem de carga, a condução dos espertos. Quando anoiteceu, corremos a nos esconder num vagão vazio. Ofegantes, fechamos a pesada porta e nos estendemos sobre o chão. Estávamos cansados e famintos.”

Pode ser um **narrador observador**, que narra a história em terceira pessoa, como se a assistisse de fora, traz o relato de uma **testemunha**.



"...Ele andava calmamente, a rua estava escura dificultando sua caminhada, mas ele parecia não se importar, andava lentamente como se a escuridão não o assustasse..."

Por fim, pode ser um **narrador onisciente**, que não só narra a história, mas também tem **pleno conhecimento do pensamento e das emoções dos personagens**, bem como sobre **o passado e o futuro dos acontecimentos**. Não há segredos para ele, pode desvelar a tendência e a personalidade dos personagens, mesmo que esses mesmos não saibam. Ele conhece a verdade da narrativa.

"Ele sofria como um tolo desde a despedida dela. Dizia para si mesmo um milhão de vezes que ela um dia voltaria. Mas no fundo, o idiota se obrigava a acreditar nesta imbecil fantasia. Afinal, era a única coisa que o impedia de estourar os próprios miolos".

Tipos de discurso do narrador

O narrador dispõe de 3 tipos de discurso para estruturar sua narrativa e mostrar ao leitor as falas, as emoções e o pensamentos dos personagens. São eles: o discurso direto, o indireto e o indireto livre.

Discurso direto

É narrado em **primeira pessoa**, retratando as exatas palavras dos personagens.

Caracteriza-se pelo uso de verbos *dicendi* ou declarativos, como **dizer, falar, afirmar, ponderar, retrucar, redarguir, replicar, perguntar, responder, pensar, refletir, indagar** e outros que exerçam essa função. A pontuação se caracteriza pela presença de **dois pontos, travessões ou aspas** para isolar as falas, que são claramente alternadas, bem como de sinais gráficos, como **interjeições, interrogações e exclamações**, para indicar o sentimento que as permeia.



"- Por que veio tão tarde? **perguntou-lhe** Sofia, logo que apareceu à porta do jardim, em Santa Teresa.

- Depois do almoço, que acabou às duas horas, estive arranjando uns papéis. Mas não é tão tarde assim, continuou Rubião, vendo o relógio; são quatro horas e meia.

- Sempre é tarde para os amigos, **replicou** Sofia, em ar de censura."

(Machado de Assis, Quincas Borba, cap. XXXIV)



Discurso indireto

É narrado em *terceira pessoa* e o narrador incorpora a fala dos personagens a sua própria fala, também utilizando os verbos de elocução (*dicendi ou declarativos*) como *dizer, falar, afirmar, ponderar, retrucar, redarguir, replicar, perguntar, responder, pensar, refletir, indagar*.

Trata-se de uma *paráfrase, uma reescritura das falas*, agindo o narrador como intérprete e informante do que foi dito. Geralmente traz uma oração subordinada substantiva, com a conjunção "que".



"A certo ponto da conversação, Glória me *disse* que desejava muito conhecer Carlota e perguntou por que não a levei comigo."

"Capitu *segredou-me que* a escrava desconfiara, e ia talvez contar às outras"

Discurso indireto livre

É um discurso *híbrido*, haja vista que concilia características dos dois anteriores.

Há absoluta *liberdade formal e sintática por parte do narrador, que mistura reproduções literais das falas com paráfrases*, que alterna pensamentos e registro de falas e ações, aproximando a fala do narrador e do personagem, como se ambos falassem em uníssono.



"Quincas Borba calou-se de exausto, e sentou-se ofegante. Rubião acudiu, levando-lhe água e pedindo que se deitasse para descansar; mas o enfermo após alguns minutos, respondeu que não era nada. Perdera o costume de fazer discursos é o que era."

"Aperto o copo na mão. Quando Lorena sacode a bola de vidro a neve sobe tão leve. Rodopia flutuante e depois vai caindo no telhado, na cerca e na menininha de capuz vermelho. Então ela sacode de novo. 'Assim tenho neve o ano inteiro'. Mas por que neve o ano inteiro? Onde é que tem neve aqui? Acha lindo a neve. Uma enjoada. Trinco a pedra de gelo nos dentes."



Por ser o discurso mais difícil de ser percebido, vamos sintetizar suas principais características:



- ✓ As falas das personagens (feitas na 1^a pessoa) surgem espontaneamente dentro discurso do narrado (na 3^a pessoa);
- ✓ Não há marcas que indiquem a separação das falas do narrador e da personagem;
- ✓ Não é introduzido por verbos de elocução, nem por sinais de pontuação ou conjunções;
- ✓ Por vezes, é difícil delimitar o início e o fim da voz da personagem, já que está inserida dentro da voz do narrador;
- ✓ O discurso do narrador transmite o sentido do discurso da personagem;
- ✓ O narrador é onisciente de todas as falas, sentimentos, reações e pensamentos da personagem.

Passagem do discurso direto para o indireto

Essa conversão é cobrada em prova e deve observar algumas mudanças.

Todas essas mudanças são lógicas e decorrentes da própria passagem de uma fala literal para uma fala recontada. Então, vamos sistematizar essas regras gerais.



Discursos

Discurso direto: 1^a pessoa

Discurso indireto: 3^a pessoa

Alteração na pontuação:

Frases interrogativas, exclamativas e
imperativas (" " ! ? -)

Frases declarativas

Conversão dos pronomes:

Eu, me, mim, comigo
nós, nos, conosco
meu, meus, minha, minhas, nosso, nossa, nossas

ele, ela, se, si, consigo, o, a, lhe
eles, elas, os, as, lhes
seu, seus, sua e suas

Advérbios e adjuntos adverbiais:

Hoje e agora
Amanhã
Aqui, aí, cá
Este, Isto

Naquele dia e naquele momento
No dia seguinte
Ali, Lá
Aquele, Aquilo

Conversão dos tempos verbais:

Presente do indicativo



Pretérito imperfeito do indicativo

Pretérito perfeito do indicativo



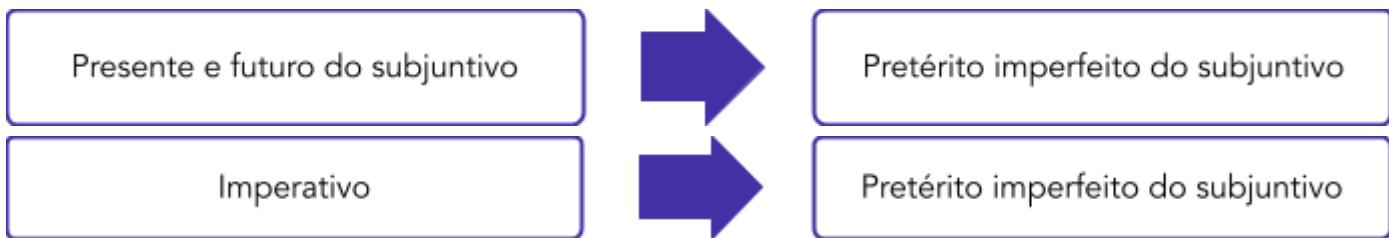
Pretérito mais-que-perfeito do
indicativo

Futuro do presente do indicativo



Futuro do pretérito do indicativo





EXEMPLIFICANDO

— Fujam agora — ordenou o General.

O general ordenou que fugissem imediatamente (naquele momento).

+3

Pedro: Eu confesso — Quero viver sem pensar tanto em mim mesmo —.

Pedro confessou que queria viver sem pensar tanto em si mesmo.

“Começo a estudar amanhã aqui mesmo nesta biblioteca” — Prometeu Maria.

Maria prometeu que começaria a estudar no dia seguinte, ali mesmo naquela biblioteca.

Quem me chamou ontem? — perguntou Maria.

Maria perguntou quem a chamara no dia anterior.

Observe que a conversão do discurso direto para o indireto está sinalizada principalmente pelo verbo “declarativo” (verbo *dicendi*), ou seja, aquele que introduz a fala (disse, declarou, afirmou, respondeu, retrucou etc), seguido da oração com conjunção integrante “que”, “quem”.

Então, muitas vezes somente o verbo declarativo é passado para o discurso indireto e os verbos do restante da fala são mantidos nos tempos originais.

— “Pedro não desistirá” — disse João. (Discurso Direto)

João disse que Pedro não desistiria.

João disse que Pedro não desistirá.



(CREF - 20ª Região / 2019)



"A prática demonstra isso: um quadro de emoções negativas conduz à depressão e a outros males", diz ele.

De acordo com o texto, julgue o item a seguir.

O emprego do sinal de dois pontos à linha 21 justifica-se por introduzir discurso direto.

Comentários:

De fato, dois pontos podem ser utilizados para iniciar uma fala / discurso direto, mas não é o caso da questão. No trecho, a pontuação é utilizada para iniciar uma enumeração. Questão incorreta.

(PREF. NOVO HORIZONTE-SP / 2019 - Adaptada)

"Oi, você poderia me dar indicações de brinquedos para meninas?", diz uma mãe, num diálogo hipotético com a atendente de uma grande loja de brinquedos. Do outro lado do balcão, a atendente não hesita em apontar: "a Baby tem saído bastante". A mãe: "e para meninos?"; outra resposta rápida: "temos Lego, dinossauros e super-heróis".

Acerca da seguinte afirmação sobre reescritas de trechos do texto, com mudança de discurso direto para indireto, julgue.

Todo o período das linhas 01 e 02 do texto pode ser transscrito corretamente da seguinte forma: *Uma mãe pergunta a uma atendente de uma grande loja de brinquedos se ela poderia dar-lhe indicações de brinquedos para meninas.*

Comentários:

Note que o verbo "poderia", presente na estrutura original, está no Futuro do Pretérito do Indicativo e, por isso, não sofre alteração. A mesma coisa acontece com "diz", no Presente do Indicativo: por mais que tenha sido trocado por "pergunta", o tempo verbal é mantido. Questão correta.

Opinião do autor/narrador

Percebemos que o **discurso direto** é mais objetivo, pois narra falas literais, exatamente como proferidas, de modo que o leitor pode julgar por si mesmo a atitude dos personagens. Então, o discurso direto ajuda a construir "veracidade" e "credibilidade" no que foi dito.

Já no **discurso indireto e indireto livre**, o narrador divide com o leitor seu próprio ponto de vista, sua própria leitura dos fatos. Inclusive, ao recontar as falas dos outros, já pode estar inserindo seu viés na própria escolha das palavras.

Nesse contexto, a opinião do narrador (ou do locutor de um texto argumentativo) pode ser verificada em algumas pistas, palavras que indicam em algum nível as verdadeiras impressões sobre o que se fala. Essas expressões que indicam ponto de vista são chamadas de "modalizadores":

Ex: *Pedro infelizmente não tinha chegado ainda, devia estar no maldito trânsito e fatalmente perderia o início do evento que lutara para organizar.*

No exemplo acima, os advérbios "infelizmente" e "fatalmente" indicam que o locutor considera negativos o acontecimento de perder o início do evento. Então, tais expressões revelam um viés "afetivo" e "subjetivo".



O advérbio “ainda” indica que há na fala expectativa ou convicção de que ele já deveria ter chegado. Se o advérbio utilizado fosse “já” (ele já chegou), o sentido seria outro e revelaria a visão de que ele chegou mais rápido que o esperado.

O verbo “devia” foi usado como um modalizador, para indicar “possibilidade/probabilidade”, de modo que sabemos que não há certeza absoluta naquela declaração. Se fosse usado outro verbo, como “poderia”, ou um uma forma verbal mais categórica, como “estava”, os sentidos seriam outros e a visão do fato pareceria outra.

O adjetivo “maldito” expressa verdadeiro rancor contra o “trânsito”.

O verbo “lutar” também indica que o autor considera o ato de “organizar” o evento uma tarefa difícil, que exigia esforço e encontrava oposição, enfim, uma luta.

Esses são apenas alguns indícios de opinião do narrador/autor, examinados num pequeno período. No texto, qualquer estrutura ou classe de palavras (verbos, adjetivos, advérbios, palavras denotativas, interjeições) pode ser vestígio de uma opinião subjacente.

O que foi dito acima **não** é exclusivo para “narradores”: vale para a opinião do autor em dissertações, argumentações, propagandas, artigos, matérias jornalísticas e qualquer gênero textual.

Cuidado, não é qualquer adjetivo ou advérbio que necessariamente indica um juízo de valor! Muitas vezes eles têm caráter mais objetivo, embasado em uma situação concreta. É preciso analisar o contexto e as opções da questão.

Para exemplificar a teoria, vamos às questões?



(PREF. CAPANEMA - PA / 2020 - Adaptada)

Pela emancipação masculina

Uma pequena aglomeração na orla da Barra da Tijuca. Homens, em sua esmagadora maioria. O carro de som parado, o zunido do microfone enquanto passam o som, a faixa ligeiramente torta. É a primeira passeata masculinista do Brasil.

João Marcelo é aquele cara ali, vestindo regata. Ele organizou o evento pelo WhatsApp. Tudo começou por causa de um controle remoto. Sempre que Miriam, sua esposa, botava o pé para fora de casa, o controle da TV desaparecia. E só quando ela voltava, o mistério era solucionado: estava na cara dele o tempo todo.

Foi nesse meio-tempo, assistindo ao Rodrigo Hilbert a contragosto, que João Marcelo se deu conta da violência diária e silenciosa que ele sofria: a dependência do sexo feminino.

Agora, João Marcelo quer que todos os homens sejam livres. E ele não está sozinho. Paulão é segurança particular e já perdeu dois empregos por causa de seu terno “abarrotoado” (sic). Depois que a Sandra foi embora, ele parece um cosplay de Agostinho Carrara. Vocifera ao megafone em defesa de meninos inocentes que dependem dos caprichos de uma mãe, às vezes até de um pai – “porque homem oprime homem também!” – para se alimentar e fazer a própria higiene pessoal. É um projeto de dominação diabólico que visa domesticar os homens para



sempre, desde pequenos.

Uma ciclista curiosa interpela os manifestantes. Lidiane quer saber que injustiças são essas que esses homens alegam estar sofrendo. O tom da moça causa revolta. O feminismo é a pauta da vez, ninguém fala das mazelas do homem, só se ele for gay. Ela claramente não conhece a angústia de sair de casa para comprar rúcula e voltar com um ramo de espinafre. Ou de abrir uma gaveta cheia de meias soltas e não conseguir formar um par. Paulão tira a camisa envergonhado, exibindo os cravos que se alastram em suas costas.

Indiferente àquele tumulto em prol do empoderamento masculino, Lidiane pedala para longe, sob algumas vaias.

Os cartazes começam a despontar na pequena multidão, estampando frases de efeito como: "minha próstata, minhas regras", "a cada 11 minutos, um homem é obrigado a trocar um pneu no Brasil" e "paternidade é uma escolha, não uma obrigação". A passeata segue pacificamente até ser interrompida por um apelo emocionado do organizador ao microfone: "Alguém viu minha carteira?".

(Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/manuelacantuaria/2019/09/pela-emancipacao-masculina.shtml>. Acesso em: 10/09/2019. Manuela Cantuária.)

Considere as afirmativas a seguir.

- I. A finalidade do texto é narrar uma sequência de ações inusitadas para entreter o leitor.
- II. O foco narrativo do texto está na primeira pessoa do discurso e o narrador é o personagem principal da história.
- III. O texto é exemplo do gênero crônica narrativa, que se caracteriza pela flexibilidade de circular tanto no domínio discursivo jornalístico como também no literário.
- IV. O narrador do texto apresenta ao leitor suas impressões e inferências acerca de um acontecimento real, que serviu apenas de pretexto para expor suas reflexões.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II. B) I e III. C) II e III. D) II e IV. E) III e IV.

Comentários:

Vejamos os itens:

- I. CERTO. O texto narrativo tem esse objetivo.
- II. ERRADO. O narrador nesse texto é observador, por isso a narração é em 3^a pessoa.
- III. CERTO. Há trechos de narrativa, mas também há aqueles que se aproximam de uma matéria jornalística, por exemplo: "Uma pequena aglomeração na orla da Barra da Tijuca. Homens, em sua esmagadora maioria. (...) É a primeira passeata masculinista do Brasil."
- IV. ERRADO. O narrado apenas conta os fatos. Argumentação é característica de outro tipo textual - o argumentativo.

Gabarito: Letra B.

(CREFONO - 9^a Região / 2019)

Vizinho,

Quem fala aqui é o homem do 1.003. Recebi outro dia, consternado, a visita do zelador, que me mostrou a carta em que o senhor reclamava do barulho em meu apartamento. Recebi, depois, a sua própria visita pessoal — devia ser meia-noite — e a sua veemente reclamação



verbal. Devo dizer que estou desolado com tudo isso, e lhe dou inteira razão. O regulamento do prédio é explícito e, se não o fosse, o senhor ainda teria ao seu lado a lei e a polícia.

Quem trabalha o dia inteiro tem direito a repouso noturno e é impossível repousar no 903 quando há vozes, passos e músicas no 1.003, ou melhor, é impossível ao 903 dormir quando o 1.003 se agita, pois, como não sei o seu nome nem o senhor sabe o meu, ficamos reduzidos a ser dois números empilhados entre dezenas de outros. Eu, 1.003, me limito a Leste pelo 1.005, a Oeste pelo 1.001, ao Sul pelo Oceano Atlântico, ao Norte pelo 1.004, ao alto pelo 1.103 e embaixo pelo 903 — que é o senhor.

Todos esses números são comportados e silenciosos: apenas eu e o Oceano Atlântico fazemos algum ruído e funcionamos fora dos horários civis; nós dois apenas nos agitamos e bramimos ao sabor da maré, dos ventos e da Lua.

Prometo sinceramente adotar, depois das 22 horas, de hoje em diante, um comportamento de manso lago azul. Prometo. Quem vier à minha casa (perdão: ao meu número) será convidado a se retirar às 21h45, e explicarei: o 903 precisa repousar das 22 às 7, pois às 8h15 deve deixar o 783 para tomar o 109 que o levará até o 527 de outra rua, onde ele trabalha na sala 305. Nossa vida, vizinho, está toda numerada: e reconheço que ela só pode ser tolerável quando um número não incomoda outro número, mas o respeita, ficando dentro dos limites de seus algarismos. Peço-lhe desculpas – e prometo silêncio.

Rubem Braga. O verão e as mulheres. 10.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 21-23 (com adaptações)

Em relação às ideias do texto, julgue o item.

O texto consiste em uma crônica a respeito de um pequeno acontecimento diário comum nas grandes cidades.

Comentários:

É isso mesmo! A crônica narra fatos do dia a dia, acontecimentos cotidianos e atuais, de uma maneira diferente, com intenção crítica ou não. Questão correta.



Descrição

Descrever é **caracterizar, relatar** em detalhes características de pessoas, objetos, imagens, cenas, situações, emoções, sentimentos. A descrição é uma **pormenorização estática, uma pausa no tempo**, geralmente uma interrupção da narração, para apresentação de traços dos seres. Para isso, se utiliza de muitos **adjetivos, verbos de ligação que indicam estado e orações e locuções adjetivas para caracterização**.

O **tempo** mais usual é o **pretérito imperfeito**, por indicar uma ação continuada ou rotineira: era, fazia, estava, parecia...

Importante lembrar que os **adjetivos** podem ter **valor objetivo ou relacional**, quando são isentos de opinião e simplesmente **expressam um fato**: carro preto, homem japonês, doença degenerativa. Esses adjetivos geralmente não aceitam gradação (homem mais japonês) e não indicam uma descrição objetiva.

Já os **adjetivos qualificativos ou subjetivos** expressam **opinião**, não são fatos, essas qualidades podem ser graduadas e questionadas: homem bonito, carro extravagante, aluno teimoso, lugar longe, muito longe... Esses adjetivos, por sua vez, caracterizam uma descrição subjetiva, impregnada pela opinião de quem descreve.

A descrição quase sempre está presente em outros tipos textuais, assim como dificilmente é encontrada na sua forma pura, de modo que também é comumente permeada por trechos narrativos ou dissertativos. Nas provas de concurso, ***o mais comum é a descrição aparecer dentro de uma narração.***

Difere-se fundamentalmente da narração por trazer acontecimentos **simultâneos**, que ocorrem ao mesmo tempo, **sem progressão temporal** e sem relação de anterioridade e posterioridade. As **ações** podem descrever uma rotina, ações habituais, sem foco narrativo.

A descrição está para uma foto, assim como a narração está para um filme.

Além disso, a descrição é o tipo textual que predomina em gêneros como manuais, propagandas, biografias, relatórios, definições e verbetes, tutoriais.

É rara a cobrança de uma descrição pura. Vamos ver um exemplo, retirado da prova do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas:



“Amanhece na ilha de Heron. Sobre a imensa faixa de areia, que se estende em curva até desaparecer na bruma da manhã, despeja-se uma lua violácea, que pouco a pouco se encorpa. Mas é somente quando o sol oblíquo já incide sobre as areias e a água, sobre a vegetação rasteira e os tufos de algas que brilham nas pedras com a maré baixa, é só então – nunca antes – que se pode notar o primeiro movimento na praia.”



O texto começa pela descrição da ilha de Heron. Um texto descritivo é caracterizado fundamentalmente por:

- a) ações que ocorrem em uma sequência cronológica.
- b) reflexões sobre aspectos problemáticos da vida.
- c) registro de elementos caracterizadores de uma realidade.
- d) citação de informações sobre determinado objeto.
- e) conjunto de pensamentos inacabados.

A resposta é a letra C. Observe a **descrição estática** da paisagem da ilha, a abundância de adjetivos, a construção de uma **imagem**. Não há ações em sequência cronológica, nem reflexões sobre problemas, nem pensamentos inacabados. Trata-se de uma descrição pura.

Vejamos agora essas características nos textos que vêm sendo cobrados:



(PGE-PE / 2019)

Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. Iámos de automóvel até Barra do Piraí, onde pegávamos um carro de boi. Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: "Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!". Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. *O livro de Jô: uma autobiografia desautorizada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

O texto é essencialmente descritivo, pois detalha lembranças acerca das viagens de férias que a personagem e sua família faziam com frequência durante a sua infância.

Comentários:

Essencialmente, predominantemente, principalmente o texto é narrativo, pois há clara sucessão de fatos e objetivo último de contar uma história, narrar uma sequência de ações ao longo do tempo.

Questão incorreta.



INJUNÇÃO

O texto injuntivo traz *instruções ao leitor* para realizar certa tarefa. Ensina, orienta, interpela ou obriga o leitor a fazer alguma coisa.

Sua principal característica é apresentar *verbos no imperativo*, em comandos neutros, genéricos e impessoais, para prescrever alguma ação do leitor. O uso do infinitivo impessoal também é usado como estratégia de neutralidade, pois omite o agente:

Ex: Passo 1, remover a embalagem. Passo 2, inserir CD de instalação.

Ex: 149 - Compete à autoridade judiciária *disciplinar*, através de portaria, ou *autorizar*, mediante alvará...

Observamos esse tipo textual em gêneros como leis, regulamentos, contratos, manuais de instrução, receitas de bolo, tutoriais.



(PREF. CORDILHEIRA ALTA - SC / 2019 - adaptada)

3 truques para tirar as manchas mais difíceis

Agora você pode comer aquela macarronada sem se preocupar. Testamos todas as fórmulas milagrosas para garantir que suas roupas fiquem sempre limpas.

1. Molho de tomate

1 colher de sopa de sabão em pó; 1/2 copo de água; 1 colher de sopa de lustra-móveis; 2 colheres de sopa de água sanitária.

Modo de fazer

Dilua o sabão em pó na água e misture-o aos outros ingredientes. Aplique a solução sobre a mancha e deixa-a repousar de 5 a 10 minutos. Use uma escova de dentes para esfregar. Enxágue.

Se não sair, repita o processo.

2. Óleo ou gordura

1 colher de sopa de lustra-móveis; 1/2 colher de sopa de detergente.

Modo de fazer

Aplique a solução e deixe repousar de 5 a 10 minutos. Use uma escova de dentes para esfregar e enxágue. Se não sair, repita o processo.

3. Vinho

1 colher de sopa de sabão em pó; 1/2 copo de água; 5 colheres de sopa de produto para limpeza pesada (usado para limpar azulejo e fogão); 5 colheres de sopa de água sanitária.

Modo de fazer

Aplique a solução e deixe repousar de 5 a 10 minutos. A mancha ficará marrom: não se preocupe,



é normal. Use uma escova de dentes para esfregar e enxágue.

O texto apresenta:

- A) Uma história.
- B) Uma notícia.
- C) Instruções.
- D) Uma poesia.
- E) Uma propaganda.

Comentários:

O texto claramente é injuntivo / instrucional: é um passo a passo de como tirar manchas difíceis.

Gabarito: Letra C.



DISSERTAÇÃO

Agora veremos o assunto **mais importante** desta aula e talvez deste curso. Digo isso porque a dissertação é o tipo textual mais cobrado, tanto em tipologia quanto nas questões de português que trazem textos. Conhecer a estruturação desse tipo vai ser vital na interpretação em geral, pois aprenderemos as estratégias argumentativas que são objeto de questões de compreensão e das provas discursivas, além de ficarmos familiares com a estruturação correta de um parágrafo e de um texto.

O texto dissertativo basicamente **expõe ideias, razões, teorias, raciocínios, abstrações**, por meio de **relações lógicas sequenciadas no texto**, dentro de uma **estrutura específica** (introdução, desenvolvimento e conclusão), sem necessária progressão temporal. Por ser neutra, atemporal e clara, marca-se pelo uso dos **verbos no presente**, porque indicam verdades universais: “a água ferve a 100 graus”; “a terra gira em torno do sol”.

A dissertação pode ser objetiva, também chamada de **expositiva**; ou subjetiva, também chamada de **argumentativa** ou **opinativa**. Veremos também que há subtipos para um texto argumentativo e para um texto expositivo.

Na maioria das provas, a banca espera que o candidato saiba identificar textos dissertativos com diferentes finalidades.

Texto dissertativo expositivo (puro)

A finalidade essencial de um texto expositivo é trazer conceitos, discutir um assunto de maneira impessoal e objetiva, ou seja, **sem defesa clara de uma opinião**. Não há defesa de tese, apenas exposição clara e atemporal de ideias.

Diz-se que o autor é impessoal e o leitor é universal. O autor explana o que sabe de forma neutra e permite que o leitor forme sua própria opinião. Pode ocorrer que a opinião do autor transpareça pelo sentido dos modalizadores (marcas linguísticas de opinião), mas **não é seu objetivo primário** criar debate e convencer o leitor.

As questões discursivas de provas de Auditor-Fiscal ou Analista de Tribunais são exemplos desse tipo de dissertação, em que o candidato-autor apenas expõe o conteúdo pedido no enunciado, sem opinar. Por isso, algumas bancas chamam esse tipo de “explicativo”.



“Com a pandemia, o planejamento de diversos certames previstos para 2020 acabou sendo prejudicado. Por outro lado, já está sendo observada uma abertura gradual da economia em alguns Estados, fato que deve se replicar no resto do Brasil.”



Texto dissertativo expositivo-informativo

É um subtipo do expositivo. Esse texto visa **acrescentar informação nova** ao leitor, ao contrário do expositivo puro, que não pressupõe que a informação discutida seja nova para quem lê.

É comum ocorrerem no texto informativo trechos descritivos, como dados, estatísticas; ou narrativos, como relatos de acontecimentos, mas é a finalidade do texto que deve ser o critério de identificação do tipo textual. Não é por trazer relato de um crime que um texto com clara finalidade de trazer informação nova ao leitor (sobre uma ação da polícia, por exemplo) deve ser classificado como uma narrativa.

Atentem para isso, pois quase todo texto dissertativo traz elementos de outra tipologia.



"Foi encaminhado, em agosto de 2020, ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). A proposta trouxe a previsão de receitas e despesas da União para 2021, incluindo a criação de vagas.

O anexo V do documento prevê o provimento de 50.946 cargos no Poder Executivo Federal, os quais estão distribuídos da seguinte maneira (...)"

Texto dissertativo argumentativo

O texto argumentativo, além de discutir e informar, **defende uma tese**, uma opinião pessoal, tendo como finalidade principal o **convencimento** do leitor.

Para persuadi-lo, o autor se utiliza de modalizadores e de operadores argumentativos, construindo fundamentação para seus argumentos por via de relações lógicas organizadas numa estrutura argumentativa progressiva.

A **linguagem** utilizada é **clara, imparcial** (embora parcial), culta. A **primeira pessoa** é utilizada para realçar a inclusão do autor no universo de ideias discutidas e seu alinhamento aos argumentos utilizados, bem como para envolver o leitor. Também é comum o uso da **terceira pessoa**, com verbos no presente do indicativo, como estratégia para sugerir que as informações são fatos. Os verbos são semanticamente carregados e sugerem ou corroboram a opinião que está sendo defendida. Esses **argumentos** são apresentados de **forma estruturada**, com progressão.



Algumas provas também cobram o conceito de texto *dissertativo argumentativo polêmico*, que seria semelhante à modalidade argumentativa, mas com a diferença de trazer *pelo menos dois pontos de vista e contrabalanceá-los*.

A estrutura argumentativa

Como dito, a dissertação argumentativa traz uma **progressão lógica de argumentos**. Em nível estrutural, essa progressão toma a forma de introdução, desenvolvimento e conclusão.

Na **introdução**, o autor **apresenta o tema**, a ideia principal, sua tese.

No **desenvolvimento**, o autor traz **argumentos** de apoio ao convencimento.

Na **conclusão**, o autor retoma a ideia central, apresentada na introdução, e **consolida seu raciocínio**. Nesse parágrafo, geralmente ele oferece soluções para os problemas discutidos, faz constatações e reitera sua opinião de forma mais incisiva.

Existe grande liberdade na forma com que os autores constroem suas argumentações. Alguns autores concluem logo no início, depois justificam sua posição, outros trazem sua tese somente no final. Aprenderemos aqui as principais e mais consagradas técnicas de estruturação e de argumentação, para que o aluno seja capaz de reproduzi-las em uma redação de sua própria autoria, bem como reconhecê-las nos textos da prova.

Vejamos em detalhes cada uma dessas partes.

Introdução

A introdução deve conter a **tese**, ou seja, uma afirmação que deverá ser sustentada no decorrer dos parágrafos. Se o autor pudesse sintetizar todo seu texto numa sentença, essa seria sua tese.

A **opinião** do autor aqui aparece de modo brando e será reiterada de modo forte na conclusão.

Também é na introdução que o autor tenta **seduzir o leitor, captar seu interesse**, atraindo-o para continuar lendo.

Muito teórico?! Então vamos à prática!

Fórmulas de Introdução

Os textos dissertativos se estruturam de modo lógico para convencer o leitor. A introdução já é um momento de sugerir a estrutura que uma dissertação argumentativa deve tomar, sua divisão, sua progressão... etc. Vejamos fórmulas comuns de se construir um parágrafo introdutório.

Divisão: é a **enumeração explícita** dos aspectos que serão tratados. É fácil e deixa o texto mais



organizado. Além disso, facilita o uso de elementos de coesão: "em relação ao primeiro item", "já quanto ao segundo"...

Ex: *O problema das chuvas tem recebido bastante destaque na mídia, em grandes debates sobre quem seria o responsável. Há dois fatores principais nesse contexto: a omissão do governo e a ação dos cidadãos.*

Ao continuar o texto, o 1º Parágrafo do desenvolvimento será: *A omissão do governo pode ser observada em casos como...*

E o 2º Parágrafo do desenvolvimento: *Já a ação dos cidadãos também influencia nesse resultado porque...*

Ex: *No Brasil, a tradição política no tocante à representação gira em torno de três ideias fundamentais. A primeira é a do mandato livre e independente, isto é, os representantes, ao serem eleitos, não têm nenhuma obrigação, necessariamente, para com as reivindicações e os interesses de seus eleitores. O representante deve exercer seu papel com base no exercício autônomo de sua atividade, na medida em que é ele quem tem a capacidade de discernimento para deliberar sobre os verdadeiros interesses dos seus constituintes. A segunda ideia é a de que os representantes devem exprimir interesses gerais, e não interesses locais ou regionais. Os interesses nacionais seriam os únicos e legítimos a serem representados. A terceira ideia refere-se ao princípio de que o sistema democrático representativo deve basear-se no governo da maioria. Praticamente todas as leis eleitorais que vigoraram no Brasil buscaram a formação de maiorias compactas que pudessem governar.*

Definição: é a apresentação de um conceito.

Ex: *Denomina-se política ambiental o conjunto de decisões e ações estratégicas que visam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. A política ambiental, portanto, tem relação direta com todas as demais políticas que promovam o uso dos recursos. Por isso, embora a responsabilidade pelo seu estabelecimento seja dos órgãos ambientais, todas as demais áreas de governo têm um papel a cumprir na execução das políticas ambientais.*

Citação: é a reprodução literal ou indireta da fala de alguém cuja opinião seja relevante no contexto daquela dissertação. Essa técnica também pode ser usada para introduzir logo na introdução um argumento de autoridade.

Ex: *Como afirma Foucault, a verdade jurídica é uma relação construída a partir de um paradigma de poder social que manipula o instrumental legal, de um poder-saber que estrutura discursos de dominação. Assim, não basta proteger o cidadão do poder com o simples contraditório processual e a ampla defesa, abstratamente assegurados na*



Constituição. Deve haver um tratamento crítico e uma posição política sobre o discurso jurídico, com a possibilidade de revelar possíveis contradições e complexidades das tábuas de valor que orientam o direito.

Ex: “A violência é tão fascinante, e nossas vidas são tão normais”. O célebre verso de Renato Russo traz à tona uma discussão atual sobre a segurança pública nas grandes capitais...

Ex: “Disse Alexandre Dumas que Shakespeare, depois de Deus, foi o poeta que mais criou. Aos 37 anos, já escrevera 21 peças e inventara uma forma de soneto.”

Indagação: é o uso de uma **pergunta** para captar a curiosidade do leitor ou para sinalizar o tema. Essa pergunta pode ser respondida na conclusão ou no desenvolvimento, com os argumentos. Pode também ser só uma tônica para o assunto.

Ex: *O problema das chuvas tem merecido bastante destaque na mídia, em grandes debates sobre quem seria o responsável. A maioria culpa o Governo, por sua omissão. Porém, seriam alguns hábitos do cidadão comum responsáveis por grande parte desses eventos?*

Aqui o autor poderia responder a essa pergunta ou se posicionar de forma diferente, atribuindo a um terceiro a culpa. A estratégia é seduzir o leitor e fazê-lo se perguntar quem seria o responsável e procurar a resposta no texto.

Frases nominais: é o uso de uma **frase seguida de uma explicação**. A frase será o elemento de curiosidade, a frase seguinte será uma explicação.

Ex: *Calamidade pública. Assim se referiu o secretário estadual de saúde ao atual estado dos hospitais do Rio de Janeiro...*

Ex: *Ditador, louco e genocida. Após baixar a fumaça das explosões, essas palavras podem ser lidas em muralhas rachadas da maior capital do mundo árabe...*

Alusão histórica/literária: é uma técnica de **intertextualidade**, comunicando a dissertação a outra obra. A alusão serve para ressaltar **semelhanças ou diferenças entre fenômenos atuais e passados**, servindo como argumento para corroborar uma mudança ou uma estagnação.

Ex: *A Semana de Arte Moderna ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo, em 1922, tendo como objetivo mostrar as novas tendências artísticas que já vigoravam na Europa. Essa nova forma de expressão não foi compreendida pela elite paulista, que era influenciada pelas formas estéticas europeias mais conservadoras. O idealizador deste evento artístico e cultural foi o pintor Di Cavalcanti.*

Ex: *Na tarde do Yom Kipur de 1973, sábado, 6 de outubro, Egito e Síria atacam Israel. Surpreendido e tendo de lutar em duas frentes, num primeiro momento o país enfrenta dificuldades, mas menos de três semanas depois, em uma das mais impressionantes reviravoltas da história militar, seus exércitos estavam a caminho do Cairo e Damasco. Todo*



esse tempo depois, ainda há resquícios desse conflito no dia a dia do povo palestino...

Ex: *Machado de Assis, em seu conto a Igreja do Diabo, ironiza as religiões e a eterna tentação de violar prescrições e fazer o que é proibido. Tal tentação ainda pode ser observada, em casos como...*

Ex: *Na mitologia grega, Prometeu é o titã que rouba o fogo dos deuses e é por eles condenado a um suplício eterno. Preso a uma rocha, uma águia devora-lhe constantemente o fígado. Trata-se de uma lenda altamente simbólica e aplicável à época atual.*

Narração: é trazer uma **sequência de ações**, ou um **relato**, que vai servir de insinuação do tema.

Ex: *No início do mês, um assaltante matou um jovem em São Paulo com um tiro na cabeça, mesmo depois de a vítima ter lhe passado o celular. Identificado por câmeras do sistema de segurança do prédio do rapaz, o criminoso foi localizado pela polícia, mas – apesar de todos os registros que não deixam dúvidas sobre a autoria do assassinato – não ficará um dia preso. Menor de idade, foi “apreendido” e levado a um centro de recolhimento. O máximo de punição a que está sujeito é submeter-se, por três anos, à aplicação de medidas “socioeducativas”.*

Ex: *Para desburocratizar e modernizar a administração pública federal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) assinou acordo de cooperação com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). O objetivo do termo é propor e implementar o Plano Nacional de Desmaterialização de Processos (PNDProc), que prevê a utilização da documentação eletrônica em todos os trâmites de processos. O extrato do pacto entre as entidades foi publicado nesta quarta-feira, 21, no Diário Oficial da União.*

Ex: *Às 4 horas da manhã, o médico se prepara para a cirurgia que vai salvar a vida de um menino baleado. Aplica anestesia, mas é interrompido pelo flash de uma explosão. Assim têm vivido os profissionais que se voluntariaram no programa da cruz vermelha que trabalham nas regiões de conflito...*

Declaração: semelhante à frase nominal, com uma **oração desenvolvida**. Uma declaração forte no início do parágrafo introdutório surpreende o leitor e o induz a prosseguir na leitura.

Ex: *Jogar games de computador pode fazer bem à saúde dos idosos. Foi o que concluiu uma pesquisa do laboratório Gains Through Gaming (Ganhos através de jogos, numa tradução livre), na Universidade da Carolina do Norte, nos EUA.*

Ex: *As projeções sobre a economia para os próximos dez anos são alentadoras. Se o Brasil mantiver razoável ritmo de crescimento nesse período, chegará ao final da próxima década sem extrema pobreza. Algumas projeções chegam a apontar o país como a primeira das atuais nações emergentes em condições de romper a barreira do subdesenvolvimento e ingressar no restrito mundo rico.*

Ex: *O homem moderno sucumbiu ao consumismo, tem cada vez mais coisas e cada vez*



menos tempo. Agora chegou ao extremo de comprar produtos cuja finalidade é o próprio desperdício...

Muito bem! Essas são algumas das principais fórmulas de introdução. Elas podem ser mescladas e adaptadas aos seus argumentos. Observem o exemplo (de prova):



Tem saído nos jornais: chuvas deixam São Paulo no caos. É verdade que os moradores estão sofrendo além da conta, quer estejam circulando pela cidade com seus carros ou nos ônibus e metrô, quer estejam em casa ou no trabalho. **Três fatores criam a confusão: semáforos desligados; alagamentos nas ruas; falta de energia. Então, tudo culpa da chuva, certo? Errado.**

Nessa introdução constam uma declaração inicial, uma divisão e uma indagação. Pura habilidade do autor!

A seguir veremos também algumas estratégias argumentativas, que são fórmulas de parágrafos de desenvolvimento, mas que, igualmente, podem ser utilizados para iniciar um texto.

Desenvolvimento

No desenvolvimento deve constar a **fundamentação** da opinião “levantada” na introdução.

A **ideia central de um parágrafo de desenvolvimento** é chamada de **tópico frasal** ou pequena tese. Ele é a síntese do argumento, a ideia mais importante do parágrafo, e geralmente vem no início (não necessariamente).

É importante destacar que o parágrafo segue uma estrutura análoga ao texto argumentativo como um todo, ou seja, o parágrafo de desenvolvimento também tem a sua **introdução**, que geralmente coincide com o **tópico frasal**.

O período seguinte deve trazer uma ampliação desse tópico, sustentando-o por meio de **argumentos e contra-argumentos, raciocínios lógicos, exemplos, comparações, narrativas, citações de autoridades, dados estatísticos** ou outra forma de desenvolvimento. Por fim, pode haver uma conclusão que retoma a ideia-núcleo ou anuncia o tópico frasal do próximo argumento.

A estrutura do parágrafo argumentativo pode ser vista assim:



Tópico Frasal (pequena tese ou tese do parágrafo)

Ampliação (exemplo, estatística, citação, dado, analogia...)

Conclusão da ideia-núcleo ou anúncio do próximo tópico



Cada argumento deve vir separado em um parágrafo, por clareza e por destacar mais ainda a estrutura dissertativo-argumentativa.

Essa regra é tão importante que as **bancas geralmente descontam pontos** por parágrafos que trazem mais de uma ideia.

Para ilustrar essa teoria, vamos focar no segundo parágrafo de desenvolvimento retirado da prova da CVM:



O potencial das energias propriamente "limpas" e renováveis é enorme, comparativamente ao que já existe: ventos, marés, correntes marítimas e fluviais, energia solar. Elas deverão constituir um nó importante na matriz energética mundial. Entretanto, admite-se que ainda assim continuarão sendo apenas complementares e não suficientes para substituir o petróleo.

Um dos problemas dessas energias limpas é que o seu potencial não é regularmente distribuído no mundo entre as nações consumidoras (1). O Saara, Mogavi e o Nordeste brasileiro são exemplos de ricos potenciais de energia solar, mas em que isso beneficia os grandes consumidores do norte da Europa? (2) O Nordeste brasileiro, assim como a região de Bengala e outras regiões tropicais, tem enorme potencial eólico. Mas não são só eles: a Dinamarca produz 75% da energia que consome pelos ventos (3). Poucos países podem rivalizar com o Brasil quanto à energia hidrelétrica. Nenhuma dessas fontes energéticas limpas e renováveis poderá, por si, constituir-se no sucessor do petróleo em nível mundial (4).



Na introdução, o autor deixa clara sua tese: Há potencial de energia limpa. Entretanto, admite-se que ainda assim continuarão sendo apenas complementares e não suficientes para substituir o petróleo em nível mundial. Isso tem que ser fundamentado no desenvolvimento.

Já no desenvolvimento, observe o tópico frasal (1), que apresenta a ideia de que o potencial das energias limpas não é distribuído de forma regular e se sugere que não seria a solução da crise energética mundial.

No segundo período (2), há ampliação desse tópico, com exemplos de regiões com potencial de energia solar, mas que não vão beneficiar os grandes consumidores da Europa. Em (3) o autor traz o exemplo da Dinamarca, na mesma linha. Esses exemplos sustentam a tese de que o potencial de energia limpa não é distribuído regularmente.

Em (4), o autor conclui seu raciocínio, reforçando que essas fontes não substituirão o petróleo, ou seja, serão apenas complementos, pois não são uniformemente distribuídas pelos grandes núcleos consumidores.

Sintetizando a progressão lógica e estrutural desse texto, temos: a) As fontes renováveis são importantes, b) mas, serão apenas um complemento, pois não estão distribuídas de forma regular pelo mundo, conforme exemplos, c) portanto, não são capazes de substituir o petróleo. Veja que a estrutura de um único parágrafo reflete a macroestrutura do texto dissertativo-argumentativo.



(SEPLAG-RECIFE (PE) / 2019 - Adaptada)

Quem não gosta de samba

“Como se dá que ritmos e melodias, embora tão somente sons, se assemelhem a estados da alma?”, pergunta Aristóteles. Há pessoas que não suportam a música; mas há também uma venerável linhagem de moralistas que não suporta a ideia do que a música é capaz de suscitar nos ouvintes. Platão condenou certas escalas e ritmos musicais e propôs que fossem banidos da cidade ideal. Santo Agostinho confessou-se vulnerável aos “prazeres do ouvido” e se penitenciou por sua irrefreável propensão ao “pecado da lascívia musical”. Calvino alerta os fiéis contra os perigos do caos, volúpia e emefinação que ela provoca. Descartes temia que a música pudesse superexcitar a imaginação.

O que todo esse medo da música – ou de certos tipos de música – sugere? O vigor e o tom dos ataques traem o melindre. Eles revelam não só aquilo que afirmam – a crença num suposto perigo moral da música –, mas também o que deixam transparecer. O pavor pressupõe uma viva percepção da ameaça. Será exagero, portanto, detectar nesses ataques um índice da especial força da sensualidade justamente naqueles que tanto se empenharam em preveni-la e erradicá-la nos outros?



O que mais violentamente repudiamos está em nós mesmos. Por vias oblíquas ou com plena ciência do fato, nossos respeitáveis moralistas sabiam muito bem do que estavam falando.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 23-24)

A frase *O vigor e o tom dos ataques traem o melindre* contém um argumento semelhante ao que está na seguinte frase: *O que mais violentamente repudiamos está em nós mesmos.* (3º parágrafo).

Comentários:

O autor, quando se refere ao “vigor e o tom dos ataques”, fala da intensidade com que os moralistas por ele citados atacam a música, o que é semelhante a repudiar violentamente.

Da mesma maneira, o “melindre”, ou o sentimento de vergonha é traído pela maneira como atacam a música, pois, na verdade, estão envergonhados por causa da atração interior pelos encantos da música, argumento semelhante a “repudiamos está em nós mesmos”. Questão correta.

(SEFAZ-GO / 2018 - Adaptada)

Os deuses de Delfos

Segundo a mitologia, Zeus teria designado uma medida apropriada e um justo limite para cada ser: o governo do mundo coincide assim com uma harmonia precisa e mensurável, expressa nos quatro motes escritos nas paredes do templo de Delfos: “O mais justo é o mais belo”, “Observa o limite”, “Odeia a hybris (arrogância)”, “Nada em excesso”. Sobre estas regras se funda o senso comum grego da Beleza, em acordo com uma visão do mundo que interpreta a ordem e a harmonia como aquilo que impõe um limite ao “bocejante Caos”, de cuja goela saiu, segundo Hesíodo, o mundo. Esta visão é colocada sob a proteção de Apolo, que, de fato, é representado entre as Musas no frontão ocidental do templo de Delfos.

Mas no mesmo templo (século IV a.C.), no frontão oriental figura Dioniso, deus do caos e da desenfreada infração de toda regra. Essa coabitAÇÃO de duas divindades antitéticas não é casual, embora só tenha sido tematizada na idade moderna, com Nietzsche. Em geral, ela exprime a possibilidade, sempre presente e verificando-se periodicamente, da irrupção do caos na beleza da harmonia. Mais especificamente, expressam-se aqui algumas antíteses significativas que permanecem sem solução dentro da concepção grega da Beleza, que se mostra bem mais complexa e problemática do que as simplificações operadas pela tradição clássica.

Uma primeira antítese é aquela entre beleza e percepção sensível. Se de fato a Beleza é perceptível, mas não completamente, pois nem tudo nela se exprime em formas sensíveis, abre-se uma perigosa oposição entre Aparência e Beleza: oposição que os artistas tentarão manter entreaberta, mas que um filósofo como Heráclito abrirá em toda a sua amplitudão, afirmando que a Beleza harmônica do mundo se evidencia como casual desordem. Uma segunda antítese é aquela entre som e visão, as duas formas perceptivas privilegiadas pela concepção grega (provavelmente porque, ao contrário do cheiro e do sabor, são reconduktíveis a medidas e ordens numéricas): embora se reconheça à música o privilégio de exprimir a alma, é somente às formas visíveis que



se aplica a definição de belo (*Kalón*) como “aquito que agrada e atrai”. Desordem e música vão, assim, constituir uma espécie de lado obscuro da Beleza apolínea harmônica e visível e como tais colocam-se na esfera de ação de Dioniso.

Esta diferença é compreensível se pensarmos que uma estátua devia representar uma “ideia” (presumindo, portanto, uma pacata contemplação), enquanto a música era entendida como algo que suscita paixões.

(ECO, Umberto. História da beleza. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 55-56)

O autor organiza sua argumentação de modo a expor, no terceiro e no quarto parágrafo, a opinião de que a beleza apolínea tem sido progressivamente substituída pelo conceito moderno de beleza dionisíaca.

Comentários:

Perceba que a beleza apolínea não tem sido substituída. O que ocorre é uma problemática, uma ponderação de antíteses sem solução clara. Questão incorreta.

Operadores argumentativos

Para comprovar sua opinião e sua tese, o autor deverá estabelecer algumas relações de sentido para relacionar suas ideias e seus raciocínios. Para isso, poderá usar **conectivos diversos, conjunções, advérbios, palavras denotativas**.

As **conjunções** são operadores argumentativos, pois ajudam a construir argumentos e relações lógicas diversas. Em suma, introduzem ideias e argumentos, estabelecendo entre eles relações de tempo, concessão, condição, proporcionalidade, comparação, conformidade, causa, consequência, adição, alternância, conclusão, explicação, oposição.

Advérbios e palavras denotativas também funcionam como operadores argumentativos, pois estabelecem entre argumentos relações de inclusão, exclusão, retificação, realce, prioridade, predominância, relevância, esclarecimento.

Não vou aprofundar muito aqui, pois já vimos essas relações todas no estudo das classes (conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas), mas é bom saber que a banca pode chamar de “operadores argumentativos ou discursivos” esses termos e os sentidos que estabelecem na construção do texto.

Dessa forma, podemos dizer que as conjunções aditivas são operadores que “somam argumentos”, as conjunções adversativas “opõem argumentos”, as alternativas “excluem ou alternam” argumentos, assim por diante.

Estratégias para desenvolver um parágrafo argumentativo

Assim como vimos fórmulas para desenvolver uma Introdução, veremos agora algumas maneiras de se desenvolver parágrafos argumentativos.



Há certa semelhança entre algumas técnicas, na medida em que um dado estatístico pode ser considerado um exemplo ou um esclarecimento, ou ainda uma explicação pode ser considerada um detalhamento. De toda forma, entender o exemplo é mais importante do que o nome da estratégia, pois a banca espera que o candidato identifique que os exemplos, esclarecimentos, detalhamentos ou dados estatísticos, testemunhos de autoridade foram utilizados para fortalecer uma tese e qual tese é essa.

Exemplificação: destacar alguns **casos** dentre um universo de fenômenos, para ratificar uma tese.

Ex: *Os investimentos diretos realizados por brasileiros no exterior têm aumentado muito nos últimos anos. Em 2011, somaram US\$202,6 bilhões, com crescimento de 7,4% em relação ao ano anterior, conforme pesquisa divulgada em abril de 2012 pelo Banco Central.*

Tópico frasal: *Os investimentos têm aumentado.*

Confirmação: *Por exemplo, em 2011 cresceram em 7,4%.*

Citação de fato histórico: como visto na técnica de Introdução, consiste em **trazer um evento do passado e relacioná-lo ao presente**, geralmente para indicar mudança ou manutenção de tendências.

Ex: *O movimento feminista começou a florescer no Brasil na virada do século 20. Diante da omissão da Constituinte de 1891 acerca do voto feminino, a baiana Leolinda de Figueiredo Daltro deu entrada no requerimento de seu alistamento eleitoral. Não obteve sucesso, mas também não entregou os pontos.*

Menciona o evento histórico da omissão da constituinte acerca do voto feminino e indica mudança nesse cenário. Atualmente as mulheres votam.

Ex: *Em 23 de dezembro de 1910, fundou no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminista. O grupo tinha como principal objetivo mobilizar as mulheres pelo direito de votar. Em novembro de 1917, uma passeata organizada por Leolinda contou com a participação de 90 mulheres. O que hoje não pararia o trânsito deve ter causado horror em distintos senhores e madames.*

Faz contraste entre o escândalo de uma passeata de 90 mulheres em 1917 e indica que hoje tal evento não seria capaz de parar o trânsito.

Enumeração ou detalhamento: **listar** sistematicamente **tópicos ou aspectos** a serem tratados, ou subdividir um aspecto amplo em aspectos menores nele incluídos:

Ex: *A Igreja Católica denuncia a amoralidade e o materialismo pelo vazio espiritual da moderna civilização. A decomposição das famílias, a violência, a corrupção, as drogas, a dissolução dos costumes e a falta de solidariedade com os menos afortunados seriam sintomas de um mundo sem fé.*



O aspecto “Vazio espiritual” é detalhado em subaspectos: *a decomposição das famílias, a violência, as drogas...*

Ex: Diversas são as naturezas dos instrumentos de que dispõe o povo para participar efetivamente da sociedade em que vive. Políticos, sociais ou jurisdicionais, todos eles destinam-se à mesma finalidade: submeter o administrador ao controle e à aprovação do administrado. O sufrágio universal, por exemplo, é um mecanismo de controle de índole eminentemente política — no Brasil, está previsto no art. 14 da Constituição Federal de 1988, que assegura ainda o voto direto e secreto e de igual valor para todos —, que garante o direito do cidadão de escolher seus representantes e de ser escolhido pelos seus pares.

Enumera as naturezas dos instrumentos: *política, social e jurisdicional*. Detalha a natureza política com um exemplo: o sufrágio.

Contraste e Paralelo: ressalta **semelhanças ou diferenças** entre elementos.

Ex: Atualmente, há *duas Américas Latinas*. A *primeira* conta com um bloco de países — incluindo Brasil, Argentina e Venezuela — com acesso ao Oceano Atlântico, que confere ao Estado grande papel na economia. A *segunda* — composta por países de frente para o Pacífico, como México, Peru, Chile e Colômbia — adota o livre comércio e o mercado livre.

Dados estatísticos: por serem de natureza **objetiva**, dão credibilidade ao argumento e são grandes recursos de convencimento.

Ex: *Dados do IBGE revelam que apenas 1,2% dos municípios possuíam plano municipal de redução de riscos em 2011. Nos municípios maiores, com mais de 500 mil habitantes, que não ultrapassam quatro dezenas, este percentual superava 50%. De modo inverso, nos municípios menores, com menos de 20 mil habitantes, em torno de quatro mil, este percentual era de 3,3%. É uma situação bastante preocupante relacionada aos municípios de grande porte e drástica nos municípios de pequeno porte.*

Tópico frasal: *poucos municípios grandes têm plano municipal de redução de riscos e apenas ínfima porcentagem dos pequenos municípios os possui*. Note que o tópico frasal veio após a estatística, sendo sustentado por ela

Ex: *Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ajudam a traçar o perfil do eleitor brasileiro da última eleição. A inclusão política dos brasileiros vem, a cada eleição, consolidando-se e os dados são irrefutáveis quanto a isso. A cada cinco pessoas aptas a votar nas eleições de 2010, uma era analfabeto ou nunca havia frequentado uma escola. São, ao todo, 27 milhões de eleitores nessa situação no cadastro do TSE. Desses, oito milhões se declararam analfabetos e 19 milhões declararam saber ler e escrever, sem, entretanto, nunca terem estado em uma sala de aula. No total, havia 135,8 milhões de eleitores no país em 2010.*



Tópico frasal: *A inclusão política dos brasileiros vem, a cada eleição.* Em seguida as estatísticas fornecidas fundamentam essa tese.

Explicação ou esclarecimento: consiste em **explicitar** o sentido de uma palavra ou afirmação.

Ex: *Com a popularização dos computadores e o desenvolvimento da microeletrônica, a palavra informação adquiriu um significado diferente. Até então, o seu sentido estava restrito à transmissão de dados acerca de alguém ou de algo, geralmente notícias de fatos que chegavam ao receptor com certa defasagem temporal.*

Tópico frasal: *o sentido da palavra informação mudou.*

Explicação: *antes significava transmitir dados acerca de alguém ou de algo, hoje significa outra coisa.*

Testemunho de autoridade: para **dar credibilidade** a uma tese, traz a opinião respeitada de um especialista que se alinha ou se opõe a ela. Serve como argumento e como contra-argumento.

Ex: *Entusiasta do sistema, o supervisor do Posto Fiscal Virtual, em Porto Alegre define o processo como seletivo, econômico e inteligente. "Esse é o futuro. No mundo, cada vez mais, a tecnologia substitui a ação humana, que, por mais atuante que possa ser, tem limitações de tempo, esforço e capacidade pessoal", afirma o auditor-fiscal. O processamento eletrônico, destaca, veio para ficar, e isso está ocorrendo em todo o mundo. "No Chile, temos a fatura eletrônica, que é muito bem-sucedida. Aqui temos a Nota Fiscal Eletrônica, um sucesso crescente, que quase todos os Estados do país já adotam. É um rumo sem volta. Este é o caminho", garante.*

Tópico frasal: *o processamento eletrônico é vantajoso e veio para ficar.*

A opinião do supervisor do posto fiscal, um auditor-fiscal, permeada por exemplos, reforça essa tese.

Relação causa-efeito: relaciona um **fato a sua causa** ou explicação.

Ex: *Se a China e a Índia hoje surgem no cenário internacional de modo surpreendente, é porque sabem articular inovadoramente a cultura ocidental moderna com seus antiquíssimos modos de pensar e agir, demonstrando que o desenvolvimento não se dá mais em termos lineares e que o futuro não se desenha desprezando e recalando o passado.*

Causa: *Índia e China sabem articular inovadoramente a cultura ocidental moderna.*

Efeito: *Surgem no cenário internacional de modo surpreendente.*

Ex: *Sabemos todos que as bombas atômicas fabricadas até hoje são sujas (aliás, imundas)*



porque, depois que explodem, deixam vagando pela atmosfera o já famoso e temido estrôncio 90.

Causa: *Todas as bombas atômicas deixam vagando na atmosfera o temido estrôncio 90.*

Efeito: *todas as bombas atômicas são consideradas sujas.*

Ex: *Se vivemos hoje a era do conhecimento é porque nos alçamos em ombros de gigantes do passado. A Internet representa um poderoso agente de transformação do nosso modus vivendi et operandi.*

Causa: *Nós nos alçamos em ombros de gigantes do passado.*

Efeito: *vivemos hoje a era do conhecimento.*



Conforme mencionado, para dar “validade” e “consistência” aos argumentos, é preciso fundamentá-los. Caso contrário, são mera “opinião”, “mero registro de subjetividade”.

Uma forma clássica de se construir um argumento é o “**silogismo**”, raciocínio dedutivo que parte duas premissas (maior e menor) para chegar a uma conclusão.

Todos os cariocas são brasileiros. (premissa maior)

João é carioca. (premissa menor)

Logo, João é brasileiro. (conclusão)

Quando um silogismo é válido, a relação entre as premissas é verdadeira, irrefutável e a conclusão é decorrência necessária, inevitável das premissas. Se uma das premissas for falsa, vai levar a uma conclusão falsa.

Obs: **Raciocínio dedutivo** é aquele que parte de uma verdade geral para um caso particular.

No exemplo acima, partimos de um conceito geral e abstrato (todos os cariocas são brasileiros) e chegamos a uma verdade particular, concreta (João é brasileiro)

Raciocínio indutivo, por outro lado, é o que parte de premissas particulares para uma generalização, uma conclusão ***não necessariamente é verdadeira***.

Ex: O leão é mamífero/ O leão é feroz.

O lobo é mamífero/ O lobo é feroz.



O tigre é mamífero/ O tigre é feroz.

O golfinho é mamífero/

Portanto, o golfinho é feroz.

Obs: No estudo rigoroso do raciocínio lógico, que foge ao nosso escopo e tem regras muito mais específicas, as premissas podem ser absurdas, ser assumidas como verdadeiras e gerar conclusões absurdas consideradas válidas. Aqui, estamos trabalhando com o raciocínio de texto.

Ex: *Os homens voam, Maria é um homem. Logo, Maria voa.* Para o nosso estudo, argumento consistente é aquele que tem relação de causalidade com as premissas, ou seja, decorre de premissas verdadeiras e conclui informação verdadeira.

Também quero registrar o método de raciocínio chamado “**dialético**”, que consiste em 3 premissas. A primeira é a **tese**, a segunda a **antítese** e a última, a **síntese**.

A **tese** é o ponto de vista do autor, a opinião que ele pretende defender. A **antítese** é o contraposto de sua tese, ou seja, é uma opinião contrária. A **síntese** é a retomada da tese, após a desconstrução ou invalidação da antítese, ou seja, uma conclusão que combina elementos das duas. Vejamos o exemplo:

Ex: *A juventude é provavelmente a melhor fase para se dedicar ao trabalho (tese). No entanto, uma juventude sem diversão pode dar a sensação de que trabalhar não vale a pena (antítese). Portanto, é preciso aproveitar a juventude para produzir muito, mas sem abandonar totalmente o lazer (síntese).*

Essas estruturas aparecem muito frequentemente nos textos argumentativos e usamos esse tipo de raciocínio o tempo todo, sem perceber, de forma não tão sistemática.

As relações de causa e efeito são muito semelhantes a um silogismo “simplificado”, pois uma informação vai levar à conclusão de uma outra.

Então, esteja pronto para reconhecer no texto as premissas, os argumentos e as conclusões do autor.

Por fim, ressalto que, assim como ocorrem nas fórmulas de introdução, os textos trazem diversos argumentos desenvolvidos conjugando uma ou mais dessas técnicas. Vejamos um exemplo de prova:



Entre 1990 e 2010, mais de 96 milhões de pessoas foram afetadas por desastres no Brasil, como demonstra o Atlas dos Desastres Naturais do Brasil. Destas, mais de 6 milhões tiveram de deixar suas moradias, cerca de 480 mil sofreram algum agravio ou doença e quase 3,5 mil morreram imediatamente após os mesmos. Desastres como o de Petrópolis, que resultaram em dezenas de óbitos, não existem em um vácuo. Se por um lado exigem a presença de ameaças naturais, como chuvas fortes, por outro não se realizam sem condições de vulnerabilidade, constituídas através dos processos sociais relacionados à dinâmica do desenvolvimento econômico e da proteção social e ambiental. Isto significa que os debates em torno do desastre devem ir além das cobranças que ano após ano ficam restritas à Defesa Civil.

Nesse parágrafo argumentativo, o autor traz dados e depois monta uma divisão: por um lado...por outro.



(PREF. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / 2019 - adaptada)

Rubem Braga, o cronista

Rubem Braga (1913-1990) foi o maior cronista deste país. Não será favor nenhum dizer que foi também um dos nossos maiores escritores, quanto não tenha escrito praticamente nada além de crônicas. O irônico está em que o gênero da crônica é justamente aquele onde se costuma celebrar a transitoriedade do tempo, a anedota passageira, o pensamento arisco – nada muito durável. Mas Braga passou por cima disso e escreveu crônicas que não envelheceram.

Talvez o fato de se dedicar exclusivamente a esse gênero explique um pouco da excelência a que chegou, mas faltaria muito ainda a ponderar: como é que deu uma forma de vida permanente ao que devia ser efêmero? Onde foi buscar grandeza para cunhar o que é pequeno? Que altura poética conseguiu dar a uma prosa que corre limpa e elegante, mas em tom de conversa?

O segredo da potência das crônicas de Rubem Braga terá morrido com ele. Mas elas sobrevivem por conta do gênio dele, que desperta a cada vez que batemos os olhos numa linha, num parágrafo, numa página sua. Cada crônica do velho Braga tem a intensidade da vida que nos surpreende a cada momento.

(Teobaldo Ramires, inédito)

Uma causa provável e seu decorrente efeito encontram-se, nessa ordem, neste aspecto da atividade do cronista: se dedicar exclusivamente a esse gênero / excelência a que chegou.



Comentários:

O enunciado pede a causa provável e o seu decorrente efeito da vida do cronista, diante da obra reproduzida.

A sequência "*se dedicar exclusivamente a esse gênero / excelência a que chegou*" apresenta exatamente o significado de causa e efeito: pelo fato de o cronista ter se dedicado exclusivamente ao gênero da crônica (**causa**), ele conseguiu alcançar a excelência (**efeito**). Questão correta.



Finalidade predominante dos Textos

Expositivo/Explicativo/Informativo: Expor informações e conhecimentos

Opinativo/Argumentativo: Convencer, defender uma opinião.

Polêmico: Contrabalancear opiniões.

Instrucional: Normatizar, prescrever, ensinar.



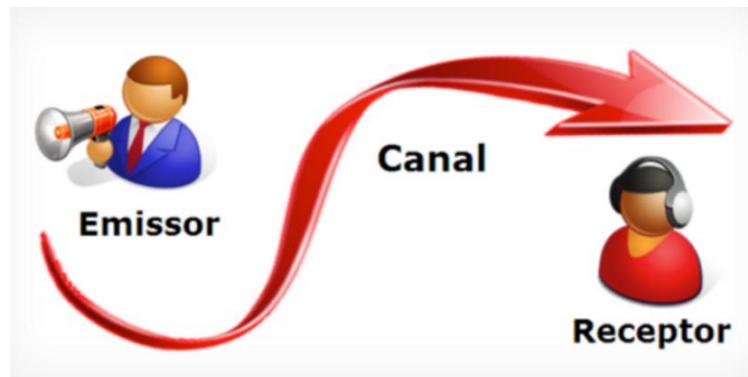
FUNÇÕES DA LINGUAGEM

A comunicação ocorre na interação de vários elementos integrados: um **emissor**, uma **mensagem**, um **receptor** para essa mensagem, que tem um tema, um assunto, um contexto, um **referente**.

Há outros elementos: a mensagem é transmitida por determinado “meio”, um “**canal**”, e utiliza um determinado sistema de signos conhecidos pelas partes, chamado “**código**”.

Então, se eu telefono para minha mãe para falar sobre uma possível visita no Natal, teremos os seguintes elementos nessa situação comunicativa:

Eu serei o locutor (emissor); mamãe será interlocutora (receptora). A mensagem é um “convite para a ceia de Natal”. O contexto, o assunto, é o próprio feriado. O canal é o telefone e o código, a língua portuguesa, que ambos compartilhamos.



No contexto de “adequação” ou “inadequação” de uma variante linguística, temos que ponderar qual é a finalidade daquela situação comunicativa, que se reflete em diversas “funções da linguagem”.

A depender do objetivo, a linguagem vai “focar” em algum dos elementos envolvidos na comunicação. Às vezes, o foco do discurso recai sobre o conteúdo do texto; às vezes, sobre a forma que esse conteúdo é passado. Pode também recair sobre o assunto em si.

Vejamos a característica principal de cada função da linguagem.

FUNÇÃO EMOTIVA:

O foco recai sobre o próprio “emissor”.

O “eu” é o centro da mensagem, que se apresenta como subjetiva e pessoal. Por esse motivo, reflete o ânimo e as emoções.

Essa função da linguagem predomina em poemas líricos e em prosa intimista.

Como marcas textuais, temos o uso de *interjeições, exclamações, reticências, vocativos, verbos em primeira pessoa, adjetivos valorativos*.





"Eu não gosto do bom gosto
Eu não gosto de bom senso
Eu não gosto dos bons modos
Não gosto
Eu aguento até rigores
Eu não tenho pena dos traídos
Eu hospedo infratores e banidos
Eu respeito conveniências
Eu não ligo pra conchavos
Eu suporto aparências
Eu não gosto de maus-tratos
Mas o que eu não gosto é do bom gosto
Eu não gosto de bom senso
Eu não gosto dos bons modos
Não gosto (...)"
(Senhas – Adriana Calcanhotto)

Oh? como és linda, mulher que passas
Que me sacias e suplicas
Dentro das noites, dentro dos dias?
(Vinícius de Moraes)

Sinto que viver é inevitável. Posso na primavera ficar horas sentada fumando, apenas sendo. Ser às vezes sangra. Mas não há como não sangrar pois é no sangue que sinto a primavera. Dói. A primavera me dá coisas. Dá do que viver E sinto que um dia na primavera é que vou morrer de amor pungente e coração enfraquecido.
(Clarice Lispector)

FUNÇÃO FÁTICA:

O foco da mensagem recai sobre o próprio “canal” em que ela é transmitida. Visa a **testar**,



estabelecer, manter ou encerrar a comunicação.

Nessa função se encaixam as saudações, os iniciadores de conversa, os marcadores conversacionais de confirmação: *alô? Tá ouvindo? Tudo bem? Como vai? Dá licença? Certo? Ok? Entendeu? Todos comigo? Hein? Falou... Ok.. Bom dia...*

Vejamos as tirinhas:



Copyright © 2003 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

Note que na tirinha do Cascão e do Cebolinha, o efeito de humor é construído justamente pelo uso da função fática.

FUNÇÃO APELATIVA OU CONATIVA:

O foco recai sobre o interlocutor, o ouvinte. A finalidade é *convencê-lo ou influenciá-lo*. Por isso, é permeada por *discurso em segunda pessoa (Tu e Você) e verbos no imperativo*.

Por objetivar induzir o ouvinte a fazer algo, esta é a linguagem predominante em sermões e em propaganda.





FUNÇÃO REFERENCIAL OU DENOTATIVA:

A ênfase está no referente, isto é, no assunto, no conteúdo, *na informação*.

A linguagem tende a ser objetiva, expositiva, e por isso costuma fazer uso de recursos impessoalizadores como a *terceira pessoa, tempos verbais afirmativos como o futuro e o presente do indicativo*.

A linguagem é concisa e objetiva, típica dos textos jornalísticos, didáticos, científicos e outros que tenham como finalidade primária *informar ou ensinar*.



FUNÇÃO POÉTICA OU CONOTATIVA:

A ênfase está na própria mensagem, na **forma em que é construída** e transmitida (de forma criativa, elaborada, com recursos figurativos), diferentemente da função referencial, que foca no conteúdo em si.

Essa é a linguagem literária, por isso, encontraremos recursos como *figuras de estilo ou linguagem (linguagem conotativa, figurada), neologismos, construções criativas e deliberadamente recheadas de polissemia e ambiguidade*.



Um texto pode ter indícios de várias funções de linguagem, mas uma será considerada **predominante**.

Por exemplo, um texto poético pode também estar permeado pela linguagem emotiva, com muitas referências ao próprio narrador/eu-lírico e seus sentimentos. Porém, a função predominante será a poética.

Vejamos alguns exemplos de poesias e anúncios criativos que exploram essa função:

Poética

Rio de Janeiro , 1954

De manhã escureço

De dia tardo

De tarde anoiteço

De noite ardo.

A oeste a morte

Contra quem vivo

Do sul cativo

Oeste é meu norte.

Outros que contem

Passo por passo:



*Eu morro ontem
Nasço amanhã
Ando onde há espaço:
— Meu tempo é quando.*

(Vinícius de Moraes)

“...Eu, que tantas vezes não tenho tido paciência para tomar banho,
Eu, que tantas vezes tenho sido ridículo, absurdo,
Que tenho enrolado os pés publicamente nos tapetes das etiquetas,
Que tenho sido grotesco, mesquinho, submisso e arrogante,
Que tenho sofrido enxoovalhos e calado,
Que quando não tenho calado, tenho sido mais ridículo ainda...”

(Fernando Pessoa, Poema em linha reta)



beba coca cola
babe cola
beba coca
babe cola caco
caco
cola
cloaca

FUNÇÃO METALINGUÍSTICA:

O foco está no código utilizado na transmissão da mensagem. O código é usado para explicar o próprio código, ou seja, a língua explica a língua.

Esta aula é um exemplo, pois uso a linguagem para falar sobre a própria linguagem. Além disso, encontraremos a metalinguagem em *verbetes de dicionários*, em *resenhas*, em *manuais de redação e gramáticas*, em filmes que falam de filmes, em atores que interpretam atores, em poemas que falam sobre a poesia.



Não faças versos sobre acontecimentos.

Não há criação nem morte perante a poesia...

...

Convive com teus poemas, antes de escrevê-los.

Tem paciência, se obscuros. Calma, se te provocam.

Espera que cada um se realize e consume

com seu poder de palavra

e seu poder de silêncio.

Não forces o poema a desprender-se do limbo.

Não colhas no chão o poema que se perdeu.

Não adules o poema. Aceita-o

como ele aceitará sua forma definitiva e concentrada

no espaço.

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

tem mil faces secretas sob a face neutra

e te pergunta, sem interesse pela resposta,

pobre ou terrível que lhe deres:

Trouxeste a chave?

(Carlos Drummond de Andrade- Trecho de "Procura da Poesia")

De Gramática e de Linguagem

E havia uma gramática que dizia assim:

"Substantivo (concreto) é tudo quanto indica

Pessoa, animal ou cousa: João, sabiá, caneta".

Eu gosto das cousas. As cousas sim!...

As pessoas atrapalham. Estão em toda parte. Multiplicam-se em excesso.

As cousas são quietas. Bastam-se. Não se metem com ninguém.

Uma pedra. Um armário. Um ovo. (Ovo, nem sempre,

Ovo pode estar choco: é inquietante...)

As cousas vivem metidas com as suas cousas.



E não exigem nada.

Apenas que não as tirem do lugar onde estão.

E João pode neste mesmo instante vir bater à nossa porta.

Para quê? Não importa: João vem!

E há de estar triste ou alegre, reticente ou falastrão,

Amigo ou adverso... João só será definitivo

Quando esticar a canela. Morre, João...

Mas o bom mesmo, são os adjetivos,

Os puros adjetivos isentos de qualquer objeto.

Verde. Macio. Áspero. Rente. Escuro. luminoso.

Sonoro. Lento. Eu sonho

Com uma linguagem composta unicamente de adjetivos

Como decerto é a linguagem das plantas e dos animais.

Ainda mais:

Eu sonho com um poema

Cujas palavras sumarentas escorram

Como a polpa de um fruto maduro em tua boca,

Um poema que te mate de amor

Antes mesmo que tu saibas o misterioso sentido:

Basta provares o seu gosto...

(Mario Quintana)

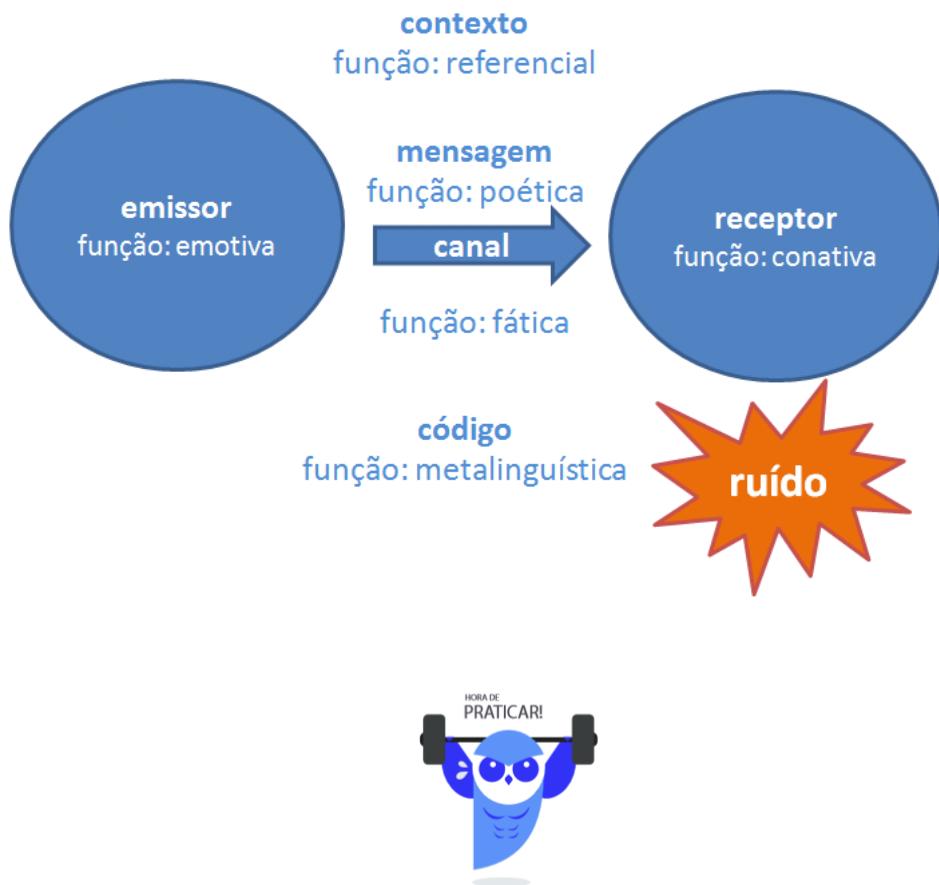
A metalinguagem também ocorre em outras formas de expressão que não a prosa e a poesia. Observe as figuras abaixo:





Para finalizar e facilitar seu entendimento e memorização, deixo aqui um resumo das funções que acabamos de estudar:





(ALAP / 2020 - adaptada)

Entrando na Câmara, verifiquei que a grandiosa representação que eu fazia do legislador, não se me tinha diminuído com o exame da opaca figura do doutor Castro. Era uma exceção, mas certamente os outros deviam ser quase semideuses, mais que homens, pois eu queria-os com força e com faculdades capazes de atender e de pesar tão vários fatos, tão desencontradas considerações, tantas e tão sutis condições da existência de cada e da de todos. Para tirar regras seguras para a vida total desse entrechoque de paixões, de desejos, de ideias e de vontades, o legislador tinha que ter a ciência da terra e a clarividência do céu e sentir bem nítido o alvo incerto para que marchamos, na bruma do futuro fugidio. Quanta penetração! Quanto amor! Que estudo e saber não lhe eram exigidos! Era preciso tudo, tudo! A Teologia e a Física, a Alquimia! ... Era preciso saber tudo e sentir tudo! Era na verdade um vasto e levantado ofício!

Os elementos do texto estão predominantemente concentrados no emissor, explícito nas impressões e exclamações proferidas pelo narrador.

Comentários:

Logo no início, percebe-se que a **função emotiva** é a que se destaca no texto uma vez que os verbos são conjugados em primeira pessoa, ou seja, o foco está em quem fala (emissor). Além disso, as impressões pessoais do emissor ficam explícitas com o uso de exclamações, que denotam certa admiração.



Percebe-se que o emissor fica encantado. Por isso, pode-se dizer que a função do texto é a emotiva já que o foco está em suas impressões pessoais. Questão correta.

(CAU / 2019 - adaptada)

O CAU

¹ O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF foram criados ⁴ com a Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo no País. Uma conquista histórica para a categoria, que significa ⁷ maior autonomia e representatividade para a profissão.

Disponível em: <<https://www.caumt.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2019, com adaptações.

Considerando a relação entre a linguagem e o propósito principal do texto, é correto afirmar que nele prevalece a função da linguagem denominada apelativa.

Comentários:

A função apelativa tem como característica uma linguagem persuasiva que tem o intuito de convencer o leitor. É muito utilizada nas propagandas, publicidades e discursos políticos, com o objetivo de influenciar o receptor por meio da mensagem transmitida.

Perceba que essa não é a função do texto apresentado. Ao contrário, sua função é a de comunicar de forma objetiva, sem envolver aspectos emotivos ou subjetivos. Questão incorreta.

O mais importante é sempre praticar muito, ler vários textos, tentar responder aos itens e ler nos comentários qual foi o raciocínio que fundamentou o gabarito. Vá praticando devagar, textos são longos e levam tempo, mas não há outra forma de melhorar sua leitura senão ler.

Se necessário, faça suas baterias de questões em partes, para não ficar cansado lendo muitos textos de uma só vez.

Agora que já vimos toda a teoria, é hora de Praticar!



QUESTÕES COMENTADAS - NARRAÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / PGE-PE / ASSISTENTE DE PROCURADORIA / 2019)

Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. íamos de automóvel até Barra do Piraí, onde pegávamos um carro de boi. Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: "Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!". Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. O livro de Jô: uma autobiografia desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

O texto é essencialmente descritivo, pois detalha lembranças acerca das viagens de férias que a personagem e sua família faziam com frequência durante a sua infância.

Comentários:

Essencialmente, predominantemente, principalmente o texto é narrativo, pois há clara sucessão de fatos e objetivo último de contar uma história, narrar uma sequência de ações ao longo do tempo.

Questão incorreta.

2. (CEBRASPE / SEDU-ES / 2010)

Julgue o item que se segue, relativo à interpretação, produção, tipos e gêneros de textos. Anedota, autobiografia e história em quadrinhos são gêneros textuais narrativos.

Comentários:

Outra questão conceitual. Todos esses gêneros contam "histórias", em sentido amplo: descrevem ações, com personagens, num fluxo temporal dinâmico. Questão correta.



QUESTÕES COMENTADAS - DESCRIÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

Desde os alvores da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

O terceiro parágrafo do texto é essencialmente descritivo, porque caracteriza a liberdade de expressão.

Comentários:

Não caracteriza! Apenas menciona sem detalhar. O texto predominantemente descritivo tem objetivo principal de criar a imagem mental de um objeto, uma entidade, uma cena... Traz um detalhamento visual, o que não ocorre aqui. Questão incorreta.



QUESTÕES COMENTADAS - DISSERTAÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / CGDF / 2023)

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negativação da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do “leão” do imposto de renda, a tão repetida expressão “carga tributária”, entre outras. Essa “demonização” do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada. Frise-se, porém, que essa imagem negativa é, às vezes, patrocinada por quem ideologicamente julga desnecessária uma tributação nas proporções em que o Estado brasileiro vem aplicando. Nesse cenário, percebe-se, com linhas mais nítidas, um fenômeno que acompanha toda a história tributária do homem: o da oposição social aos tributos, entendida aqui não como uma predisposição “natural”, “inata” dos contribuintes, mas como todo desvio que afasta o contribuinte do cumprimento de uma obrigação tributária, não sendo naturais as causas que o levam a resistir. O contribuinte resiste diante da cobrança de uma tributação ilícita; diante da cobrança ou da instituição de um tributo por um governo ou legislador ilegítimo; diante da possibilidade de se praticar uma conduta tributária menos onerosa, tendo o contribuinte a liberdade e o direito de resistir à tributação mais severa; e, no caso dos crimes contra a ordem tributária, quando apenas há a vontade livre e consciente de cometer o crime.

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como “direito de resistência fiscal”, “objeção fiscal”, “desobediência fiscal”, “greve fiscal”, “revolta fiscal”, “rebelião fiscal”. Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de “direito de resistência” e de “resistência fiscal”, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis.

Com efeito, dado que seja gênero de múltiplas espécies, podem ser elencadas como modalidades de resistência fiscal: a) a resistência à cobrança de tributos ilícitos/inconstitucionais, que tem total amparo no princípio constitucional da legalidade tributária, tendo os contribuintes direito de resistir a essa tributação ilegal/inconstitucional; b) a resistência à cobrança ou à instituição de tributos que, mesmo amparados na lei e na Constituição Federal de 1988, são, porém, rechaçados pela sociedade, considerados ilegítimos pela população, ou rechaçados por camada social que se veja prejudicada com sua instituição; c) o crime tributário, que não passa de uma ofensa deliberada à lei; e d) a resistência lícita, na qual se opta por alternativa legal menos onerosa ou pela abstenção de conduta tributável.

A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas para a recusa ao pagamento dos tributos. Verifica-se, assim, uma razão inversamente



proporcional entre o quantum democrático de um regime político e a resistência social aos tributos por ele instituídos. Assim, a democracia participativa, em superação aos modelos clássicos e insuficientes da representação ou do exercício semidireto do poder, aponta para uma "relegitimização" do Estado fiscal, na qual a sociedade passa a tomar parte de espaços de decisões políticas.

A sociedade contribuinte deve-se preocupar, portanto, no caminho a ser trilhado em direção a uma educação (para a cidadania) fiscal, não apenas com a "carga tributária", mas com o destino das arrecadações e com os gastos públicos. Nesse sentido, já existem alguns avanços, como o da Lei n.º 12.741/2012, que obrigou, como direito básico dos consumidores, informarem-se os tributos incidentes e repassados no preço dos produtos, e os programas de educação fiscal ligados aos órgãos fiscais da União, dos estados e das capitais. Muito ainda, porém, estão alheios os cidadãos acerca do que o Estado arrecada e, mais ainda, de como gastam os governantes tais recursos, o que pode aumentar os índices de resistência fiscal na sociedade brasileira.

Isaac Rodrigues Cunha. Resistência fiscal, democracia e educação tributária: fundamentos para uma fiscalidade democrático-participativa por meio de uma "pedagogia fiscal". Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2017 (com adaptações)

Quanto à tipologia e aos gêneros textuais, o texto CB1A1 classifica-se como

- A) narrativo, dado o conjunto de fatos nele relatados
- B) descritivo, pelo volume de dados apresentados.
- C) dissertativo-argumentativo, pela exposição de ideias do autor e de outrem.
- D) jornalístico, dada a programática omissão, pelo autor, de opinião acerca do assunto tratado.

Comentários:

O texto traz opiniões e argumentos, pelo que se classifica como dissertativo-argumentativo. A banca menciona que há opinião do autor e de terceiros.

Por exemplo, na introdução, temos a opinião geral do autor:

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negativação da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do "leão" do imposto de renda, a tão repetida expressão "carga tributária", entre outras.

Também na conclusão:

A sociedade contribuinte deve-se preocupar, portanto, no caminho a ser trilhado em direção a uma educação (para a cidadania) fiscal, não apenas com a "carga tributária", mas com o destino das arrecadações e com os gastos públicos.

Depois, há citação de opiniões alheias.

Em determinado momento, temos uma opinião geral da sociedade, que demoniza a tributação porque não visualiza o benefício desse pagamento.



Essa “demonização” do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada.

Gabarito letra C.

2. (CEBRASPE / CNMP / 2023)

Ao final do período de revoluções e guerras que caracterizaram a virada do século XVIII para o XIX, os recém-emancipados países da América e os antigos Estados europeus se viram diante da necessidade de criar estruturas de governo, marcando a transição do Antigo Regime ao constitucionalismo e do colonialismo à independência. Os arquitetos da nova ordem se inspiraram em fontes antigas e modernas: de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) e Políbio (c.200 a.C. – c.118 a.C.) a John Locke (1632 – 1704) e Montesquieu (1689 – 1755). Um dos principais problemas com os quais lideranças e pensadores políticos se confrontaram estava materializado em uma passagem do poeta satírico romano Juvenal (c.55 – c.127), em que se lê: “Quis custodiet ipsos custodes?”, traduzida como “Quem vigia os vigias?” ou “Quem controla os controladores?”.

“Uma coisa é teorizar sobre a separação em três poderes, como lemos em Montesquieu. Outra coisa é colocar em prática”, observa a historiadora Monica Duarte Dantas, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. “Aí surgem os problemas, porque um poder pode tentar assumir as atribuições de outro. Não era possível antever todas as questões que iriam aparecer, até porque havia assuntos que diziam respeito a mais de um poder. Na prática, era preciso definir a quem competia o quê. Essas questões emergiram rapidamente nos séculos XVIII e XIX, quando se tentou colocar em prática a separação de poderes.”

*Alguém que acompanhasse os trabalhos de elaboração de textos constitucionais no início do século XIX não necessariamente apostaria que, ao final desse período, estaria consolidado um modelo de organização do Estado em que o poder se desdobraria em três partes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, conforme apresentado pelo filósofo francês Montesquieu em *O espírito das leis* (1748). Havia projetos com quatro, cinco ou até mais poderes. Na França, o filósofo político franco-suíço Benjamin Constant (1767 – 1830) imaginou meia dezena: o Judiciário, o Executivo, dois poderes representativos, correspondentes ao Legislativo — o da opinião (Câmara Baixa) e o da tradição (Câmara Alta) —, e um poder “neutro”, exercido pelo monarca. O revolucionário venezuelano Simon Bolívar (1783 – 1830) chegou a formular a ideia, em 1819, de um “poder moral” que deveria cuidar, sobretudo, de educação.*

As mesmas preocupações estavam na cabeça dos deputados na primeira Assembleia Constituinte do Brasil, em 1823. Até que, em novembro, o conflito de poderes se concretizou: tropas enviadas pelo imperador Dom Pedro I (1789 – 1834) dissolveram a assembleia. Em março do ano seguinte, quando o imperador outorgou a primeira Constituição brasileira, ela se afastava pouco do projeto elaborado em 1823, mas continha uma diferença crucial: os poderes eram quatro e incluíam um Moderador.



Entretanto, só em dois países esse quarto poder chegou a ser formalmente inscrito no texto constitucional, como uma instituição em separado. O Brasil, com o título 5.º da Constituição de 1824, e Portugal, em 1826, com a Carta Constitucional outorgada também por Dom Pedro — em Portugal, IV, e não I —, no breve período de seis dias em que acumulou a coroa de ambos os países. As funções do Poder Moderador, tanto na doutrina de Constant quanto na Constituição brasileira, guardam semelhanças com algumas das funções que hoje cabem às cortes supremas — no Brasil, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Trata-se de garantir que a atuação dos poderes, seja na formulação de leis, seja na administração pública ou no julgamento de casos, não se choque com as normas constitucionais.

Diego Viana. Experimentação constitucional fomentou criação de Poder Moderador.

In: Revista Pesquisa FAPESP, ago./2022 (com adaptações).

Predomina no texto a tipologia textual argumentativa.

Comentários:

O texto é predominantemente informativo, não tem como foco desenvolver uma tese nem defender um ponto de vista para convencer o leitor. Portanto, não é essencialmente argumentativo.

A tipologia dissertativa predomina no texto, cuja estrutura busca mostrar a evolução histórica do equilíbrio entre os poderes no ordenamento jurídico.

Questão incorreta.

3. (CEBRASPE / PREF. DE FORTALEZA / 2023)

Responsabilidade fiscal combina com responsabilidade social?

Quando analistas do mercado financeiro e economistas ditos “ortodoxos” referem-se à necessidade de haver responsabilidade fiscal, parece, à primeira vista, que estão se referindo à necessidade de o Estado não realizar gastos (ou abrir mão de receitas públicas) de modo descontrolado, eleitoreiro e ineficiente, aumentando aceleradamente a dívida pública (em proporção do PIB) sem um planejamento econômico-orçamentário de médio e longo prazo. Se fosse somente isso, se fossem somente essas as suas preocupações, não haveria muita polêmica, visto que os políticos e os economistas que questionam a visão do mercado financeiro também concordam com esses parâmetros para qualificar a responsabilidade fiscal.

O problema está em alguns diagnósticos e causalidades evocados pelos economistas porta-vozes do mercado financeiro, que podemos sintetizar em duas ideias centrais.

A primeira ideia central é a de que a economia brasileira apresentaria historicamente um sério “risco fiscal”, suficiente para tirar o sono daqueles que compram títulos da dívida pública. Exatamente por esse grave risco fiscal, argumenta o economista ortodoxo, é que haveria a necessidade de o Banco Central manter a taxa de juros reais nas alturas, colocando o Brasil quase sempre na posição de país com a maior taxa de juros reais no mundo. Os maiores juros reais do mundo seriam uma espécie de prêmio exigido de modo justo e justificado pelos “investidores”



que emprestam seus recursos ao governo: maior risco, maior incerteza, maior prêmio — uma simples e sadia “lei do mercado”.

A segunda ideia central é a de que a inflação decorreria de um excesso de demanda na economia. Não adianta apresentar dados objetivos indicando que, em muitos casos, a inflação é gerada por choques de oferta que nada têm a ver com excesso de demanda. A partir desse diagnóstico imutável (e imune aos fatos) de que a inflação — ou o risco de inflação — seria sempre um problema de excesso de demanda, os porta-vozes do mercado estão sempre cobrando do governo que colabore para a redução da demanda e modere seus gastos (exceto o gasto com os juros da dívida pública), e estão sempre cobrando do Banco Central que aumente a taxa básica de juros diante de qualquer tipo de sinal de pressão inflacionária, pois o aumento dos juros causa refluxo da demanda — demissões, queda nos investimentos — e esse refluxo da demanda combateria eficazmente a inflação.

Podemos agora formular com precisão: o mercado financeiro não vê antagonismo entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social porque, em sua visão, a primeira é sempre uma pré-condição para a segunda. Como o mercado financeiro sempre vê um risco fiscal significativo na economia brasileira, nunca estará satisfeito com o nível de responsabilidade fiscal demonstrado pelo governo, nunca achará que já estamos em condições de avançar com segurança nas tarefas sociais e sempre tachará de “populista” ou “demagógica” qualquer alternativa que signifique abandonar esse beco sem saída ao qual o país foi condenado nas últimas décadas.

Internet: (com adaptações).

É correto afirmar que, segundo a perspectiva argumentativa adotada no texto, a “segunda ideia central”, mencionada no quinto parágrafo, é uma consequência da “primeira ideia central”, mencionada no quarto parágrafo.

Comentários:

Não. São ideias separadas.

A primeira ideia central é a de que o elevado risco fiscal justifica juros altos.

A segunda ideia central é a de que a inflação decorre de um excesso de demanda.

Uma não é consequência da outra.

Questão incorreta.

4. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais. Essa afirmação pode ser inesperada para muitos, porque tendemos a negar tanto a existência quanto a importância dos rituais na nossa vida cotidiana. Em geral, consideramos que rituais seriam eventos de sociedades históricas, da vida na corte europeia, por exemplo, ou, em outro extremo, de sociedades indígenas. Entre nós, a inclinação inicial é diminuir sua relevância. Muitas vezes comentamos “Ah, foi apenas um ritual”, querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo. Por exemplo, um discurso pode receber esse comentário se for



considerado superficial em relação à expectativa de um importante comunicado. Ritual, nesse caso, é a dimensão menos importante de um evento, sinal de uma forma vazia, algo pouco sério — e, portanto, “apenas um ritual”. Agimos como se desconhecêssemos que forma e conteúdo estão sempre combinados e associamos o ritual apenas à forma, isto é, à convencionalidade, à rigidez, ao tradicionalismo. Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado. Em suma, usamos o termo ritual no dia a dia com uma conotação de fenômeno formal e arcaico.

Mariza Peirano. Rituais ontem e hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 7-8 (com adaptações).

O texto apresentado é predominantemente descritivo, já que exemplifica uma das acepções do termo ritual.

Comentários:

O texto é eminentemente dissertativo, pois expõe considerações sobre rituais e nossa visão sobre eles. O texto predominantemente descritivo tem como foco o detalhamento de um ser, um objeto, uma cena etc. Não é o caso aqui. Questão incorreta.

5. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019)

Texto CB2A1-I

Raras vezes na história humana, o trabalho, a riqueza, o poder e o saber mudaram simultaneamente. Quando isso ocorre, sobrevêm verdadeiras descontinuidades que marcam época, pedras miliares no caminho da humanidade. A invenção das técnicas para controlar o fogo, o início da agricultura e do pastoreio na Mesopotâmia, a organização da democracia na Grécia, as grandes descobertas científicas e geográficas entre os séculos XII e XVI, o advento da sociedade industrial no século XIX, tudo isso representa saltos de época, que desorientaram gerações inteiras.

Se observarmos bem, essas ondas longas da história, como as chamava Braudel, tornaram-se cada vez mais curtas. Acabamos de nos recuperar da ultrapassagem da agricultura pela indústria, ocorrida no século XX, e, em menos de um século, um novo salto de época nos tomou de surpresa, lançando-nos na confusão. Dessa vez o salto coincidiu com a rápida passagem de uma sociedade de tipo industrial dominada pelos proprietários das fábricas manufatureiras para uma sociedade de tipo pós-industrial dominada pelos proprietários dos meios de informação.

O fórceps com o qual a recém-nascida sociedade pós-industrial foi extraída do ventre da sociedade industrial anterior é representado pelo progresso científico e tecnológico, pela globalização, pelas guerras mundiais, pelas revoluções proletárias, pelo ensino universal e pelos meios de comunicação de massa. Agindo simultaneamente, esses fenômenos produziram uma avalanche ciclópica — talvez a mais irresistível de toda a história humana — na qual nós, contemporâneos, temos o privilégio e a desventura de estar envolvidos em primeira pessoa.

Ninguém poderia ficar impassível diante de uma mudança dessa envergadura. Por isso a sensação mais difundida é a desorientação.

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se



deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito.

Domenico de Masi. Alfabeto da sociedade desorientada: para entender o nosso tempo. Trad. Silvana Cobucci e Federico Carotti. São Paulo: Objetiva, 2017, p. 93-4 (com adaptações).

O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo, devido, entre outros aspectos, à presença de evidências e fatos históricos utilizados para validar a argumentação do autor.

Comentários:

Sim. A redação da banca é perfeita. O texto usa exemplos de fases e fenômenos históricos para fortalecer a tese de que “Raras vezes na história humana, o trabalho, a riqueza, o poder e o saber mudaram simultaneamente” e que isso está acontecendo agora, pois as mudanças estão ficando mais rápidas, gerando esses “saltos de época”. Questão correta.

6. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A11-I

Pixis foi um músico medíocre, mas teve o seu dia de glória no distante ano de 1837.

Em um concerto em Paris, Franz Liszt tocou uma peça do (hoje) desconhecido compositor, junto com outra, do admirável, maravilhoso e extraordinário Beethoven (os adjetivos aqui podem ser verdadeiros, mas — como se verá — relativos). A plateia, formada por um público refinado, culto e um pouco bovino, como são, sempre, os homens em ajuntamentos, esperava com impaciência.

Liszt tocou Beethoven e foi calorosamente aplaudido. Depois, quando chegou a vez do obscuro e inferior Pixis, manifestou-se o desprezo coletivo. Alguns, com ouvidos mais sensíveis, depois de lerem o programa que anunciava as peças do músico menor, retiraram-se do teatro, incapazes de suportar música de má qualidade.

Como sabemos, os melômanos são impacientes com as obras de epígonos, tão céleres em reproduzir, em clave rebaixada, as novas técnicas inventadas pelos grandes artistas.

Liszt, no entanto, registraria que um erro tipográfico invertera, no programa do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...

A música de Pixis, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixis, foi enxovalhada.

Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o risco de aplaudir Pixis como se fosse Beethoven.

Charles Kiefer. O paradoxo de Pixis. In: Para ser escritor. São Paulo: Leya, 2010 (com adaptações).

O autor do texto 1A11-I apresenta a narrativa do concerto de Liszt com o propósito de

- A) reconhecer que Pixis era tão genial quanto Beethoven.
- B) criticar o modo como algumas pessoas consomem arte.
- C) dar notoriedade à carreira de Pixis.



D) alertar o público de que não se deve confiar em tudo que se lê.

E) incentivar o público a ampliar seu repertório musical.

Comentários:

O raciocínio que conclui o texto está nos últimos parágrafos. O autor critica o consumo de arte baseado apenas em "grife" e não em um julgamento isento da obra em si. Quando foi apresentado como obra de um compositor de renome, o trabalho de Pixinho foi consumido de forma diferente de como seria se fosse apresentado em nome próprio, isso faz o autor questionar o que é mesmo "extraordinário".

A música de Pixinho, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixinho, foi enxovalhada.

Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o risco de aplaudir Pixinho como se fosse Beethoven.

Gabarito letra B.

7. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A3-I

A política tributária não se restringe ao objetivo de abastecer os cofres públicos, mas tem também objetivos econômicos e sociais. Se fosse aumentada a tributação sobre um produto considerado nocivo para o consumidor ou para a sociedade, o seu consumo poderia ser desestimulado. Caso a intenção fosse promover uma melhor distribuição de renda, o Estado poderia reduzir tributos incidentes sobre os produtos mais consumidos pela população de renda mais baixa e elevar os tributos sobre a renda da classe mais alta.

Por outro lado, se o Estado reduzisse a tributação de determinado setor da economia, os custos desse setor diminuiriam, o que possibilitaria a queda dos preços de seus produtos e poderia gerar um crescimento das vendas. Outro efeito viável dessa política seria o aumento do lucro das empresas, favorecendo-se, assim, a elevação dos seus investimentos — e, consequentemente, da produção — e o surgimento de novas empresas, o que provavelmente resultaria no crescimento da produção, bem como no acirramento da concorrência, com possíveis reflexos sobre os preços. Em qualquer um desses cenários, o setor seria estimulado.

Internet: <<https://politicaspublicas.almg.gov.br>> (com adaptações).

O texto 1A3-I organiza-se de forma a apresentar

- A) argumentos em favor dos objetivos do Estado com relação à política tributária, para convencer o leitor.
- B) possíveis consequências sociais e econômicas da política tributária.
- C) procedimentos da atividade de tributação, destacando sua natureza fiscal.
- D) defesa de ações governamentais mais efetivas no que se refere à política tributária.
- E) razões para a diminuição de impostos ser considerada mais benéfica que o aumento destes.

Comentários:



O primeiro parágrafo menciona possíveis (prováveis e hipotéticos) efeitos sociais de uma política econômica: aumentar a tributação sobre o consumo de um bem nocivo que se deseja desencorajar; reduzir os tributos dos bens mais consumidos por pessoas de menor poder aquisitivo, para melhorar a distribuição de renda.

O segundo menciona consequências econômicas da redução da tributação sobre empresas: menor custo, mais lucro, maior investimento, maior concorrência, menor preço...

É só isso que o texto traz!

Vejamos o problema das demais:

A) Incorreto. Não há tentativa de convencer o leitor nem de defender o Estado, são apresentadas relações lógicas entre algumas políticas e possíveis efeitos.

C) Incorreto. Não há destaque à natureza fiscal (arrecadatória); pelo contrário, são mencionados efeitos econômicos e sociais.

D) Incorreto. Vale o mesmo comentário da A.

E) Incorreto. O texto não defende redução de impostos, também menciona o aumento de impostos sobre produtos nocivos. A alternativa restringe o texto a apenas um de seus aspectos. Gabarito letra B.

8. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019)

Texto CB1A1-II

Ainda hoje, em muitos rincões do nosso país, são encontrados administradores públicos cujas ações em muito se assemelham às de Nabucodonosor, rei do império babilônico, que, buscando satisfazer sua rainha Meda, saudosa das colinas e florestas de sua pátria, providenciou a construção de estupendos jardins suspensos. Essa excentricidade, que consumiu anos de labor e gastos incalculáveis, culminou em uma das sete maravilhas do mundo antigo.

Tal "maravilha", que originou mais ônus do que propriamente benefícios, apresenta grande similitude com devaneios atuais em que se constata o gasto de dinheiro público com atos de motivação fútil e imoral, finalidade dissociada do interesse público e em total afronta à razoabilidade administrativa, com flagrante desproporção entre o numerário despendido e o benefício auferido pela coletividade.

Além da insensatez detectada em alguns atos de administração, constata-se a existência de situação mais grave e preocupante, a degeneração de caráter em muitos entre os que ascendem à gestão do interesse público. Essa degeneração, em alguns casos, precede a investidura; em outros, tem causas endêmicas, sendo o resultado inevitável da interação com um meio viciado.

Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves. *Improbidade administrativa*. 8.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 47 (com adaptações)

No texto CB1A1-II, predomina a tipologia

- A) injuntiva.
- B) narrativa.
- C) descritiva.
- D) expositiva.



E) argumentativa.

Comentários:

O texto é carregado de opiniões do autor: ele declara que há obras desproporcionais, que há administradores corruptos que gastam demais com obras de pouca utilidade pública. Para ilustrar seu ponto de vista, usa uma analogia histórica: os jardins suspensos da babilônia, um exemplo de obra extremamente cara, com pouco benefício para o povo que paga por ela. Por esses indícios, o texto é mais bem enquadrado no tipo argumentativo. Gabarito letra E.

9. (CEBRASPE / PGE-PE-Assistente de Procuradoria – 2019)

A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de rescindi-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde moramos, quem amamos e como morremos.

À primeira vista, a modernidade parece ser um contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam compreender no que exatamente se inscreveram. É como se você tivesse baixado algum software e ele te solicitasse assinar um contrato com dezenas de páginas em "juridiquês"; você dá uma olhada nele, passa imediatamente para a última página, tica em "concordo" e esquece o assunto. Mas a modernidade, de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato interno pode ser resumido em uma única frase: humanos concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

O texto apresenta estratégia argumentativa que visa aproximar o leitor das ideias desenvolvidas pelo autor.

Comentários:

Sim, o autor expressa suas opiniões usando a primeira pessoa do plural: "nós" (nós aderimos, morremos, nossa vida....). Essa estratégia torna suas opiniões inclusivas e generalizantes, o que tem o efeito de incluir o leitor, fazendo que este se sinta mais próximo daquela realidade comentada no texto. Questão correta.

10.(CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A1-II

O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) é um tributo que deve ser pago todo ano pelos donos de qualquer tipo de veículo. O valor do IPVA é calculado com base no valor do veículo comprado, e sua quitação é um requisito para o licenciamento.

Do total arrecadado com cada veículo, 50% vão para o governo estadual e os outros 50%, para o município no qual o veículo tiver sido emplacado. Essa arrecadação, recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios, não é exclusivamente destinada a asfaltamento de ruas e colocação de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas pode abranger despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

Para pagar o IPVA, o proprietário de veículo recebe em sua casa um aviso de vencimento do imposto, com informações sobre o veículo, valores, datas, parcelas, formas de pagamento. Com



esse documento é possível quitar o IPVA, juntamente com o seguro obrigatório, e até fazer o licenciamento antecipado. O não pagamento do IPVA implica multa e impede a realização do licenciamento.

Internet: <<https://www.portaleducacao.com.br>> (com adaptações).

Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto 1A1-II é predominantemente

- A) descriptivo.
- B) informativo.
- C) argumentativo.
- D) narrativo.
- E) prescritivo.

Comentários:

Predominam no texto informações sobre o IPVA, como ser baseado no valor do veículo, ser requisito para o licenciamento, ser destinado a despesas variadas etc... Então, o texto tem como finalidade informar. Gabarito letra B.

11.(CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A2-I

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, o direito à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

O direito internacional relacionado aos direitos humanos estabelece obrigações para que os governos ajam de determinadas maneiras ou se abstenham de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Desde o estabelecimento das Nações Unidas, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas.

Os direitos humanos são fundados no respeito pela dignidade e no valor de cada pessoa. São universais, ou seja, são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas. São inalienáveis — e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos —, mas podem ser limitados em situações específicas: o direito à liberdade pode ser restringido se, após o devido processo legal, uma pessoa for julgada culpada de um crime punível com privação de liberdade.

Internet: <<https://nacoesunidas.org>> (com adaptações).

Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto 1A2-I apresenta predominantemente

- A) uma combinação de recursos descriptivos e narrativos.
- B) recursos da tipologia textual argumentativa.
- C) elementos que caracterizam textos narrativos.



D) uma articulação entre as tipologias expositiva e narrativa.

E) elementos que caracterizam a tipologia expositiva.

Comentários:

O texto basicamente expõe características dos direitos humanos, como a universalidade, a inalienabilidade etc... Então, predominam elementos da tipologia expositiva, como verbos no presente universal, o fornecimento de dados, exemplos, o tom objetivo e impessoal. Não há defesa clara e predominante de um ponto de vista nem objetivo de narrar uma história.

A letra B poderia causar dúvidas, mas entendo que não há aqui, de forma PREDOMINANTE, os típicos recursos de argumentação, como citação de autoridades, estatísticas, analogias etc. Basicamente são oferecidas informações sobre tais direitos. Gabarito letra E.

12.(CEBRASPE / ABIN / AGENTE DE INTELIGÊNCIA / 2018)

Texto CB3A1AAA

A atividade de inteligência é o exercício de ações especializadas para a obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país. Inteligência e constrainteligência são os dois ramos dessa atividade. A inteligência compreende ações de obtenção de dados associadas à análise para a compreensão desses dados. A análise transforma os dados em cenário comprehensível para o entendimento do passado, do presente e para a perspectiva de como tende a se configurar o futuro. Cabe à inteligência tratar fundamentalmente da produção de conhecimentos com o objetivo específico de auxiliar o usuário a tomar decisões de maneira mais fundamentada. A constrainteligência tem como atribuições a produção de conhecimentos e a realização de ações voltadas à proteção de dados, conhecimentos, infraestruturas críticas — comunicações, transportes, tecnologias de informação — e outros ativos sensíveis e sigilosos de interesse do Estado e da sociedade. O trabalho desenvolvido pela constrainteligência tem foco na defesa contra ameaças como a espionagem, a sabotagem, o vazamento de informações e o terrorismo, patrocinadas por instituições, grupos ou governos estrangeiros.

Internet: <www.abin.gov.br> (com adaptações).

No texto, predomina a tipologia textual expositiva, dado o seu objetivo comunicativo de transmitir ao leitor um conjunto de informações relativas às atividades desenvolvidas sob o rótulo de inteligência.

Comentários:

Certo. O texto é predominantemente expositivo e tem como informação principal a definição de "Atividade de inteligência" e suas divisões em "inteligência" e "constrainteligência". Sua finalidade principal é informar, dissertar sobre a distinção entre esses dois conceitos. Questão correta.

13.(CEBRASPE / PC-SE / DELEGADO / 2018)

O Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe atende a um público específico, que frequentemente se torna vítima de diversos tipos de violência. Idosos, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes têm recebido atenção constante no DAGV, onde o atendimento ganha força e se especializa diariamente.



A unidade surgiu como delegacia especializada em setembro de 2004. Agentes e delegados de atendimento a grupos vulneráveis realizam atendimento às vítimas, centralizam procedimentos relativos a crimes contra o público vulnerável registrados em outras delegacias, abrem inquéritos e termos circunstanciados e fazem investigações de queixas.

Internet: <www.ssp.se.gov.br> (com adaptações).

Predomina no texto a tipologia narrativa, a qual é adequada ao propósito comunicativo de apresentar ao leitor um relato linear e objetivo da história do DAGV desde o seu surgimento até os dias atuais.

Comentários:

O texto diz “predomina”, então deve ser feita uma análise daquilo que é mais marcante quanto à finalidade do texto. Temos apenas um trecho de natureza narrativa:

A unidade surgiu como delegacia especializada em setembro de 2004.

O restante do texto tem clara finalidade de expor informações sobre o DAGV, o que é suficiente para dizer que o texto não é predominantemente narrativo. A melhor classificação seria chamá-lo de um texto predominantemente expositivo. Questão incorreta.

14. (CEBRASPE / IPHAN / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2018)

Texto CB2A1AAA

Se os historiadores produzem o passado e é o passado que faz uma nação, os historiadores do patrimônio fazem política, inventando o patrimônio nacional, atribuindo valor e significados a bens e práticas culturais que circunscrevem os limites da nação.

Sabemos bem que o trabalho do historiador, ao fabricar um patrimônio no seu próprio ofício da escrita da história, está integrado a um projeto de nacionalização, de construção do Estado e, portanto, de poder.

Certa produção historiográfica e sociológica, em debate pelo menos desde os anos 70 do século passado e já clássica na atualidade, trouxe novos ingredientes para a reflexão sobre essa ambiguidade do papel do historiador e do intelectual de um modo geral. Essa literatura aponta os numerosos constrangimentos a que estavam submetidos, na sua produção intelectual, em função de um processo de formação, enquadramento e disciplinarização que delineava um lugar de fala, limitado por regras de diversas naturezas. Dentre elas, podem ser destacadas as de financiamento de estudos, postos a julgamentos sobre suas finalidades e objetivos por comissões de alto nível, bem como as regras que regem a oferta de trabalho. O perfil e a política das instituições em que estão inseridos, entre outros aspectos, impõem a agenda dos estudos do momento.

Alguns desses autores, em confronto com interpretações totalizantes acerca dos fenômenos sociais, verificavam, também, que, diante de estratégias de dominação — identificadas em microescalas e em diferentes tipos e níveis de relações —, havia a possibilidade de pequenas subversões ou da adoção de sutis táticas de resistência; noutra vertente, pode-se falar nas brechas que se verificam em todo sistema e que arejam e alimentam esperanças de transformação.



Ainda que circunscritas a determinados limites, essas ações de resistência, aparentemente insignificantes, colocam em movimento as relações e podem alterar a realidade de uma ordem imposta ou dominante, em um jogo vívido cotidiana e mais ou menos silenciosamente.

É evidente, nessa perspectiva, que, diante do exercício de violência simbólica ao qual somos submetidos, na qualidade de sujeitos históricos, verificam-se nossas capacidades inventivas nos limites de possibilidades de ação de que dispomos. Essa estranha “margem de manobra”, ou, em melhores palavras, essa interseção entre um profundo pessimismo e a utopia de se construir um mundo melhor, é que mobiliza os homens para a ação.

Márcia Chuva. *História e patrimônio*. In: *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, n.º 34, 2012, p. 11 (com adaptações).

Por expor as ideias da autora, o texto é predominantemente descritivo.

Comentários:

O texto é predominantemente dissertativo. Questão incorreta.

15.(CEBRASPE / EMAP / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2018)

É curioso notar que a ideia de porto está presente nas sociedades humanas desde o aparecimento das cidades. Isso porque uma das características das primeiras estruturas urbanas existentes na região do Oriente Próximo foi a presença do porto.

As primeiras cidades, no sentido moderno, surgiram no período compreendido entre 3.100 e 2.900 a.C., na Mesopotâmia, civilização situada às margens dos rios Tigre e Eufrates. A estrutura desses primeiros agrupamentos urbanos era tripartite: a cidade propriamente dita, cercada por muralhas, onde ficavam os principais locais de culto e as células dos futuros palácios reais; uma espécie de subúrbio, extramuros, local que agrupava residências e instalações para criação de animais e plantio; e o porto fluvial, espaço destinado à prática do comércio e que era utilizado como local de instalação dos estrangeiros, cuja admissão, em regra, era vedada nos muros da cidade.

Não se trata, portanto, de uma criação aleatória apenas vinculada à atividade comercial. O porto aparece como mais um elemento de uma forte mudança civilizacional que marcou o contexto do surgimento das cidades e da escrita. O comportamento fundamental dessa mudança localiza-se no aumento das possibilidades do agir humano, na diversificação dos papéis sociais e na abertura para o futuro. Houve, em resumo, uma ampliação no grau de complexidade da sociedade.

Cristiano Paixão e Ronaldo C Fleury *Trabalho portuário — a modernização dos portos e as relações de trabalho no Brasil* São Paulo: Método, 2008, p 17-8 (com adaptações)

O texto é predominantemente descritivo, na medida em que apresenta detalhadamente as características dos portos na Antiguidade.

Comentários:

O texto é predominantemente dissertativo-expositivo, pois tem como finalidade mostrar como a presença de um porto é um fator histórico de transformação da civilização. A descrição não é exatamente dos portos, mas da organização das cidades medievais, que incluía, entre outras estruturas, um porto, com determinadas características. Então, não é o foco do texto “descrever portos”.



A propósito, esse tipo de questão é sempre muito perigoso. Um critério que funciona bem para o CEBRASPE é pensar que são raros os textos puramente descritivos. Questão incorreta.

16.(CEBRASPE / PC-GO-Delegado – 2017)

Texto CB1A1AAA

A diferença básica entre as polícias civil e militar é a essência de suas atividades, pois assim desenhou o constituinte original: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF), em seu art. 144, atribui à polícia federal e às polícias civis dos estados as funções de polícia judiciária — de natureza essencialmente investigatória, com vistas à colheita de provas e, assim, à viabilização do transcorrer da ação penal — e a apuração de infrações penais.

Enquanto a polícia civil descobre, apura, colhe provas de crimes, propiciando a existência do processo criminal e a eventual condenação do delinquente, a polícia militar, fardada, faz o patrulhamento ostensivo, isto é, visível, claro e perceptível pelas ruas. Atua de modo preventivo-repressivo, mas não é seu mister a investigação de crimes. Da mesma forma, não cabe ao delegado de polícia de carreira e a seus agentes sair pelas ruas ostensivamente em patrulhamento. A própria comunidade identifica na farda a polícia repressiva; quando ocorre um crime, em regra, esta é a primeira a ser chamada. Depois, havendo prisão em flagrante, por exemplo, atinge-se a fase de persecução penal, e ocorre o ingresso da polícia civil, cuja identificação não se dá necessariamente pelos trajes usados.

O texto CB1A1AAA é predominantemente

- a) injuntivo.
- b) narrativo.
- c) dissertativo.
- d) exortativo.
- e) descritivo.

Comentários:

Pela leitura atenta do texto, percebemos que o autor expõe de forma clara e objetiva a diferença entre as atribuições das polícias civil e militar. Essa exposição é neutra, sem defesa de tese, reproduz os dizeres da Constituição Federal. Como marcas linguísticas, há predominância de verbos no presente do indicativo, o que indica a intenção de dar ao conteúdo tom de "verdade geral", de "informação", não de opinião. Essa é uma marca da dissertação, no caso, de caráter meramente explicativo ou expositivo, pois não tem finalidade de comprovar ponto de vista. Gabarito letra C.



LISTA DE QUESTÕES - NARRAÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / PGE-PE / ASSISTENTE DE PROCURADORIA / 2019)

Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. íamos de automóvel até Barra do Piraí, onde pegávamos um carro de boi. Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: "Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!". Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. O livro de Jô: uma autobiografia desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

O texto é essencialmente descritivo, pois detalha lembranças acerca das viagens de férias que a personagem e sua família faziam com frequência durante a sua infância.

2. (CEBRASPE / SEDU-ES / 2010)

Julgue o item que se segue, relativo à interpretação, produção, tipos e gêneros de textos. Anedota, autobiografia e história em quadrinhos são gêneros textuais narrativos.

GABARITO

1. INCORRETA
2. CORRETA



LISTA DE QUESTÕES - DESCRIÇÃO

1. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

Desde os alvores da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

O terceiro parágrafo do texto é essencialmente descritivo, porque caracteriza a liberdade de expressão.

GABARITO

1. INCORRETA



LISTA DE QUESTÕES - DISSERTAÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / CGDF / 2023)

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negativação da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do "leão" do imposto de renda, a tão repetida expressão "carga tributária", entre outras. Essa "demonização" do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada. Frise-se, porém, que essa imagem negativa é, às vezes, patrocinada por quem ideologicamente julga desnecessária uma tributação nas proporções em que o Estado brasileiro vem aplicando. Nesse cenário, percebe-se, com linhas mais nítidas, um fenômeno que acompanha toda a história tributária do homem: o da oposição social aos tributos, entendida aqui não como uma predisposição "natural", "inata" dos contribuintes, mas como todo desvio que afasta o contribuinte do cumprimento de uma obrigação tributária, não sendo naturais as causas que o levam a resistir. O contribuinte resiste diante da cobrança de uma tributação ilícita; diante da cobrança ou da instituição de um tributo por um governo ou legislador ilegítimo; diante da possibilidade de se praticar uma conduta tributária menos onerosa, tendo o contribuinte a liberdade e o direito de resistir à tributação mais severa; e, no caso dos crimes contra a ordem tributária, quando apenas há a vontade livre e consciente de cometer o crime.

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como "direito de resistência fiscal", "objeção fiscal", "desobediência fiscal", "greve fiscal", "revolta fiscal", "rebelião fiscal". Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de "direito de resistência" e de "resistência fiscal", tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis.

Com efeito, dado que seja gênero de múltiplas espécies, podem ser elencadas como modalidades de resistência fiscal: a) a resistência à cobrança de tributos ilícitos/inconstitucionais, que tem total amparo no princípio constitucional da legalidade tributária, tendo os contribuintes direito de resistir a essa tributação ilegal/inconstitucional; b) a resistência à cobrança ou à instituição de tributos que, mesmo amparados na lei e na Constituição Federal de 1988, são, porém, rechaçados pela sociedade, considerados ilegítimos pela população, ou rechaçados por camada social que se veja prejudicada com sua instituição; c) o crime tributário, que não passa de uma ofensa deliberada à lei; e d) a resistência lícita, na qual se opta por alternativa legal menos onerosa ou pela abstenção de conduta tributável.

A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas



para a recusa ao pagamento dos tributos. Verifica-se, assim, uma razão inversamente proporcional entre o quantum democrático de um regime político e a resistência social aos tributos por ele instituídos. Assim, a democracia participativa, em superação aos modelos clássicos e insuficientes da representação ou do exercício semidireto do poder, aponta para uma “relegitimação” do Estado fiscal, na qual a sociedade passa a tomar parte de espaços de decisões políticas.

A sociedade contribuinte deve-se preocupar, portanto, no caminho a ser trilhado em direção a uma educação (para a cidadania) fiscal, não apenas com a “carga tributária”, mas com o destino das arrecadações e com os gastos públicos. Nesse sentido, já existem alguns avanços, como o da Lei n.º 12.741/2012, que obrigou, como direito básico dos consumidores, informarem-se os tributos incidentes e repassados no preço dos produtos, e os programas de educação fiscal ligados aos órgãos fiscais da União, dos estados e das capitais. Muito ainda, porém, estão alheios os cidadãos acerca do que o Estado arrecada e, mais ainda, de como gastam os governantes tais recursos, o que pode aumentar os índices de resistência fiscal na sociedade brasileira.

Isaac Rodrigues Cunha. *Resistência fiscal, democracia e educação tributária: fundamentos para uma fiscalidade democrático-participativa por meio de uma “pedagogia fiscal”*. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2017 (com adaptações)

Quanto à tipologia e aos gêneros textuais, o texto CB1A1 classifica-se como

- A) narrativo, dado o conjunto de fatos nele relatados
- B) descriptivo, pelo volume de dados apresentados.
- C) dissertativo-argumentativo, pela exposição de ideias do autor e de outrem.
- D) jornalístico, dada a programática omissão, pelo autor, de opinião acerca do assunto tratado.

2. (CEBRASPE / CNMP / 2023)

Ao final do período de revoluções e guerras que caracterizaram a virada do século XVIII para o XIX, os recém-emancipados países da América e os antigos Estados europeus se viram diante da necessidade de criar estruturas de governo, marcando a transição do Antigo Regime ao constitucionalismo e do colonialismo à independência. Os arquitetos da nova ordem se inspiraram em fontes antigas e modernas: de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) e Políbio (c.200 a.C. – c.118 a.C.) a John Locke (1632 – 1704) e Montesquieu (1689 – 1755). Um dos principais problemas com os quais lideranças e pensadores políticos se confrontaram estava materializado em uma passagem do poeta satírico romano Juvenal (c.55 – c.127), em que se lê: “Quis custodiet ipsos custodes?”, traduzida como “Quem vigia os vigias?” ou “Quem controla os controladores?”.

“Uma coisa é teorizar sobre a separação em três poderes, como lemos em Montesquieu. Outra coisa é colocar em prática”, observa a historiadora Monica Duarte Dantas, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. “Aí surgem os problemas, porque um poder



pode tentar assumir as atribuições de outro. Não era possível antever todas as questões que iriam aparecer, até porque havia assuntos que diziam respeito a mais de um poder. Na prática, era preciso definir a quem competia o quê. Essas questões emergiram rapidamente nos séculos XVIII e XIX, quando se tentou colocar em prática a separação de poderes."

Alguém que acompanhasse os trabalhos de elaboração de textos constitucionais no início do século XIX não necessariamente apostaria que, ao final desse período, estaria consolidado um modelo de organização do Estado em que o poder se desdobraria em três partes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, conforme apresentado pelo filósofo francês Montesquieu em *O espírito das leis* (1748). Havia projetos com quatro, cinco ou até mais poderes. Na França, o filósofo político franco-suíço Benjamin Constant (1767 – 1830) imaginou meia dezena: o Judiciário, o Executivo, dois poderes representativos, correspondentes ao Legislativo — o da opinião (Câmara Baixa) e o da tradição (Câmara Alta) —, e um poder "neutro", exercido pelo monarca. O revolucionário venezuelano Simon Bolívar (1783 – 1830) chegou a formular a ideia, em 1819, de um "poder moral" que deveria cuidar, sobretudo, de educação.

As mesmas preocupações estavam na cabeça dos deputados na primeira Assembleia Constituinte do Brasil, em 1823. Até que, em novembro, o conflito de poderes se concretizou: tropas enviadas pelo imperador Dom Pedro I (1789 – 1834) dissolveram a assembleia. Em março do ano seguinte, quando o imperador outorgou a primeira Constituição brasileira, ela se afastava pouco do projeto elaborado em 1823, mas continha uma diferença crucial: os poderes eram quatro e incluíam um Moderador.

Entretanto, só em dois países esse quarto poder chegou a ser formalmente inscrito no texto constitucional, como uma instituição em separado. O Brasil, com o título 5.º da Constituição de 1824, e Portugal, em 1826, com a Carta Constitucional outorgada também por Dom Pedro — em Portugal, IV, e não I —, no breve período de seis dias em que acumulou a coroa de ambos os países. As funções do Poder Moderador, tanto na doutrina de Constant quanto na Constituição brasileira, guardam semelhanças com algumas das funções que hoje cabem às cortes supremas — no Brasil, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Trata-se de garantir que a atuação dos poderes, seja na formulação de leis, seja na administração pública ou no julgamento de casos, não se choque com as normas constitucionais.

Diego Viana. Experimentação constitucional fomentou criação de Poder Moderador.

In: Revista Pesquisa FAPESP, ago./2022 (com adaptações).

Predomina no texto a tipologia textual argumentativa.

3. (CEBRASPE / PREF. DE FORTALEZA / 2023)

Responsabilidade fiscal combina com responsabilidade social?

Quando analistas do mercado financeiro e economistas ditos "ortodoxos" referem-se à necessidade de haver responsabilidade fiscal, parece, à primeira vista, que estão se referindo à necessidade de o Estado não realizar gastos (ou abrir mão de receitas públicas) de modo descontrolado, eleitoreiro e ineficiente, aumentando aceleradamente a dívida pública (em



proporção do PIB) sem um planejamento econômico-orçamentário de médio e longo prazo. Se fosse somente isso, se fossem somente essas as suas preocupações, não haveria muita polêmica, visto que os políticos e os economistas que questionam a visão do mercado financeiro também concordam com esses parâmetros para qualificar a responsabilidade fiscal.

O problema está em alguns diagnósticos e causalidades evocados pelos economistas porta-vozes do mercado financeiro, que podemos sintetizar em duas ideias centrais.

A primeira ideia central é a de que a economia brasileira apresentaria historicamente um sério “risco fiscal”, suficiente para tirar o sono daqueles que compram títulos da dívida pública. Exatamente por esse grave risco fiscal, argumenta o economista ortodoxo, é que haveria a necessidade de o Banco Central manter a taxa de juros reais nas alturas, colocando o Brasil quase sempre na posição de país com a maior taxa de juros reais no mundo. Os maiores juros reais do mundo seriam uma espécie de prêmio exigido de modo justo e justificado pelos “investidores” que emprestam seus recursos ao governo: maior risco, maior incerteza, maior prêmio — uma simples e sadia “lei do mercado”.

A segunda ideia central é a de que a inflação decorreria de um excesso de demanda na economia. Não adianta apresentar dados objetivos indicando que, em muitos casos, a inflação é gerada por choques de oferta que nada têm a ver com excesso de demanda. A partir desse diagnóstico imutável (e imune aos fatos) de que a inflação — ou o risco de inflação — seria sempre um problema de excesso de demanda, os porta-vozes do mercado estão sempre cobrando do governo que colabore para a redução da demanda e modere seus gastos (exceto o gasto com os juros da dívida pública), e estão sempre cobrando do Banco Central que aumente a taxa básica de juros diante de qualquer tipo de sinal de pressão inflacionária, pois o aumento dos juros causa refluxo da demanda — demissões, queda nos investimentos — e esse refluxo da demanda combateria eficazmente a inflação.

Podemos agora formular com precisão: o mercado financeiro não vê antagonismo entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social porque, em sua visão, a primeira é sempre uma pré-condição para a segunda. Como o mercado financeiro sempre vê um risco fiscal significativo na economia brasileira, nunca estará satisfeito com o nível de responsabilidade fiscal demonstrado pelo governo, nunca achará que já estamos em condições de avançar com segurança nas tarefas sociais e sempre tachará de “populista” ou “demagógica” qualquer alternativa que signifique abandonar esse beco sem saída ao qual o país foi condenado nas últimas décadas.

Internet: (com adaptações).

É correto afirmar que, segundo a perspectiva argumentativa adotada no texto, a “segunda ideia central”, mencionada no quinto parágrafo, é uma consequência da “primeira ideia central”, mencionada no quarto parágrafo.

4. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)



Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais. Essa afirmação pode ser inesperada para muitos, porque tendemos a negar tanto a existência quanto a importância dos rituais na nossa vida cotidiana. Em geral, consideramos que rituais seriam eventos de sociedades históricas, da vida na corte europeia, por exemplo, ou, em outro extremo, de sociedades indígenas. Entre nós, a inclinação inicial é diminuir sua relevância. Muitas vezes comentamos "Ah, foi apenas um ritual", querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo. Por exemplo, um discurso pode receber esse comentário se for considerado superficial em relação à expectativa de um importante comunicado. Ritual, nesse caso, é a dimensão menos importante de um evento, sinal de uma forma vazia, algo pouco sério — e, portanto, "apenas um ritual". Agimos como se desconhecêssemos que forma e conteúdo estão sempre combinados e associamos o ritual apenas à forma, isto é, à convencionalidade, à rigidez, ao tradicionalismo. Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado. Em suma, usamos o termo ritual no dia a dia com uma conotação de fenômeno formal e arcaico.

Mariza Peirano. Rituais ontem e hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 7-8 (com adaptações).

O texto apresentado é predominantemente descritivo, já que exemplifica uma das acepções do termo ritual.

5. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019)

Texto CB2A1-I

Raras vezes na história humana, o trabalho, a riqueza, o poder e o saber mudaram simultaneamente. Quando isso ocorre, sobrevêm verdadeiras descontinuidades que marcam época, pedras miliares no caminho da humanidade. A invenção das técnicas para controlar o fogo, o início da agricultura e do pastoreio na Mesopotâmia, a organização da democracia na Grécia, as grandes descobertas científicas e geográficas entre os séculos XII e XVI, o advento da sociedade industrial no século XIX, tudo isso representa saltos de época, que desorientaram gerações inteiras.

Se observarmos bem, essas ondas longas da história, como as chamava Braudel, tornaram-se cada vez mais curtas. Acabamos de nos recuperar da ultrapassagem da agricultura pela indústria, ocorrida no século XX, e, em menos de um século, um novo salto de época nos tomou de surpresa, lançando-nos na confusão. Dessa vez o salto coincidiu com a rápida passagem de uma sociedade de tipo industrial dominada pelos proprietários das fábricas manufatureiras para uma sociedade de tipo pós-industrial dominada pelos proprietários dos meios de informação.

O fórceps com o qual a recém-nascida sociedade pós-industrial foi extraída do ventre da sociedade industrial anterior é representado pelo progresso científico e tecnológico, pela globalização, pelas guerras mundiais, pelas revoluções proletárias, pelo ensino universal e pelos meios de comunicação de massa. Agindo simultaneamente, esses fenômenos produziram uma avalanche ciclópica — talvez a mais irresistível de toda a história humana — na qual nós, contemporâneos, temos o privilégio e a desventura de estar envolvidos em primeira pessoa.

Ninguém poderia ficar impassível diante de uma mudança dessa envergadura. Por isso a sensação mais difundida é a desorientação.

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está



desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito.

Domenico de Masi. Alfabeto da sociedade desorientada: para entender o nosso tempo. Trad. Silvana Cobucci e Federico Carotti. São Paulo: Objetiva, 2017, p. 93-4 (com adaptações).

O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo, devido, entre outros aspectos, à presença de evidências e fatos históricos utilizados para validar a argumentação do autor.

6. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A11-I

Pixis foi um músico medíocre, mas teve o seu dia de glória no distante ano de 1837.

Em um concerto em Paris, Franz Liszt tocou uma peça do (hoje) desconhecido compositor, junto com outra, do admirável, maravilhoso e extraordinário Beethoven (os adjetivos aqui podem ser verdadeiros, mas — como se verá — relativos). A plateia, formada por um público refinado, culto e um pouco bovino, como são, sempre, os homens em ajuntamentos, esperava com impaciência.

Liszt tocou Beethoven e foi calorosamente aplaudido. Depois, quando chegou a vez do obscuro e inferior Pixis, manifestou-se o desprezo coletivo. Alguns, com ouvidos mais sensíveis, depois de lerem o programa que anunciava as peças do músico menor, retiraram-se do teatro, incapazes de suportar música de má qualidade.

Como sabemos, os melômanos são impacientes com as obras de epígonos, tão céleres em reproduzir, em clave rebaixada, as novas técnicas inventadas pelos grandes artistas.

Liszt, no entanto, registraria que um erro tipográfico invertera, no programa do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...

A música de Pixis, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixis, foi enxovalhada.

Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o risco de aplaudir Pixis como se fosse Beethoven.

Charles Kiefer. O paradoxo de Pixis. In: Para ser escritor. São Paulo: Leya, 2010 (com adaptações).

O autor do texto 1A11-I apresenta a narrativa do concerto de Liszt com o propósito de

- A) reconhecer que Pixis era tão genial quanto Beethoven.
- B) criticar o modo como algumas pessoas consomem arte.
- C) dar notoriedade à carreira de Pixis.
- D) alertar o público de que não se deve confiar em tudo que se lê.
- E) incentivar o público a ampliar seu repertório musical.



7. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A3-I

A política tributária não se restringe ao objetivo de abastecer os cofres públicos, mas tem também objetivos econômicos e sociais. Se fosse aumentada a tributação sobre um produto considerado nocivo para o consumidor ou para a sociedade, o seu consumo poderia ser desestimulado. Caso a intenção fosse promover uma melhor distribuição de renda, o Estado poderia reduzir tributos incidentes sobre os produtos mais consumidos pela população de renda mais baixa e elevar os tributos sobre a renda da classe mais alta.

Por outro lado, se o Estado reduzisse a tributação de determinado setor da economia, os custos desse setor diminuiriam, o que possibilitaria a queda dos preços de seus produtos e poderia gerar um crescimento das vendas. Outro efeito viável dessa política seria o aumento do lucro das empresas, favorecendo-se, assim, a elevação dos seus investimentos — e, consequentemente, da produção — e o surgimento de novas empresas, o que provavelmente resultaria no crescimento da produção, bem como no acirramento da concorrência, com possíveis reflexos sobre os preços. Em qualquer um desses cenários, o setor seria estimulado.

Internet: <<https://politicaspublicas.almg.gov.br>> (com adaptações).

O texto 1A3-I organiza-se de forma a apresentar

- A) argumentos em favor dos objetivos do Estado com relação à política tributária, para convencer o leitor.
- B) possíveis consequências sociais e econômicas da política tributária.
- C) procedimentos da atividade de tributação, destacando sua natureza fiscal.
- D) defesa de ações governamentais mais efetivas no que se refere à política tributária.
- E) razões para a diminuição de impostos ser considerada mais benéfica que o aumento destes.

8. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019)

Texto CB1A1-II

Ainda hoje, em muitos rincões do nosso país, são encontrados administradores públicos cujas ações em muito se assemelham às de Nabucodonosor, rei do império babilônico, que, buscando satisfazer sua rainha Meda, saudosa das colinas e florestas de sua pátria, providenciou a construção de estupendos jardins suspensos. Essa excentricidade, que consumiu anos de labor e gastos incalculáveis, culminou em uma das sete maravilhas do mundo antigo.

Tal “maravilha”, que originou mais ônus do que propriamente benefícios, apresenta grande similitude com devaneios atuais em que se constata o gasto de dinheiro público com atos de motivação fútil e imoral, finalidade dissociada do interesse público e em total afronta à razoabilidade administrativa, com flagrante desproporção entre o numerário despendido e o benefício auferido pela coletividade.

Além da insensatez detectada em alguns atos de administração, constata-se a existência de situação mais grave e preocupante, a degeneração de caráter em muitos entre os que ascendem à gestão do interesse público. Essa degeneração, em alguns casos, precede a investidura; em outros, tem causas endêmicas, sendo o resultado inevitável da interação com um meio viciado.

Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves. *Improbidade*



administrativa. 8.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 47 (com adaptações)

No texto CB1A1-II, predomina a tipologia

- A) injuntiva.
- B) narrativa.
- C) descritiva.
- D) expositiva.
- E) argumentativa.

9. (CEBRASPE / PGE-PE-Assistente de Procuradoria – 2019)

A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de rescindí-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde moramos, quem amamos e como morremos.

À primeira vista, a modernidade parece ser um contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam compreender no que exatamente se inscreveram. É como se você tivesse baixado algum software e ele te solicitasse assinar um contrato com dezenas de páginas em "juridiquês"; você dá uma olhada nele, passa imediatamente para a última página, tica em "concordo" e esquece o assunto. Mas a modernidade, de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato interno pode ser resumido em uma única frase: humanos concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

O texto apresenta estratégia argumentativa que visa aproximar o leitor das ideias desenvolvidas pelo autor.

10.(CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A1-II

O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) é um tributo que deve ser pago todo ano pelos donos de qualquer tipo de veículo. O valor do IPVA é calculado com base no valor do veículo comprado, e sua quitação é um requisito para o licenciamento.

Do total arrecadado com cada veículo, 50% vão para o governo estadual e os outros 50%, para o município no qual o veículo tiver sido emplacado. Essa arrecadação, recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios, não é exclusivamente destinada a asfaltamento de ruas e colocação de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas pode abranger despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

Para pagar o IPVA, o proprietário de veículo recebe em sua casa um aviso de vencimento do imposto, com informações sobre o veículo, valores, datas, parcelas, formas de pagamento. Com esse documento é possível quitar o IPVA, juntamente com o seguro obrigatório, e até fazer o licenciamento antecipado. O não pagamento do IPVA implica multa e impede a realização do licenciamento.

Internet: <<https://www.portaleducacao.com.br>> (com adaptações).



Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto 1A1-II é predominantemente

- A) descritivo.
- B) informativo.
- C) argumentativo.
- D) narrativo.
- E) prescritivo.

11.(CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A2-I

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, o direito à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

O direito internacional relacionado aos direitos humanos estabelece obrigações para que os governos ajam de determinadas maneiras ou se abstenham de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Desde o estabelecimento das Nações Unidas, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas.

Os direitos humanos são fundados no respeito pela dignidade e no valor de cada pessoa. São universais, ou seja, são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas. São inalienáveis — e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos —, mas podem ser limitados em situações específicas: o direito à liberdade pode ser restringido se, após o devido processo legal, uma pessoa for julgada culpada de um crime punível com privação de liberdade.

Internet: <<https://nacoesunidas.org>> (com adaptações).

Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto 1A2-I apresenta predominantemente

- A) uma combinação de recursos descritivos e narrativos.
- B) recursos da tipologia textual argumentativa.
- C) elementos que caracterizam textos narrativos.
- D) uma articulação entre as tipologias expositiva e narrativa.
- E) elementos que caracterizam a tipologia expositiva.

12.(CEBRASPE / ABIN / AGENTE DE INTELIGÊNCIA / 2018)

Texto CB3A1AAA

A atividade de inteligência é o exercício de ações especializadas para a obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país. Inteligência e contrainteligência são os dois ramos dessa atividade. A inteligência compreende ações de



obtenção de dados associadas à análise para a compreensão desses dados. A análise transforma os dados em cenário compreensível para o entendimento do passado, do presente e para a perspectiva de como tende a se configurar o futuro. Cabe à inteligência tratar fundamentalmente da produção de conhecimentos com o objetivo específico de auxiliar o usuário a tomar decisões de maneira mais fundamentada. A constrainteligência tem como atribuições a produção de conhecimentos e a realização de ações voltadas à proteção de dados, conhecimentos, infraestruturas críticas — comunicações, transportes, tecnologias de informação — e outros ativos sensíveis e sigilosos de interesse do Estado e da sociedade. O trabalho desenvolvido pela constrainteligência tem foco na defesa contra ameaças como a espionagem, a sabotagem, o vazamento de informações e o terrorismo, patrocinadas por instituições, grupos ou governos estrangeiros.

Internet: <www.abin.gov.br> (com adaptações).

No texto, predomina a tipologia textual expositiva, dado o seu objetivo comunicativo de transmitir ao leitor um conjunto de informações relativas às atividades desenvolvidas sob o rótulo de inteligência.

13.(CEBRASPE / PC-SE / DELEGADO / 2018)

O Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe atende a um público específico, que frequentemente se torna vítima de diversos tipos de violência. Idosos, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes têm recebido atenção constante no DAGV, onde o atendimento ganha força e se especializa diariamente.

A unidade surgiu como delegacia especializada em setembro de 2004. Agentes e delegados de atendimento a grupos vulneráveis realizam atendimento às vítimas, centralizam procedimentos relativos a crimes contra o público vulnerável registrados em outras delegacias, abrem inquéritos e termos circunstanciados e fazem investigações de queixas.

Internet: <www.ssp.se.gov.br> (com adaptações).

Predomina no texto a tipologia narrativa, a qual é adequada ao propósito comunicativo de apresentar ao leitor um relato linear e objetivo da história do DAGV desde o seu surgimento até os dias atuais.

14.(CEBRASPE / IPHAN / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2018)

Texto CB2A1AAA

Se os historiadores produzem o passado e é o passado que faz uma nação, os historiadores do patrimônio fazem política, inventando o patrimônio nacional, atribuindo valor e significados a bens e práticas culturais que circunscrevem os limites da nação.

Sabemos bem que o trabalho do historiador, ao fabricar um patrimônio no seu próprio ofício da escrita da história, está integrado a um projeto de nacionalização, de construção do Estado e, portanto, de poder.

Certa produção historiográfica e sociológica, em debate pelo menos desde os anos 70 do século passado e já clássica na atualidade, trouxe novos ingredientes para a reflexão sobre essa ambiguidade do papel do historiador e do intelectual de um modo geral. Essa literatura aponta os numerosos constrangimentos a que estavam submetidos, na sua produção intelectual, em função de um processo de formação, enquadramento e disciplinarização que delineava um lugar



de fala, limitado por regras de diversas naturezas. Dentre elas, podem ser destacadas as de financiamento de estudos, postos a julgamentos sobre suas finalidades e objetivos por comissões de alto nível, bem como as regras que regem a oferta de trabalho. O perfil e a política das instituições em que estão inseridos, entre outros aspectos, impõem a agenda dos estudos do momento.

Alguns desses autores, em confronto com interpretações totalizantes acerca dos fenômenos sociais, verificavam, também, que, diante de estratégias de dominação — identificadas em microescalas e em diferentes tipos e níveis de relações —, havia a possibilidade de pequenas subversões ou da adoção de sutis táticas de resistência; noutra vertente, pode-se falar nas brechas que se verificam em todo sistema e que arejam e alimentam esperanças de transformação.

Ainda que circunscritas a determinados limites, essas ações de resistência, aparentemente insignificantes, colocam em movimento as relações e podem alterar a realidade de uma ordem imposta ou dominante, em um jogo vívido cotidiana e mais ou menos silenciosamente.

É evidente, nessa perspectiva, que, diante do exercício de violência simbólica ao qual somos submetidos, na qualidade de sujeitos históricos, verificam-se nossas capacidades inventivas nos limites de possibilidades de ação de que dispomos. Essa estranha “margem de manobra”, ou, em melhores palavras, essa interseção entre um profundo pessimismo e a utopia de se construir um mundo melhor, é que mobiliza os homens para a ação.

Márcia Chuva. História e patrimônio. In: Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, n.º 34, 2012, p. 11 (com adaptações).

Por expor as ideias da autora, o texto é predominantemente descritivo.

15.(CEBRASPE / EMAP / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2018)

É curioso notar que a ideia de porto está presente nas sociedades humanas desde o aparecimento das cidades. Isso porque uma das características das primeiras estruturas urbanas existentes na região do Oriente Próximo foi a presença do porto.

As primeiras cidades, no sentido moderno, surgiram no período compreendido entre 3.100 e 2.900 a.C., na Mesopotâmia, civilização situada às margens dos rios Tigre e Eufrates. A estrutura desses primeiros agrupamentos urbanos era tripartite: a cidade propriamente dita, cercada por muralhas, onde ficavam os principais locais de culto e as células dos futuros palácios reais; uma espécie de subúrbio, extramuros, local que agrupava residências e instalações para criação de animais e plantio; e o porto fluvial, espaço destinado à prática do comércio e que era utilizado como local de instalação dos estrangeiros, cuja admissão, em regra, era vedada nos muros da cidade.

Não se trata, portanto, de uma criação aleatória apenas vinculada à atividade comercial. O porto aparece como mais um elemento de uma forte mudança civilizacional que marcou o contexto do surgimento das cidades e da escrita. O comportamento fundamental dessa mudança localiza-se no aumento das possibilidades do agir humano, na diversificação dos papéis sociais e na abertura para o futuro. Houve, em resumo, uma ampliação no grau de complexidade da sociedade.

Cristiano Paixão e Ronaldo C Fleury Trabalho portuário — a modernização dos portos e as relações de trabalho no Brasil São Paulo: Método, 2008, p 17-8 (com adaptações)



O texto é predominantemente descritivo, na medida em que apresenta detalhadamente as características dos portos na Antiguidade.

16.(CEBRASPE / PC-GO-Delegado – 2017)

Texto CB1A1AAA

A diferença básica entre as polícias civil e militar é a essência de suas atividades, pois assim desenhou o constituinte original: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF), em seu art. 144, atribui à polícia federal e às polícias civis dos estados as funções de polícia judiciária — de natureza essencialmente investigatória, com vistas à colheita de provas e, assim, à viabilização do transcorrer da ação penal — e a apuração de infrações penais.

Enquanto a polícia civil descobre, apura, colhe provas de crimes, propiciando a existência do processo criminal e a eventual condenação do delinquente, a polícia militar, fardada, faz o patrulhamento ostensivo, isto é, visível, claro e perceptível pelas ruas. Atua de modo preventivo-repressivo, mas não é seu mister a investigação de crimes. Da mesma forma, não cabe ao delegado de polícia de carreira e a seus agentes sair pelas ruas ostensivamente em patrulhamento. A própria comunidade identifica na farda a polícia repressiva; quando ocorre um crime, em regra, esta é a primeira a ser chamada. Depois, havendo prisão em flagrante, por exemplo, atinge-se a fase de persecução penal, e ocorre o ingresso da polícia civil, cuja identificação não se dá necessariamente pelos trajes usados.

O texto CB1A1AAA é predominantemente

- A) injuntivo.
- B) narrativo.
- C) dissertativo.
- D) exortativo.
- E) descritivo.

GABARITO

- | | |
|--------------|---------------|
| 1. LETRA C | 10. LETRA B |
| 2. INCORRETA | 11. LETRA E |
| 3. INCORRETA | 12. CORRETA |
| 4. INCORRETA | 13. INCORRETA |
| 5. CORRETA | 14. INCORRETA |
| 6. LETRA B | 15. INCORRETA |
| 7. LETRA B | 16. LETRA C |
| 8. LETRA E | |
| 9. CORRETA | |



Noções BÁSICAS DE “TEXTO”

Olá, pessoal!

Nesta aula estudaremos o tópico mais cobrado nos concursos públicos: *interpretação de texto*!

Sozinho, o tópico “Compreensão e Interpretação de textos” é responsável por 27% a 40% de toda a prova, ao analisarmos os editais dos últimos dois anos.

Por isso, cara Aluna e caro Aluno, sugiro que se aprofunde neste assunto e resolva muitas questões. Ao longo da aula traremos formas de interpretar os textos de acordo com o que as bancas geralmente têm cobrado nas últimas provas.

A Interpretação de Textos é um exercício gradativo. Não é necessário nem recomendável ler todos os textos de uma vez! Sugiro que você divida essa aula em duas e aproveite melhor a lista de questões!

Uma boa interpretação de textos pressupõe uma série de conhecimentos e habilidades, anteriores ao texto em si.

O leitor precisa reconhecer:

- ✓ o contexto (situação/situacionalidade);
- ✓ a finalidade principal do texto: se é informar, narrar, descrever, e como essa intenção se materializa (intencionalidade discursiva);
- ✓ a linguagem: se é literal ou figurada; irônica; se tem um propósito estético, poético, lírico, além da sua mensagem principal;
- ✓ informações implícitas, quando há;
- ✓ referência a informações fora do texto ou a outros textos e se essas referências são parte do conhecimento de mundo do leitor (para que possa entender aceitar essa mensagem – aceitabilidade).

Enfim... Há muitos conceitos subjacentes à construção de um texto. A partir de agora, veremos os principais.

Grande abraço e ótimos estudos!

Time de Português



LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL

O **texto verbal** é aquele que se materializa em linguagem escrita ou falada. Vejamos um verbete de dicionário:

Resiliência - substantivo feminino

1. **FÍSICA**: propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica.
2. **figurado (sentido) figuradamente**: capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças.

O **texto “não verbal”** é o que usa outros elementos, que não a fala ou a escrita: imagens, música, gestos, escultura. Sinais, placas, pinturas, sons, linguagem corporal são todos elementos de linguagem “não verbal”. Comparem dois textos de mesma temática, mas escritos com linguagens diferentes:

Linguagem Verbal:

Urbanização é o crescimento das cidades, tanto em população quanto em extensão territorial. É o processo em que o espaço rural transforma-se em espaço urbano, com a consequente migração populacional do tipo campo-cidade que, quando ocorre de forma intensa e acelerada, é chamada de êxodo rural.

Linguagem Não Verbal:



Em prova, é comum a banca trazer textos “mistos”, “híbridos”, com elementos verbais e não verbais, ao mesmo tempo. Teremos então imagens e palavras. Vejamos:



LINGUAGEM LITERÁRIA E NÃO LITERÁRIA

A diferença básica entre um texto literário e um não literário é a função.

O **texto literário** tem uma *função estética*, tem ênfase no plano da expressão, ou seja, a forma é essencial ao texto.

Por isso, no texto literário, com função poética, abundam recursos estilísticos, como ritmo, versificação, estrutura planejada, figuras de som (rimas, aliterações), linguagem figurada, conotativa... Um texto literário não pode ser resumido, não pode ser alterado sem prejuízo. Se trocarmos uma palavra de lugar, perdemos o efeito estético de uma rima, por exemplo.

O **texto não literário** tem foco no *plano do conteúdo*, na informação, na referência que fornece, por isso pode ser resumido, reescrito de outras formas, sem prejuízo da mensagem original. Sua finalidade é utilitária (informar, convencer, explicar, documentar...), por isso preza pela objetividade, não pela forma. Compare:

Linguagem não literária:

Aos cinquenta anos, inesperadamente, apaixonei-me de novo.

Linguagem literária:

Na curva dos cinquenta derrapei neste amor. (Carlos Drummond de Andrade)

Veja que o segundo fragmento traz uma linguagem figurada (conotativa), por meio da metáfora “derrapar na curva”. Então, a preocupação estética, lírica, na elaboração da mensagem marca o texto literário.

OBS: A distinção vista acima não impede que textos utilitários (artigos, narrações, propagandas) tenham também efeitos estilísticos. A linguagem publicitária, por exemplo, abusa de efeitos estéticos em sua criação.



INTERTEXTUALIDADE

Basicamente, a intertextualidade é **comunicação/diálogo entre textos** (texto escrito, música, pintura, obra audiovisual...), isto é, ocorre intertextualidade quando um texto faz referência a outro, de forma implícita (de forma oculta, de modo que o leitor depende de seu conhecimento de mundo para identificar a referência) ou explícita (por exemplo, numa citação direta, com identificação da autoria do outro texto citado).

Vejamos as principais formas de intertextualidade:

Citação: É a **reprodução** do discurso alheio, normalmente **entre aspas** e com indicação da autoria.

Epígrafe: **Citação curta** colocada em uma página no início da obra ou destacada no início de um capítulo. Normalmente abre uma narrativa com a reprodução de frase célebre que anuncia ou resume a temática do capítulo/obra que se inicia.



Se um homem tem um talento e não tem capacidade de usá-lo, ele fracassou. Se ele tem um talento e usa somente a metade deste, ele fracassou parcialmente. Se ele tem um talento e de certa forma aprende a usá-lo em sua totalidade, ele triunfou gloriosamente e obteve uma satisfação e um triunfo que poucos homens conhecerão.

Thomas Wolfe

Paródia: é a **criação de um texto a partir de outro**, com finalidade humorística, irônica.



Rua Nascimento Silva, 107

Você ensinando pra Elizete

As canções de canção do amor demais

Minha janela não passa de um quadrado

A gente só vê cimento armado

Onde antes se via o Redentor

É, meu amigo, só resta uma certeza

É preciso acabar com a natureza

Rua Nascimento Silva, 107

Eu saio correndo do pivete

Tentando alcançar o elevador

Minha janela não passa de um quadrado

A gente só vê Sérgio Dourado

Onde antes se via o Redentor

É, meu amigo Só resta uma certeza

É preciso acabar com a natureza



É melhor lotear o nosso amor
Original - Carta ao Tom 74 -
Toquinho e Vinícius de Moraes

É melhor lotear o nosso amor
Paródia “Carta do Tom” –
Chico Buarque

Veja exemplos famosos, com linguagem também não verbal.



Algumas reproduções grosseiras de outros trabalhos, usando a mesma linguagem/sintaxe, envolvendo colagens ou montagens de textos diversos (como uma “colcha de retalhos”), são chamadas de “**pastiche**”.

As definições clássicas de pastiche são muito parecidas com a da paródia, mas se considera que o pastiche, diferente da paródia, não tem finalidade de criticar ou ridicularizar a obra de origem.

Paráfrase: é a **criação de um texto a partir de outro**, é uma reescrita de ideias com outras palavras. A paráfrase **não tem finalidade humorística**, mas sim reproduz, preserva e confirma a ideologia do texto original.

Tradução: é a reprodução de um texto de **uma língua para outra**.

Referência/Alusão: é uma referência a outro texto, mas de forma vaga, indireta, sem indicação. Depende do conhecimento de mundo do leitor para fazer sentido.

Ex: *João ficou feliz por receber aquela promoção, sem saber que era um presente de grego.*

Aqui, a expressão “presente de grego” se refere à história da guerra de Troia, em que os Gregos deram de presente aos troianos um cavalo de madeira, como símbolo de trégua. O cavalo, na verdade, estava cheio de soldados gregos, que, à noite, massacraram os troianos dormindo e abriram os portões da cidade para a entrada do exército grego.

Ex: *“Profissão Mestre Adverte: dar aulas pode ser prejudicial à saúde”.*

Veja que há referência insinuada às propagandas do Ministério da Saúde acerca do cigarro.



Essas definições e exemplos são de **difícil diferenciação** em muitos casos, então a banca pode muito bem não diferenciar precisamente os conceitos. O importante é reconhecer que são todas formas de intertextualidade, de comunicação entre textos.



(SANASA - CAMPINAS (SP) / 2019 - Adaptada)



Considere o trecho hipotético de uma conversa entre um cidadão-usuário e um atendente da empresa prestadora de serviços, conforme abaixo.

Atendente: "Por favor, senhor, me explique o que está acontecendo?"

Cidadão-usuário: A fatura da minha conta de água dos cinco últimos meses não passava de R\$ 90,00, mas a desse mês veio R\$ 280,00! Eu não sei se tem um vazamento na caixa ou se o relógio de medição quebrou."

Atendente: "Pelo que o senhor está me relatando, o senhor está com dúvida na sua conta de água e pode ter um problema com a sua instalação."

Cidadão-usuário: "Sim, é isso mesmo!"

Nesse trecho de conversa, o atendente utilizou de um recurso denominado paródia.

Comentários:

Da análise da conversa, percebemos que o atendente **repetiu** o que o cliente disse, por meio da utilização de outras palavras, de modo a tornar a compreensão mais fácil. Tal recurso é a "paráfrase". Lembre-se que a paródia tem a finalidade humorística, irônica. Questão incorreta.



INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO

Embora muitos alunos os tratem por sinônimos, interpretar e compreender são ações diferentes. Sem filosofar muito, para efeito de prova, **interpretar** é ser capaz de depreender informações do texto, deduzir baseado em pistas, inferir um subtexto, **que não está explícito, mas está pressuposto**.

Compreender, por sua vez, seria **localizar uma informação explícita** no texto e não depende de nenhuma inferência, porque está clara.

Essa diferença aparece nos enunciados, quando a banca nos informa se uma questão deve ser resolvida por **recorrência** (compreensão) ou por **inferência** (interpretação).

Veremos aqui uma breve distinção teórica e depois partiremos para as questões, porque só aprendemos a interpretar lendo e interpretando.

Recorrência:

O leitor deve buscar no texto aquela informação, sabendo que a resposta estará escrita com outras palavras, em forma de paráfrase, ou seja, de uma reescrita. É o tipo mais comum: a resposta está direta e literal no texto.

Inferência:

O leitor deve fazer deduções a partir do texto. O fundamento da dedução será um pressuposto, ou seja, uma pista, vestígios que o texto traz. Deduzir além das pistas do texto é extrapolar. Geralmente questões de inferência trazem o seguinte enunciado: “depreende-se das ideias do texto”.

Ex: Douglas *parou* de fumar.

Nessa informação temos um **pressuposto**, indicado no verbo parar. Só para de fumar quem começou a fumar. Então podemos inferir, deduzir, depreender dessa frase que Douglas fumava.

Ex: *Ainda* não lançaram o novo filme do Tarantino.

O advérbio ainda é um **pressuposto** e traz o sentido implícito de que há expectativa de que o filme já deveria ter saído.

Ex: Minha *primeira* esposa *desistiu* de comprar aquele carro *que não polui o ambiente*.

Pode se **inferir** de “primeira esposa” que o interlocutor se casou mais de uma vez, e que a referida primeira esposa pretendia comprar um determinado carro, tanto que desistiu. A oração restritiva “que não polui o ambiente” indica que nem todos os carros têm essa característica de não poluir.

Ex: *Embora* ele *tentasse* estudar sempre, *até* nos fins de semana, *continuou* sendo *criticado*.



A conjunção “embora”, por ser concessiva, nos permite inferir que aquela oração é vista como um possível “obstáculo” ao que vai ser dito a seguir. Entende-se que o estudo constante deveria impedir a crítica, mas não impede. O verbo “tentasse” já sugere que ele ‘tentava’, mas não conseguia. A palavra denotativa “até” dá sentido de inclusão, mas com uma camada semântica de concessão. Podemos depreender que “até nos fins de semana” indica que estudar no fim de semana tem um valor diferente. A forma “continuou” implica um início anterior: só continua quem começou.

Ex: A população **supõe** que os senadores **se tornarão** defensores da nova democracia.

O uso do verbo “supõe” **sugere** uma crença no que não é verdadeiro. A forma “se tornarão” indica mudança de estado, o que nos permite deduzir que o estado atual não é esse. Em outras palavras, os senadores não são defensores da nova democracia. A propósito, o adjetivo ‘nova’ permite presumir a existência de uma democracia “velha”.

Os **subentendidos**, ao contrário dos pressupostos, não são decorrências necessárias das pistas, mas são deduções subjetivas, são **informações presumidas e insinuadas**.

Imagine os seguintes diálogos entre pessoas no ponto de ônibus:

Ex: — *Você tem relógio?*
 — *São 11 horas.*
 — *Obrigado!*

Há aqui um subentendido: “quero saber que horas são”, que foi prontamente captado pelo ouvinte.

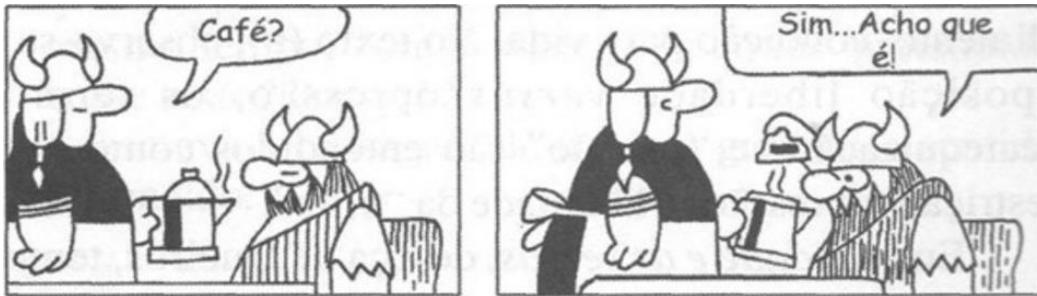
Ex: — *Você tem isqueiro?*
 — *Tenho sim. Por quê?*
 — *!!!*

Há neste exemplo um subentendido na pergunta: “gostaria de acender meu cigarro”. Mas o ouvinte não compreendeu a informação subentendida e respondeu de forma literal à pergunta insinuada.

O **pressuposto**, embora traga informação implícita, está **visivelmente registrado no teor daquelas palavras**, está “marcado linguisticamente”, ao passo que o **subentendido** é uma insinuação, não marcada linguisticamente, ou seja, **não está propriamente nas palavras**, é **extralingüístico**, está nas entrelinhas.

Por isso, a leitura literal das palavras pode levar a outra interpretação e não à informação subentendida.

Vejamos mais um exemplo de subentendido:



Novamente, a “oferta” de café, subentendida, não foi observada pelo ouvinte, que se ateve ao sentido literal



registrado nas palavras.

Enfim, pessoal, infelizmente não há uma dica milagrosa para interpretação. Teremos sempre que fazer esse exercício de buscar informações explícitas e implícitas no texto, baseado em vestígios e pistas, nas entrelinhas, ou muitas vezes encontrando a reescrita equivalente de uma ideia apresentada.

O que posso oferecer a vocês, é um passo a passo a ser seguido para a resolução das questões que envolvam Compreensão e Interpretação de texto:



Como se sair melhor nas questões de interpretação e compreensão:

1. Leia o **texto todo**. Leia outra vez, marcando as ideias centrais de cada parágrafo, que frequentemente vêm no seu início.
2. A ideia central na introdução e na conclusão é a **tese**. No desenvolvimento é o **tópico frasal**.
3. Questões de **recorrência** são resolvidas encontrando uma paráfrase. Questões de **inferência** exigem uma dedução baseada e pressupostos.



(ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO AMAPÁ / 2020 - Adaptado)

Novas formas de vida?

*Uma forma radical de mudar as leis da vida é produzir seres completamente inorgânicos. Os exemplos mais óbvios são programas de computador e vírus de computador que podem sofrer evolução independente. O campo da programação genética é hoje um dos mais interessantes no mundo da ciência da computação. Esta tenta emular os métodos da evolução genética. Muitos programadores sonham em criar um programa capaz de aprender e evoluir de maneira totalmente independente de seu criador. Nesse caso, o programador seria um *primum mobile*, um primeiro motor, mas sua criação estaria livre para evoluir em direções que nem seu criador nem qualquer outro humano jamais poderiam ter imaginado.*

Um protótipo de tal programa já existe – chama-se vírus de computador. Conforme se espalha pela internet, o vírus se replica milhões e milhões de vezes, o tempo todo sendo perseguido por programas de antivírus predatórios e competindo com outros vírus por um lugar no ciberespaço. Um dia, quando o vírus se replica, um erro ocorre – uma mutação computadorizada. Talvez a mutação ocorra porque o engenheiro humano programou o vírus para, ocasionalmente, cometer erros aleatórios de replicação. Talvez a mutação se deva a um erro aleatório. Se, por acidente, o vírus modificado for melhor para escapar de programas antivírus sem perder sua capacidade de invadir outros computadores, vai se espalhar pelo ciberespaço. Com o passar do tempo, o ciberespaço estará cheio de novos vírus que ninguém produziu e que passam por uma evolução inorgânica.

Essas são criaturas vivas? Depende do que entendemos por “criaturas vivas”. Mas elas certamente foram criadas a partir de um novo processo evolutivo, completamente independente das leis e limitações da



evolução orgânica.

No último parágrafo do texto, sugere-se que o âmbito da biologia e da genética não inclui processos que se possam reconhecer como propriamente evolutivos.

Comentários:

O autor diz justamente o contrário: *"elas certamente foram criadas a partir de um novo processo evolutivo"*.

Pense assim: se é um "novo processo evolutivo", significa que havia um antigo processo evolutivo que era considerado. Portanto, não se pode dizer que "o âmbito da biologia e da genética **não** inclui processos que se possam reconhecer como propriamente evolutivos". Questão incorreta.

(TCE-RS / 2018)

Considere o seguinte fato: Há verbos que, em decorrência de seu sentido lógico, permitem presumir uma ideia que não vem expressa de modo explícito nas frases em que se encontram. Essa ideia é parte integrante do sentido da frase.

Analise, então, as frases que seguem.

- I. Ao final, competia ao mais jovem a difícil decisão.
- II. A cada ação humanitária, eleva-se a esperança dos imigrantes.
- III. Depois de muitas aventuras, bem e mal-sucedidas, retornou à advocacia.
- IV. Com os novos dados, os investidores apressaram as negociações.

É correto afirmar que, pelo motivo exposto, há informação implícita em:

- a) I, II, III e IV. b) I, II e IV, apenas. c) II, apenas. d) IV, apenas. e) I e III, apenas.

Comentários:

Essa questão é excelente para ilustrar a noção de pressuposto textual. Todas as alternativas são exemplificam a presença de informações implícitas. Vejamos quais:

- I. Ao final, competia ao mais jovem a difícil decisão.

O tempo pretérito *competia* sugere que "não mais compete"; além disso, se já um "mais jovem", presume-se que haja mais de uma pessoa e que seja necessariamente mais velha do que aquele a quem competia a decisão.

- II. A cada ação humanitária, eleva-se a esperança dos imigrantes.

O verbo "elevar-se" traz a informação implícita de que a esperança estava baixa.

- III. Depois de muitas aventuras, bem e mal-sucedidas, retornou à advocacia.

Se "retornou" à advocacia, presume-se que fora advogado antes. Só retorna à advocacia quem já esteve na advocacia.

- IV. Com os novos dados, os investidores apressaram as negociações.

"Novos dados" faz presumir que já havia dados antes; também é possível inferir do verbo "apressaram" que as negociações estavam lentas. Em II e IV, as informações implícitas são realmente muito sutis, mas a questão é, mesmo assim, muito boa para o estudo deste tópico. Gabarito letra A.





Leia o texto todo. Leia outra vez, marcando as ideias centrais de cada parágrafo, que frequentemente vêm no seu início.

A ideia central na introdução e na conclusão é a tese. No desenvolvimento é o tópico frasal.

Questões de recorrência são resolvidas encontrando uma paráfrase. Questões de inferência exigem uma dedução baseada e pressupostos.



JULGAMENTO DE ASSERTIVAS: PRINCIPAIS ERROS

Pessoal, vamos ver agora os principais raciocínios equivocados que fazem o aluno errar na hora da prova.

🚫 *Extrapolar:*

Esse é o **erro mais comum**. O texto vai até um limite e o examinador oferece uma **assertiva que “vai além” desse limite**.

O examinador inventa aspectos que não estão contidos no texto e o candidato, por não ter entendido bem o texto, preenche essas lacunas com a imaginação, fazendo outras associações, à margem do texto, estimulado pela assertiva errada. O exemplo mais perigoso é a **extrapolação com informação verdadeira, mas que não está no texto**.

🚫 *Limitar e Restringir:*

É o contrário da **extrapolação**. Geralmente se manifesta na **supressão de informação essencial** para o texto.

A assertiva **reducionista** omite parte do que foi dito ou restringe o fato discutido a um universo menor de possibilidades.

🚫 *Acrescentar opinião:*

Nesse tipo de assertiva errada, o examinador **parafraseia parte do texto, mas acrescenta um pouco da sua própria opinião**, opinião esta que não foi externada pelo autor.

A armadilha dessas afirmativas está em embutir uma opinião que não está no texto, mas que está na consciência coletiva, pelo fato de ser um clichê ou senso comum que o candidato possa compartilhar.

🚫 *Contradizer o texto.*

O texto original diz “A” e o texto parafraseado da assertiva errada diz “Não A” ou “B”.

Para disfarçar essa contradição, a banca usará muitas palavras do texto, fará uma paráfrase muito semelhante, mas com um vocabulário crucial que fará o sentido ficar inverso ao do texto.

🚫 *Tangenciar o tema.*

O examinador cria uma assertiva que aparentemente se relaciona ao tema, mas **fala de outro assunto**, remotamente correlato. No mundo dos fatos, aqueles dois temas podem até ser afins, mas no texto não se falou do segundo, só do primeiro; então houve fuga ao tema.

Vamos fazer um exercício e localizar esses erros num texto.

Para evitar os erros acima, o leitor deve ser capaz de fazer o “recorte temático”, isto é, uma delimitação do



tema, um estabelecimento de fronteiras do que está no texto e o que o extrapola.



(ESTRATÉGIA CONCURSOS / QUESTÃO INÉDITA / 2020) As causas do desemprego no mundo

Atualmente o mundo atingiu um nível muito alto de desemprego, fato que só havia acontecido, em proporções similares, após a crise de 29.

Segundo os órgãos internacionais, existem hoje, aproximadamente, 850 milhões de pessoas desempregadas, algumas profissões foram superadas outras extintas, o crescimento constante de tecnologias provoca alterações no mercado de trabalho em todo o mundo.

Até mesmo em países de terceiro mundo, as fábricas e indústrias estão sofisticadas e modernas. As empresas são obrigadas a investir maciçamente em tecnologia para garantir rapidez e melhorar a qualidade, itens necessários em um mercado tão competitivo.

De acordo com os fragmentos abaixo, julgue os itens:

I- Consoante algumas instituições internacionais, um número próximo de 850 milhões de pessoas estão desempregadas, pois o desenvolvimento das tecnologias de automação modificou profundamente as relações de trabalho, aumentando a rotatividade nos postos de trabalho.

II- Segundo o autor, o desemprego no Brasil atingiu um nível muito alto, algo que só ocorreu após a depressão de 1929.

III- Fábricas em países de terceiro mundo, ao contrário do que possa parecer, ostentam plantas modernas, em que há grandes investimentos em tecnologia, pois esse é um fator necessário para sobreviver num mercado competitivo, assim como a qualidade da mão de obra.

IV- De acordo com organismos internacionais, há aproximadamente 850 milhões de desempregados, tendo em vista que algumas profissões foram superadas e extintas, além do fato de que o crescimento constante de tecnologias provoca manutenção das relações de trabalho no mercado em todo o mundo. Tal nível de desemprego é sem precedentes na história.

V- Os investimentos em tecnologia são um grande fator para a deterioração dos benefícios trabalhistas, constitucionalmente garantidos, acentuando a condição de hipossuficiente dos operários das modernas e sofisticadas fábricas em todo o mundo.

Comentários:

I- No primeiro item, há extração. O texto não menciona nada sobre automação nem sobre rotatividade de trabalho; embora seja possível fazer essas associações à luz do tema “desemprego” isso foi além do que estava escrito no texto. Essas informações não estão contidas.

II- Houve redução drástica da abrangência do tema. O autor fala do desemprego em todo o mundo; a assertiva somente menciona o Brasil, tornando o universo da discussão muito restrito.

III- Esse “ao contrário do que possa parecer” é opinião do examinador levemente embutida no item. O texto não diz claramente que as fábricas parecem menos modernas. Pelo contrário, diz que até as fábricas em países de terceiro mundo estão sofisticadas; então poderíamos até entender um sentido concessivo de que



não é esperado que essas fábricas sejam modernas, mas isso é diferente de dizer que “não parecem” modernas. também foi acrescentada uma outra opinião: que “a qualidade da mão de obra é tão importante quanto a tecnologia”. Essas opiniões são compartilhadas por muitas pessoas, então o candidato pode se identificar e marcar o item como certo. Contudo, não constam no texto escrito.

IV- O item é quase todo igual ao texto original, mas no finalzinho traz uma informação oposta: “o crescimento constante de tecnologias provoca manutenção das relações de trabalho”. Não há manutenção, há mudanças constantes, nas palavras do autor, há “alterações”. Também contradiz o texto a parte: “Tal nível de desemprego é sem precedentes na história”. Isso não é verdade, pois também houve desemprego alto após a crise de 29, conforme o texto.

V- O tema do texto é o aumento do desemprego. Esta assertiva menciona indiretamente a tecnologia, mas foca em outro tema: “direitos trabalhistas”. Embora remotamente relacionados, houve fuga ao objeto principal do texto.

Dessa forma, observamos que, embora todas as alternativas tragam palavras muito semelhantes às do texto, todos os itens estão errados. Gabarito EEEEE.

Viram, pessoal? É assim que a banca trabalha para enganar você: muda pequenas partes do texto, subtraindo ou acrescentando informações com o propósito de mudar o sentido da assertiva.



ERROS DE INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

Extrapolar o texto lido

Reducir ou restringir o texto lido

Acrescentar opinião não indicada pelo autor

Contradizer o texto lido

Evadir ou tangenciar o tema

O mais importante é sempre praticar muito, ler vários textos, tentar responder aos itens e ler nos comentários qual foi o raciocínio que fundamentou o gabarito. Vá praticando devagar, textos são longos e levam tempo, mas não há outra forma de melhorar sua leitura senão ler.

Se necessário, faça suas baterias de questões em partes, para não ficar cansado lendo muitos textos de uma só vez.

Agora que já vimos toda a teoria, é hora de Praticar!



QUESTÕES COMENTADAS - COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / CGDF / 2023)

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negativação da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do “leão” do imposto de renda, a tão repetida expressão “carga tributária”, entre outras. Essa “demonização” do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada. Frise-se, porém, que essa imagem negativa é, às vezes, patrocinada por quem ideologicamente julga desnecessária uma tributação nas proporções em que o Estado brasileiro vem aplicando.

Nesse cenário, percebe-se, com linhas mais nítidas, um fenômeno que acompanha toda a história tributária do homem: o da oposição social aos tributos, entendida aqui não como uma predisposição “natural”, “inata” dos contribuintes, mas como todo desvio que afasta o contribuinte do cumprimento de uma obrigação tributária, não sendo naturais as causas que o levam a resistir. O contribuinte resiste diante da cobrança de uma tributação ilícita; diante da cobrança ou da instituição de um tributo por um governo ou legislador ilegítimo; diante da possibilidade de se praticar uma conduta tributária menos onerosa, tendo o contribuinte a liberdade e o direito de resistir à tributação mais severa; e, no caso dos crimes contra a ordem tributária, quando apenas há a vontade livre e consciente de cometer o crime.

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como “direito de resistência fiscal”, “objeção fiscal”, “desobediência fiscal”, “greve fiscal”, “revolta fiscal”, “rebelião fiscal”. Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de “direito de resistência” e de “resistência fiscal”, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis.

Com efeito, dado que seja gênero de múltiplas espécies, podem ser elencadas como modalidades de resistência fiscal: a) a resistência à cobrança de tributos ilícitos/inconstitucionais, que tem total amparo no princípio constitucional da legalidade tributária, tendo os contribuintes direito de resistir a essa tributação ilegal/inconstitucional; b) a resistência à cobrança ou à instituição de tributos que, mesmo amparados na lei e na Constituição Federal de 1988, são, porém, rechaçados pela sociedade, considerados ilegítimos pela população, ou rechaçados por camada social que se veja prejudicada com sua instituição; c) o crime tributário, que não passa de uma ofensa deliberada à lei; e d) a resistência lícita, na qual se opta por alternativa legal menos onerosa ou pela abstenção de conduta tributável.

A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma



vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas para a recusa ao pagamento dos tributos. Verifica-se, assim, uma razão inversamente proporcional entre o quantum democrático de um regime político e a resistência social aos tributos por ele instituídos. Assim, a democracia participativa, em superação aos modelos clássicos e insuficientes da representação ou do exercício semidireto do poder, aponta para uma "relegitimação" do Estado fiscal, na qual a sociedade passa a tomar parte de espaços de decisões políticas.

A sociedade contribuinte deve-se preocupar, portanto, no caminho a ser trilhado em direção a uma educação (para a cidadania) fiscal, não apenas com a "carga tributária", mas com o destino das arrecadações e com os gastos públicos. Nesse sentido, já existem alguns avanços, como o da Lei n.º 12.741/2012, que obrigou, como direito básico dos consumidores, informarem-se os tributos incidentes e repassados no preço dos produtos, e os programas de educação fiscal ligados aos órgãos fiscais da União, dos estados e das capitais. Muito ainda, porém, estão alheios os cidadãos acerca do que o Estado arrecada e, mais ainda, de como gastam os governantes tais recursos, o que pode aumentar os índices de resistência fiscal na sociedade brasileira.

Isaac Rodrigues Cunha. Resistência fiscal, democracia e educação tributária: fundamentos para uma fiscalidade democrático-participativa por meio de uma "pedagogia fiscal". Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2017 (com adaptações)

Conforme se depreende da leitura do terceiro parágrafo do texto CB1A1, as expressões "resistência fiscal" e "direito de resistência" são, do ponto de vista conceitual,

- A) antitéticas.
- B) complementares.
- C) totalmente equivalentes.
- D) pontualmente inter-relacionadas.

Comentários:

O terceiro parágrafo traz a ideia de que "resistência fiscal" e "direito de resistência" podem ser, em algumas situações, sinônimos; em outras, porém, são completamente diferentes. Em suma, pontualmente se relacionam, mas nem sempre.

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como "direito de resistência fiscal", "objeção fiscal", "desobediência fiscal", "greve fiscal", "revolta fiscal", "rebelião fiscal". Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de "direito de resistência" e de "resistência fiscal", tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis.



Em suma, ora coincidem, ora são incomunicáveis. Portanto, as expressões "resistência fiscal" e "direito de resistência" são, do ponto de vista conceitual, pontualmente inter-relacionadas.

Gabarito letra D.

2. (CEBRASPE / CGDF / 2023) Utilize o texto da questão anterior

Entende-se da leitura do texto CB1A1 que a "resistência fiscal" é

- A) fenômeno inexistente no Brasil.
- B) fonte de insatisfação dos cidadãos.
- C) movimento verificável em diversas sociedades ao longo da história.
- D) consequência de políticas públicas que promovem justiça social.

Comentários:

O texto menciona a resistência fiscal no terceiro parágrafo:

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como "direito de resistência fiscal", "objeção fiscal", "desobediência fiscal", "greve fiscal", "revolta fiscal", "rebelião fiscal". Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de "direito de resistência" e de "resistência fiscal", tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis.

Depois reforça que a "resistência fiscal", em suas diversas "modalidades", foi vista em diversos momentos da história, em diferentes tipos de governos (mais ou menos democráticos):

A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas para a recusa ao pagamento dos tributos.

Gabarito letra C.

3. (CEBRASPE / Prefeitura de São Cristóvão - SE / 2023)

Quando está triste, coxeia. É assim desde o começo, quando deu os primeiros passos agarrado ao armário branco da casa de seus pais. Começou a andar direito e assim prosseguiu o caminho habitual dos homens, mas sempre que alguma coisa correu menos bem (uma bolacha que lhe foi recusada, uma sopa que o forçaram a sorver, um grito que ouviu a meio do dia, um beijo que lhe foi deixado em suspensão) ele perdeu a força numa das pernas. Hoje, varado de saudade da ex-mulher, caminha sozinho e coxo pelas ruas escuras da aldeia. Não se preocupa nem um pouco com a chuva que o encharca da cabeça aos pés, nem com o frio. Leva sim a mão



à perna direita como quem tenta trazê-la à razão. E pela primeira vez em quarenta anos reparo: a dor não vem do joelho nem do pé, nem sequer vem do osso epicôndilo medial. É o nervo ciático que lhe dói. Atravessa-lhe a perna inteira mas insiste mesmo é na coxa. A mesma sob a qual todos aqueles que lhe fizeram promessas colocaram a mão, mas logo em velocidade a retiraram. Continua então o seu caminho pela aldeia, agarrado aos muros brancos, sem grande epifania, só mais dorido que o habitual. Coxeia, porque quando está triste ele coxeia.

(Matilde Campilho. In: Flecha. São Paulo: Editora 34, 2022).

Por suas características, o texto CB1A7 se enquadra no gênero

- A) diário pessoal.
- B) reportagem.
- C) conto.
- D) biografia.

Comentários:

- A) Incorreto. Não temos "diário pessoal", pois esse gênero é narrado em primeira pessoa. Aqui, a narração está em terceira pessoa.
- B) Incorreto. Não há reportagem, pois não temos uma notícia ou informação sendo reportada.
- C) Correto. Temos aqui o gênero "conto", que basicamente é definido universalmente como uma narrativa curta. As demais características do conto, como linguagem, temática, objetivo, forma narrativa, etc variam infinitamente.
- D) Incorreto. A "biografia" é o relato de uma vida, aqui temos apenas um momento narrado.

Gabarito letra C.

4. (CEBRASPE / CNMP / 2023)

Ao final do período de revoluções e guerras que caracterizaram a virada do século XVIII para o XIX, os recém-emancipados países da América e os antigos Estados europeus se viram diante da necessidade de criar estruturas de governo, marcando a transição do Antigo Regime ao constitucionalismo e do colonialismo à independência. Os arquitetos da nova ordem se inspiraram em fontes antigas e modernas: de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) e Políbio (c.200 a.C. – c.118 a.C.) a John Locke (1632 – 1704) e Montesquieu (1689 – 1755). Um dos principais problemas com os quais lideranças e pensadores políticos se confrontaram estava materializado em uma passagem do poeta satírico romano Juvenal (c.55 – c.127), em que se lê: "Quis custodiet ipsos custodes?", traduzida como "Quem vigia os vigias?" ou "Quem controla os controladores?".

"Uma coisa é teorizar sobre a separação em três poderes, como lemos em Montesquieu. Outra coisa é colocar em prática", observa a historiadora Monica Duarte Dantas, do Instituto de



Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. "Aí surgem os problemas, porque um poder pode tentar assumir as atribuições de outro. Não era possível antever todas as questões que iriam aparecer, até porque havia assuntos que diziam respeito a mais de um poder. Na prática, era preciso definir a quem competia o quê. Essas questões emergiram rapidamente nos séculos XVIII e XIX, quando se tentou colocar em prática a separação de poderes."

*Alguém que acompanhasse os trabalhos de elaboração de textos constitucionais no início do século XIX não necessariamente apostaria que, ao final desse período, estaria consolidado um modelo de organização do Estado em que o poder se desdobraria em três partes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, conforme apresentado pelo filósofo francês Montesquieu em *O espírito das leis* (1748). Havia projetos com quatro, cinco ou até mais poderes. Na França, o filósofo político franco-suíço Benjamin Constant (1767 – 1830) imaginou meia dezena: o Judiciário, o Executivo, dois poderes representativos, correspondentes ao Legislativo — o da opinião (Câmara Baixa) e o da tradição (Câmara Alta) —, e um poder "neutro", exercido pelo monarca. O revolucionário venezuelano Simon Bolívar (1783 – 1830) chegou a formular a ideia, em 1819, de um "poder moral" que deveria cuidar, sobretudo, de educação.*

As mesmas preocupações estavam na cabeça dos deputados na primeira Assembleia Constituinte do Brasil, em 1823. Até que, em novembro, o conflito de poderes se concretizou: tropas enviadas pelo imperador Dom Pedro I (1789 – 1834) dissolveram a assembleia. Em março do ano seguinte, quando o imperador outorgou a primeira Constituição brasileira, ela se afastava pouco do projeto elaborado em 1823, mas continha uma diferença crucial: os poderes eram quatro e incluíam um Moderador.

Entretanto, só em dois países esse quarto poder chegou a ser formalmente inscrito no texto constitucional, como uma instituição em separado. O Brasil, com o título 5.º da Constituição de 1824, e Portugal, em 1826, com a Carta Constitucional outorgada também por Dom Pedro — em Portugal, IV, e não I —, no breve período de seis dias em que acumulou a coroa de ambos os países. As funções do Poder Moderador, tanto na doutrina de Constant quanto na Constituição brasileira, guardam semelhanças com algumas das funções que hoje cabem às cortes supremas — no Brasil, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Trata-se de garantir que a atuação dos poderes, seja na formulação de leis, seja na administração pública ou no julgamento de casos, não se choque com as normas constitucionais.

*Diego Viana. Experimentação constitucional fomentou criação de Poder Moderador.
In: Revista Pesquisa FAPESP, ago./2022 (com adaptações).*

Quanto ao gênero textual, é correto classificar o texto como uma resenha, visto que sua estrutura se fundamenta na análise de outros textos.

Comentários:

A resenha é uma análise crítica de uma determinada obra, de forma sucinta. É basicamente um resumo crítico. Aqui, temos um texto dissertativo histórico. Embora haja menção a outras obras, como as falas de Montesquieu, o objetivo do texto não é fazer análise de uma obra específica,



mas sim dissertar sobre a noção do "quarto poder".

Questão incorreta.

5. (CEBRASPE / CNMP / 2023) - Utilize o texto da questão anterior

A oração "marcando a transição do Antigo Regime ao constitucionalismo e do colonialismo à independência" (primeiro período do primeiro parágrafo) expressa uma oposição à informação apresentada na oração imediatamente anterior.

Comentários:

Não há oposição alguma. Na verdade, a ideia é de uma sequência lógica e temporal. A "transição" foi uma consequência das revoluções e guerras mencionadas.

Ao final do período de revoluções e guerras que caracterizaram a virada do século XVIII para o XIX, os recém-emancipados países da América e os antigos Estados europeus se viram diante da necessidade de criar estruturas de governo, fato que então marcou/marcando a transição do Antigo Regime ao constitucionalismo e do colonialismo à independência.

Questão incorreta.

6. (CEBRASPE / SEE-PE / 2023)

Com altos índices de evasão escolar, baixo engajamento e conteúdos pouco conectados à realidade dos alunos, o ensino médio já era, antes da pandemia de covid-19, a etapa mais desafiadora da educação básica. Com o fechamento das escolas e o distanciamento dos estudantes do convívio educacional, os últimos anos escolares passaram a trazer ainda mais dificuldades a serem enfrentadas — reforçadas pelas desigualdades raciais, socioeconômicas e de acesso à Internet.

Nenhuma avaliação diagnóstica precisou os prejuízos totais da pandemia para a aprendizagem dos alunos, mas há alguns estudos que ajudam a entender melhor o cenário. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) apontou que houve piora em todas as séries avaliadas. Segundo a pesquisa amostral, em matemática, o desempenho alcançado no 3.º ano do ensino médio foi de 255,3 pontos na escala de proficiência, inferior aos 261,7 obtidos pelos estudantes ao final do 9.º ano do ensino fundamental no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2019. Em língua portuguesa, os estudantes do 9.º ano apresentaram uma queda de 12 pontos, e os do 3.º ano do ensino médio, de 11 pontos.

Após o retorno presencial, estados e municípios ainda têm muito trabalho para identificar os reais prejuízos, dimensioná-los e encontrar caminhos e soluções para que professores e estudantes possam retomar a aprendizagem.

Para Suelaine Carneiro, coordenadora de educação na Geledés, organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e homens negros, "há um consenso de que não foi



possível atender todos os alunos" na educação pública. "Os dados indicam um baixo número de participação dos estudantes, somado à impossibilidade de os familiares acompanharem a resolução das tarefas", afirma. Mas não fica apenas nisso. "Em termos de aprendizagem, os dados também mostram dificuldades no que diz respeito à compreensão e à resolução das tarefas."

De acordo com ela, a situação de alunos negros requer ainda mais atenção. "É preciso prestar atenção nessa condição: a pessoa já estava vulnerável socialmente, sem a possibilidade de realizar um isolamento dentro de casa, pois vive em uma casa pequena ou onde não há cômodos suficientes", contextualiza Suelaine.

Agravada pela pandemia, que engrossou o número de trabalhadores desempregados, a questão econômica foi um dos grandes fatores que impactou a vida dos estudantes do ensino médio. "Temos alunos que estão trabalhando no horário de aula, dizendo que precisam ajudar a família, e aos fins de semana assistem às atividades", relata a professora Lucenir Ferreira, da Escola Estadual Mário Davi Andreazza, em Boa Vista (RR). Lucenir conta que muitos alunos chegam a falar que não conseguem aprender nada e desabafam por sentir que a aprendizagem foi prejudicada, principalmente os que estão em processo de preparação para o vestibular.

Apesar dos desafios, Suelaine acredita que os impactos não são irreversíveis, como outros especialistas têm apontado. "Você pode recuperar dois anos se houver políticas públicas, compromisso público com a educação, de forma a desenvolver diferentes ações", diz ela.

Internet: <novaescola.org.br> (com adaptações).

O pronome 'Você' (segundo período do último parágrafo) não faz referência a um interlocutor específico.

Comentários:

Sim, assim como o "nós" mostra uma opinião universal, um caráter inclusivo e generalizante nos comentários do autor, o uso do "você" pode indicar um "leitor/ouvinte/interlocutor universal".

Ao usar "você pode recuperar", Suelaine não se refere a nenhuma pessoa em particular, mas sim a qualquer pessoa que se enquadre naquela situação hipotética.

Você/qualquer pessoa pode recuperar dois anos se houver políticas públicas, compromisso público com a educação, de forma a desenvolver diferentes ações", diz ela.

Esse uso é uma espécie de "sujeito indeterminado" não previsto pela gramática tradicional, mas que é bem documentado nos livros e tem caído em prova. Atenção!

Questão correta.

7. (CEBRASPE / PREF. DE FORTALEZA / 2023)

Responsabilidade fiscal combina com responsabilidade social?



Quando analistas do mercado financeiro e economistas ditos “ortodoxos” referem-se à necessidade de haver responsabilidade fiscal, parece, à primeira vista, que estão se referindo à necessidade de o Estado não realizar gastos (ou abrir mão de receitas públicas) de modo descontrolado, eleitoreiro e ineficiente, aumentando aceleradamente a dívida pública (em proporção do PIB) sem um planejamento econômico-orçamentário de médio e longo prazo. Se fosse somente isso, se fossem somente essas as suas preocupações, não haveria muita polêmica, visto que os políticos e os economistas que questionam a visão do mercado financeiro também concordam com esses parâmetros para qualificar a responsabilidade fiscal.

O problema está em alguns diagnósticos e causalidades evocados pelos economistas porta-vozes do mercado financeiro, que podemos sintetizar em duas ideias centrais.

A primeira ideia central é a de que a economia brasileira apresentaria historicamente um sério “risco fiscal”, suficiente para tirar o sono daqueles que compram títulos da dívida pública. Exatamente por esse grave risco fiscal, argumenta o economista ortodoxo, é que haveria a necessidade de o Banco Central manter a taxa de juros reais nas alturas, colocando o Brasil quase sempre na posição de país com a maior taxa de juros reais no mundo. Os maiores juros reais do mundo seriam uma espécie de prêmio exigido de modo justo e justificado pelos “investidores” que emprestam seus recursos ao governo: maior risco, maior incerteza, maior prêmio — uma simples e sadia “lei do mercado”.

A segunda ideia central é a de que a inflação decorreria de um excesso de demanda na economia. Não adianta apresentar dados objetivos indicando que, em muitos casos, a inflação é gerada por choques de oferta que nada têm a ver com excesso de demanda. A partir desse diagnóstico imutável (e imune aos fatos) de que a inflação — ou o risco de inflação — seria sempre um problema de excesso de demanda, os porta-vozes do mercado estão sempre cobrando do governo que colabore para a redução da demanda e modere seus gastos (exceto o gasto com os juros da dívida pública), e estão sempre cobrando do Banco Central que aumente a taxa básica de juros diante de qualquer tipo de sinal de pressão inflacionária, pois o aumento dos juros causa refluxo da demanda — demissões, queda nos investimentos — e esse refluxo da demanda combateria eficazmente a inflação.

Podemos agora formular com precisão: o mercado financeiro não vê antagonismo entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social porque, em sua visão, a primeira é sempre uma pré-condição para a segunda. Como o mercado financeiro sempre vê um risco fiscal significativo na economia brasileira, nunca estará satisfeito com o nível de responsabilidade fiscal demonstrado pelo governo, nunca achará que já estamos em condições de avançar com segurança nas tarefas sociais e sempre tachará de “populista” ou “demagógica” qualquer alternativa que signifique abandonar esse beco sem saída ao qual o país foi condenado nas últimas décadas.

Internet: (com adaptações).

O autor analisa a relação entre responsabilidade social e responsabilidade fiscal, aderindo ao ponto de vista dos economistas ortodoxos.

Comentários:



Primeiramente, notamos que o texto estabelece o alinhamento entre mercado financeiro e economistas ortodoxos.

Por isso, os economistas ortodoxos são porta-vozes do mercado financeiro:

Quando analistas do mercado financeiro e economistas ditos "ortodoxos" referem-se à necessidade de haver responsabilidade fiscal, parece, à primeira vista, que estão se referindo à necessidade de o Estado não realizar gastos (ou abrir mão de receitas públicas) de modo descontrolado, eleitoreiro e ineficiente, aumentando aceleradamente a dívida pública (em proporção do PIB) sem um planejamento econômico-orçamentário de médio e longo prazo.

O autor desse texto é contrário às ideias do mercado financeiro, que associa (segundo o autor) responsabilidade social a "rombos fiscais" e "política eleitoreira". Então, ele expressamente mostra que é contrário ao dizer que as opiniões do mercado são equivocadas, elas têm um "problema":

O problema está em alguns diagnósticos e causalidades evocados pelos economistas porta-vozes do mercado financeiro, que podemos sintetizar em duas ideias centrais.

A partir desse diagnóstico imutável (e imune aos fatos) de que a inflação — ou o risco de inflação — seria sempre um problema de excesso de demanda, os porta-vozes do mercado estão sempre cobrando do governo que colabore para a redução da demanda e modere seus gastos (exceto o gasto com os juros da dívida pública)

Questão incorreta.

8. (CEBRASPE / PREF. DE FORTALEZA / 2023) - Utilize o texto da questão anterior

De acordo com os sentidos suscitados pelo texto, os "economistas 'ortodoxos'" e os "economistas porta-vozes do mercado financeiro" possuem perspectivas semelhantes a respeito da economia brasileira.

Comentários:

Basicamente, o texto estabelece que os economistas ortodoxos e o mercado financeiro pensam da mesma forma, fazem as mesmas alegações:

Quando analistas do mercado financeiro e economistas ditos "ortodoxos" referem-se à necessidade de haver responsabilidade fiscal, parece, à primeira vista, que estão se referindo à necessidade de o Estado não realizar gastos (ou abrir mão de receitas públicas) de modo descontrolado, eleitoreiro e ineficiente, aumentando aceleradamente a dívida pública (em proporção do PIB) sem um planejamento econômico-orçamentário de médio e longo prazo.

Questão correta.

9. (CEBRASPE / PETROBRAS / 2022)

O uso de ferramentas certamente não requer linguagem. Chimpanzés usam galhos como



ferramentas para caçar cupins, ou pedras para quebrar nozes. Obviamente, mesmo as ferramentas mais primitivas do *Homo erectus* (pedras lascadas) são muito mais sofisticadas que qualquer coisa usada por chimpanzés, mas ainda assim não há uma razão convincente para crer que essas pedras não pudessem ter sido produzidas sem linguagem.

O uso do advérbio “Obviamente” desempenha importante papel na argumentação apresentada no texto, realçando uma informação que já é tomada como conhecimento geral.

Comentários:

Note a terminação em “-mente”, temos sim um advérbio indicando que o autor acredita que seu comentário é óbvio, evidente; em outras palavras, é informação que é ou deveria ser de conhecimento geral.

Questão correta.

10. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a “Internet é terra de ninguém”. Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão fakes news, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

■Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. *Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

A palavra “Agora”, no início do último período, introduz no texto um marco temporal, correspondendo, em sentido, a Atualmente.

Comentários:

A banca já cobrou algumas vezes o valor adversativo do “Agora”. Observe num exemplo cotidiano:

Todos querem passar; **agora (porém)** ninguém quer estudar.

De forma similar, na questão, “agora” não tem valor temporal, mas sim de oposição.

*Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. **Agora/Por outro lado/Porém**, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.*

Questão incorreta.

11. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)



Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a "Internet é terra de ninguém". Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão fakes news, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer "compartilhei fake news de alguém" não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer "cometi um crime contra honra" já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

No texto, predomina o tipo textual dissertativo-argumentativo.

Comentários:

Sim. O texto tem como base a defesa de uma tese, de um ponto de vista, que o autor tentar fundamentar com argumentos.

A tese é que a internet não é nem deve ser terra de ninguém e que o termo "fake News" esconde uma série de condutas graves e passa uma ideia de impunidade, pois sua carga semântica é relativizada pelas pessoas.

Sob um olhar semântico, dizer "compartilhei fake news de alguém" não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer "cometi um crime contra honra" já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Questão correta.

12. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a "Internet é terra de ninguém". Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão fakes news, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer "compartilhei fake news de alguém" não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer "cometi um crime contra honra" já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

No texto, as frases 'compartilhei fake news de alguém' e 'cometi um crime contra honra' são consideradas equivalentes, já que o compartilhamento de fake news pode ser crime.

Comentários:



Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

A tese do autor é justamente o contrário, essas duas frases são consideradas muito diferentes: “compartilhei fake News” soa como algo inofensivo, ao passo que “cometi crime” soa como algo muito grave.

Questão incorreta.

13. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

O texto mais célebre de A República é sem dúvida a Alegoria da Caverna, em que Platão, utilizando-se de linguagem alegórica, discute o processo pelo qual o ser humano pode passar da visão habitual que tem das coisas, “a visão das sombras”, unidirecional, condicionada pelos hábitos e preconceitos que adquire ao longo de sua vida, até a visão do Sol, que representa a possibilidade de alcançar o conhecimento da realidade em seu sentido mais elevado e compreendê-la em sua totalidade. A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, mas também, como diz Sócrates na conclusão dessa passagem: “Nos últimos limites do mundo inteligível, aparece-me a ideia do Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode ver sem se concluir que ela é a causa de tudo o que há de reto e de belo. Acrescento que é preciso vê-la se se quer comportar-se com sabedoria, seja na vida privada, seja na vida pública.”.

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento. Tal processo culmina com a visão da forma do Bem, representada pela matéria do Sol. O sábio é aquele que atinge essa percepção. Para Platão, conhecer o Bem significa tornar-se virtuoso. Aquele que conhece a justiça não pode deixar de agir de modo justo.

Danilo Marcondes. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jahan, 2007, p. 31 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

Considerando-se as ideias de Platão e Sócrates apresentadas no texto, é possível concluir, se se acredita que pessoas que operam sua vivência unicamente a partir de redes sociais vivem de aparências, que tais pessoas não conhecem a Verdade.

Comentários:

Aqui temos uma questão de inferência, mas a resposta sempre se baseia na literalidade do texto:

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento.

A virtude da verdade tem como condição o afastamento das aparências; então, se uma pessoa vive de aparências, não possuem a virtude da verdade.



Questão correta.

14. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a “Internet é terra de ninguém”. Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão fakes news, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

Infere-se do emprego do trecho “um estrangeirismo que mascara diversos crimes” (terceiro período) que há outros estrangeirismos que não mascaram crimes ou a eles se associam.

Comentários:

Aqui temos uma questão de inferência, baseada no sentido das orações adjetivas:

“um estrangeirismo que mascara diversos crimes”

A oração *“que mascara diversos crimes”* é restritiva, então seu comentário é particularizante, com efeito de fazer presumir que há estrangeirismos que mascaram e outros que não mascaram.

Questão correta.

15. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

O texto mais célebre de A República é sem dúvida a Alegoria da Caverna, em que Platão, utilizando-se de linguagem alegórica, discute o processo pelo qual o ser humano pode passar da visão habitual que tem das coisas, “a visão das sombras”, unidirecional, condicionada pelos hábitos e preconceitos que adquire ao longo de sua vida, até a visão do Sol, que representa a possibilidade de alcançar o conhecimento da realidade em seu sentido mais elevado e compreendê-la em sua totalidade. A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, mas também, como diz Sócrates na conclusão dessa passagem: “Nos últimos limites do mundo inteligível, aparece-me a ideia do Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode ver sem se concluir que ela é a causa de tudo o que há de reto e de belo. Acrescento que é preciso vê-la se se quer comportar-se com sabedoria, seja na vida privada, seja na vida pública.”.

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento. Tal processo culmina com a visão da forma do Bem, representada pela matéria do Sol. O sábio é aquele que atinge essa percepção. Para Platão, conhecer o Bem significa tornar-se



virtuoso. Aquele que conhece a justiça não pode deixar de agir de modo justo.

Danilo Marcondes. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jahan, 2007, p. 31 (com adaptações).

Em relação às ideias, aos sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item subsecutivo.

Dado o fato de o vocábulo “mas”, em sua primeira ocorrência no segundo período do primeiro parágrafo, ter sido empregado com sentidos adversativo, de oposição, os sentidos originais do texto seriam mantidos caso ele fosse substituído por porém.

Comentários:

Aqui, temos o “mas” numa correlação aditiva enfática:

A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, mas também

Questão incorreta.

16. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

O texto mais célebre de A República é sem dúvida a Alegoria da Caverna, em que Platão, utilizando-se de linguagem alegórica, discute o processo pelo qual o ser humano pode passar da visão habitual que tem das coisas, “a visão das sombras”, unidirecional, condicionada pelos hábitos e preconceitos que adquire ao longo de sua vida, até a visão do Sol, que representa a possibilidade de alcançar o conhecimento da realidade em seu sentido mais elevado e compreendê-la em sua totalidade. A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, mas também, como diz Sócrates na conclusão dessa passagem: “Nos últimos limites do mundo inteligível, aparece-me a ideia do Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode ver sem se concluir que ela é a causa de tudo o que há de reto e de belo. Acrescento que é preciso vê-la se se quer comportar-se com sabedoria, seja na vida privada, seja na vida pública.”.

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento. Tal processo culmina com a visão da forma do Bem, representada pela matéria do Sol. O sábio é aquele que atinge essa percepção. Para Platão, conhecer o Bem significa tornar-se virtuoso. Aquele que conhece a justiça não pode deixar de agir de modo justo.

Danilo Marcondes. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jahan, 2007, p. 31 (com adaptações).

Em relação às ideias, aos sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item subsecutivo.

Sem prejuízo dos sentidos originais e da correção gramatical do texto, o trecho “falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado” (segundo período) poderia ser substituído por *falsa responsabilidade do que se posta ou se compartilha*.

Comentários:

Aqui temos caso de sinonímia frasal, ou seja, de reescrita de mesmas ideias com formas diferentes. As duas formas são semanticamente equivalentes, apenas são tipos distintos de voz



passiva:

O que se posta ou compartilha (voz passiva sintética=VTD+SE)

O que é postado ou compartilhado (voz passiva analítica=SER+Particípio)

Questão correta.

17. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

“Desprezo o que dizes, mas defenderei até a morte o teu direito a dizê-lo.” É com essa afirmação atribuída a Voltaire, filósofo do iluminismo francês, que Nigel Warburton principia o seu ensaio sobre liberdade de expressão. A liberdade de expressão — entendida em sentido amplo, em que se incluem a palavra escrita, as peças teatrais, os filmes, os vídeos, as fotografias, os cartuns, as pinturas, entre outros — é um direito consagrado no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. A liberdade de expressão é particularmente valiosa em uma sociedade democrática, ao ponto de haver quem sustente que, na ausência de uma ampla liberdade de expressão, nenhum governo seria de todo legítimo e não deveria ser denominado democrático. Essa é a perspectiva defendida por Ronald Dworkin, para quem “A livre expressão é uma das condições de um governo legítimo. As leis e políticas não são legítimas a menos que tenham sido adotadas por meio de um processo democrático, e um processo não é democrático se o governo 19 impedi alguém de exprimir as suas convicções acerca de quais devem ser essas leis e políticas”. Desde os alvares da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

Internet: <<https://agora-m.blogs.sapo.pt>> (com adaptações).

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.

Segundo Ronald Dworkin, a ampla liberdade de expressão subjaz à existência de um governo legítimo e democrático.

Comentários:

Primeiramente, temos que “subjaz” que significa “estar situado debaixo de”. No texto, esse verbo apresenta um sentido figurado, com o significado de “existir ou estar presente de forma implícita”.

O texto mostra que na perspectiva de Ronald Dworkin, um governo não é democrático se impedi alguém de exprimir as suas convicções acerca de quais devem ser essas leis e políticas, ou seja, se impedi sua liberdade de expressão. Questão correta.

18. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

A primeira celebração do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos das Nações Unidas, que ocorreu em 7 de junho de 2019, tinha como objetivo fortalecer os esforços para garantir que os alimentos que comemos sejam seguros. A cada ano, quase uma em cada dez pessoas no mundo (cerca de 600 milhões de pessoas) adoecem e 420 mil morrem depois de ingerir alimentos contaminados por bactérias, vírus, parasitas ou substâncias químicas. Alimentos não seguros também dificultam o desenvolvimento em muitas economias de baixa e média renda, que



perdem cerca de US\$ 95 bilhões em produtividade devido a doenças, incapacidade e morte prematura de trabalhadores. 13 Nas Américas, estima-se que 77 milhões de pessoas sofram um episódio de doenças transmitidas por alimentos a cada ano — metade delas são crianças com menos de 5 anos de 16 idade. Os dados disponíveis indicam que as doenças transmitidas por alimentos geram de US\$ 700 mil a US\$ 19 milhões em custos anuais de saúde nos países do 19 Caribe e mais de US\$ 77 milhões nos Estados Unidos da América. Na celebração do Dia Mundial da Segurança dos 22 Alimentos de 2019, discutiu-se que a segurança dos alimentos é responsabilidade de todos. A inocuidade dos alimentos contribui para a segurança alimentar, a saúde humana, a 25 prosperidade econômica, a agricultura, o acesso ao mercado, o turismo e o desenvolvimento sustentável.

Internet: <www.paho.org> (com adaptações).

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.

O problema dos alimentos não seguros reflete em diversos setores, como o econômico, que perde em produtividade, e o da saúde, que necessita despender altos valores na recuperação das pessoas contaminadas.

Comentários:

O 2º parágrafo, ao afirmar que as economias de baixa e média renda perderam em produtividade, se refere a um problema de ordem econômica causado pelos alimentos não seguros.

O 3º parágrafo traz os custos adicionais em saúde na casa dos milhares e milhões, o que também caracteriza um problema causado pelos alimentos não seguros. Questão correta.

19. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020) Utilize o texto da questão anterior.

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.

Embora seja um problema mundial, a contaminação dos alimentos ocorre de forma mais severa nos países do continente americano, de acordo com o texto.

Comentários:

Perceba que ocorreu claramente uma extração do texto, pois a informação de que a contaminação dos alimentos ocorre de forma mais severa nos países do continente americano não está presente no texto, nem de forma explícita nem implícita. Questão incorreta.

20. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Entre todos os fatores técnicos da mobilidade, um papel particularmente importante foi desempenhado pelo transporte da informação — o tipo de comunicação que não envolve o movimento de corpos físicos ou só o faz secundária e marginalmente. Desenvolveram-se, de forma consistente, meios técnicos que também permitiram à informação viajar independentemente dos seus portadores físicos — e independentemente também dos objetos sobre os quais informava: meios que libertaram os “significantes” do controle dos “significados”. A separação dos movimentos da informação em relação aos movimentos dos seus portadores e



objetos permitiu, por sua vez, a diferenciação de suas velocidades; o movimento da informação ganhava velocidade num ritmo muito mais rápido que a viagem dos corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava. Afinal, o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim — no que diz respeito à informação — à própria noção de “viagem” (e de “distância” a ser percorrida), o que tornou a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática.

Zygmunt Bauman. Globalização: as consequências humanas.

Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 (com adaptações).

A “rede mundial de computadores” a que o autor se refere na linha 9 do texto corresponde à Internet.

Comentários:

O texto é um fragmento, então não há presença literal do termo internet; contudo, como o texto versa sobre globalização, ficava evidente a referência. A rede que torna informação instantaneamente disponível em todo o planeta é a internet. Questão correta.

21. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Sozinha no mundo, sem pai nem mãe, ela corria, arfava, muda, concentrada. Às vezes, na fuga, pairava ofegante num beiral de telhado e enquanto o rapaz galgava outros com dificuldade tinha tempo de se refazer por um momento. E então parecia tão livre.

Estúpida, tímida e livre. Não vitoriosa como seria um galo em fuga. Que é que havia nas suas vísceras que fazia dela um ser? A galinha é um ser. É verdade que não se poderia contar com ela para nada. Nem ela própria contava consigo, como o galo crê na sua crista. Sua única vantagem é que havia tantas galinhas que morrendo uma surgiria no mesmo instante outra tão igual como se fora a mesma.

O trecho “enquanto o rapaz galgava outros com dificuldade” (1º parágrafo) mostra que havia uma perseguição à galinha pelos telhados da casa.

Comentários:

Questão de inferência baseada em implícitos: se o rapaz galgava “outros” telhados, então estava subindo telhados em sequência, um após o outro, o que mostra a perseguição atrás da galinha. Questão correta.

22. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020) Utilize o texto da questão anterior.

O trecho “Sua única vantagem é que havia tantas galinhas que morrendo uma surgiria no mesmo instante outra tão igual como se fora a mesma” (2º parágrafo) nos remete à ideia de que a personagem já estava certa de sua morte e substituição.

Comentários:

Sim. O trecho dá ideia da banalidade de cada galinha, que é substituída facilmente por outra, tão parecida com a anterior que pareceria a mesma. Questão correta.

23. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)



Estúpida, tímida e livre. Não vitoriosa como seria um galo em fuga. Que é que havia nas suas vísceras que fazia dela um ser? A galinha é um ser.

As palavras que formam a frase “Estúpida, tímida e livre” (2º parágrafo) qualificam o ser que é o tema do texto: a galinha.

Comentários:

As três palavras são adjetivos e, naturalmente, caracterizam algum termo substantivo. O detalhe é que o referente estava depois dos adjetivos; logo em seguida revelam que o ser era uma galinha:

Estúpida, tímida e livre. Não vitoriosa como seria um galo em fuga. Que é que havia nas suas (da entidade estúpida, tímida e livre) vísceras que fazia dela um ser? A galinha é um ser. Questão correta.

24. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais. Essa afirmação pode ser inesperada para muitos, porque tendemos a negar tanto a existência quanto a importância dos rituais na nossa vida cotidiana. Em geral, consideramos que rituais seriam eventos de sociedades históricas, da vida na corte europeia, por exemplo, ou, em outro extremo, de sociedades indígenas. Entre nós, a inclinação inicial é diminuir sua relevância. Muitas vezes comentamos “Ah, foi apenas um ritual”, querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo. Por exemplo, um discurso pode receber esse comentário se for considerado superficial em relação à expectativa de um importante comunicado. Ritual, nesse caso, é a dimensão menos importante de um evento, sinal de uma forma vazia, algo pouco sério — e, portanto, “apenas um ritual”. Agimos como se desconhecêssemos que forma e conteúdo estão sempre combinados e associamos o ritual apenas à forma, isto é, à convencionalidade, à rigidez, ao tradicionalismo. Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado. Em suma, usamos o termo ritual no dia a dia com uma conotação de fenômeno formal e arcaico.

A acepção de ritual empregada nos dois primeiros períodos do texto afasta-se, segundo a autora, do sentido corrente dessa palavra, explorado no restante do texto.

Comentários:

Nos dois primeiros períodos, o sentido de ritual é mais estrito, indica dinâmicas sociais fundamentais:

Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais. Essa afirmação pode ser inesperada para muitos, porque tendemos a negar tanto a existência quanto a importância dos rituais na nossa vida cotidiana.

Nos períodos seguintes, explora o sentido corrente da palavra, indicando algo ceremonial, desimportante ou arcaico:

Muitas vezes comentamos “Ah, foi apenas um ritual”, querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo... Questão correta.

25. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020) Utilize o texto da questão anterior.



Depreende-se do trecho “Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado” (L. 11 a 12) que a autora, ao se declarar moderna, repudia o que pertence ao passado.

Comentários:

Não repudia, inclusive seu texto quer refutar a ideia de que “rituais” sejam práticas arcaicas ou vazias de sentido. De forma alguma podemos afirmar que repudia o passado. Questão incorreta.

26. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020) Utilize texto da questão 16.

O texto defende que, em uma manifestação social, o ritual é a dimensão que mais contribui para a transmissão dos valores e conteúdos implicados nessa manifestação.

Comentários:

Não. A autora sugere que “rituais” são partes importantes das manifestações sociais, ao contrário do sentido pejorativo que muitos atribuem à palavra. Para ela, forma (ritual) e conteúdo são sempre combinados, mas não faz qualquer hierarquia entre eles, não declara que o ritual é mais importante que o conteúdo. Veja:

Muitas vezes comentamos “Ah, foi apenas um ritual”, querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo. Por exemplo, um discurso pode receber esse comentário se for considerado superficial em relação à expectativa de um importante comunicado. Ritual, nesse caso, é a dimensão menos importante de um evento, sinal de uma forma vazia, algo pouco sério — e, portanto, “apenas um ritual”. **Agimos como se desconhecêssemos que forma e conteúdo estão sempre combinados e associamos o ritual apenas à forma**, isto é, à convencionalidade, à rigidez, ao tradicionalismo.

Questão incorreta.

27. (CEBRASPE / TJ-PA / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2020)

Texto CG1A1-II

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018), dados pessoais são informações que podem identificar alguém. Dentro desse conceito, foi criada uma categoria chamada de “dado sensível”, que diz respeito a informações sobre origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual. Registros como esses, a partir da vigência da lei, passam a ter nível maior de proteção, para evitar formas de discriminação. Todas as atividades realizadas no país e todas as pessoas que estão no Brasil estão sujeitas à lei. A norma vale para coletas operadas em outro país, desde que estejam relacionadas a bens ou serviços ofertados a brasileiros. Mas há exceções, como a obtenção de informações pelo Estado para a segurança pública. Ao coletar um dado, as empresas deverão informar a finalidade da coleta. Se o usuário aceitar repassar suas 16 informações, o que pode acontecer, por exemplo, quando ele concorda com termos e condições de um aplicativo, as companhias passam a ter o direito de tratar os dados (respeitada a finalidade específica), desde que em conformidade com a legislação. A lei prevê uma série de obrigações, como a garantia da segurança das informações e a notificação do titular em caso de um incidente de segurança. A norma permite a reutilização dos dados por empresas ou órgãos públicos, em caso de “legítimo interesse”. Por outro lado, o titular ganhou uma série de direitos. Ele pode, por exemplo, solicitar à empresa os dados que ela tem sobre ele, a quem foram repassados (em situações como a de reutilização por “legítimo



interesse") e para qual finalidade. Caso os registros estejam incorretos, ele poderá cobrar a correção. Em determinados casos, o titular terá o direito de se opor a um tratamento. A lei também prevê a revisão de decisões automatizadas tomadas com base no tratamento de dados, como as notas de crédito ou os perfis de consumo.

Internet: <www.agenciabrasil.ebc.com.br> (com adaptações).

Segundo as ideias veiculadas no texto CG1A1-II,

- A) questões relativas a origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual são as que mais motivam atos de discriminação, e, por isso, os dados sensíveis devem ter maior nível de proteção.
- B) a Lei Geral de Proteção de Dados prevê obrigações tanto para as empresas que coletam os dados quanto para o titular desses dados, de forma proporcional.
- C) a norma legal é válida em caso de bens e serviços ofertados a brasileiros, independentemente do país onde a coleta dos dados pessoais for feita.
- D) o Estado é autorizado a coletar e a tratar dados pessoais de brasileiros da forma que julgar mais adequada.
- E) o Brasil é pioneiro na edição de uma lei acerca da coleta e do uso de dados sensíveis.

Comentários:

Vamos analisar todas as alternativas:

- A) ERRADO. São formas de discriminação, por isso recebem o nome de "dados sensíveis". Não há, no texto, referência à quantidade de discriminação envolvida. Elas devem ser protegidas, pois o governo quer evitar formas de discriminação.
- B) ERRADO. A lei prevê obrigações às empresas que coletam dados. Para o usuário, a lei prevê direitos, de acordo com o texto.
- C) CORRETO. A norma é válida para atividades realizadas no Brasil e para atividades que envolvam bens ou serviços para brasileiros (em qualquer lugar do mundo).
- D) ERRADO. Deve ser evitada a discriminação e ter uma finalidade específica.
- E) ERRADO. No texto, há apenas informações acerca da data de publicação da lei (2018) no Brasil.

Gabarito: Letra C.

28. (CEBRASPE / SEFAZ-AL / AUDITOR / 2020)

É uma loja grande e escura no centro da cidade, uma quadra distante da estação de trem. Quando visito a família, entre um churrasco e outro, vou até lá para olhar as gôndolas atulhadas de balde, bacias, chaves de fenda, garfos, colheres, facas, afiadores de vários modelos, pedras de amolar, parafusos, porcas, pregos, anzóis e varas de pescar. É uma loja grande e escura, eu dizia, no centro da cidade onde nasci, e dentro dela me sinto protegido, distante da neurose e dos problemas, sonhando com uma das vidas que não tive e me esquecendo da vida real em que me perco enquanto a atravesso e sou por ela atravessado. Tem meia dúzia de atendentes, conheço dois ou três 13 pelo nome, e o dono do lugar é sempre simpático comigo. Sabe que gosto do seu negócio, que, se me mudasse de novo para lá, seria seu freguês. Mas também sei



que me vê como um tipo que há vinte anos vive na capital, que a essa altura é mais metropolitano que interiorano, um cara talvez meio esquisito, ou apenas ridículo, que se interessa por coisas de que não precisa, coisas das quais não entende. Da última vez gastei uma eternidade olhando uma caneca de alumínio. Não a coloquei na cesta de compras. Para ser sincero, mal consegui tocá-la. De repente minha existência pareceu absurda, e eu teria que trocar de roupa e de pele antes de usar aquela caneca industrial. Ou pelo menos pintar de outra cor as paredes da sala. Era trabalho demais, desisti. Agora tenho uma caneca imaginária — que brilha na sombra quando bebo água.

Fabrício Corsaletti. Escura. In: Perambule. São Paulo: Editora 34, 2018 (com adaptações).

No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item a seguir.

O texto evidencia o sentimento ambíguo de nostalgia e de deslocamento do autor em relação à sua cidade natal.

Comentários:

São pressupostos que nos ajudam a perceber a nostalgia do autor: "vou até lá para olhar as gôndolas", "dentro dela me sinto protegido", "uma das vidas que não tive", "gastei uma eternidade olhando uma caneca de alumínio".

Quanto ao deslocamento, as seguintes expressões nos levam a ele: "mais metropolitano que interiorano", "teria que trocar de roupa e de pele", "pintar de outra cor as paredes da sala".

Já a ambiguidade fica evidente no trecho: "sonhando com uma das vidas que não tive e me esquecendo da vida real". Questão correta.

29. (CEBRASPE / SEFAZ-RS–Auditor Fiscal – 2019)

Texto 1A1-I

O direito tributário brasileiro depara-se com grandes desafios, principalmente em tempos de globalização e interdependência dos sistemas econômicos. Entre esses pontos de atenção, destacam-se três. O primeiro é a guerra fiscal ocasionada pelo ICMS. O principal tributo em vigor, atualmente, é estadual, o que faz contribuintes e advogados se debruçarem sobre vinte e sete diferentes legislações no país para entendê-lo. Isso se tornou um atentado contra o princípio de simplificação, contribuindo para o incremento de uma guerra fiscal entre os estados, que buscam alterar regras para conceder benefícios e isenções, a fim de atrair e facilitar a instalação de novas empresas. É, portanto, um dos instrumentos mais utilizados na disputa por investimentos, gerando, com isso, consequências negativas do ponto de vista tanto econômico quanto fiscal.

A competitividade gerada pela interdependência estadual é outro ponto. Na década de 60, a adoção do imposto sobre valor agregado (IVA) trouxe um avanço importante para a tributação indireta, permitindo a internacionalização das trocas de mercadorias com a facilitação da equivalência dos impostos sobre consumo e tributação, e diminuindo as diferenças entre países. O ICMS, adotado no país, é o único caso no mundo de imposto que, embora se pareça com o IVA, não é administrado pelo governo federal — o que dá aos estados total autonomia para administrar, cobrar e gastar os recursos dele originados. A competência estadual do ICMS gera ainda dificuldades na relação entre as vinte e sete unidades da Federação, dada a coexistência



dos princípios de origem e destino nas transações comerciais interestaduais, que gera a já comentada guerra fiscal.

A harmonização com os outros sistemas tributários é outro desafio que deve ser enfrentado. É preciso integrar-se aos países do MERCOSUL, além de promover a aproximação aos padrões tributários de um mundo globalizado e desenvolvido, principalmente quando se trata de Europa. Só assim o país recuperará o poder da economia e poderá utilizar essa recuperação como condição para intensificar a integração com outros países e para participar mais ativamente da globalização.

André Pereira. Os desafios do direito tributário brasileiro. In: DCI – Diário Comércio, Indústria e Serviços. 2/mar./2017. Internet: <www.dci.com.br> (com adaptações).

Os três aspectos que representam desafios para o direito tributário brasileiro, na ordem em que aparecem no texto 1A1-I, são

- a) a alteração de regras para benefícios e isenções, a competitividade propiciada pela interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.
- b) o conflito fiscal proporcionado pelo ICMS, a competitividade produzida pela interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.
- c) a alteração de regras para benefícios e isenções, a competitividade gerada pela interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.
- d) o afinamento com outros sistemas tributários, a adoção do IVA e o conflito fiscal favorecido pelo ICMS.
- e) o conflito fiscal propiciado pelo ICMS, a competitividade gerada pela interdependência dos estados e o afinamento com outros sistemas tributários.

Comentários:

Questão literal. Vejamos:

- 1) Entre esses pontos de atenção, destacam-se três. O primeiro é a guerra fiscal ocasionada pelo ICMS. (...)
- 2) A competitividade gerada pela interdependência estadual é outro ponto. (...)
- 3) A harmonização com os outros sistemas tributários é outro desafio que deve ser enfrentado.

Gabarito letra E.

30. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019) *Utilize o texto da questão anterior.*

Infere-se das ideias do texto 1A1-I que o autor é contrário

- A) ao modelo tributário europeu.
- B) à aplicação do IVA em nível federal.
- C) ao sistema tributário do MERCOSUL.
- D) à competência estadual para o ICMS.
- E) aos padrões tributários do mundo globalizado.

Comentários:



O autor aponta que o fato de a competência do IPVA ser estadual causa problemas. Cada estado pode legislar sobre o IPVA, o que gera muitas legislações ao mesmo tempo, prejudicando a simplificação. Além disso, cada estado pode criar benefícios fiscais em sua legislação, para atrair empresas e investimentos para seu território. Isso gera concorrência entre os entes federativos, a chamada "guerra fiscal". Por esses argumentos, fica evidente que o autor é contra a competência individual de cada estado e sugere uma legislação única, federal, como a do IVA que mencionou. Gabarito letra D.

31. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

Desde os alvores da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

No texto, sugere-se que a liberdade de expressão pode ser usada em favor da mentira e da manipulação.

Comentários:

Sim, os vocábulos "tal como" e "também" dão a pista de que ambas podem ser usadas para o mal. O autor declara que a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação e a liberdade de expressão **também** pode ser usada para tal.

tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites. Questão correta.

32. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019)

Texto CB2A1-I

Raras vezes na história humana, o trabalho, a riqueza, o poder e o saber mudaram simultaneamente. Quando isso ocorre, sobrevêm verdadeiras descontinuidades que marcam época, pedras miliares no caminho da humanidade. A invenção das técnicas para controlar o fogo, o início da agricultura e do pastoreio na Mesopotâmia, a organização da democracia na Grécia, as grandes descobertas científicas e geográficas entre os séculos XII e XVI, o advento da sociedade industrial no século XIX, tudo isso representa saltos de época, que desorientaram gerações inteiras.

Se observarmos bem, essas ondas longas da história, como as chamava Braudel, tornaram-se cada vez mais curtas. Acabamos de nos recuperar da ultrapassagem da agricultura pela indústria, ocorrida no século XX, e, em menos de um século, um novo salto de época nos tomou de surpresa, lançando-nos na confusão. Dessa vez o salto coincidiu com a rápida passagem de uma sociedade de tipo industrial dominada pelos proprietários das fábricas manufatureiras para uma sociedade de tipo pós-industrial dominada pelos proprietários dos meios de informação.

O fórceps com o qual a recém-nascida sociedade pós-industrial foi extraída do ventre da sociedade industrial anterior é representado pelo progresso científico e tecnológico, pela globalização, pelas guerras mundiais, pelas revoluções proletárias, pelo ensino universal e pelos meios de comunicação de massa. Agindo simultaneamente, esses fenômenos produziram uma



avalanche ciclópica — talvez a mais irresistível de toda a história humana — na qual nós, contemporâneos, temos o privilégio e a desventura de estar envolvidos em primeira pessoa.

Ninguém poderia ficar impassível diante de uma mudança dessa envergadura. Por isso a sensação mais difundida é a desorientação.

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito.

Domenico de Masi. Alfabeto da sociedade desorientada: para entender o nosso tempo. Trad. Silvana Cobucci e Federico Carotti. São Paulo: Objetiva, 2017, p. 93-4 (com adaptações).

Infere-se do texto que a desorientação das gerações, em épocas específicas, promove uma radical e simultânea alteração no escopo do trabalho, da riqueza, do poder e do saber humano.

Comentários:

É o contrário, a mudança radical é que gera desorientação, como ocorre agora. A desorientação, por sua vez, causa de as pessoas sentirem-se em crise pararem de planejar o futuro. Veja:

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito. Questão incorreta.

33. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

De acordo com o texto, as sociedades deste século vivenciaram a substituição da agricultura e, a partir disso, passaram a se submeter ao controle dos proprietários de veículos de informação.

Comentários:

O texto não diz que as sociedades deste século vivenciaram tudo dentro do mesmo século, como texto faz supor. Aliás, nem sequer faz essa divisão de "várias sociedades" simultâneas, mas sim em sociedades historicamente diferentes. O que diz é que o segundo "salto de época" ocorreu em menos de um século:

Acabamos de nos recuperar da ultrapassagem da agricultura pela indústria, ocorrida no século XX, e, em menos de um século, um novo salto de época nos tomou de surpresa, lançando-nos na confusão. Dessa vez o salto coincidiu com a rápida passagem de uma sociedade de tipo industrial dominada pelos proprietários das fábricas manufatureiras para uma sociedade de tipo pós-industrial dominada pelos proprietários dos meios de informação.

Além disso, dizer que a sociedade é "dominada" não é o mesmo que dizer que "passaram a se submeter", pois ser "dominado" é algo irresistível e "submeter-se" dá uma ideia mais voluntária. Questão incorreta.



34. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019) Utilize o texto da anterior

Conclui-se do último parágrafo do texto que o sentimento de crise provocado pela sensação de desorientação favorece um futuro prejudicial ao próprio sujeito em crise.

Comentários:

Sim, porque, se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém projetará o futuro por nós, sem ser em nosso benefício. Isso está expresso no texto:

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito. Questão correta.

35.(CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019)

A vida humana só viceja sob algum tipo de luz, de preferência a do sol, tão óbvia quanto essencial. Somos animais diurnos, por mais que boêmios da pá virada e vampiros em geral discordem dessa afirmativa. Poucas vezes a gente pensa nisso, do mesmo jeito que devem ser poucas as pessoas que accordam se sentindo primatas, mamíferos ou terráqueos, outros rótulos que nos cabem por força da natureza das coisas.

A humanidade continua se aperfeiçoando na arte de afastar as trevas noturnas de todo habitat humano. Luz soa para muitos como sinônimo de civilização, e pode-se observar do espaço o mapa das desigualdades econômicas mundiais desenhado na banda noturna do planeta. A parcela ocidental do hemisfério norte é, de longe, a mais iluminada.

Dispor de tanta luz assim, porém, tem um custo ambiental muito alto, avisam os cientistas. Nos humanos, o excesso de luz urbana que se infiltra no ambiente no qual dormimos pode reduzir drasticamente os níveis de melatonina, que regula o nosso ciclo de sono-vigília.

Mesmo assim, sinto uma alegria quase infantil quando vejo se acenderem as luzes da cidade. E repito para mim mesmo a pergunta que me faço desde que me conheço por gente: quem é o responsável por acender as luzes da cidade? O mais plausível é imaginar que essa tarefa caiba a sensores fotoelétricos espalhados pelos bairros. Mas e antes dos sensores, como é que se fazia? Imagino que algum funcionário trepava na antena mais alta no topo do maior arranha-céu e, ao constatar a falência da luz solar, acionava um interruptor, e a cidade toda se iluminava.

Não consigo pensar em um cargo público mais empolgante que o desse homem. Claro que o cargo, se existia, já foi extinto, e o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas.

Reinaldo Moraes. "Luz! Mais luz". Internet: <www.nexojornal.com.br> (com adaptações).

Infere-se do primeiro parágrafo do texto que "boêmios da pá virada e vampiros" diferem biologicamente dos seres humanos em geral, os quais tendem a desempenhar a maior parte de suas atividades durante a manhã e a tarde.

Comentários:



Não diferem biologicamente. O autor é categórico: "somos animais diurnos". Todos somos diurnos, os boêmios apenas não concordam com essa afirmação:

Somos animais diurnos, por mais que boêmios da pá virada e vampiros em geral discordem dessa afirmativa. Questão incorreta.

36. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

É correto inferir do trecho "o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas" (l. 21 e 22) que provavelmente o funcionário responsável pelo acionamento da iluminação urbana já morreu.

Comentários:

Pelos sentidos metafóricos do texto, considerando que a luz foi associada à vida humana, podemos inferir sim que provavelmente o funcionário já morreu, tanto pela metáfora eufemística (suavizada) da morte, quanto pela passagem do tempo mencionada no texto. Questão correta.

37. (CEBRASPE / PGE-PE / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2019)

A própria palavra "crise" é bem mais a expressão de um movimento do espírito que de um juízo fundado em argumentos extraídos da razão ou da experiência. Não há período histórico que não tenha sido julgado, de uma parte ou de outra, como um período em crise. Ouvi falar de crise em todas as fases da minha vida: depois da Primeira Guerra Mundial, durante o fascismo e o nazismo, durante a Segunda Guerra Mundial, no pós-guerra, bem como naqueles que foram chamados de anos de chumbo. Sempre duvidei que o conceito de crise tivesse qualquer utilidade para definir uma sociedade ou uma época.

Que fique claro: não tenho nenhuma intenção de difamar ou condenar o passado para absolver o presente, nem de deplorar o presente para louvar os bons tempos antigos. Desejo apenas ajudar a que se compreenda que todo juízo excessivamente resoluto nesse campo corre o risco de parecer leviano. Certamente, existem épocas mais turbulentas e outras menos. Mas é difícil dizer se a maior turbulência depende de uma crise moral (de uma diminuição da crença em princípios fundamentais) ou de outras causas, econômicas, sociais, políticas, culturais ou até mesmo biológicas.

Norberto Bobbio. Elogio da serenidade e outros escritos morais. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 160-1 (com adaptações).

Para o autor do texto, todo período histórico que se tornou passado se caracteriza como um período de crise moral.

Comentários:

O autor, ao contrário, relativiza o conceito de "crise" e diz que não é possível dizer realmente se há uma crise ou a razão de uma crise:

Mas é difícil dizer se a maior turbulência depende de uma crise moral (de uma diminuição da crença em princípios fundamentais) ou de outras causas, econômicas, sociais, políticas, culturais ou até mesmo biológicas. Questão incorreta.



38. (CEBRASPE / PGE-PE / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2019)

Como período e como crise, a época atual mostra-se, aliás, como coisa nova. Como período, as suas variáveis características instalaram-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. Trata-se, porém, de uma crise persistente dentro de um período com características duradouras, mesmo que novos contornos apareçam.

O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização e que ajuda a considerá-lo o único caminho histórico acaba, também, por impor certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em razão disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal "crise" fosse a mesma para todos e como se a receita para a afastar devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira, e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real — econômica, social, política, moral — que caracteriza o nosso tempo.

Milton Santos. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 27.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017, p. 34-6 (com adaptações).

Infere-se do texto que, na atualidade, é imposto um comportamento hegemônico e uniforme para lidar com diferentes situações de crise no mundo.

Comentários:

Sim. A globalização da crise ocorre junto com a globalização da suposta solução para a crise: todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal "crise" fosse a mesma para todos e como se a receita para a afastar devesse ser geralmente a mesma.

Questão correta.

39. (CEBRASPE / PGE-PE / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

Conclui-se do último parágrafo do texto que a verdadeira crise não será resolvida enquanto os esforços persistirem centralizados na resolução da crise financeira.

Comentários:

Sim. Buscar solução apenas para crise financeira é uma causa para a crise das demais esferas; sem eliminar esta causa, não é possível também eliminar a crise como um todo. Veja: a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira, e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real — econômica, social, política, moral — que caracteriza o nosso tempo. Questão correta.

40. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019)

O modelo econômico de produção capitalista, aperfeiçoado pelos avanços científicos e tecnológicos que, por sua vez, proporcionaram a reestruturação da produção e a Terceira Revolução Industrial, retirou do trabalho seu valor, transformando o empregado em simples



mercadoria inserta no processo de produção. Nesse contexto, o trabalhador se vê tolhido da principal manifestação de sua humanidade e dignidade: o trabalho. A luta dos trabalhadores, portanto, não é mais apenas por condições melhores de subsistência, mas pela própria dignidade do ser humano.

Em face desse cenário, a opinião pública passa a questionar o papel do Estado e das instituições dominantes, no sentido de buscar um consenso sobre as consequências sociais da atividade econômica. A sociedade requer das organizações uma nova configuração da atividade econômica, pautada na ética e na responsabilidade para com a sociedade e o meio ambiente, a fim de minimizar problemas sociais como concentração de renda, precarização das relações de trabalho e falta de direitos básicos como educação, saúde e moradia, agravados, entre outros motivos, por propostas que concebem um Estado que seja parco em prestações sociais e no qual a própria sociedade se responsabilize pelos riscos de sua existência, só recorrendo ao Poder Público subsidiariamente, na impossibilidade de autossatisfação de suas necessidades.

Samia Moda Cirino. Sustentabilidade no meio ambiente de trabalho: um novo paradigma para a valorização do trabalho humano. Internet: <www.publicadireito.com.br> (com adaptações).

De acordo com o texto, o quadro de concentração de renda, de precarização das relações de trabalho e de falta de direitos básicos como educação, saúde e moradia é resultado da negligência estatal com relação às necessidades da população.

Comentários:

Questão capciosa. Na verdade, a ausência de prestação estatal é um “agravante”, não é a única causa como o enunciado dá a entender. Veja:

A sociedade requer das organizações uma nova configuração da atividade econômica, pautada na ética e na responsabilidade para com a sociedade e o meio ambiente, a fim de minimizar problemas sociais como concentração de renda, precarização das relações de trabalho e falta de direitos básicos como educação, saúde e moradia, agravados, entre outros motivos, por propostas que concebem um Estado que seja parco em prestações sociais. Questão incorreta.

41. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

Conforme o texto, a Terceira Revolução Industrial foi o evento histórico responsável por transformar o empregado em simples mercadoria do processo de produção.

Comentários:

Seguindo a literalidade, conforme o texto, o responsável é o Modelo Capitalista. Leiamos no texto essa afirmação:

O modelo econômico de produção capitalista, aperfeiçoado pelos avanços científicos e tecnológicos que, por sua vez, proporcionaram a reestruturação da produção e a Terceira Revolução Industrial, retirou do trabalho seu valor, transformando o empregado em simples mercadoria inserta no processo de produção. Questão incorreta.

42. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019)



O desejo por igualdade em nossos dias, ensejado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, marco da modernidade, segundo Axel Honneth, advém de uma busca por autorrespeito. Para Honneth, houve uma conversão de demandas por distribuição igualitária em demandas por mais dignidade e respeito. O autor descreve o campo de ação social como o locus marcado pela permanente luta entre os sujeitos por conservação e reconhecimento. O conflito, diz ele, força os sujeitos a se reconhecerem mutuamente e impulsiona a criação de uma rede normativa. Quer dizer, o estabelecimento da figura do sujeito de direitos constitui um mínimo necessário para a perpetuação da sociedade, porque é pelo respeito mútuo de suas pretensões legítimas que as pessoas conseguem se relacionar socialmente.

Nesse contexto, a Lei Maria da Penha teria o papel de assegurar o reconhecimento das mulheres em situação de violências (incluída a psicológica) pelo direito; afinal, é constatando as obrigações que temos diante do direito alheio que chegamos a uma compreensão de cada um(a) de nós como sujeitos de direitos. De acordo com Honneth, as demandas por direitos — como aqueles que se referem à igualdade de gênero ou relacionados à orientação sexual —, advindas de um reconhecimento anteriormente denegado, criam conflitos práticos indispensáveis para a mobilidade social.

Isadora Vier Machado. Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha. Internet: <<http://pct.capes.gov.br>> (com adaptações).

O desejo de igualdade entre os indivíduos, manifesto a partir da criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, impulsionou a busca por autorrespeito.

Comentários:

Houve uma inversão:

O desejo por igualdade em nossos dias, ensejado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, marco da modernidade, segundo Axel Honneth, **advém (é consequência) de uma busca por autorrespeito.**

Então, a busca por autorrespeito é que impulsiona o desejo de igualdade, não o contrário.

Questão incorreta.

43. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

O texto indica que, de acordo com Axel Honneth, o conflito motiva o reconhecimento dos sujeitos de direito, o que é condição básica para a preservação da sociedade.

Comentários:

Sim. Literal:

O conflito, diz ele, força os sujeitos a se reconhecerem mutuamente e impulsiona a criação de uma rede normativa. Quer dizer, o estabelecimento da figura do sujeito de direitos constitui um mínimo necessário para a perpetuação da sociedade, porque é pelo respeito mútuo de suas pretensões legítimas que as pessoas conseguem se relacionar socialmente (é requisito, é condição). Questão correta.

44. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019)



As atividades pertinentes ao trabalho relacionam-se intrinsecamente com a satisfação das necessidades dos seres humanos — alimentar-se, proteger-se do frio e do calor, ter o que calçar etc. Estas colocam os homens em uma relação de dependência com a natureza, pois no mundo natural estão os elementos que serão utilizados para atendê-las.

Se prestarmos atenção à nossa volta, perceberemos que quase tudo que vemos existe em razão de atividades do trabalho humano. Os processos de produção dos objetos que nos cercam movimentam relações diversas entre os indivíduos, assim como a organização do trabalho alterou-se bastante entre diferentes sociedades e momentos da história.

De acordo com o cientista social norte-americano Marshall Sahlins, nas sociedades tribais, o trabalho geralmente não tem a mesma concepção que vigora nas sociedades industrializadas. Naquelas, o trabalho está integrado a outras dimensões da sociabilidade — festas, ritos, artes, mitos etc. —, não representando, assim, um mundo à parte.

Nas sociedades tribais, o trabalho está em tudo, e praticamente todos trabalham. Sahlins propôs que tais sociedades fossem conhecidas como "sociedades de abundância" ou "sociedades do lazer", pelo fato de que nelas a satisfação das necessidades básicas sociais e materiais se dá plenamente.

Thiago de Mello. Trabalho. Internet: <educacao.globo.com> (com adaptações).

Conclui-se do texto que, devido à abundância de recursos, nas sociedades tribais os indivíduos não têm necessidade de separar as práticas laborais das outras atividades sociais.

Comentários:

Não é "devido à abundância", o motivo é a satisfação plena das necessidades. Isso está expresso no texto:

Sahlins propôs que tais sociedades fossem conhecidas como "sociedades de abundância" ou "sociedades do lazer", pelo fato de que nelas a satisfação das necessidades básicas sociais e materiais se dá plenamente. Questão incorreta.

45. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019)

O nome é o nosso rosto na multidão de palavras. Delineia os traços da imagem que fazem de nós, embora não do que somos (no íntimo). Alguns escondem seus donos, outros lhes põem nos olhos um azul que não possuem. Raramente coincidem, nome e pessoa. Também há rostos quase idênticos, e os nomes de quem os leva (pela vida afora) são completamente dispares, nenhuma letra se igualando a outra.

O do autor deste texto é um nome simples, apostólico, advindo do avô. No entanto, o sobrenome, pelo qual passou a ser reconhecido, é incomum. Sonoro, hispânico. Com uma combinação incomum de nome e sobrenome, difícil seria encontrar um homônimo. Mas eis que um surgiu, quando ele andava pelos vinte anos. E continua, ao seu lado, até agora — sombra amiga.

Impossível não existir aqui ou ali alguma confusão entre eles, um episódio obscuro que, logo, viria às claras com a real justificativa: esse não sou eu. Houve o caso da mulher que telefonou para ele, esmagando-o com impropérios por uma crítica feita no jornal pelo outro, sobre um célebre arquiteto, de quem ela era secretária.

João Anzanello Carrascoza. Homônimo. In: Diário das Coincidências. Ed. digital. São Paulo: Objetiva, p. 52 (com adaptações).



A afirmação de que alguns nomes põem nos olhos de seus donos “um azul que não possuem” (l.3) contradiz a ideia de que os nomes definem não as qualidades reais de cada um, mas o modo como os outros o veem.

Comentários:

Contradiz não, na verdade “confirma”. O comentário é a explicação da metáfora. Questão incorreta.

46. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

Infere-se que o autor do texto é espanhol.

Comentários:

Não se pode afirmar isso. Apenas foi dito que o nome é hispânico. Garcia é um nome hispânico e nem todo Garcia é espanhol. Questão incorreta.

47. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A11-I

Pixis foi um músico medíocre, mas teve o seu dia de glória no distante ano de 1837.

Em um concerto em Paris, Franz Liszt tocou uma peça do (hoje) desconhecido compositor, junto com outra, do admirável, maravilhoso e extraordinário Beethoven (os adjetivos aqui podem ser verdadeiros, mas — como se verá — relativos). A plateia, formada por um público refinado, culto e um pouco bovino, como são, sempre, os homens em ajuntamentos, esperava com impaciência.

Liszt tocou Beethoven e foi calorosamente aplaudido. Depois, quando chegou a vez do obscuro e inferior Pixis, manifestou-se o desprezo coletivo. Alguns, com ouvidos mais sensíveis, depois de lerem o programa que anunciava as peças do músico menor, retiraram-se do teatro, incapazes de suportar música de má qualidade.

Como sabemos, os melômanos são impacientes com as obras de epígonos, tão céleres em reproduzir, em clave rebaixada, as novas técnicas inventadas pelos grandes artistas.

Liszt, no entanto, registraria que um erro tipográfico invertera, no programa do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...

A música de Pixis, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixis, foi enxoalhada.

Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o risco de aplaudir Pixis como se fosse Beethoven.

Charles Kiefer. O paradoxo de Pixis. In: Para ser escritor. São Paulo: Leya, 2010 (com adaptações).

Infere-se do texto 1A11-I que, na ocasião do concerto em Paris, em 1837,



- A) Pixis tocou uma composição de Beethoven como se fosse de sua autoria.
- B) Liszt equivocou-se na leitura do roteiro de composições que deveria executar.
- C) a plateia revoltou-se contra Liszt, por ele ter confundido uma composição de Pixis com uma de Beethoven.
- D) o público julgou as composições apenas com base nas designações equivocadas no programa do concerto.
- E) as peças de Pixis e Beethoven foram executadas de modo tão semelhante que o público não foi capaz de distingui-las.

Comentários:

A questão é de “inferência”, mas está bem evidente na literalidade do texto:

Liszt, no entanto, registraria que um erro tipográfico inverteu, no programa do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...

Vejamos o problema das demais:

- A) Incorreto. Quem tocou foi Liszt.
- B) Incorreto. Houve um erro tipográfico de quem elaborou o programa, não houve erro do músico.
- C) Incorreto. A plateia não sabia do equívoco; revoltou-se porque se pautava pela “grife” do autor, não pela qualidade em si.
- E) Incorreto. Olha o devaneio! Houve apenas troca do nome na sequência do programa. Gabarito letra D.

48. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

No texto 1A11-I, com o emprego da expressão “(hoje)” (L.2) entre parênteses, o autor

- A) destaca que Pixis é desconhecido na atualidade, mas que não o era em 1837.
- B) indica que, a partir da data do concerto, Pixis deixou de ser desconhecido.
- C) enfatiza o “dia de glória” (L.1) de Pixis.
- D) ressalta que se trata do dia do concerto de Franz Liszt.
- E) revela desprezo pela popularidade de Pixis em 1837.

Comentários:

Questão direta. O “Hoje”, visualmente destacado por vir entre parênteses, indica que Pixis é desconhecido hoje (atualmente), o que nos permite inferir um contraste: ele é desconhecido atualmente, mas não era na época. A prova disso é que a plateia o conhecia e tinha visão negativa dele, tanto que desprezou a música que pensaram ser dele. Gabarito letra A.

49. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A3-I



A política tributária não se restringe ao objetivo de abastecer os cofres públicos, mas tem também objetivos econômicos e sociais. Se fosse aumentada a tributação sobre um produto considerado nocivo para o consumidor ou para a sociedade, o seu consumo poderia ser desestimulado. Caso a intenção fosse promover uma melhor distribuição de renda, o Estado poderia reduzir tributos incidentes sobre os produtos mais consumidos pela população de renda mais baixa e elevar os tributos sobre a renda da classe mais alta.

Por outro lado, se o Estado reduzisse a tributação de determinado setor da economia, os custos desse setor diminuiriam, o que possibilitaria a queda dos preços de seus produtos e poderia gerar um crescimento das vendas. Outro efeito viável dessa política seria o aumento do lucro das empresas, favorecendo-se, assim, a elevação dos seus investimentos — e, consequentemente, da produção — e o surgimento de novas empresas, o que provavelmente resultaria no crescimento da produção, bem como no acirramento da concorrência, com possíveis reflexos sobre os preços. Em qualquer um desses cenários, o setor seria estimulado.

Internet: <<https://politicaspublicas.almg.gov.br>> (com adaptações).

Infere-se do texto 1A3-I que a ação do Estado, com relação à política tributária, visa

- A) ao provimento de receitas e também a finalidades econômicas e sociais.
- B) à redução de tributos sobre empresas comprometidas com o desenvolvimento social.
- C) ao aumento do lucro de empresas, com impacto sobre o crescimento do país.
- D) ao estímulo do setor empresarial pela concessão de isenção do pagamento de impostos.
- E) ao crescimento da livre concorrência, com aumento dos impostos aplicados a empresas.

Comentários:

Questão direta:

A política tributária não se restringe ao objetivo de abastecer os cofres públicos (não é só isso, não quer só arrecadar), mas tem também objetivos econômicos e sociais (também considera elementos sociais— distribuição de renda, consumo nocivo— e econômicos— investimento, aumento concorrência).

O texto se estrutura nessa divisão: finalidade fiscal x finalidades sociais e econômicas. Todas as demais alternativas vão focar em apenas um dos aspectos. Gabarito letra A.

50. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A3-II

Entre os maiores poderes concedidos pela sociedade ao Estado, está o poder de tributar. A tributação está inserida no núcleo do contrato social estabelecido pelos cidadãos entre si para que se alcance o bem comum. Desse modo, o poder de tributar está na origem do Estado ou do ente político, a partir da qual foi possível que as pessoas deixassem de viver no que Hobbes definiu como o estado natural (ou a vida pré-política da humanidade) e passassem a constituir uma sociedade de fato, a geri-la mediante um governo, e a financiá-la, estabelecendo, assim, uma relação clara entre governante e governados.

A tributação, portanto, somente pode ser compreendida a partir da necessidade dos indivíduos de estabelecer convívio social organizado e de gerir a coisa pública mediante a



concessão de poder a um soberano. Em decorrência disso, a condição necessária (mas não suficiente) para que o poder de tributar seja legítimo é que ele emane do Estado, pois qualquer imposição tributária privada seria comparável a usurpação ou roubo.

Internet: <www.receita.fazenda.gov.br> (com adaptações).

De acordo com o texto 1A3-II, o poder de tributar é uma

- A) competência conferida pelos cidadãos ao Estado, com vistas ao bem comum da sociedade.
- B) condição para a construção de uma relação hierárquica entre governantes e governados.
- C) obrigação criada pelo Estado para a sua manutenção, mas que, gradativamente, passou a gerar benefícios à sociedade.
- D) forma de submissão dos cidadãos ao Estado assemelhada a usurpação ou roubo.
- E) relação anterior à constituição do Estado e da própria sociedade.

Comentários:

Pelas relações do texto, os homens saem de um estado natural (cada um por si) e se organizam em uma sociedade de fato; então transferem para um soberano a tarefa de tomar decisões públicas, pelo bem comum.

A tributação está inserida no núcleo do *contrato social estabelecido pelos cidadãos entre si para que se alcance o bem comum*.

- B) Incorreto. Não há relação hierárquica, há uma delegação de poder.
- C) Incorreto. O poder de tributar não é uma obrigação, é um poder de administração concedido pelo povo e voltado para o bem comum.
- D) Incorreto. Se o poder de tributar emana do Estado, não há roubo. Segundo o texto, é o tributo privado que constitui usurpação ou roubo.
- E) Incorreto. O poder de tributar é posterior à organização das pessoas em uma sociedade de fato.

Gabarito letra A.

51. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019)

Texto CB1A1-I

Candeia era quase nada. Não tinha mais que vinte casas mortas, uma igrejinha velha, um resto de praça. Algumas construções nem sequer tinham telhado; outras, invadidas pelo mato, incompletas, sem paredes. Nem o ar tinha esperança de ser vento. Era custoso acreditar que morasse alguém naquele cemitério de gigantes.

O único sinal de vida vinha de um bar aberto. Duas mesas de madeira na frente, um caminhão, um homem e uma mulher na boleia ouvindo música, entre abraços, beijos e carícias ousadas. Mais desolado e triste que Juazeiro do Norte aquele povoado, muito mais. Em Juazeiro tinha gente, a cidade era viva. E no meio daquele povo todo sempre se encontrava uma alma boa como a de sua mãe, uma moça bonita, um amigo animado. Candeia era morta.



Samuel ao menos ficou um pouco feliz por ouvir a música do caminhoneiro. Quase sorriu. O esboço de alegria durou até aparecer pela porta mal pintada de azul uma mulher assombrosa, praguejando com uma vassoura na mão e mandando desligar aquela música maldita. O caminhoneiro a chamou pelo nome:

— Cadê o café, Helenice? Deixa de praguejar, coisa-ruim!

Pela mesma porta saiu uma moça, bem jovem, com uma garrafa térmica vermelha e duas canecas. Foi e voltou com rapidez, agora trazendo dois pratos, quatro pães pequenos, duas bananas cozidas e um pote de margarina.

— Cinco reais — ordenou Helenice, com a mão na garrafa térmica. — Só come se pagar.

O homem pagou, sempre rindo da cara de Helenice, visivelmente bêbado.

Samuel invejou o caminhoneiro. Não tinha tanto dinheiro para comer naquele fim de tarde, fim de vida.

Socorro Acioli. *A cabeça do santo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 17-8 (com adaptações).

Infere-se do texto CB1A1-I que o narrador caracteriza Candeia como “quase nada” (L.1) e “morta” (L.9) devido à

- A) desesperança reinante no povoado.
- B) impressão de abandono exibida pelo povoado.
- C) inexistência de espaços de diversão no povoado.
- D) desigualdade explícita em todos os cantos do povoado.
- E) presença de pessoas mesquinhas e desgraçadas pelo povoado.

Comentários:

A cidade era morta porque tinha poucas casas, construções incompletas, pouca gente, apenas uma igrejinha, pouco registro de vida. A cidade tinha aspecto de abandono.

Candeia era quase nada. Não tinha mais que vinte casas mortas, uma igrejinha velha, um resto de praça. Algumas construções nem sequer tinham telhado; outras, invadidas pelo mato, incompletas, sem paredes. Nem o ar tinha esperança de ser vento. Era custoso acreditar que morasse alguém naquele cemitério de gigantes.

O único sinal de vida vinha de um bar aberto. [...] Candeia era morta. Gabarito letra B.

52. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019)

Texto CB1A1-II

Ainda hoje, em muitos rincões do nosso país, são encontrados administradores públicos cujas ações em muito se assemelham às de Nabucodonosor, rei do império babilônico, que, buscando satisfazer sua rainha Meda, saudosa das colinas e florestas de sua pátria, providenciou a construção de estupendos jardins suspensos. Essa excentricidade, que consumiu anos de labor e gastos incalculáveis, culminou em uma das sete maravilhas do mundo antigo.

Tal “maravilha”, que originou mais ônus do que propriamente benefícios, apresenta grande similitude com devaneios atuais em que se constata o gasto de dinheiro público com atos de



motivação fútil e imoral, finalidade dissociada do interesse público e em total afronta à razoabilidade administrativa, com flagrante desproporção entre o numerário despendido e o benefício auferido pela coletividade.

Além da insensatez detectada em alguns atos de administração, constata-se a existência de situação mais grave e preocupante, a degeneração de caráter em muitos entre os que ascendem à gestão do interesse público. Essa degeneração, em alguns casos, precede a investidura; em outros, tem causas endêmicas, sendo o resultado inevitável da interação com um meio viciado.

Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves. Improbidade administrativa. 8.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 47 (com adaptações)

O texto CB1A1-II afirma que

- A) a integridade e a sensatez são características encontradas nos atos dos gestores públicos.
- B) a razoabilidade administrativa exige dos gestores públicos equilíbrio entre o gasto de dinheiro público e os benefícios desse gasto para a população.
- C) o desvio de dinheiro público por gestores públicos geralmente se deve a questões pessoais ou familiares.
- D) a degeneração de caráter atinge alguns gestores públicos antes mesmo de sua posse, ou quando da sua inserção em um ambiente corrupto.
- E) o mau trabalho dos gestores públicos tem gerado, além de desperdício de dinheiro público, sobrecarga tributária e poucas perspectivas de vantagem para o povo.

Comentários:

A degeneração pode ocorrer antes ou depois.

Veja o trecho:

A degeneração de caráter em muitos entre os que ascendem à gestão do interesse público. Essa degeneração, em alguns casos, precede a investidura (vem antes); em outros, tem causas endêmicas (internas), sendo o resultado inevitável da interação com um meio viciado. (depois, já dentro do poder público)

Gabarito letra D.

Vejamos as demais:

- a) O texto afirma o contrário, fala da degeneração de caráter e da futilidade dos gastos.
- b) Isso pode até ser verdade, se você pensar em direito administrativo, caso tenha estudado. Mas isso não está expresso no texto, que não conceitua em momento algum “razoabilidade” dessa forma. Cuidado com o que parece verdadeiro, mas não consta no texto.
- c) Isso não foi dito no texto, o jardim ser em benefício da esposa é apenas um exemplo, que não permite extração para uma regra geral.
- e) Não se falou em sobrecarga tributária em momento algum, além disso a alternativa é muito generalizante ao dizer que todos os gestores fazem um mau trabalho.

53. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

Depreende-se do texto CB1A1-II que os jardins suspensos construídos no império do rei Nabucodonosor representavam



- A) as sete maravilhas do mundo antigo.
- B) a riqueza do império babilônico.
- C) a degeneração de caráter de Nabucodonosor.
- D) a fertilidade do bioma local.
- E) a paisagem da pátria da rainha Meda.

Comentários:

O Imperador Nabucodonosor construiu os jardins para matar a saudade que sua esposa tinha da paisagem da pátria dela, veja:

...buscando satisfazer sua rainha Meda, saudosa das colinas e florestas de sua pátria, providenciou a construção de estupendos jardins suspensos.

Como os jardins eram lembretes visuais da terra de Meda, entendemos que os jardins representam a paisagem da pátria da rainha Meda. Gabarito letra E.

54. (CEBRASPE / PGE-PE-Assistente de Procuradoria – 2019)

A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de rescindí-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde moramos, quem amamos e como morremos.

À primeira vista, a modernidade parece ser um contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam compreender no que exatamente se inscreveram. É como se você tivesse baixado algum software e ele te solicitasse assinar um contrato com dezenas de páginas em "juridiquês"; você dá uma olhada nele, passa imediatamente para a última página, tica em "concordo" e esquece o assunto. Mas a modernidade, de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato interno pode ser resumido em uma única frase: humanos concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

Infere-se do texto que a modernidade impele o ser humano a tomar decisões com as quais ele não concorda.

Comentários:

Segundo o texto, a modernidade é um contrato e todos aderimos a ele. Então, em tese, concordamos, mesmo sem saber exatamente os detalhes do contrato. Questão incorreta.

55. (CEBRASPE / TCE-PB-Auditor de Contas Públicas – 2018)

A história é uma disciplina definida por sua capacidade de lembrar. Poucos se lembram, porém, de como ela é capaz de esquecer. Há também quem caracterize a história como uma ciência da mudança no tempo, e quase ninguém aponta sua genuína capacidade de reiteração.

A história brasileira não escapa dessas ambiguidades fundamentais: ela é feita do encadeamento de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais, mas também anda repleta de lacunas, invisibilidades e esquecimentos. Além disso, se ao longo do tempo se destacam as



alterações cumulativas de fatos e ocorrências, não é difícil notar, também, a presença de problemas estruturais que permanecem como que inalterados e assim se repetem, vergonhosamente, na nossa história nacional.

Nessa lista seria possível mencionar os racismos, o feminicídio, a corrupção, a homofobia e o patrimonialismo.

Mas destaco aqui um tema que, de alguma maneira, dá conta de todos os demais: a nossa tremenda e contínua desigualdade social.

Desigualdade não é uma contingência nem um acidente qualquer, tampouco uma decorrência natural e mutável de um processo que não nos diz respeito. Ela é consequência de nossas escolhas — sociais, educacionais, políticas, culturais e institucionais —, que têm resultado em uma clara e crescente concentração dos benefícios públicos nas mãos de poucos. (...) Quando se trata de enfrentar a desigualdade, não há saída fácil ou receita de bolo. Prefiro apostar nos alertas que nós mesmos somos capazes de identificar.

Lilia Moritz Schwarcz. Desigualdade é teimosia. Internet: <www.nexojornal.com.br> (com adaptações).

No último parágrafo do texto 1A1BBB, a autora sugere que a responsabilidade pela existência da desigualdade social é de todos os indivíduos, entre eles incluído o leitor, o que é denotado pela

A) alusão à “concentração dos benefícios públicos” (l.16).

B) escolha do termo “apostar” (l.17) para definir sua posição quanto ao tema.

C) utilização dos pronomes “nos” (l.14) e “nossas” (l.14).

D) recusa a definir a desigualdade como “natural” (l.13).

E) referência a escolhas “institucionais” (l.15).

Comentários:

A autora, ao usar o pronome ‘nós’, sugere que a responsabilidade pela desigualdade social é “nossa”, isto é, “de todos” e se inclui nesse grupo. Veja:

Desigualdade não é uma contingência nem um acidente qualquer, tampouco uma decorrência natural e mutável de um processo que não nos (a todos nós) diz respeito. Ela (a desigualdade) é consequência de nossas escolhas (nossa escolha é a causa, logo somos causadores, responsáveis)

O “nós” tem sentido inclusivo e generalizante, indica que aquelas afirmações valem para o autor e também para o leitor e as pessoas em geral. Gabarito letra C.

56. (CEBRASPE / MPU / ANALISTA / 2018)

Texto CB1A1-II

Falar em desigualdade é falar também em pobreza. A reprodução social das desigualdades contribui para o aprofundamento das situações de pobreza, por isso uma estratégia de enfrentamento deve considerar a conexão entre as duas pautas.

É necessário compreender que a desigualdade se expressa em diferentes dimensões na vida das pessoas e que apenas uma minoria se beneficia com a acumulação de riqueza e de poder. No caso do Brasil, há especificidades que devem ser observadas. A história de colonização e de



escravidão deixou heranças ainda presentes, que resguardam a condição desigual no acesso a bens, serviços e equipamentos públicos.

A desigualdade não é natural; ela é uma construção social. Quando a desigualdade é naturalizada, ela passa a instituir o poder da opressão social. Os mecanismos que reproduzem as desigualdades devem ser revelados de forma que se possibilite seu enfrentamento pela sociedade civil por meio da cidadania ativa, buscando-se o aprofundamento da democracia e a garantia da justiça de gênero, da igualdade racial e dos direitos humanos.

Kátia Maia. *Vamos falar sobre desigualdade?* Internet: <www.oxfam.org.br> (com adaptações).

No texto, a palavra minoria (I.5) refere-se aos grupos sociais marginalizados, em situação de maior vulnerabilidade social, tal qual a população das periferias, por exemplo.

Comentários:

A minoria em tela é a minoria que se beneficia da riqueza, isto é, a minoria rica da população. Por isso o texto fala em “desigualdade”, no sentido de que “a minoria é rica” e a maioria é pobre. Questão incorreta.

57. (CEBRASPE / MPU / ANALISTA / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

A história do Brasil é marcada por fatos cujos efeitos na sociedade até hoje contribuem para a manutenção de desigualdades.

Comentários:

Esse entendimento consta em:

No caso do Brasil, há especificidades que devem ser observadas. A história de colonização e de escravidão deixou heranças ainda presentes, que resguardam a condição desigual no acesso a bens, serviços e equipamentos públicos. Questão correta.

Em suma, esses fatores históricos contribuem para a manutenção das desigualdades atuais.

58. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018)

Texto CB2A1-I

Se a cultura, no que tange a valores e visões de mundo, é fundamental para nossa constituição enquanto indivíduos (servindo-nos como parâmetro para nosso comportamento moral, por exemplo), limitarmo-nos a ela, desconhecendo ou depreciando as demais culturas de povos ou grupos dos quais não fazemos parte, pode nos levar a uma visão estreita das dimensões da vida humana. O etnocentrismo, dessa forma, representa uma visão de mundo que toma a cultura do outro (alheia ao observador) como algo menor, sem valor, errado, primitivo. Ou seja, a visão etnocêntrica desconsidera a lógica de funcionamento de outra cultura, o que faz o indivíduo limitar-se à visão que possui como referência cultural. A herança cultural que recebemos de nossos pais e antepassados contribui para isso, pois nos condiciona ao mesmo tempo em que nos educa.

Tomar conhecimento do outro sem aceitar sua lógica de pensamento e seus hábitos acaba por gerar uma visão etnocêntrica e preconceituosa, o que pode até mesmo se desdobrar em conflitos diretos. O etnocentrismo está, certamente, entre as principais causas da intolerância internacional e da xenofobia. Basta pensarmos nas relações entre norte-americanos e latinos



imigrantes, entre franceses e os povos vindos do norte do continente africano que buscam residência em países estrangeiros, apenas como exemplos. A visão etnocêntrica caminha na contramão do processo de integração global decorrente da modernização dos meios de comunicação como a Internet, pois é sinônimo de estranheza e de falta de tolerância.

Internet: <<https://brasilescola.uol.com.br>> (com adaptações).

De acordo com o texto, a herança cultural repassada pelos pais contribui para que seus filhos desenvolvam uma visão etnocêntrica.

Comentários:

Literal das linhas 7-9.

A herança cultural que recebemos de nossos pais e antepassados contribui para isso, pois nos condiciona ao mesmo tempo em que nos educa. Questão correta.

59. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Um dos principais desencadeadores do etnocentrismo é a xenofobia.

Comentários:

Houve inversão, é o etnocentrismo que causa xenofobia. Veja:

O etnocentrismo, dessa forma, representa uma visão de mundo que toma a cultura do outro (alheia ao observador) como algo menor, sem valor, errado, primitivo. Ou seja, a visão etnocêntrica desconsidera a lógica de funcionamento de outra cultura, o que faz o indivíduo limitar-se à visão que possui como referência cultural. Questão incorreta.

60. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilize o texto da questão anterior

A cultura é um fator que limita a concepção de mundo dos diferentes povos, levando-os a uma visão estreita das dimensões da vida humana.

Comentários:

Não é a cultura em si, é “limitarmo-nos a ela”, isto é, “limitarmo-nos à nossa própria cultura” e depreciar as demais. Questão incorreta.

61. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018)

Texto CB2A1-II

Em 1979, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. O tratado internacional entrou em vigor internamente no Brasil apenas em 2002.

A Convenção prevê que os Estados signatários adotem política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher, entendida como “toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”.



As medidas previstas visam garantir o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das mulheres, em igualdade de condições com os homens, além de buscar alterar os padrões socioculturais de conduta e suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição feminina.

A Convenção prevê, ainda, a adoção de ações afirmativas, a exemplo do que ocorreu no Brasil com a cota eleitoral de sexo, prevista na Lei n.º 9.504/1997 (Lei das Eleições). O dispositivo exige que as candidaturas dos partidos obedeçam, nas eleições proporcionais, ao parâmetro mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo.

Internet: <<http://justificando.cartacapital.com.br>> (com adaptações).

O texto informa que, em 2002, entrou em vigor no Brasil o primeiro dispositivo legal para eliminação da discriminação contra a mulher.

Comentários:

O texto não informa isso, não é possível saber qual foi o primeiro. Aliás, o próprio texto traz menção a uma lei de 1997, anterior à vigência da Convenção. Questão incorreta.

62. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Depreende-se do texto que a cota eleitoral de sexo é um dos exemplos mais prósperos de ação afirmativa implementada no Brasil, no que diz respeito à eliminação da discriminação contra a mulher.

Comentários:

Não se faz nenhuma valoração sobre a eficácia da medida. Questão incorreta.

63. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilize o texto da questão 61

As medidas a que se refere o terceiro parágrafo estão elencadas no segundo parágrafo, especialmente no trecho “toda distinção (...) outro campo” (I.5-9).

Comentários:

As medidas, de fato, são mencionadas no segundo parágrafo, na forma de “A convenção prevê que os estados signatários adotem política destinada a eliminar a discriminação”. Contudo, essa política (conjunto de medidas) não está “elencado” no parágrafo, não há uma lista de medidas. Questão incorreta.

64. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilize o texto da questão 61.

Conforme o terceiro parágrafo do texto, a convenção pretende implementar medidas que acabem com a prática da prostituição e alterem os padrões de conduta da sociedade em geral com relação à mulher.

Comentários:

Rigorosamente, o texto diz que as medidas previstas na Convenção visam também “suprimir todas as formas de exploração da prostituição”. Então, “prática da prostituição” seria diferente de “exploração”. Contudo, em algumas questões o CEBRASPE não considera detalhes assim.



Além disso, não é a Convenção que implementa, mas sim os países signatários. Questão incorreta.

65. (CEBRASPE / PF / AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL / 2018)

Imagine uma operação de busca na selva. Sem mapas, binóculos ou apoio logístico; somente com um facão. Assim eram feitas as operações de combate à pornografia infantil pela Polícia Federal até o dia em que peritos criminais federais desenvolveram, no estado de Mato Grosso do Sul, o Nudetective.

O programa executa em minutos uma busca que poderia levar meses, encontrando todo o conteúdo pornográfico de pedofilia em computadores, pendrives, smartphones e demais mídias de armazenamento.

Para ajudar o trabalho dos peritos, existem programas que buscam os arquivos de imagem e vídeo através de sua hash ou sua assinatura digital. Logo nos primeiros testes, a detecção de imagens apresentou mais de 90% de acerto.

Para o teste, pegaram um HD com conteúdo já periciado e rodaram o programa. Conseguiram 95% de acerto em 12 minutos. Seu diferencial era não só buscar pela assinatura digital ou nomes conhecidos, mas também por novos arquivos por intermédio da leitura dos pixels presentes na imagem calibrados a uma paleta de tons de pele. Começava a revolução em termos de investigação criminal de pornografia infantil.

Além da detecção de imagens e vídeos, todo o processo de busca e obtenção de resultados é simultâneo, o que economiza tempo e dinheiro.

A licença de uso do software, que é programado em Java, é gratuita e só é disponibilizada para forças da lei e pesquisas acadêmicas. Segundo seus desenvolvedores, nunca houve o intuito de venda, pois não enxergam sentido em lucrar com algo que seja para salvar crianças. Mas, então, por que não deixá-lo disponível para todos? Somente para que não possa ser utilizado para criar formas de burlá-lo, explicam.

Desde seu lançamento, o Nudetective já foi compartilhado com Argentina, Paraguai, Suécia, Áustria, Noruega, Nova Zelândia e Portugal. Ganhou reconhecimento e premiações em congressos forenses no Brasil e no mundo.

Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

Infere-se do texto que o Nudetective foi desenvolvido especificamente para o combate à pornografia infantil.

Comentários:

Sim. O texto diz, expressamente até, que o programa foi criado para acelerar essa busca, que antes era feita de maneira muito "rudimentar", "pouco desenvolvida". Questão correta.

66. (CEBRASPE / PF / AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Um dos benefícios do Nudetective para a Polícia Federal é tornar mais célere a investigação de crimes relacionados à pornografia infantil.



Comentários:

Exato, o programa acelera muito a investigação, veja:

O programa executa em minutos uma busca que poderia levar meses

Questão correta.

67. (CEBRASPE / PF / AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL / 2018) *Utilize o texto da questão 65*

O primeiro parágrafo do texto informa que, antes da criação do Nudetective, a Polícia Federal não dispunha de dispositivos tecnológicos para a investigação de crimes de pedofilia na Internet.

Comentários:

Cuidado. Na verdade, não diz exatamente que "a Polícia Federal não dispunha de dispositivos tecnológicos para a investigação", diz apenas que a investigação era feita se modo "rústico", "braçal", figurativamente falando. O texto sugere que havia meios, mas não eram muito desenvolvidos, daí a metáfora do "facão". Questão incorreta.

68. (CEBRASPE / PF / AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL / 2018) *Utilize o texto da questão 65*

De acordo com o texto, diversos países da América e da Europa compraram a licença de uso do software criado pelos policiais federais do Mato Grosso do Sul, o que demonstra o reconhecimento estrangeiro da qualidade do trabalho forense do Brasil.

Comentários:

A licença não é comprada, é gratuita:

A licença de uso do software, que é programado em Java, é gratuita e só é disponibilizada para forças da lei e pesquisas acadêmicas. Questão incorreta.

69. (CEBRASPE / PF / AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL / 2018) *Utilize o texto da questão 65.*

Conclui-se do texto que a varredura do Nudetective é restrita a dispositivos conectados à Internet.

Comentários:

Não. O texto diz que foi feito um teste um HD físico, o que nos permite inferir que não precisa de um dispositivo ligado à internet.

Para o teste, pegaram um HD com conteúdo já periciado e rodaram o programa. Questão incorreta.

70. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A1-I

Peças de barro de 4.000 a.C. encontradas na Mesopotâmia são os documentos escritos mais antigos que conhecemos. E o mais antigo desses documentos faz referência aos impostos. Naquela época, além de entregar parte dos alimentos que produziam ao governo, os sumérios,



um dos povos que viviam por ali, eram obrigados a passar até cinco meses por ano trabalhando para o rei.

Os mais sortudos eram empregados para realizar a colheita ou para retirar lama dos canais da cidade. Os menos afortunados entravam para o exército, com grandes chances de morrer em uma guerra. Quem era rico escapava: mandava escravos para fazer o serviço sujo. Assim que surgiu a moeda, surgiu também a ideia de substituir a contribuição braçal por dinheiro.

Era assim também no antigo Egito. As evidências indicam que, em 3.000 a.C., os faraós coletavam impostos em dinheiro ou em serviços pelo menos uma vez por ano. Ninguém era tão temido quanto os escribas, responsáveis por determinar a dívida de cada um. O controle era tão rigoroso que fiscalizavam até o consumo de óleo de cozinha nas residências, já que essa era uma substância tributada. Os impostos eram mais altos para estrangeiros, e especula-se que foi para pagar dívidas tributárias que os hebreus, por exemplo, acabaram como escravos.

O Império Romano aperfeiçoou a técnica de impor tributos a estrangeiros. Em economias pré-industriais, a terra e o trabalho são os principais ingredientes da riqueza. Por isso, a conquista de outras terras e de povos dava aos romanos acesso a mais riqueza, o que, por sua vez, permitia que conquistassem e controlassem um território ainda maior.

O censo, usado até hoje em muitos países, foi criado pelos romanos para decidir quanto deveriam cobrar de cada província. Os cálculos eram feitos com base no número de pessoas. Até hoje, a capacidade de cobrar impostos é diretamente proporcional à quantidade e à qualidade de informações disponíveis sobre os contribuintes.

Internet: <<https://super.abril.com.br>> (com adaptações).

Depreende-se das informações do texto 1A1-I que

- A) os historiadores acreditam que os hebreus se tornaram escravos em razão de suas dívidas tributárias.
- B) os impostos surgiram em 4.000 a.C. e consistiam, nessa época, em uma contribuição braçal.
- C) os romanos tinham acesso a mais riquezas à medida que conquistavam terras.
- D) o recenseamento visa, ainda hoje, ao controle do Estado sobre os bens da população.
- E) os egípcios e os sumérios passaram a cobrar dinheiro como pagamento de impostos quando surgiu a moeda.

Comentários:

Quanto mais territórios conquistavam, mais riquezas os romanos acumulavam. Essa relação de proporcionalidade está representada pela locução 'à medida que'.

Veja na linha 15:

Em economias pré-industriais, a terra e o trabalho são os principais ingredientes da riqueza. Por isso, a conquista de outras terras e de povos dava aos romanos acesso a mais riquezas, o que, por sua vez, permitia que conquistassem e controlassem um território ainda maior.

OBS: Cuidado com a letra E, pois os egípcios cobravam impostos também em trabalho, não só em dinheiro. Gabarito letra C.

71. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018) Utilize o texto da questão anterior.



Depreende-se do texto 1A1-I que, em 4.000 a.C.,

- A) peças de barro foram descobertas na Mesopotâmia, com registro dos impostos pagos pela população da época.
- B) a moeda foi inventada, o que permitiu que o pagamento de impostos passasse a ser feito exclusivamente com dinheiro.
- C) os povos da Mesopotâmia eram obrigados a trabalhar durante quase metade do ano para o rei.
- D) ricos escolhiam trabalhar na colheita, enquanto pobres eram obrigados a se tornar soldados do exército.
- E) os alimentos produzidos pelos sumérios eram, em parte, entregues ao governo da Mesopotâmia.

Comentários:

Literal da linha 2-4: Naquela época, além de entregar parte dos alimentos que produziam ao governo, os sumérios, um dos povos que viviam por ali, eram obrigados a passar até cinco meses por ano trabalhando para o Rei. Gabarito letra E.

72. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018) *Utilize o texto da questão 70*

O texto 1A1-I caracteriza a economia do Império Romano como

- A) pré-industrial.
- B) escravocrata.
- C) capitalista.
- D) agrícola.
- E) autossustentável.

Comentários:

O quarto parágrafo menciona as economias pré-industriais e dá como exemplo o povo romano, o que nos permite presumir que os romanos foram incluídos no conjunto das economias pré-industriais:

Em economias pré-industriais, a terra e o trabalho são os principais ingredientes da riqueza. Por isso, a conquista de outras terras e de povos dava aos romanos acesso a mais riquezas, o que, por sua vez, permitia que conquistassem e controlassem um território ainda maior. Gabarito letra A.

73. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018) *Utilize o texto da questão 70*

Infere-se do texto 1A1-I que os impostos no antigo Egito eram

- A) cobrados pelos escribas.
- B) pagos anualmente.
- C) aplicados a nativos e estrangeiros.
- D) estipulados pelos faraós.



E) revertidos em benfeitorias.

Comentários:

Questão de inferência com base em um pressuposto implícito. "Os impostos eram mais altos para estrangeiros..." (l.12-13). Ora, se eram "mais altos para os estrangeiros", isso implica dizer que os nativos também pagavam impostos, só que mais baixos. Gabarito letra C.

74. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A1-II

O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) é um tributo que deve ser pago todo ano pelos donos de qualquer tipo de veículo. O valor do IPVA é calculado com base no valor do veículo comprado, e sua quitação é um requisito para o licenciamento.

Do total arrecadado com cada veículo, 50% vão para o governo estadual e os outros 50%, para o município no qual o veículo tiver sido emplacado. Essa arrecadação, recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios, não é exclusivamente destinada a asfaltamento de ruas e colocação de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas pode abranger despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

Para pagar o IPVA, o proprietário de veículo recebe em sua casa um aviso de vencimento do imposto, com informações sobre o veículo, valores, datas, parcelas, formas de pagamento. Com esse documento é possível quitar o IPVA, juntamente com o seguro obrigatório, e até fazer o licenciamento antecipado. O não pagamento do IPVA implica multa e impede a realização do licenciamento.

Internet: <<https://www.portaleducacao.com.br>> (com adaptações).

O texto 1A1-II menciona como requisito para o licenciamento de veículos automotores

- A) a quitação do veículo.
- B) o emplacamento do veículo.
- C) o recebimento do aviso de vencimento do IPVA.
- D) o pagamento integral do IPVA.
- E) a contratação do seguro obrigatório.

Comentários:

Literal dos trechos "sua quitação é um requisito para o licenciamento" e "O não pagamento do IPVA implica multa e impede a realização do licenciamento". Gabarito letra D.

75. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A2-I

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, o direito à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.



O direito internacional relacionado aos direitos humanos estabelece obrigações para que os governos ajam de determinadas maneiras ou se abstêm de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Desde o estabelecimento das Nações Unidas, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas.

Os direitos humanos são fundados no respeito pela dignidade e no valor de cada pessoa. São universais, ou seja, são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas. São inalienáveis — e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos —, mas podem ser limitados em situações específicas: o direito à liberdade pode ser restringido se, após o devido processo legal, uma pessoa for julgada culpada de um crime punível com privação de liberdade.

Internet: <<https://nacoesunidas.org>> (com adaptações).

De acordo com o texto 1A2-I, os direitos humanos são direitos

- A) ilimitados.
- B) insuscetíveis de venda ou cessão.
- C) mantidos livres de qualquer influência.
- D) criados em prol de grupos sociais específicos.
- E) classificados em escala de prioridade.

Comentários:

Diretíssima. Insuscetíveis de venda ou cessão é a definição de "inalienáveis". Gabarito letra B.

76.(CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A2-II

Nascida na Grécia, especificamente na cidade-Estado de Atenas, no período clássico, a palavra "democracia" é composta pelos radicais gregos *demos* e *kratos*, que significam, respectivamente, "povo" e "governo". Em linhas gerais, a democracia é definida, desde a antiga Grécia, como "governo do povo", ou "governo popular", em contraposição a outras formas de governo que também remontam à Idade Antiga, como a aristocracia, a monarquia, a diarquia e a oligarquia, entre outras.

A democracia moderna, tal como a concebemos hoje, isto é, pautada em ordenamentos jurídicos e instituições políticas sólidas, que representam os três Poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo), só se tornou possível após a derrocada do Antigo Regime Absolutista, na transição do século XVIII para o século XIX. Com a Revolução Francesa e, depois, a Era Napoleônica, surgiram na Europa alguns dos alicerces do que veio a ser o nosso modelo de regime democrático: a formação de grandes centros populacionais, em virtude da Revolução Industrial; a noção de povo associada a uma nação; a soberania política da nação vinculada a esse povo, e não mais ao rei; e a instituição do voto, ou sufrágio universal, como parte do sistema representativo direto.

A democracia desenvolvida em Atenas não era considerada o melhor dos governos possíveis (como é hoje o nosso modelo de democracia), e isso por um motivo razoavelmente simples: apenas uma fração mínima dos "homens livres" integrava a vida política de Atenas. Mulheres,



escravos, estrangeiros e outras categorias sociais não tinham direito de participar das deliberações da assembleia (Ekklesia). A experiência da democracia ateniense tinha como preocupação fundamental, antes de qualquer coisa, evitar a tirania — pior forma de governo para a época.

A Ekklesia, assembleia grega, era um modelo de instituição política bastante restrito. Era um “embrião” do que veio a ser a democracia representativa na sociedade de massas.

Robert A. Dahl. *Sobre a democracia*. Trad. Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 117 (com adaptações). Cláudio Fernandes. *O que é democracia?* In: Brasil Escola. Internet: <<https://brasilescola.uol.com.br>> (com adaptações).

De acordo com o texto 1A2-II, a democracia moderna é uma forma de governo

- A) derivada da oligarquia.
- B) equivalente ao absolutismo.
- C) refratária às instituições fortes.
- D) caracterizada pela representatividade popular.
- E) inviável em grupos sociais reduzidos.

Comentários:

Como o texto declara: a democracia é o governo do povo, governo caracterizado pela representatividade popular. Gabarito letra D.

77. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Da comparação entre democracia moderna e democracia grega estabelecida no texto 1A2-II infere-se que

- A) a democracia grega era mais popular que é a democracia moderna.
- B) a democracia moderna é mais imperfeita do que era a democracia grega.
- C) ambas as democracias são pertinentes em qualquer contexto histórico.
- D) ambas as democracias caracterizam-se pelo propósito de proteger a sociedade contra regimes tirânicos.
- E) a democracia moderna, à semelhança da grega, baseia-se na representatividade alcançada pelo sufrágio universal.

Comentários:

O comentário sobre as duas democracias as opõe a formas tirânicas, autoritárias, absolutistas de governo. Vejamos:

“A experiência da democracia ateniense tinha como preocupação fundamental, antes de qualquer coisa, evitar a tirania— pior forma de governo para a época”

“A democracia moderna, tal como a concebemos hoje, isto é, pautada em ordenamento jurídicos e instituições políticas sólidas, que representem os três poderes, só se tornou possível após a derrocada (queda) do Antigo Regime Absolutista... Gabarito letra D.

78. (CEBRASPE / TCE-MG / CONHECIMENTOS GERAIS / 2018)



Texto CG1A1-I

No meio científico, é insuficiente — aliás, é perigoso — produzir apenas um grupo de profissionais pequeno, altamente competente e bem remunerado. Um esforço combinado que vise transmitir a todos os cidadãos a ciência — por meio de rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos, salas de aula — deve pautar-se em quatro razões principais.

Mesmo que nem sempre possibilite ao cientista um bom emprego, a ciência pode ser o caminho propício para vencer a pobreza nas nações emergentes. Ela faz funcionar a economia e a civilização global.

A ciência nos alerta contra os perigos introduzidos por tecnologias que alteram o mundo, especialmente o meio ambiente de que nossas vidas dependem. Assim, a ciência providencia um sistema essencial de alerta antecipado.

A ciência nos esclarece sobre as questões mais profundas das origens, das naturezas e dos destinos — de nossa espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo. A longo prazo, a maior dádiva da ciência talvez seja nos ensinar, de um modo ainda não superado por nenhum outro empenho humano, alguma coisa sobre nosso contexto cósmico, sobre o ponto do espaço e do tempo em que estamos, e sobre quem nós somos.

Os valores da ciência e os da democracia são concordantes, em muitos casos indistinguíveis. A ciência e a democracia começaram ao mesmo tempo e no mesmo lugar: na Grécia dos séculos VI e VII a.C. A ciência confere poder a qualquer um que se der ao trabalho de aprendê-la (embora muitos tenham sido sistematicamente impedidos de adquirir esse conhecimento). Ela se nutre do livre intercâmbio de ideias. Tanto a ciência quanto a democracia encorajam opiniões não convencionais e debate vigoroso. Ambas requerem raciocínio adequado, argumentos coerentes, padrões rigorosos de evidência e honestidade.

Descobrir a gota ocasional da verdade no meio de um grande oceano de confusão e mistificação requer vigilância, dedicação e coragem. Mas, se não praticarmos esses hábitos rigorosos de pensar, não poderemos ter esperança de solucionar os problemas verdadeiramente sérios que enfrentamos.

Carl Sagan. Ciência e esperança. In: *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 58-9 (com adaptações).

Da leitura do texto CG1A1-I infere-se que

- A) a pobreza e o atraso das nações emergentes devem-se à falta de tecnologia.
- B) a ciência se desenvolveu devido ao advento da democracia na Grécia antiga, nos séculos VI e VII a.C.
- C) a ciência deve ser controlada por um pequeno e competente grupo de profissionais.
- D) a tecnologia, por seu largo alcance, alerta-nos contra futuros perigos.
- E) as descobertas e as formas de aprendizado da ciência devem ser amplamente divulgadas.

Comentários:

Na linha 2, temos o trecho “que vise a transmitir a todos os cidadãos a ciência” ...

Transmitir a todos exige naturalmente ampla divulgação. Gabarito letra E.



79. (CEBRASPE / TCE-MG / CONHECIMENTOS GERAIS / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

De acordo com o texto CG1A1-I, para a transmissão da ciência a todos os cidadãos é necessário

- A) relativizar o rigor científico diante das condições da população.
- B) encorajar as opiniões não convencionais e o debate.
- C) eliminar as possibilidades de mau emprego.
- D) afastar a aprendizagem da ciência de questões políticas.
- E) distinguir os tópicos científicos de questões da economia.

Comentários:

O texto menciona um esforço combinado de transmissão da ciência a todos os cidadãos, por meio de diversas mídias. Para transmitir ciência para todos, é preciso então um esforço de debater criticamente opiniões opostas e “praticar hábitos rigorosos de pensar”, uma outra forma de referência ao debate crítico. Gabarito letra B.

80. (CEBRASPE / TCE-MG / CONHECIMENTOS GERAIS / 2018) Utilize o texto da questão 78.

No último parágrafo do texto CG1A1-I, o autor afirma que “Descobrir a gota ocasional da verdade no meio de um grande oceano de confusão e mistificação requer vigilância, dedicação e coragem”. A afirmação “requer coragem” está baseada no argumento de que a ciência

- A) pode ser mal interpretada em nações emergentes, pobres e atrasadas.
- B) é desenvolvida no livre intercâmbio de ideias, em debates que envolvam opiniões que se opõem.
- C) pode ser perigosa se divulgar inverdades que prejudiquem a humanidade.
- D) exige métodos que se contrapõem aos valores da democracia.
- E) necessita de um grupo de profissionais altamente qualificados capaz de prevenir erros.

Comentários:

No texto, temos: “Ela (a ciência) se nutre do livre intercâmbio de ideias. Tanto a ciência quanto a democracia encorajam opiniões não convencionais e debate vigoroso.”

O verbo “encoraja” já sugere uma tarefa que dependa de coragem. Quando o texto diz “não convencionais”, refere-se justamente a ideias que não são unâimes, são divergentes, opostas. Convenções são justamente regras relativamente aceitas de forma homogênea. “Debate” também sugere a oposição de opiniões. Gabarito letra B.

81. (CEBRASPE / TCE-MG / CONHECIMENTOS GERAIS / 2018) Utilize o texto da questão 78.

No texto CG1A1-I, o trecho “(embora muitos tenham sido sistematicamente impedidos de adquirir esse conhecimento)” (L. 17 a 18) está entre parênteses, como um acréscimo, para indicar que



- A) as populações dos países emergentes não conseguem alcançar o necessário padrão de rigor para o acesso ao conhecimento.
- B) muitos indivíduos são impedidos, por razões políticas e econômicas, de ter acesso ao conhecimento produzido pela ciência.
- C) a população em geral historicamente tem demonstrado que não consegue se dedicar a adquirir novos conhecimentos.
- D) os padrões de evidência, honestidade e rigor não têm sido respeitados pela ciência.
- E) o acesso dos cidadãos ao conhecimento científico está fora da alcada da política democrática.

Comentários:

A oração concessiva traz uma ressalva: o conhecimento científico é muito importante, mas nem todos têm acesso a ele. Podemos inferir, do texto e de nosso conhecimento de mundo, que entre as razões estão questões econômicas e políticas: pouco acesso à educação, poucas políticas públicas nesse sentido, pouca divulgação, etc... Gabarito letra B.

82. (CEBRASPE / TCE-MG / CONHECIMENTOS GERAIS / 2018) Utilize o texto da questão 78.

De acordo com as ideias do texto CG1A1-I, o conhecimento acerca do contexto cósmico e do ponto do espaço e do tempo em que o ser humano está pode ser alcançado pela divulgação em grande escala da

- I - ciência.
- II - tecnologia.
- III - democracia.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Comentários:

Alternativa literal do quarto parágrafo:

“A ciência nos esclarece sobre as questões mais profundas das origens, das naturezas e dos destinos— de nossa espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo.” Gabarito letra A.

83. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018)

Texto 1A9AAA

Estas memórias ficariam injustificavelmente incompletas se nelas eu não narrasse, ainda que de modo breve, as andanças em que me tenho largado pelo mundo na companhia de minha mulher e de meus fantasmas particulares. Desde criança fui possuído pelo demônio das viagens.



Essa encantada curiosidade de conhecer alheias terras e povos visitou-me repetidamente a mocidade e a idade madura. Mesmo agora, quando já diviso a brumosa porta da casa dos setenta, um convite à viagem tem ainda o poder de incendiar-me a fantasia.

Na minha opinião, existem duas categorias principais de viajantes: os que viajam para fugir e os que viajam para buscar. Considero-me membro deste último grupo, embora em 1943, nauseado pelo ranço fascista de nosso Estado Novo, eu haja fugido com toda a família do Brasil para os Estados Unidos, onde permanecemos dois anos.

O que pretendo fazer agora é apresentar ao leitor, por assim dizer, alguns diapositivos e filmes verbais dos lugares por onde passamos e das pessoas que encontramos, tudo assim à maneira impressionista, e sem rigorosa ordem cronológica.

Usei como título deste capítulo, dedicado a minhas viagens, uma expressão popular que suponho de origem gauchesca: mundo velho sem porteira. Tenho-a ouvido desde menino, da boca de velhos parentes e amigos, de tropeiros, peões de estância, índios vagos, gente da rua... Minha própria mãe empregava-a com frequência e costumava pontuá-la com um fundo suspiro de queixa. As pessoas em geral pareciam usar essa frase para descrever um mundo que se lhes afigurava não só incomensurável como também misterioso, absurdo, sem pé nem cabeça...

Parece a mim, entretanto, que na sua origem essa exclamação manifestava apenas a certeza popular de que Deus fizera o mundo sem nenhuma porteira a fim de que nele não houvesse divisões e diferenças entre países e povos — gente rica e gente pobre, fartos e famintos, uns com terra demais, outros sem terra nenhuma. Em suma, o que o Velho queria mesmo era um mundo que fosse de todo mundo. É neste sentido que desejo seja interpretada a frase que encabeça esta divisão do presente volume.

Quem me lê poderá objetar que basta a gente passar os olhos pelo jornal desta manhã para verificar que o mundo nunca teve tantas e tão dramáticas porteiras como em nossos dias... Mas que importa? Um dia as porteiras hão de cair, ou alguém as derrubará. "Para erguer outras ainda mais terríveis" — replicará o leitor cético. Ora, amigo, precisamos ter na vida um mínimo de otimismo e esperança para poder ir até ao fim da picada. Você não concorda? Ô mundo velho sem porteira!

Erico Veríssimo. Solo de clarineta: memórias. Porto Alegre: Globo, v. 2, 1976, p. 57-58 (com adaptações)

No texto 1A9AAA, com o emprego da expressão “mundo velho sem porteira” (L.15) para dar título a um dos capítulos de Solo de clarineta: memórias, Erico Veríssimo indica que, para ele, viajar é uma forma de

- A) conectar-se às suas raízes genealógicas, mediante a visita a lugares inacessíveis a seus antepassados.
- B) contestar, de modo pragmático, as fronteiras geopolíticas, por meio de ações materiais.
- C) experimentar uma vida de fantasia, na qual as regras cotidianas possam ser burladas.
- D) vivenciar experiências diversas e mitigar as separações entre lugares e entre indivíduos.
- E) romper com uma visão religiosa conservadora segundo a qual o mundo não deve ser adulterado pelo homem.

Comentários:

“sem porteiras” tem direta referência a ausência de separação entre os lugares e as pessoas.



Gabarito letra D.

84. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Conclui-se do texto 1A9AAA que seu autor, no capítulo da obra de que tal texto faz parte,

- A) relata as viagens que fez durante a juventude e a idade adulta, com exceção do período de exílio nos Estados Unidos.
- B) desenvolve descrições e narrativas escritas, de caráter subjetivo, das viagens que fez acompanhado de sua esposa.
- C) apresenta fotografias e outros recursos imagéticos, a fim de cativar os leitores de seu livro de memórias.
- D) pondera sobre aspectos negativos de seu hábito contumaz de viajar, o que é denotado pela alusão a "demônio" (l.3).
- E) reflete sobre a ideia de procurar novos horizontes a fim de entender melhor o próprio passado.

Comentários:

O autor diz na primeira linha do texto: "estas memórias ficariam injustificavelmente incompletas se nelas eu não narrasse, ainda que de modo breve, as andanças em que me tenho largado pelo mundo na companhia de minha mulher e de meus fantasmas particulares.

Então, a alternativa que traz uma conclusão plausível é "desenvolve descrições e narrativas escritas, de caráter subjetivo, das viagens que fez acompanhado de sua esposa". Gabarito letra B.

85. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018)

Texto 1A9BBB

Sérgio Buarque de Holanda afirma que o processo de integração efetiva dos paulistas no mundo da língua portuguesa ocorreu, provavelmente, na primeira metade do século XVIII. Até então, a gente paulista, fossem índios, brancos ou mamelucos, não se comunicava em português, mas em uma língua de origem indígena, derivada do tupi e chamada língua brasílica, brasiliiana ou, mais comumente, geral.

No Brasil colônia, coexistiam duas versões de língua geral: a amazônica, ou nheengatu, ainda hoje empregada por cerca de oito mil pessoas, e a paulista, que desapareceu, não sem que deixasse marcas na toponímia do país e na língua portuguesa. São elas que nos possibilitam olhar um caipira jururu à beira de um igarapé socando milho para preparar mingau — sem os termos que migraram para o português, só veríamos um habitante da área rural, melancólico, preparando comida às margens de um riacho. Sem caipira, sem jururu, sem igarapé, sem socar e sem mingau, a cena poderia descrever uma bucólica paisagem inglesa.

O idioma da gente paulista formou-se como resultado de duas práticas: a miscigenação de portugueses e índias e a escravização dos índios. Os primeiros europeus que aqui aportaram, sem mulheres, uniram-se às nativas e criaram os filhos juntos e misturados — as crianças usavam o tupi da mãe e o português do pai. Aos poucos, essas famílias mestiças se afastavam da cultura indígena e casavam entre si, não mais em suas aldeias de origem. Formava-se assim uma cultura mameleca, nem europeia nem indígena, com uma língua que já não era o tupi, tampouco era o



português. Era o que falavam os primeiros paulistas, os bandeirantes, que a difundiram nas bandeiras até as terras que hoje constituem o Mato Grosso e o Paraná.

In: Piauí, ed. 116, maio/2016 (com adaptações).

Depreende-se do segundo parágrafo do texto 1A9BBB que, no trecho “São elas que nos possibilitam olhar um caipira jururu à beira de um igarapé socando milho para preparar mingau”, o propósito do autor é

- A) retratar com humor o estereótipo do caipira.
- B) caracterizar hábitos alimentares e comportamentais da população paulista do Brasil colônia.
- C) ilustrar a influência da língua geral no vocabulário do português falado no Brasil.
- D) destacar a importância da língua geral como fator de inclusão social dos habitantes da zona rural, apelidados de caipiras.
- E) comprovar que o caipira é fruto da miscigenação entre índios e portugueses.

Comentários:

O pronome “Elas” se refere a diversas palavras que usamos hoje que têm origem na “língua geral”, então, em outras palavras, o segundo parágrafo nos permite concluir que autor quer indicar a contribuição dessa língua geral no vocabulário do português falado no brasil. Gabarito letra C.

86. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018)

Texto 1A10AAA

A justiça tributária está em debate. O Brasil possui um sistema tributário altamente regressivo: quem ganha até dois salários mínimos paga 49% dos seus rendimentos em tributos, enquanto quem ganha acima de trinta salários mínimos paga apenas 26%. Isso ocorre porque, na comparação internacional, se tributa excessivamente o consumo, e não o patrimônio e a renda.

A má distribuição tributária e de renda restringe o potencial econômico e social do país. Cabe ao Estado induzir uma política distributiva conforme a qual quem ganha mais pague proporcionalmente mais do que quem ganha menos e a maior parcela do orçamento seja destinada para as necessidades básicas da população.

A justiça tributária ocorre com a redução da carga tributária e da regressividade dos tributos e com sua eliminação da cesta básica. A redução da carga tributária permite maior competitividade para as empresas, geração de empregos, diminuição da inflação e indução do crescimento econômico.

Com a redução da carga tributária sobre o consumo, todos ganham: a população de baixa e média renda, pela melhora no seu poder aquisitivo; a de maior renda, pelo desenvolvimento econômico e social, que gera ganhos econômicos e financeiros, novas oportunidades e expansão da oferta de empregos.

Por outro lado, a substituição dos tributos indiretos, que atingem o fluxo econômico, por tributos que incidam sobre o estoque da riqueza tem o mérito de criar maior desenvolvimento econômico, pois gera mais consumo, produção e lucros que compensam a tributação sobre a riqueza.



O desenvolvimento econômico amplia a arrecadação pública, proporcionando maiores recursos para investimentos em políticas sociais e em infraestrutura, além de gerar maior atratividade para os investimentos nas empresas.

(Amir Kjair. Le monde diplomatique Brasil. 12.ª ed.)

Na opinião do autor do texto 1A10AAA, a carga tributária brasileira deveria ser

- A) menos progressiva.
- B) maior.
- C) menor.
- D) menos regressiva.
- E) mais indireta.

Comentários:

Segundo o autor, a carga tributária brasileira é regressiva demais (os ricos são menos tributados, em termos proporcionais, porque o consumo é tributado em excesso). Então, defende uma menor regressividade. Gabarito letra D.

87. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

No texto 1A10AAA, o autor defende a ideia de que o desenvolvimento econômico é

- A) relacionado à distribuição tributária.
- B) independente da arrecadação pública.
- C) alcançado com a elevação da tributação do consumo.
- D) inviável com a diminuição da arrecadação pública.
- E) promovido com a diminuição da arrecadação pública.

Comentários:

O autor relaciona a forma de tributação com efeitos na economia: A redução da carga tributária aumenta a competitividade das empresas, gera empregos, reduz a inflação e induz o crescimento econômico. Então, o “desenvolvimento econômico” é sim relacionado à distribuição de renda, segundo o autor.

Gabarito letra A.

88. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018)

Texto 1A10BBB

O Brasil sempre foi um país com grandes desigualdades. Marcada por diferenças sociais, econômicas e regionais, esta nação tem procurado, nos últimos anos, promover a diminuição das desigualdades que sempre a marcaram de forma profunda. A Constituição Federal de 1988 traçou diversos objetivos, entre eles, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais. Embora, infelizmente, tais metas não tenham sido atingidas, ocorreram diversos avanços, como, por exemplo, a



diminuição da mortalidade infantil e do analfabetismo; a melhoria na expectativa de vida; o aumento do número de jovens nas escolas, entre outros.

No mundo, a busca pelo tratamento igual já estava presente desde antes da Revolução Francesa, mas, a partir dela, a luta por um tratamento equânime entre as pessoas não só se tornou sinônimo de aplicação de justiça, como também passou a ser um dos aspectos de como a dignidade da pessoa humana se revela, em especial, no tratamento que o Estado reserva ao homem.

O direito à igualdade ou ao tratamento isonômico está definido como um direito fundamental, assumindo posição de destaque na sociedade moderna e invertendo a tradicional relação entre o Estado e o indivíduo, ao reconhecer que a pessoa humana tem, primeiro, direitos, e, depois, deveres perante o Estado, e que os direitos que o Estado tem em relação ao indivíduo se ordenam ao objetivo de melhor cuidar das necessidades dos seus cidadãos.

Por meio de ações corretivas dos poderes públicos e do estabelecimento de direitos relativos à assistência social, à educação, ao trabalho, ao lazer, à saúde, à cultura e ao esporte, por exemplo, procurou-se promover uma igualdade material, ou seja, o tratamento equânime de todos os seres humanos, bem como a sua equiparação no que diz respeito às possibilidades de concessão de oportunidades.

Embora a tributação tenha um papel fundamental como instrumento reformador e capaz de atuar na diminuição das desigualdades, o modo como o sistema tributário está estruturado não logra os objetivos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Há, portanto, necessidade de uma reforma para que ele se adéque às exigências de um sistema justo, com fundamento na igualdade e na capacidade contributiva, em busca de uma maior justiça social e fiscal. Nesse sentido, o imposto sobre a renda das pessoas físicas é o maior responsável por fazer avançar ou retroceder a capacidade econômica e, por consequência, a solidariedade social.

Élvio Gusmão Santos. Internet: <www.agu.gov.br> (com adaptações)

Assinale a opção que apresenta a relação entre justiça tributária e desigualdade social construída no texto 1A10BBB.

- A) Justiça tributária e desigualdade social relacionam-se de modo diretamente proporcional.
- B) A desigualdade social é uma das consequências da justiça tributária.
- C) Justiça social e desigualdade social relacionam-se de modo aleatório.
- D) Justiça tributária e desigualdade social relacionam-se de modo inversamente proporcional.
- E) A desigualdade social é um dos obstáculos à justiça social.

Comentários:

Justiça tributária e desigualdade social se relacionam de forma inversamente proporcional: quanto mais justiça tributária (distribuição equânime de renda), menor a desigualdade social. Gabarito letra D.

89. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

No texto 1A10BBB, a argumentação especificamente em defesa de uma reforma do sistema tributário brasileiro está explícita no



- A) primeiro parágrafo.
- B) segundo parágrafo.
- C) terceiro parágrafo.
- D) quarto parágrafo.
- E) último parágrafo.

Comentários:

A referência à igualdade por meio da tributação só aparece no último parágrafo, a partir de:

Embora a tributação tenha um papel fundamental como instrumento reformador e capaz de atuar na diminuição das desigualdades, o modo como o sistema tributário está estruturado não logra os objetivos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Há, portanto, necessidade de uma reforma para que ele se adéque às exigências de um sistema justo, com fundamento na igualdade e na capacidade contributiva, em busca de uma maior justiça social e fiscal. Nesse sentido, o imposto sobre a renda das pessoas físicas é o maior responsável por fazer avançar ou retroceder a capacidade econômica e, por consequência, a solidariedade social. Gabarito letra E.

90. (CEBRASPE / ABIN / AGENTE DE INTELIGÊNCIA / 2018)

Texto CB3A1AAA

A atividade de inteligência é o exercício de ações especializadas para a obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país. Inteligência e contrainteligência são os dois ramos dessa atividade. A inteligência compreende ações de obtenção de dados associadas à análise para a compreensão desses dados. A análise transforma os dados em cenário comprehensível para o entendimento do passado, do presente e para a perspectiva de como tende a se configurar o futuro. Cabe à inteligência tratar fundamentalmente da produção de conhecimentos com o objetivo específico de auxiliar o usuário a tomar decisões de maneira mais fundamentada. A contrainteligência tem como atribuições a produção de conhecimentos e a realização de ações voltadas à proteção de dados, conhecimentos, infraestruturas críticas — comunicações, transportes, tecnologias de informação — e outros ativos sensíveis e sigilosos de interesse do Estado e da sociedade. O trabalho desenvolvido pela contrainteligência tem foco na defesa contra ameaças como a espionagem, a sabotagem, o vazamento de informações e o terrorismo, patrocinadas por instituições, grupos ou governos estrangeiros.

Internet: <www.abin.gov.br> (com adaptações).

O escopo do trabalho da inteligência se confunde com o da contrainteligência, embora sejam duas facetas da atividade de inteligência.

Comentários:

Não se confundem, são diferentes. Segundo o texto, um foca na obtenção e análise de informação. Outro foca na proteção de dados sensíveis. Questão incorreta.

91. (CEBRASPE / ABIN / AGENTE DE INTELIGÊNCIA / 2018)

Texto CB3A1BBB



Na legislação interna dos países, a espionagem costuma ser juridicamente entendida como a obtenção sub-reptícia e indevida de informação sigilosa do Estado. Esse tipo de conduta é criminalizado pela legislação de cada país. O mesmo se pode dizer do vazamento, que guarda estreita relação com a espionagem e que consiste na divulgação indevida de informações por quem tem o dever legal do sigilo.

A espionagem é um dos poucos crimes na legislação brasileira que podem, em tempo de guerra, levar à pena de morte, seja o condenado nacional ou estrangeiro, civil ou militar, além de, em tempo de paz, sujeitar o militar que a pratique à indignidade para o oficialato.

Se praticada por autoridade superior, a espionagem pode configurar, além de infração penal, crime de responsabilidade, que, a despeito do nome, não tem natureza de crime em sentido técnico, mas, sim, de infração política sujeita a cassação de mandato e suspensão de direitos políticos.

Fábio de Macedo Soares Pires Condeixa. Espionagem e direito. In: Revista Brasileira de Inteligência, n.º 10, 2015, p. 25-6 (com adaptações).

O texto aponta que, embora haja consenso entre os países acerca da definição do que vem a ser espionagem, a criminalização dessa conduta não é universal, a exemplo do caso brasileiro, país onde o acusado de espionagem é sentenciado à morte apenas em situações extremas.

Comentários:

O texto, na verdade, aponta que a conduta da “espionagem” é criminalizada pela legislação de cada país, sugerindo que os países como um todo a criminalizam, de forma universal. Também não foi dito no texto que a definição de espionagem é consensual. Questão incorreta.

92. (CEBRASPE / ABIN / OFICIAL DE INTELIGÊNCIA / 2018)

Texto CB1A1AAA

A atividade de busca por dados e informações e a interpretação de seu significado, o que se conhece hoje por inteligência, sempre desempenhou um papel preponderante na história da humanidade, principalmente na política internacional, em maior ou menor grau, conforme a época.

Atualmente, como em nenhum outro período da história, crescem e se multiplicam as agências governamentais em uma complexa rede internacional à procura de ameaças veladas ou qualquer tipo de informação considerada sensível, em um jogo estratégico de poder e influência globais. E é esse processo de identificação de ameaças, a busca por informações e dados, que pretende detectar intenções dissimuladas que ocultem os mais diversos interesses, o que chamo de guerra secreta. Essa modalidade de guerra se desenvolve entre agências ou serviços secretos, em uma corrida para ver quem chega primeiro. Trata-se do mais complexo dos conflitos, pois ocorre nas sombras, nos bastidores do poder, identificando propagandas enganosas, desinformação, e celebrando acordos cujas partes sabem antecipadamente que nunca serão cumpridos. Muitas das informações levantadas por agentes secretos em ações de espionagem foram utilizadas em guerras ou mesmo serviram de pivô central para desencadear tais conflitos.

Convivemos com a guerra secreta há muito tempo, embora de forma não perceptível, e, a cada ciclo histórico, com maior intensidade.



André Luís Woloszyn. *Guerra nas sombras: os bastidores dos serviços secretos internacionais*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 7-8 (com adaptações).

Para o autor do texto, há muito tempo o mundo encontra-se em uma guerra cuja intensidade aumenta a cada ciclo histórico e cujos efeitos já estão bem divulgados.

Comentários:

Os efeitos não são bem divulgados, pois é uma guerra secreta. O autor diz expressamente “convivemos com a guerra há, muito tempo, embora de maneira não perceptível. Questão incorreta.

93. (CEBRASPE / ABIN / OFICIAL DE INTELIGÊNCIA / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Depreende-se do texto que a guerra secreta é o mais complexo dos conflitos porque é um jogo estratégico de poder, de interesses e de influência que se desenvolve em um espaço específico: nos bastidores do poder político internacional, onde governos semeiam inverdades e encenam acordos sem validade.

Comentários:

A questão reproduz o conteúdo das linhas 12-15: Trata-se do mais complexo dos conflitos, pois ocorre nas sombras, nos bastidores do poder, identificando propagandas enganosas, desinformação, e celebrando acordos cujas partes sabem antecipadamente que nunca serão cumpridos.

Essa parte “sem validade” causa muita dúvida, pois podemos entender que os acordos não valem nada porque não serão cumpridos e já nascem vazios. Porém, a banca interpretou esse “sem validade” no sentido mais jurídico, como se fosse algo ilegal, nulo, o que tornaria o item incorreto. Os acordos não são inválidos, apenas são encenados e não serão cumpridos. As leis não são cumpridas e não deixam de ser válidas, certo?

Entendo que a expressão “sem validade” prejudique o julgamento objetivo do item, pois é ambígua. Faz sentido também pensar que os acordos são “sem validade” porque são “encenados”, ou seja, não valem nada porque não serão cumpridos, não têm validade prática, efetividade. Contudo, não foi assim que a banca entendeu. Questão incorreta.

94. (CEBRASPE / PC-SE / DELEGADO / 2018)

A existência da polícia se justifica pela imprescindibilidade dessa agência de segurança para a viabilidade do poder de coerção estatal. Em outras palavras, como atestam clássicos do pensamento político, a sua ausência culminaria na impossibilidade de manutenção de relações pacificadas. Devido a seu protagonismo e sua importância na organização e garantia da reprodução das normas legais, o Estado democrático não pode abdicar dessa instituição.

Para que a atuação policial ocorra dentro dos parâmetros democráticos, é essencial que haja a implementação de um modelo de policiamento que corresponda aos preceitos constitucionais, promovendo-se o equilíbrio entre os pressupostos de liberdade e segurança.

No que tange às organizações policiais, falar em participação na segurança pública envolve, necessariamente, a discussão sobre o desenvolvimento do policiamento comunitário, o único



modelo de policiamento que define a participação social como um de seus componentes centrais. Para analisar essa participação, é preciso verificar se a ação promovida pelo modelo de policiamento comunitário é efetiva como ferramenta de controle social legítimo da atividade policial e se ela produz uma participação equânime.

Almir de Oliveira Junior (Org.) Instituições participativas no âmbito da segurança pública: programas impulsionados por instituições policiais. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 13 (com adaptações).

De acordo com o texto, a polícia atua a serviço do Estado democrático, assegurando tanto o poder de coerção como a manutenção do Estado.

Comentários:

Aqui, a banca foi muito maldosa mesmo, só poderíamos acertar essa questão se fôssemos absolutamente rígidos quanto à literalidade. O enunciado diz “de acordo com o texto”, então a banca sinalizada que queria uma análise muito literal. Bem, literalmente, em nenhum momento temos essa afirmação de que a polícia “assegura” (garante) o poder de coerção e a manutenção do Estado. Concordo que isso está implícito no texto, pois a polícia é indispensável. Contudo, a palavra “assegura”, no sentido de uma garantia certa, é muito categórica, não tem embasamento na literalidade do texto, que apenas afirma que a polícia é um dos elementos necessários, mas faz outras ressalvas, como a atuação democrática. Portanto, por mais controverso que possa parecer, o item está incorreto. Questão incorreta.

95. (CEBRASPE / PC-SE / DELEGADO / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Por ser o único modelo de policiamento que tem na participação social um de seus componentes centrais, o policiamento comunitário garante a real participação dos membros da população na segurança pública

Comentários:

É preciso ter muito cuidado com as questões do CEBRASPE, são muito capciosas. A primeira parte está correta, porém não podemos afirmar que o policiamento comunitário “GARANTE” a real participação da população. Ela apenas a prevê como elemento central, mas não há garantia. Questão incorreta.

96. (CEBRASPE / PC-SE / DELEGADO / 2018)

O Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe atende a um público específico, que frequentemente se torna vítima de diversos tipos de violência. Idosos, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes têm recebido atenção constante no DAGV, onde o atendimento ganha força e se especializa diariamente.

A unidade surgiu como delegacia especializada em setembro de 2004. Agentes e delegados de atendimento a grupos vulneráveis realizam atendimento às vítimas, centralizam procedimentos relativos a crimes contra o público vulnerável registrados em outras delegacias, abrem inquéritos e termos circunstanciados e fazem investigações de queixas.

Internet: <www.ssp.se.gov.br> (com adaptações).



De acordo com o segundo período do texto, o DAGV é um espaço destinado a alojar grupos vulneráveis, como idosos, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes, dando-lhes refúgio e proteção constante.

Comentários:

Alojar? De forma algum. O DAGV não é alojamento rs... É uma delegacia especializada que atende a certos grupos, mas não os hospeda. Questão incorreta.



LISTA DE QUESTÕES - COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / CGDF / 2023)

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negativação da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do “leão” do imposto de renda, a tão repetida expressão “carga tributária”, entre outras. Essa “demonização” do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada. Frise-se, porém, que essa imagem negativa é, às vezes, patrocinada por quem ideologicamente julga desnecessária uma tributação nas proporções em que o Estado brasileiro vem aplicando.

Nesse cenário, percebe-se, com linhas mais nítidas, um fenômeno que acompanha toda a história tributária do homem: o da oposição social aos tributos, entendida aqui não como uma predisposição “natural”, “inata” dos contribuintes, mas como todo desvio que afasta o contribuinte do cumprimento de uma obrigação tributária, não sendo naturais as causas que o levam a resistir. O contribuinte resiste diante da cobrança de uma tributação ilícita; diante da cobrança ou da instituição de um tributo por um governo ou legislador ilegítimo; diante da possibilidade de se praticar uma conduta tributária menos onerosa, tendo o contribuinte a liberdade e o direito de resistir à tributação mais severa; e, no caso dos crimes contra a ordem tributária, quando apenas há a vontade livre e consciente de cometer o crime.

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como “direito de resistência fiscal”, “objeção fiscal”, “desobediência fiscal”, “greve fiscal”, “revolta fiscal”, “rebelião fiscal”. Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de “direito de resistência” e de “resistência fiscal”, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis.

Com efeito, dado que seja gênero de múltiplas espécies, podem ser elencadas como modalidades de resistência fiscal: a) a resistência à cobrança de tributos ilícitos/inconstitucionais, que tem total amparo no princípio constitucional da legalidade tributária, tendo os contribuintes direito de resistir a essa tributação ilegal/inconstitucional; b) a resistência à cobrança ou à instituição de tributos que, mesmo amparados na lei e na Constituição Federal de 1988, são, porém, rechaçados pela sociedade, considerados ilegítimos pela população, ou rechaçados por camada social que se veja prejudicada com sua instituição; c) o crime tributário, que não passa de uma ofensa deliberada à lei; e d) a resistência lícita, na qual se opta por alternativa legal menos onerosa ou pela abstenção de conduta tributável.

A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda



realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas para a recusa ao pagamento dos tributos. Verifica-se, assim, uma razão inversamente proporcional entre o quantum democrático de um regime político e a resistência social aos tributos por ele instituídos. Assim, a democracia participativa, em superação aos modelos clássicos e insuficientes da representação ou do exercício semidireto do poder, aponta para uma “relegitimação” do Estado fiscal, na qual a sociedade passa a tomar parte de espaços de decisões políticas.

A sociedade contribuinte deve-se preocupar, portanto, no caminho a ser trilhado em direção a uma educação (para a cidadania) fiscal, não apenas com a “carga tributária”, mas com o destino das arrecadações e com os gastos públicos. Nesse sentido, já existem alguns avanços, como o da Lei n.º 12.741/2012, que obrigou, como direito básico dos consumidores, informarem-se os tributos incidentes e repassados no preço dos produtos, e os programas de educação fiscal ligados aos órgãos fiscais da União, dos estados e das capitais. Muito ainda, porém, estão alheios os cidadãos acerca do que o Estado arrecada e, mais ainda, de como gastam os governantes tais recursos, o que pode aumentar os índices de resistência fiscal na sociedade brasileira.

Isaac Rodrigues Cunha. Resistência fiscal, democracia e educação tributária: fundamentos para uma fiscalidade democrático-participativa por meio de uma “pedagogia fiscal”. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2017 (com adaptações)

Conforme se depreende da leitura do terceiro parágrafo do texto CB1A1, as expressões “resistência fiscal” e “direito de resistência” são, do ponto de vista conceitual,

- A) antitéticas.
- B) complementares.
- C) totalmente equivalentes.
- D) pontualmente inter-relacionadas.

2. (CEBRASPE / CGDF / 2023) Utilize o texto da questão anterior

Entende-se da leitura do texto CB1A1 que a “resistência fiscal” é

- A) fenômeno inexistente no Brasil.
- B) fonte de insatisfação dos cidadãos.
- C) movimento verificável em diversas sociedades ao longo da história.
- D) consequência de políticas públicas que promovem justiça social.

3. (CEBRASPE / Prefeitura de São Cristóvão - SE / 2023)



Quando está triste, coxeia. É assim desde o começo, quando deu os primeiros passos agarrado ao armário branco da casa de seus pais. Começou a andar direito e assim prosseguiu o caminho habitual dos homens, mas sempre que alguma coisa correu menos bem (uma bolacha que lhe foi recusada, uma sopa que o forçaram a sorver, um grito que ouviu a meio do dia, um beijo que lhe foi deixado em suspensão) ele perdeu a força numa das pernas. Hoje, varado de saudade da ex-mulher, caminha sozinho e coxo pelas ruas escuras da aldeia. Não se preocupa nem um pouco com a chuva que o encharca da cabeça aos pés, nem com o frio. Leva sim a mão à perna direita como quem tenta trazê-la à razão. E pela primeira vez em quarenta anos repara: a dor não vem do joelho nem do pé, nem sequer vem do osso epicôndilo medial. É o nervo ciático que lhe dói. Atravessa-lhe a perna inteira mas insiste mesmo é na coxa. A mesma sob a qual todos aqueles que lhe fizeram promessas colocaram a mão, mas logo em velocidade a retiraram. Continua então o seu caminho pela aldeia, agarrado aos muros brancos, sem grande epifania, só mais dorido que o habitual. Coxeia, porque quando está triste ele coxeia.

(Matilde Campilho. In: Flecha. São Paulo: Editora 34, 2022).

Por suas características, o texto CB1A7 se enquadra no gênero

- A) diário pessoal.
- B) reportagem.
- C) conto.
- D) biografia.

4. (CEBRASPE / CNMP / 2023)

Ao final do período de revoluções e guerras que caracterizaram a virada do século XVIII para o XIX, os recém-emancipados países da América e os antigos Estados europeus se viram diante da necessidade de criar estruturas de governo, marcando a transição do Antigo Regime ao constitucionalismo e do colonialismo à independência. Os arquitetos da nova ordem se inspiraram em fontes antigas e modernas: de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) e Políbio (c.200 a.C. – c.118 a.C.) a John Locke (1632 – 1704) e Montesquieu (1689 – 1755). Um dos principais problemas com os quais lideranças e pensadores políticos se confrontaram estava materializado em uma passagem do poeta satírico romano Juvenal (c.55 – c.127), em que se lê: “Quis custodiet ipsos custodes?”, traduzida como “Quem vigia os vigias?” ou “Quem controla os controladores?”.

“Uma coisa é teorizar sobre a separação em três poderes, como lemos em Montesquieu. Outra coisa é colocar em prática”, observa a historiadora Monica Duarte Dantas, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. “Aí surgem os problemas, porque um poder pode tentar assumir as atribuições de outro. Não era possível antever todas as questões que iriam aparecer, até porque havia assuntos que diziam respeito a mais de um poder. Na prática, era preciso definir a quem competia o quê. Essas questões emergiram rapidamente nos séculos



XVIII e XIX, quando se tentou colocar em prática a separação de poderes."

Alguém que acompanhasse os trabalhos de elaboração de textos constitucionais no início do século XIX não necessariamente apostaria que, ao final desse período, estaria consolidado um modelo de organização do Estado em que o poder se desdobraria em três partes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, conforme apresentado pelo filósofo francês Montesquieu em *O espírito das leis* (1748). Havia projetos com quatro, cinco ou até mais poderes. Na França, o filósofo político franco-suíço Benjamin Constant (1767 – 1830) imaginou meia dezena: o Judiciário, o Executivo, dois poderes representativos, correspondentes ao Legislativo — o da opinião (Câmara Baixa) e o da tradição (Câmara Alta) —, e um poder "neutro", exercido pelo monarca. O revolucionário venezuelano Simon Bolívar (1783 – 1830) chegou a formular a ideia, em 1819, de um "poder moral" que deveria cuidar, sobretudo, de educação.

As mesmas preocupações estavam na cabeça dos deputados na primeira Assembleia Constituinte do Brasil, em 1823. Até que, em novembro, o conflito de poderes se concretizou: tropas enviadas pelo imperador Dom Pedro I (1789 – 1834) dissolveram a assembleia. Em março do ano seguinte, quando o imperador outorgou a primeira Constituição brasileira, ela se afastava pouco do projeto elaborado em 1823, mas continha uma diferença crucial: os poderes eram quatro e incluíam um Moderador.

Entretanto, só em dois países esse quarto poder chegou a ser formalmente inscrito no texto constitucional, como uma instituição em separado. O Brasil, com o título 5.º da Constituição de 1824, e Portugal, em 1826, com a Carta Constitucional outorgada também por Dom Pedro — em Portugal, IV, e não I —, no breve período de seis dias em que acumulou a coroa de ambos os países. As funções do Poder Moderador, tanto na doutrina de Constant quanto na Constituição brasileira, guardam semelhanças com algumas das funções que hoje cabem às cortes supremas — no Brasil, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Trata-se de garantir que a atuação dos poderes, seja na formulação de leis, seja na administração pública ou no julgamento de casos, não se choque com as normas constitucionais.

Diego Viana. Experimentação constitucional fomentou criação de Poder Moderador.
In: Revista Pesquisa FAPESP, ago./2022 (com adaptações).

Quanto ao gênero textual, é correto classificar o texto como uma resenha, visto que sua estrutura se fundamenta na análise de outros textos.

5. (CEBRASPE / CNMP / 2023) - Utilize o texto da questão anterior

A oração "marcando a transição do Antigo Regime ao constitucionalismo e do colonialismo à independência" (primeiro período do primeiro parágrafo) expressa uma oposição à informação apresentada na oração imediatamente anterior.

6. (CEBRASPE / SEE-PE / 2023)



Com altos índices de evasão escolar, baixo engajamento e conteúdos pouco conectados à realidade dos alunos, o ensino médio já era, antes da pandemia de covid-19, a etapa mais desafiadora da educação básica. Com o fechamento das escolas e o distanciamento dos estudantes do convívio educacional, os últimos anos escolares passaram a trazer ainda mais dificuldades a serem enfrentadas — reforçadas pelas desigualdades raciais, socioeconômicas e de acesso à Internet.

Nenhuma avaliação diagnóstica precisou os prejuízos totais da pandemia para a aprendizagem dos alunos, mas há alguns estudos que ajudam a entender melhor o cenário. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) apontou que houve piora em todas as séries avaliadas. Segundo a pesquisa amostral, em matemática, o desempenho alcançado no 3.º ano do ensino médio foi de 255,3 pontos na escala de proficiência, inferior aos 261,7 obtidos pelos estudantes ao final do 9.º ano do ensino fundamental no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2019. Em língua portuguesa, os estudantes do 9.º ano apresentaram uma queda de 12 pontos, e os do 3.º ano do ensino médio, de 11 pontos.

Após o retorno presencial, estados e municípios ainda têm muito trabalho para identificar os reais prejuízos, dimensioná-los e encontrar caminhos e soluções para que professores e estudantes possam retomar a aprendizagem.

Para Suelaine Carneiro, coordenadora de educação na Geledés, organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e homens negros, “há um consenso de que não foi possível atender todos os alunos” na educação pública. “Os dados indicam um baixo número de participação dos estudantes, somado à impossibilidade de os familiares acompanharem a resolução das tarefas”, afirma. Mas não fica apenas nisso. “Em termos de aprendizagem, os dados também mostram dificuldades no que diz respeito à compreensão e à resolução das tarefas.”

De acordo com ela, a situação de alunos negros requer ainda mais atenção. “É preciso prestar atenção nessa condição: a pessoa já estava vulnerável socialmente, sem a possibilidade de realizar um isolamento dentro de casa, pois vive em uma casa pequena ou onde não há cômodos suficientes”, contextualiza Suelaine.

Agravada pela pandemia, que engrossou o número de trabalhadores desempregados, a questão econômica foi um dos grandes fatores que impactou a vida dos estudantes do ensino médio. “Temos alunos que estão trabalhando no horário de aula, dizendo que precisam ajudar a família, e aos fins de semana assistem às atividades”, relata a professora Lucenir Ferreira, da Escola Estadual Mário Davi Andreazza, em Boa Vista (RR). Lucenir conta que muitos alunos chegam a falar que não conseguem aprender nada e desabafam por sentir que a aprendizagem foi prejudicada, principalmente os que estão em processo de preparação para o vestibular.

Apesar dos desafios, Suelaine acredita que os impactos não são irreversíveis, como outros especialistas têm apontado. “Você pode recuperar dois anos se houver políticas públicas, compromisso público com a educação, de forma a desenvolver diferentes ações”, diz ela.

Internet: <novaescola.org.br> (com adaptações).



O pronome 'Você' (segundo período do último parágrafo) não faz referência a um interlocutor específico.

7. (CEBRASPE / PREF. DE FORTALEZA / 2023)

Responsabilidade fiscal combina com responsabilidade social?

Quando analistas do mercado financeiro e economistas ditos "ortodoxos" referem-se à necessidade de haver responsabilidade fiscal, parece, à primeira vista, que estão se referindo à necessidade de o Estado não realizar gastos (ou abrir mão de receitas públicas) de modo descontrolado, eleitoreiro e ineficiente, aumentando aceleradamente a dívida pública (em proporção do PIB) sem um planejamento econômico-orçamentário de médio e longo prazo. Se fosse somente isso, se fossem somente essas as suas preocupações, não haveria muita polêmica, visto que os políticos e os economistas que questionam a visão do mercado financeiro também concordam com esses parâmetros para qualificar a responsabilidade fiscal.

O problema está em alguns diagnósticos e causalidades evocados pelos economistas porta-vozes do mercado financeiro, que podemos sintetizar em duas ideias centrais.

A primeira ideia central é a de que a economia brasileira apresentaria historicamente um sério "risco fiscal", suficiente para tirar o sono daqueles que compram títulos da dívida pública. Exatamente por esse grave risco fiscal, argumenta o economista ortodoxo, é que haveria a necessidade de o Banco Central manter a taxa de juros reais nas alturas, colocando o Brasil quase sempre na posição de país com a maior taxa de juros reais no mundo. Os maiores juros reais do mundo seriam uma espécie de prêmio exigido de modo justo e justificado pelos "investidores" que emprestam seus recursos ao governo: maior risco, maior incerteza, maior prêmio — uma simples e sadia "lei do mercado".

A segunda ideia central é a de que a inflação decorreria de um excesso de demanda na economia. Não adianta apresentar dados objetivos indicando que, em muitos casos, a inflação é gerada por choques de oferta que nada têm a ver com excesso de demanda. A partir desse diagnóstico imutável (e imune aos fatos) de que a inflação — ou o risco de inflação — seria sempre um problema de excesso de demanda, os porta-vozes do mercado estão sempre cobrando do governo que colabore para a redução da demanda e modere seus gastos (exceto o gasto com os juros da dívida pública), e estão sempre cobrando do Banco Central que aumente a taxa básica de juros diante de qualquer tipo de sinal de pressão inflacionária, pois o aumento dos juros causa refluxo da demanda — demissões, queda nos investimentos — e esse refluxo da demanda combateria eficazmente a inflação.

Podemos agora formular com precisão: o mercado financeiro não vê antagonismo entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social porque, em sua visão, a primeira é sempre uma pré-condição para a segunda. Como o mercado financeiro sempre vê um risco fiscal significativo na economia brasileira, nunca estará satisfeito com o nível de responsabilidade fiscal demonstrado pelo governo, nunca achará que já estamos em condições de avançar com



segurança nas tarefas sociais e sempre tachará de “populista” ou “demagógica” qualquer alternativa que signifique abandonar esse beco sem saída ao qual o país foi condenado nas últimas décadas.

Internet: (com adaptações).

O autor analisa a relação entre responsabilidade social e responsabilidade fiscal, aderindo ao ponto de vista dos economistas ortodoxos.

8. (CEBRASPE / PREF. DE FORTALEZA / 2023) - Utilize o texto da questão anterior

De acordo com os sentidos suscitados pelo texto, os “economistas ‘ortodoxos’” e os “economistas porta-vozes do mercado financeiro” possuem perspectivas semelhantes a respeito da economia brasileira.

9. (CEBRASPE / PETROBRAS / 2022)

O uso de ferramentas certamente não requer linguagem. Chimpanzés usam galhos como ferramentas para caçar cupins, ou pedras para quebrar nozes. Obviamente, mesmo as ferramentas mais primitivas do Homo erectus (pedras lascadas) são muito mais sofisticadas que qualquer coisa usada por chimpanzés, mas ainda assim não há uma razão convincente para crer que essas pedras não pudessem ter sido produzidas sem linguagem.

O uso do advérbio “Obviamente” desempenha importante papel na argumentação apresentada no texto, realçando uma informação que já é tomada como conhecimento geral.

10. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a “Internet é terra de ninguém”. Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão fakes news, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

A palavra “Agora”, no início do último período, introduz no texto um marco temporal, correspondendo, em sentido, a Atualmente.

11. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)



Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a "Internet é terra de ninguém". Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão *fakes news*, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer "compartilhei fake news de alguém" não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer "cometi um crime contra honra" já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. *Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

No texto, predomina o tipo textual dissertativo-argumentativo.

12. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a "Internet é terra de ninguém". Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão *fakes news*, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer "compartilhei fake news de alguém" não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer "cometi um crime contra honra" já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. *Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

No texto, as frases 'compartilhei fake news de alguém' e 'cometi um crime contra honra' são consideradas equivalentes, já que o compartilhamento de fake news pode ser crime.

13. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

O texto mais célebre de *A República* é sem dúvida a Alegoria da Caverna, em que Platão, utilizando-se de linguagem alegórica, discute o processo pelo qual o ser humano pode passar da visão habitual que tem das coisas, "a visão das sombras", unidirecional, condicionada pelos hábitos e preconceitos que adquire ao longo de sua vida, até a visão do Sol, que representa a possibilidade de alcançar o conhecimento da realidade em seu sentido mais elevado e compreendê-la em sua totalidade. A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é "a causa de tudo", mas também, como diz Sócrates na conclusão dessa passagem: "Nos últimos limites do mundo inteligível, aparece-me a ideia do Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode ver sem se concluir que ela é a causa de tudo o que há de reto e de belo. Acrescento que é preciso vê-la se se quer comportar-se com sabedoria, seja na vida privada, seja na vida pública.".

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso



depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento. Tal processo culmina com a visão da forma do Bem, representada pela matéria do Sol. O sábio é aquele que atinge essa percepção. Para Platão, conhecer o Bem significa tornar-se virtuoso. Aquele que conhece a justiça não pode deixar de agir de modo justo.

Danilo Marcondes. *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jahan, 2007, p. 31 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

Considerando-se as ideias de Platão e Sócrates apresentadas no texto, é possível concluir, se se acredita que pessoas que operam sua vivência unicamente a partir de redes sociais vivem de aparências, que tais pessoas não conhecem a Verdade.

14. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a “Internet é terra de ninguém”. Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão fakes news, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. *Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

Infere-se do emprego do trecho “um estrangeirismo que mascara diversos crimes” (terceiro período) que há outros estrangeirismos que não mascaram crimes ou a eles se associam.

15. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

O texto mais célebre de *A República* é sem dúvida a Alegoria da Caverna, em que Platão, utilizando-se de linguagem alegórica, discute o processo pelo qual o ser humano pode passar da visão habitual que tem das coisas, “a visão das sombras”, unidirecional, condicionada pelos hábitos e preconceitos que adquire ao longo de sua vida, até a visão do Sol, que representa a possibilidade de alcançar o conhecimento da realidade em seu sentido mais elevado e compreendê-la em sua totalidade. A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, mas também, como diz Sócrates na conclusão dessa passagem: “Nos últimos limites do mundo inteligível, aparece-me a ideia do Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode ver sem se concluir que ela é a causa de tudo o que há de reto e de belo. Acrescento que é preciso vê-la se se quer comportar-se com sabedoria, seja na vida privada, seja na vida pública.”.



De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento. Tal processo culmina com a visão da forma do Bem, representada pela matéria do Sol. O sábio é aquele que atinge essa percepção. Para Platão, conhecer o Bem significa tornar-se virtuoso. Aquele que conhece a justiça não pode deixar de agir de modo justo.

Danilo Marcondes. *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jahan, 2007, p. 31 (com adaptações).

Em relação às ideias, aos sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item subsecutivo.

Dado o fato de o vocábulo “mas”, em sua primeira ocorrência no segundo período do primeiro parágrafo, ter sido empregado com sentidos adversativo, de oposição, os sentidos originais do texto seriam mantidos caso ele fosse substituído por porém.

16. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

O texto mais célebre de *A República* é sem dúvida a Alegoria da Caverna, em que Platão, utilizando-se de linguagem alegórica, discute o processo pelo qual o ser humano pode passar da visão habitual que tem das coisas, “a visão das sombras”, unidirecional, condicionada pelos hábitos e preconceitos que adquire ao longo de sua vida, até a visão do Sol, que representa a possibilidade de alcançar o conhecimento da realidade em seu sentido mais elevado e compreendê-la em sua totalidade. A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, mas também, como diz Sócrates na conclusão dessa passagem: “Nos últimos limites do mundo inteligível, aparece-me a ideia do Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode ver sem se concluir que ela é a causa de tudo o que há de reto e de belo. Acrescento que é preciso vê-la se se quer comportar-se com sabedoria, seja na vida privada, seja na vida pública.”.

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento. Tal processo culmina com a visão da forma do Bem, representada pela matéria do Sol. O sábio é aquele que atinge essa percepção. Para Platão, conhecer o Bem significa tornar-se virtuoso. Aquele que conhece a justiça não pode deixar de agir de modo justo.

Danilo Marcondes. *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jahan, 2007, p. 31 (com adaptações).

Em relação às ideias, aos sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item subsecutivo.

Sem prejuízo dos sentidos originais e da correção gramatical do texto, o trecho “falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado” (segundo período) poderia ser substituído por *falsa responsabilidade do que se posta ou se compartilha*.

17. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

“Desprezo o que dizes, mas defenderei até a morte o teu direito a dizê-lo.” É com essa afirmação atribuída a Voltaire, filósofo do iluminismo francês, que Nigel Warburton principia o seu



ensaio sobre liberdade de expressão. A liberdade de expressão — entendida em sentido amplo, em que se incluem a palavra escrita, as peças teatrais, os filmes, os vídeos, as fotografias, os cartuns, as pinturas, entre outros — é um direito consagrado no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. A liberdade de expressão é particularmente valiosa em uma sociedade democrática, ao ponto de haver quem sustente que, na ausência de uma ampla liberdade de expressão, nenhum governo seria de todo legítimo e não deveria ser denominado democrático. Essa é a perspectiva defendida por Ronald Dworkin, para quem "A livre expressão é uma das condições de um governo legítimo. As leis e políticas não são legítimas a menos que tenham sido adotadas por meio de um processo democrático, e um processo não é democrático se o governo 19 impediua alguém de exprimir as suas convicções acerca de quais devem ser essas leis e políticas". Desde os alvores da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

Internet: <<https://agora-m.blogs.sapo.pt>> (com adaptações).

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.

Segundo Ronald Dworkin, a ampla liberdade de expressão subjaz à existência de um governo legítimo e democrático.

18. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

A primeira celebração do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos das Nações Unidas, que ocorreu em 7 de junho de 2019, tinha como objetivo fortalecer os esforços para garantir que os alimentos que comemos sejam seguros. A cada ano, quase uma em cada dez pessoas no mundo (cerca de 600 milhões de pessoas) adocece e 420 mil morrem depois de 7 ingerir alimentos contaminados por bactérias, vírus, parasitas ou substâncias químicas. Alimentos não seguros também dificultam o desenvolvimento em muitas economias de baixa e média renda, que perdem cerca de US\$ 95 bilhões em produtividade devido a doenças, incapacidade e morte prematura de trabalhadores. 13 Nas Américas, estima-se que 77 milhões de pessoas sofram um episódio de doenças transmitidas por alimentos a cada ano — metade delas são crianças com menos de 5 anos de idade. Os dados disponíveis indicam que as doenças transmitidas por alimentos geram de US\$ 700 mil a US\$ 19 milhões em custos anuais de saúde nos países do Caribe e mais de US\$ 77 milhões nos Estados Unidos da América. Na celebração do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos de 2019, discutiu-se que a segurança dos alimentos é responsabilidade de todos. A inocuidade dos alimentos contribui para a segurança alimentar, a saúde humana, a prosperidade econômica, a agricultura, o acesso ao mercado, o turismo e o desenvolvimento sustentável.

Internet: <www.paho.org> (com adaptações).

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.

O problema dos alimentos não seguros reflete em diversos setores, como o econômico, que perde em produtividade, e o da saúde, que necessita despender altos valores na recuperação das pessoas contaminadas.



19. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020) Utilize o texto da questão anterior.

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.

Embora seja um problema mundial, a contaminação dos alimentos ocorre de forma mais severa nos países do continente americano, de acordo com o texto.

20. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Entre todos os fatores técnicos da mobilidade, um papel particularmente importante foi desempenhado pelo transporte da informação — o tipo de comunicação que não envolve o movimento de corpos físicos ou só o faz secundária e marginalmente. Desenvolveram-se, de forma consistente, meios técnicos que também permitiram à informação viajar independentemente dos seus portadores físicos — e independentemente também dos objetos sobre os quais informava: meios que libertaram os “significantes” do controle dos “significados”. A separação dos movimentos da informação em relação aos movimentos dos seus portadores e objetos permitiu, por sua vez, a diferenciação de suas velocidades; o movimento da informação ganhava velocidade num ritmo muito mais rápido que a viagem dos corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava. Afinal, o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim — no que diz respeito à informação — à própria noção de “viagem” (e de “distância” a ser percorrida), o que tornou a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática.

Zygmunt Bauman. Globalização: as consequências humanas.

Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 (com adaptações).

A “rede mundial de computadores” a que o autor se refere na linha 9 do texto corresponde à Internet.

21. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Sozinha no mundo, sem pai nem mãe, ela corria, arfava, muda, concentrada. Às vezes, na fuga, pairava ofegante num beiral de telhado e enquanto o rapaz galgava outros com dificuldade tinha tempo de se refazer por um momento. E então parecia tão livre.

Estúpida, tímida e livre. Não vitoriosa como seria um galo em fuga. Que é que havia nas suas vísceras que fazia dela um ser? A galinha é um ser. É verdade que não se poderia contar com ela para nada. Nem ela própria contava consigo, como o galo crê na sua crista. Sua única vantagem é que havia tantas galinhas que morrendo uma surgiria no mesmo instante outra tão igual como se fosse a mesma.

O trecho “enquanto o rapaz galgava outros com dificuldade” (1º parágrafo) mostra que havia uma perseguição à galinha pelos telhados da casa.

22. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020) Utilize o texto da questão anterior.



O trecho “Sua única vantagem é que havia tantas galinhas que morrendo uma surgiria no mesmo instante outra tão igual como se fora a mesma” (2º parágrafo) nos remete à ideia de que a personagem já estava certa de sua morte e substituição.

23. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Estúpida, tímida e livre. Não vitoriosa como seria um galo em fuga. Que é que havia nas suas vísceras que fazia dela um ser? A galinha é um ser.

As palavras que formam a frase “Estúpida, tímida e livre” (2º parágrafo) qualificam o ser que é o tema do texto: a galinha.

24. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais. Essa afirmação pode ser inesperada para muitos, porque tendemos a negar tanto a existência quanto a importância dos rituais na nossa vida cotidiana. Em geral, consideramos que rituais seriam eventos de sociedades históricas, da vida na corte europeia, por exemplo, ou, em outro extremo, de sociedades indígenas. Entre nós, a inclinação inicial é diminuir sua relevância. Muitas vezes comentamos “Ah, foi apenas um ritual”, querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo. Por exemplo, um discurso pode receber esse comentário se for considerado superficial em relação à expectativa de um importante comunicado. Ritual, nesse caso, é a dimensão menos importante de um evento, sinal de uma forma vazia, algo pouco sério — e, portanto, “apenas um ritual”. Agimos como se desconhecêssemos que forma e conteúdo estão sempre combinados e associamos o ritual apenas à forma, isto é, à convencionalidade, à rigidez, ao tradicionalismo. Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado. Em suma, usamos o termo ritual no dia a dia com uma conotação de fenômeno formal e arcaico.

A acepção de ritual empregada nos dois primeiros períodos do texto afasta-se, segundo a autora, do sentido corrente dessa palavra, explorado no restante do texto.

25. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020) Utilize o texto da questão anterior.

Depreende-se do trecho “Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado” (L. 11 a 12) que a autora, ao se declarar moderna, repudia o que pertence ao passado.

26. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020) Utilize texto da questão 16.

O texto defende que, em uma manifestação social, o ritual é a dimensão que mais contribui para a transmissão dos valores e conteúdos implicados nessa manifestação.

27. (CEBRASPE / TJ-PA / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2020)

Texto CG1A1-II



Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018), dados pessoais são informações que podem identificar alguém. Dentro desse conceito, foi criada uma categoria chamada de "dado sensível", que diz respeito a informações sobre origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual. Registros como esses, a partir da vigência da lei, passam a ter nível maior de proteção, para evitar formas de discriminação. Todas as atividades realizadas no país e todas as pessoas que estão no Brasil estão sujeitas à lei. A norma vale para coletas operadas em outro país, desde que estejam relacionadas a bens ou serviços ofertados a brasileiros. Mas há exceções, como a obtenção de informações pelo Estado para a segurança pública. Ao coletar um dado, as empresas deverão informar a finalidade da coleta. Se o usuário aceitar repassar suas 16 informações, o que pode acontecer, por exemplo, quando ele concorda com termos e condições de um aplicativo, as companhias passam a ter o direito de tratar os dados (respeitada a finalidade específica), desde que em conformidade com a legislação. A lei prevê uma série de obrigações, como a garantia da segurança das informações e a notificação do titular em caso de um incidente de segurança. A norma permite a reutilização dos dados por empresas ou órgãos públicos, em caso de "legítimo interesse". Por outro lado, o titular ganhou uma série de direitos. Ele pode, por exemplo, solicitar à empresa os dados que ela tem sobre ele, a quem foram repassados (em situações como a de reutilização por "legítimo interesse") e para qual finalidade. Caso os registros estejam incorretos, ele poderá cobrar a correção. Em determinados casos, o titular terá o direito de se opor a um tratamento. A lei também prevê a revisão de decisões automatizadas tomadas com base no tratamento de dados, como as notas de crédito ou os perfis de consumo.

Internet: <www.agenciabrasil.ebc.com.br> (com adaptações).

Segundo as ideias veiculadas no texto CG1A1-II,

- A) questões relativas a origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual são as que mais motivam atos de discriminação, e, por isso, os dados sensíveis devem ter maior nível de proteção.
- B) a Lei Geral de Proteção de Dados prevê obrigações tanto para as empresas que coletam os dados quanto para o titular desses dados, de forma proporcional.
- C) a norma legal é válida em caso de bens e serviços ofertados a brasileiros, independentemente do país onde a coleta dos dados pessoais for feita.
- D) o Estado é autorizado a coletar e a tratar dados pessoais de brasileiros da forma que julgar mais adequada.
- E) o Brasil é pioneiro na edição de uma lei acerca da coleta e do uso de dados sensíveis.

28. (CEBRASPE / SEFAZ-AL / AUDITOR / 2020)

É uma loja grande e escura no centro da cidade, uma quadra distante da estação de trem. Quando visito a família, entre um churrasco e outro, vou até lá para olhar as gôndolas atulhadas de baldes, bacias, chaves de fenda, garfos, colheres, facas, afiadores de vários modelos, pedras de amolar, parafusos, porcas, pregos, anzóis e varas de pescar. É uma loja grande e escura, eu dizia, no centro da cidade onde nasci, e dentro dela me sinto protegido, distante da neurose e dos problemas, sonhando com uma das vidas que não tive e me esquecendo da vida real em que me perco enquanto a atravesso e sou por ela atravessado. Tem meia dúzia de atendentes, conheço dois ou três pelo nome, e o dono do lugar é sempre simpático comigo. Sabe que gosto do seu negócio, que, se me mudasse de novo para lá, seria seu freguês. Mas também sei



que me vê como um tipo que há vinte anos vive na capital, que a essa altura é mais metropolitano que interiorano, um cara talvez meio esquisito, ou apenas ridículo, que se interessa por coisas de que não precisa, coisas das quais não entende. Da última vez gastei uma eternidade olhando uma caneca de alumínio. Não a coloquei na cesta de compras. Para ser sincero, mal consegui tocá-la. De repente minha existência pareceu absurda, e eu teria que trocar de roupa e de pele antes de usar aquela caneca industrial. Ou pelo menos pintar de outra cor as paredes da sala. Era trabalho demais, desisti. Agora tenho uma caneca imaginária — que brilha na sombra quando bebo água.

Fabrício Corsaletti. Escura. In: Perambule. São Paulo: Editora 34, 2018 (com adaptações).

No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item a seguir.

O texto evidencia o sentimento ambíguo de nostalgia e de deslocamento do autor em relação à sua cidade natal.

29. (CEBRASPE / SEFAZ-RS–Auditor Fiscal – 2019)

Texto 1A1-I

O direito tributário brasileiro depara-se com grandes desafios, principalmente em tempos de globalização e interdependência dos sistemas econômicos. Entre esses pontos de atenção, destacam-se três. O primeiro é a guerra fiscal ocasionada pelo ICMS. O principal tributo em vigor, atualmente, é estadual, o que faz contribuintes e advogados se debruçarem sobre vinte e sete diferentes legislações no país para entendê-lo. Isso se tornou um atentado contra o princípio de simplificação, contribuindo para o incremento de uma guerra fiscal entre os estados, que buscam alterar regras para conceder benefícios e isenções, a fim de atrair e facilitar a instalação de novas empresas. É, portanto, um dos instrumentos mais utilizados na disputa por investimentos, gerando, com isso, consequências negativas do ponto de vista tanto econômico quanto fiscal.

A competitividade gerada pela interdependência estadual é outro ponto. Na década de 60, a adoção do imposto sobre valor agregado (IVA) trouxe um avanço importante para a tributação indireta, permitindo a internacionalização das trocas de mercadorias com a facilitação da equivalência dos impostos sobre consumo e tributação, e diminuindo as diferenças entre países. O ICMS, adotado no país, é o único caso no mundo de imposto que, embora se pareça com o IVA, não é administrado pelo governo federal — o que dá aos estados total autonomia para administrar, cobrar e gastar os recursos dele originados. A competência estadual do ICMS gera ainda dificuldades na relação entre as vinte e sete unidades da Federação, dada a coexistência dos princípios de origem e destino nas transações comerciais interestaduais, que gera a já comentada guerra fiscal.

A harmonização com os outros sistemas tributários é outro desafio que deve ser enfrentado. É preciso integrar-se aos países do MERCOSUL, além de promover a aproximação aos padrões tributários de um mundo globalizado e desenvolvido, principalmente quando se trata de Europa. Só assim o país recuperará o poder da economia e poderá utilizar essa recuperação como condição para intensificar a integração com outros países e para participar mais ativamente da globalização.

André Pereira. Os desafios do direito tributário brasileiro. In: DCI – Diário Comércio, Indústria e Serviços. 2/mar./2017. Internet: <www.dci.com.br> (com adaptações).



Os três aspectos que representam desafios para o direito tributário brasileiro, na ordem em que aparecem no texto 1A1-I, são

- A) a alteração de regras para benefícios e isenções, a competitividade propiciada pela interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.
- B) o conflito fiscal proporcionado pelo ICMS, a competitividade produzida pela interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.
- C) a alteração de regras para benefícios e isenções, a competitividade gerada pela interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.
- D) o afinamento com outros sistemas tributários, a adoção do IVA e o conflito fiscal favorecido pelo ICMS.
- E) o conflito fiscal propiciado pelo ICMS, a competitividade gerada pela interdependência dos estados e o afinamento com outros sistemas tributários.

30. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019) *Utilize o texto da questão anterior.*

Infere-se das ideias do texto 1A1-I que o autor é contrário

- A) ao modelo tributário europeu.
- B) à aplicação do IVA em nível federal.
- C) ao sistema tributário do MERCOSUL.
- D) à competência estadual para o ICMS.
- E) aos padrões tributários do mundo globalizado.

31. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

Desde os alvores da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

No texto, sugere-se que a liberdade de expressão pode ser usada em favor da mentira e da manipulação.

32. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019)

Texto CB2A1-I

Raras vezes na história humana, o trabalho, a riqueza, o poder e o saber mudaram simultaneamente. Quando isso ocorre, sobrevêm verdadeiras descontinuidades que marcam época, pedras miliares no caminho da humanidade. A invenção das técnicas para controlar o fogo, o início da agricultura e do pastoreio na Mesopotâmia, a organização da democracia na Grécia, as grandes descobertas científicas e geográficas entre os séculos XII e XVI, o advento da sociedade industrial no século XIX, tudo isso representa saltos de época, que desorientaram gerações inteiras.



Se observarmos bem, essas ondas longas da história, como as chamava Braudel, tornaram-se cada vez mais curtas. Acabamos de nos recuperar da ultrapassagem da agricultura pela indústria, ocorrida no século XX, e, em menos de um século, um novo salto de época nos tomou de surpresa, lançando-nos na confusão. Dessa vez o salto coincidiu com a rápida passagem de uma sociedade de tipo industrial dominada pelos proprietários das fábricas manufatureiras para uma sociedade de tipo pós-industrial dominada pelos proprietários dos meios de informação.

O fórceps com o qual a recém-nascida sociedade pós-industrial foi extraída do ventre da sociedade industrial anterior é representado pelo progresso científico e tecnológico, pela globalização, pelas guerras mundiais, pelas revoluções proletárias, pelo ensino universal e pelos meios de comunicação de massa. Agindo simultaneamente, esses fenômenos produziram uma avalanche ciclópica — talvez a mais irresistível de toda a história humana — na qual nós, contemporâneos, temos o privilégio e a desventura de estar envolvidos em primeira pessoa.

Ninguém poderia ficar impassível diante de uma mudança dessa envergadura. Por isso a sensação mais difundida é a desorientação.

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito.

Domenico de Masi. Alfabeto da sociedade desorientada: para entender o nosso tempo. Trad. Silvana Cobucci e Federico Carotti. São Paulo: Objetiva, 2017, p. 93-4 (com adaptações).

Infere-se do texto que a desorientação das gerações, em épocas específicas, promove uma radical e simultânea alteração no escopo do trabalho, da riqueza, do poder e do saber humano.

33. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

De acordo com o texto, as sociedades deste século vivenciaram a substituição da agricultura e, a partir disso, passaram a se submeter ao controle dos proprietários de veículos de informação.

34. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019) Utilize o texto da anterior

Conclui-se do último parágrafo do texto que o sentimento de crise provocado pela sensação de desorientação favorece um futuro prejudicial ao próprio sujeito em crise.

35. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019)

A vida humana só viceja sob algum tipo de luz, de preferência a do sol, tão óbvia quanto essencial. Somos animais diurnos, por mais que boêmios da pá virada e vampiros em geral discordem dessa afirmativa. Poucas vezes a gente pensa nisso, do mesmo jeito que devem ser poucas as pessoas que acordam se sentindo primatas, mamíferos ou terráqueos, outros rótulos que nos cabem por força da natureza das coisas.



A humanidade continua se aperfeiçoando na arte de afastar as trevas noturnas de todo habitat humano. Luz soa para muitos como sinônimo de civilização, e pode-se observar do espaço o mapa das desigualdades econômicas mundiais desenhado na banda noturna do planeta. A parcela ocidental do hemisfério norte é, de longe, a mais iluminada.

Dispõe de tanta luz assim, porém, tem um custo ambiental muito alto, avisam os cientistas. Nos humanos, o excesso de luz urbana que se infiltra no ambiente no qual dormimos pode reduzir drasticamente os níveis de melatonina, que regula o nosso ciclo de sono-vigília.

Mesmo assim, sinto uma alegria quase infantil quando vejo se acenderem as luzes da cidade. E repito para mim mesmo a pergunta que me faço desde que me conheço por gente: quem é o responsável por acender as luzes da cidade? O mais plausível é imaginar que essa tarefa caiba a sensores fotoelétricos espalhados pelos bairros. Mas e antes dos sensores, como é que se fazia? Imagino que algum funcionário trepava na antena mais alta no topo do maior arranha-céu e, ao constatar a falência da luz solar, acionava um interruptor, e a cidade toda se iluminava.

Não consigo pensar em um cargo público mais empolgante que o desse homem. Claro que o cargo, se existia, já foi extinto, e o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas.

Reinaldo Moraes. "Luz! Mais luz". Internet: <www.nexojornal.com.br> (com adaptações).

Infere-se do primeiro parágrafo do texto que "boêmios da pá virada e vampiros" diferem biologicamente dos seres humanos em geral, os quais tendem a desempenhar a maior parte de suas atividades durante a manhã e a tarde.

36. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

É correto inferir do trecho "o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas" (l. 21 e 22) que provavelmente o funcionário responsável pelo acionamento da iluminação urbana já morreu.

37. (CEBRASPE / PGE-PE / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2019)

A própria palavra "crise" é bem mais a expressão de um movimento do espírito que de um juízo fundado em argumentos extraídos da razão ou da experiência. Não há período histórico que não tenha sido julgado, de uma parte ou de outra, como um período em crise. Ouvi falar de crise em todas as fases da minha vida: depois da Primeira Guerra Mundial, durante o fascismo e o nazismo, durante a Segunda Guerra Mundial, no pós-guerra, bem como naqueles que foram chamados de anos de chumbo. Sempre duvidei que o conceito de crise tivesse qualquer utilidade para definir uma sociedade ou uma época.

Que fique claro: não tenho nenhuma intenção de difamar ou condenar o passado para absolver o presente, nem de deplorar o presente para louvar os bons tempos antigos. Desejo apenas ajudar a que se compreenda que todo juízo excessivamente resoluto nesse campo corre o risco de parecer leviano. Certamente, existem épocas mais turbulentas e outras menos. Mas é difícil dizer se a maior turbulência depende de uma crise moral (de uma diminuição da crença em princípios fundamentais) ou de outras causas, econômicas, sociais, políticas, culturais ou até mesmo biológicas.

Norberto Bobbio. Elogio da serenidade e outros escritos morais. Trad. Marco



Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 160-1 (com adaptações).

Para o autor do texto, todo período histórico que se tornou passado se caracteriza como um período de crise moral.

38. (CEBRASPE / PGE-PE / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2019)

Como período e como crise, a época atual mostra-se, aliás, como coisa nova. Como período, as suas variáveis características instalaram-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. Trata-se, porém, de uma crise persistente dentro de um período com características duradouras, mesmo que novos contornos apareçam.

O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização e que ajuda a considerá-lo o único caminho histórico acaba, também, por impor certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em razão disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal "crise" fosse a mesma para todos e como se a receita para a afastar devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira, e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real — econômica, social, política, moral — que caracteriza o nosso tempo.

Milton Santos. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* 27.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017, p. 34-6 (com adaptações).

Infere-se do texto que, na atualidade, é imposto um comportamento hegemônico e uniforme para lidar com diferentes situações de crise no mundo.

39. (CEBRASPE / PGE-PE / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

Conclui-se do último parágrafo do texto que a verdadeira crise não será resolvida enquanto os esforços persistirem centralizados na resolução da crise financeira.

40. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019)

O modelo econômico de produção capitalista, aperfeiçoado pelos avanços científicos e tecnológicos que, por sua vez, proporcionaram a reestruturação da produção e a Terceira Revolução Industrial, retirou do trabalho seu valor, transformando o empregado em simples mercadoria inserta no processo de produção. Nesse contexto, o trabalhador se vê tolhido da principal manifestação de sua humanidade e dignidade: o trabalho. A luta dos trabalhadores, portanto, não é mais apenas por condições melhores de subsistência, mas pela própria dignidade do ser humano.

Em face desse cenário, a opinião pública passa a questionar o papel do Estado e das instituições dominantes, no sentido de buscar um consenso sobre as consequências sociais da atividade econômica. A sociedade requer das organizações uma nova configuração da atividade econômica, pautada na ética e na responsabilidade para com a sociedade e o meio ambiente, a



fim de minimizar problemas sociais como concentração de renda, precarização das relações de trabalho e falta de direitos básicos como educação, saúde e moradia, agravados, entre outros motivos, por propostas que concebem um Estado que seja parco em prestações sociais e no qual a própria sociedade se responsabilize pelos riscos de sua existência, só recorrendo ao Poder Público subsidiariamente, na impossibilidade de autossatisfação de suas necessidades.

Samia Moda Cirino. Sustentabilidade no meio ambiente de trabalho: um novo paradigma para a valorização do trabalho humano. Internet: <www.publicadireito.com.br> (com adaptações).

De acordo com o texto, o quadro de concentração de renda, de precarização das relações de trabalho e de falta de direitos básicos como educação, saúde e moradia é resultado da negligência estatal com relação às necessidades da população.

41. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

Conforme o texto, a Terceira Revolução Industrial foi o evento histórico responsável por transformar o empregado em simples mercadoria do processo de produção.

42. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019)

O desejo por igualdade em nossos dias, ensejado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, marco da modernidade, segundo Axel Honneth, advém de uma busca por autorrespeito. Para Honneth, houve uma conversão de demandas por distribuição igualitária em demandas por mais dignidade e respeito. O autor descreve o campo de ação social como o lócus marcado pela permanente luta entre os sujeitos por conservação e reconhecimento. O conflito, diz ele, força os sujeitos a se reconhecerem mutuamente e impulsiona a criação de uma rede normativa. Quer dizer, o estabelecimento da figura do sujeito de direitos constitui um mínimo necessário para a perpetuação da sociedade, porque é pelo respeito mútuo de suas pretensões legítimas que as pessoas conseguem se relacionar socialmente.

Nesse contexto, a Lei Maria da Penha teria o papel de assegurar o reconhecimento das mulheres em situação de violências (incluída a psicológica) pelo direito; afinal, é constatando as obrigações que temos diante do direito alheio que chegamos a uma compreensão de cada um(a) de nós como sujeitos de direitos. De acordo com Honneth, as demandas por direitos — como aqueles que se referem à igualdade de gênero ou relacionados à orientação sexual —, advindas de um reconhecimento anteriormente denegado, criam conflitos práticos indispensáveis para a mobilidade social.

Isadora Vier Machado. Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha. Internet: <<http://pct.capes.gov.br>> (com adaptações).

O desejo de igualdade entre os indivíduos, manifesto a partir da criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, impulsionou a busca por autorrespeito.

43. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019) Utilize o texto da questão anterior.



O texto indica que, de acordo com Axel Honneth, o conflito motiva o reconhecimento dos sujeitos de direito, o que é condição básica para a preservação da sociedade.

44. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019)

As atividades pertinentes ao trabalho relacionam-se intrinsecamente com a satisfação das necessidades dos seres humanos — alimentar-se, proteger-se do frio e do calor, ter o que calçar etc. Estas colocam os homens em uma relação de dependência com a natureza, pois no mundo natural estão os elementos que serão utilizados para atendê-las.

Se prestarmos atenção à nossa volta, perceberemos que quase tudo que vemos existe em razão de atividades do trabalho humano. Os processos de produção dos objetos que nos cercam movimentam relações diversas entre os indivíduos, assim como a organização do trabalho alterou-se bastante entre diferentes sociedades e momentos da história.

De acordo com o cientista social norte-americano Marshall Sahlins, nas sociedades tribais, o trabalho geralmente não tem a mesma concepção que vigora nas sociedades industrializadas. Naquelas, o trabalho está integrado a outras dimensões da sociabilidade — festas, ritos, artes, mitos etc. —, não representando, assim, um mundo à parte.

Nas sociedades tribais, o trabalho está em tudo, e praticamente todos trabalham. Sahlins propôs que tais sociedades fossem conhecidas como "sociedades de abundância" ou "sociedades do lazer", pelo fato de que nelas a satisfação das necessidades básicas sociais e materiais se dá plenamente.

Thiago de Mello. Trabalho. Internet: <educacao.globo.com> (com adaptações).

Conclui-se do texto que, devido à abundância de recursos, nas sociedades tribais os indivíduos não têm necessidade de separar as práticas laborais das outras atividades sociais.

45. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019)

O nome é o nosso rosto na multidão de palavras. Delineia os traços da imagem que fazem de nós, embora não do que somos (no íntimo). Alguns escondem seus donos, outros lhes põem nos olhos um azul que não possuem. Raramente coincidem, nome e pessoa. Também há rostos quase idênticos, e os nomes de quem os leva (pela vida afora) são completamente dispares, nenhuma letra se igualando a outra.

O do autor deste texto é um nome simples, apostólico, advindo do avô. No entanto, o sobrenome, pelo qual passou a ser reconhecido, é incomum. Sonoro, hispânico. Com uma combinação incomum de nome e sobrenome, difícil seria encontrar um homônimo. Mas eis que um surgiu, quando ele andava pelos vinte anos. E continua, ao seu lado, até agora — sombra amiga.

Impossível não existir aqui ou ali alguma confusão entre eles, um episódio obscuro que, logo, viria às claras com a real justificativa: esse não sou eu. Houve o caso da mulher que telefonou para ele, esmagando-o com impropérios por uma crítica feita no jornal pelo outro, sobre um célebre arquiteto, de quem ela era secretária.

João Anzanello Carrascoza. Homônimo. In: Diário das Coincidências. Ed. digital. São Paulo: Objetiva, p. 52 (com adaptações).



A afirmação de que alguns nomes põem nos olhos de seus donos “um azul que não possuem” (l.3) contradiz a ideia de que os nomes definem não as qualidades reais de cada um, mas o modo como os outros o veem.

46. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

Infere-se que o autor do texto é espanhol.

47. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A11-I

Pixis foi um músico medíocre, mas teve o seu dia de glória no distante ano de 1837.

Em um concerto em Paris, Franz Liszt tocou uma peça do (hoje) desconhecido compositor, junto com outra, do admirável, maravilhoso e extraordinário Beethoven (os adjetivos aqui podem ser verdadeiros, mas — como se verá — relativos). A plateia, formada por um público refinado, culto e um pouco bovino, como são, sempre, os homens em ajuntamentos, esperava com impaciência.

Liszt tocou Beethoven e foi calorosamente aplaudido. Depois, quando chegou a vez do obscuro e inferior Pixis, manifestou-se o desprezo coletivo. Alguns, com ouvidos mais sensíveis, depois de lerem o programa que anunciava as peças do músico menor, retiraram-se do teatro, incapazes de suportar música de má qualidade.

Como sabemos, os melômanos são impacientes com as obras de epígonos, tão céleres em reproduzir, em clave rebaixada, as novas técnicas inventadas pelos grandes artistas.

Liszt, no entanto, registraria que um erro tipográfico invertera, no programa do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...

A música de Pixis, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixis, foi enxovalhada.

Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o risco de aplaudir Pixis como se fosse Beethoven.

Charles Kiefer. O paradoxo de Pixis. In: Para ser escritor. São Paulo: Leya, 2010 (com adaptações).

Infere-se do texto 1A11-I que, na ocasião do concerto em Paris, em 1837,

- A) Pixis tocou uma composição de Beethoven como se fosse de sua autoria.
- B) Liszt equivocou-se na leitura do roteiro de composições que deveria executar.
- C) a plateia revoltou-se contra Liszt, por ele ter confundido uma composição de Pixis com uma de Beethoven.
- D) o público julgou as composições apenas com base nas designações equivocadas no programa do concerto.



E) as peças de Pixis e Beethoven foram executadas de modo tão semelhante que o público não foi capaz de distingui-las.

48. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

No texto 1A11-I, com o emprego da expressão "(hoje)" (L.2) entre parênteses, o autor

- A) destaca que Pixis é desconhecido na atualidade, mas que não o era em 1837.
- B) indica que, a partir da data do concerto, Pixis deixou de ser desconhecido.
- C) enfatiza o "dia de glória" (L.1) de Pixis.
- D) ressalta que se trata do dia do concerto de Franz Liszt.
- E) revela desprezo pela popularidade de Pixis em 1837.

49. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A3-I

A política tributária não se restringe ao objetivo de abastecer os cofres públicos, mas tem também objetivos econômicos e sociais. Se fosse aumentada a tributação sobre um produto considerado nocivo para o consumidor ou para a sociedade, o seu consumo poderia ser desestimulado. Caso a intenção fosse promover uma melhor distribuição de renda, o Estado poderia reduzir tributos incidentes sobre os produtos mais consumidos pela população de renda mais baixa e elevar os tributos sobre a renda da classe mais alta.

Por outro lado, se o Estado reduzisse a tributação de determinado setor da economia, os custos desse setor diminuiriam, o que possibilitaria a queda dos preços de seus produtos e poderia gerar um crescimento das vendas. Outro efeito viável dessa política seria o aumento do lucro das empresas, favorecendo-se, assim, a elevação dos seus investimentos — e, consequentemente, da produção — e o surgimento de novas empresas, o que provavelmente resultaria no crescimento da produção, bem como no acirramento da concorrência, com possíveis reflexos sobre os preços. Em qualquer um desses cenários, o setor seria estimulado.

Internet: <<https://politicaspublicas.almg.gov.br>> (com adaptações).

Infere-se do texto 1A3-I que a ação do Estado, com relação à política tributária, visa

- A) ao provimento de receitas e também a finalidades econômicas e sociais.
- B) à redução de tributos sobre empresas comprometidas com o desenvolvimento social.
- C) ao aumento do lucro de empresas, com impacto sobre o crescimento do país.
- D) ao estímulo do setor empresarial pela concessão de isenção do pagamento de impostos.
- E) ao crescimento da livre concorrência, com aumento dos impostos aplicados a empresas.

50. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A3-II



Entre os maiores poderes concedidos pela sociedade ao Estado, está o poder de tributar. A tributação está inserida no núcleo do contrato social estabelecido pelos cidadãos entre si para que se alcance o bem comum. Desse modo, o poder de tributar está na origem do Estado ou do ente político, a partir da qual foi possível que as pessoas deixassem de viver no que Hobbes definiu como o estado natural (ou a vida pré-política da humanidade) e passassem a constituir uma sociedade de fato, a geri-la mediante um governo, e a financiá-la, estabelecendo, assim, uma relação clara entre governante e governados.

A tributação, portanto, somente pode ser compreendida a partir da necessidade dos indivíduos de estabelecer convívio social organizado e de gerir a coisa pública mediante a concessão de poder a um soberano. Em decorrência disso, a condição necessária (mas não suficiente) para que o poder de tributar seja legítimo é que ele emane do Estado, pois qualquer imposição tributária privada seria comparável a usurpação ou roubo.

Internet: <www.receita.fazenda.gov.br> (com adaptações).

De acordo com o texto 1A3-II, o poder de tributar é uma

- A) competência conferida pelos cidadãos ao Estado, com vistas ao bem comum da sociedade.
- B) condição para a construção de uma relação hierárquica entre governantes e governados.
- C) obrigação criada pelo Estado para a sua manutenção, mas que, gradativamente, passou a gerar benefícios à sociedade.
- D) forma de submissão dos cidadãos ao Estado assemelhada a usurpação ou roubo.
- E) relação anterior à constituição do Estado e da própria sociedade.

51. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019)

Texto CB1A1-I

Candeia era quase nada. Não tinha mais que vinte casas mortas, uma igrejinha velha, um resto de praça. Algumas construções nem sequer tinham telhado; outras, invadidas pelo mato, incompletas, sem paredes. Nem o ar tinha esperança de ser vento. Era custoso acreditar que morasse alguém naquele cemitério de gigantes.

O único sinal de vida vinha de um bar aberto. Duas mesas de madeira na frente, um caminhão, um homem e uma mulher na boleia ouvindo música, entre abraços, beijos e carícias ousadas. Mais desolado e triste que Juazeiro do Norte aquele povoado, muito mais. Em Juazeiro tinha gente, a cidade era viva. E no meio daquele povo todo sempre se encontrava uma alma boa como a de sua mãe, uma moça bonita, um amigo animado. Candeia era morta.

Samuel ao menos ficou um pouco feliz por ouvir a música do caminhoneiro. Quase sorriu. O esboço de alegria durou até aparecer pela porta mal pintada de azul uma mulher assombrosa, praguejando com uma vassoura na mão e mandando desligar aquela música maldita. O caminhoneiro a chamou pelo nome:

— Cadê o café, Helenice? Deixa de praguejar, coisa-ruim!

Pela mesma porta saiu uma moça, bem jovem, com uma garrafa térmica vermelha e duas canecas. Foi e voltou com rapidez, agora trazendo dois pratos, quatro pães pequenos, duas bananas cozidas e um pote de margarina.



— Cinco reais — ordenou Helenice, com a mão na garrafa térmica. — Só come se pagar.
O homem pagou, sempre rindo da cara de Helenice, visivelmente bêbado.

Samuel invejou o caminhoneiro. Não tinha tanto dinheiro para comer naquele fim de tarde, fim de vida.

Socorro Acioli. *A cabeça do santo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 17-8 (com adaptações).

Infere-se do texto CB1A1-I que o narrador caracteriza Candeia como “quase nada” (L.1) e “morta” (L.9) devido à

- A) desesperança reinante no povoado.
- B) impressão de abandono exibida pelo povoado.
- C) inexistência de espaços de diversão no povoado.
- D) desigualdade explícita em todos os cantos do povoado.
- E) presença de pessoas mesquinhas e desgraçadas pelo povoado.

52. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019)

Texto CB1A1-II

Ainda hoje, em muitos rincões do nosso país, são encontrados administradores públicos cujas ações em muito se assemelham às de Nabucodonosor, rei do império babilônico, que, buscando satisfazer sua rainha Meda, saudosa das colinas e florestas de sua pátria, providenciou a construção de estupendos jardins suspensos. Essa excentricidade, que consumiu anos de labor e gastos incalculáveis, culminou em uma das sete maravilhas do mundo antigo.

Tal “maravilha”, que originou mais ônus do que propriamente benefícios, apresenta grande similitude com devaneios atuais em que se constata o gasto de dinheiro público com atos de motivação fútil e imoral, finalidade dissociada do interesse público e em total afronta à razoabilidade administrativa, com flagrante desproporção entre o numerário despendido e o benefício auferido pela coletividade.

Além da insensatez detectada em alguns atos de administração, constata-se a existência de situação mais grave e preocupante, a degeneração de caráter em muitos entre os que ascendem à gestão do interesse público. Essa degeneração, em alguns casos, precede a investidura; em outros, tem causas endêmicas, sendo o resultado inevitável da interação com um meio viciado.

Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves. *Improbidade administrativa*. 8.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 47 (com adaptações)

O texto CB1A1-II afirma que

- A) a integridade e a sensatez são características encontradas nos atos dos gestores públicos.
- B) a razoabilidade administrativa exige dos gestores públicos equilíbrio entre o gasto de dinheiro público e os benefícios desse gasto para a população.
- C) o desvio de dinheiro público por gestores públicos geralmente se deve a questões pessoais ou familiares.
- D) a degeneração de caráter atinge alguns gestores públicos antes mesmo de sua posse, ou quando da sua inserção em um ambiente corrupto.



E) o mau trabalho dos gestores públicos tem gerado, além de desperdício de dinheiro público, sobrecarga tributária e poucas perspectivas de vantagem para o povo.

53. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019) Utilize o texto da questão anterior.

Depreende-se do texto CB1A1-II que os jardins suspensos construídos no império do rei Nabucodonosor representavam

- A) as sete maravilhas do mundo antigo.
- B) a riqueza do império babilônico.
- C) a degeneração de caráter de Nabucodonosor.
- D) a fertilidade do bioma local.
- E) a paisagem da pátria da rainha Meda.

54. (CEBRASPE / PGE-PE-Assistente de Procuradoria – 2019)

A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de rescindí-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde moramos, quem amamos e como morremos.

À primeira vista, a modernidade parece ser um contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam compreender no que exatamente se inscreveram. É como se você tivesse baixado algum software e ele te solicitasse assinar um contrato com dezenas de páginas em "juridiquês"; você dá uma olhada nele, passa imediatamente para a última página, tica em "concordo" e esquece o assunto. Mas a modernidade, de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato interno pode ser resumido em uma única frase: humanos concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

Infere-se do texto que a modernidade impele o ser humano a tomar decisões com as quais ele não concorda.

55. (CEBRASPE / TCE-PB-Auditor de Contas Públicas – 2018)

A história é uma disciplina definida por sua capacidade de lembrar. Poucos se lembram, porém, de como ela é capaz de esquecer. Há também quem caracterize a história como uma ciência da mudança no tempo, e quase ninguém aponta sua genuína capacidade de reiteração.

A história brasileira não escapa dessas ambiguidades fundamentais: ela é feita do encadeamento de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais, mas também anda repleta de lacunas, invisibilidades e esquecimentos. Além disso, se ao longo do tempo se destacam as alterações cumulativas de fatos e ocorrências, não é difícil notar, também, a presença de problemas estruturais que permanecem como que inalterados e assim se repetem, vergonhosamente, na nossa história nacional.

Nessa lista seria possível mencionar os racismos, o feminicídio, a corrupção, a homofobia e o patrimonialismo.



Mas destaco aqui um tema que, de alguma maneira, dá conta de todos os demais: a nossa tremenda e contínua desigualdade social.

Desigualdade não é uma contingência nem um acidente qualquer, tampouco uma decorrência natural e mutável de um processo que não nos diz respeito. Ela é consequência de nossas escolhas — sociais, educacionais, políticas, culturais e institucionais —, que têm resultado em uma clara e crescente concentração dos benefícios públicos nas mãos de poucos. (...) Quando se trata de enfrentar a desigualdade, não há saída fácil ou receita de bolo. Prefiro apostar nos alertas que nós mesmos somos capazes de identificar.

Lilia Moritz Schwarcz. Desigualdade é teimosia. Internet: <www.nexojornal.com.br> (com adaptações).

No último parágrafo do texto 1A1BBB, a autora sugere que a responsabilidade pela existência da desigualdade social é de todos os indivíduos, entre eles incluído o leitor, o que é denotado pela

- A) alusão à “concentração dos benefícios públicos” (l.16).
- B) escolha do termo “apostar” (l.17) para definir sua posição quanto ao tema.
- C) utilização dos pronomes “nos” (l.14) e “nossas” (l.14).
- D) recusa a definir a desigualdade como “natural” (l.13).
- E) referência a escolhas “institucionais” (l.15).

56. (CEBRASPE / MPU / ANALISTA / 2018)

Texto CB1A1-II

Falar em desigualdade é falar também em pobreza. A reprodução social das desigualdades contribui para o aprofundamento das situações de pobreza, por isso uma estratégia de enfrentamento deve considerar a conexão entre as duas pautas.

É necessário compreender que a desigualdade se expressa em diferentes dimensões na vida das pessoas e que apenas uma minoria se beneficia com a acumulação de riqueza e de poder. No caso do Brasil, há especificidades que devem ser observadas. A história de colonização e de escravidão deixou heranças ainda presentes, que resguardam a condição desigual no acesso a bens, serviços e equipamentos públicos.

A desigualdade não é natural; ela é uma construção social. Quando a desigualdade é naturalizada, ela passa a instituir o poder da opressão social. Os mecanismos que reproduzem as desigualdades devem ser revelados de forma que se possibilite seu enfrentamento pela sociedade civil por meio da cidadania ativa, buscando-se o aprofundamento da democracia e a garantia da justiça de gênero, da igualdade racial e dos direitos humanos.

Kátia Maia. Vamos falar sobre desigualdade? Internet: <www.oxfam.org.br> (com adaptações).

No texto, a palavra minoria (l.5) refere-se aos grupos sociais marginalizados, em situação de maior vulnerabilidade social, tal qual a população das periferias, por exemplo.

57. (CEBRASPE / MPU / ANALISTA / 2018) Utilize o texto da questão anterior.



A história do Brasil é marcada por fatos cujos efeitos na sociedade até hoje contribuem para a manutenção de desigualdades.

58. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018)

Texto CB2A1-I

Se a cultura, no que tange a valores e visões de mundo, é fundamental para nossa constituição enquanto indivíduos (servindo-nos como parâmetro para nosso comportamento moral, por exemplo), limitarmo-nos a ela, desconhecendo ou depreciando as demais culturas de povos ou grupos dos quais não fazemos parte, pode nos levar a uma visão estreita das dimensões da vida humana. O etnocentrismo, dessa forma, representa uma visão de mundo que toma a cultura do outro (alheia ao observador) como algo menor, sem valor, errado, primitivo. Ou seja, a visão etnocêntrica desconsidera a lógica de funcionamento de outra cultura, o que faz o indivíduo limitar-se à visão que possui como referência cultural. A herança cultural que recebemos de nossos pais e antepassados contribui para isso, pois nos condiciona ao mesmo tempo em que nos educa.

Tomar conhecimento do outro sem aceitar sua lógica de pensamento e seus hábitos acaba por gerar uma visão etnocêntrica e preconceituosa, o que pode até mesmo se desdobrar em conflitos diretos. O etnocentrismo está, certamente, entre as principais causas da intolerância internacional e da xenofobia. Basta pensarmos nas relações entre norte-americanos e latinos imigrantes, entre franceses e os povos vindos do norte do continente africano que buscam residência em países estrangeiros, apenas como exemplos. A visão etnocêntrica caminha na contramão do processo de integração global decorrente da modernização dos meios de comunicação como a Internet, pois é sinônimo de estranheza e de falta de tolerância.

Internet: <<https://brasilescola.uol.com.br>> (com adaptações).

De acordo com o texto, a herança cultural repassada pelos pais contribui para que seus filhos desenvolvam uma visão etnocêntrica.

59. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Um dos principais desencadeadores do etnocentrismo é a xenofobia.

60. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilize o texto da questão anterior

A cultura é um fator que limita a concepção de mundo dos diferentes povos, levando-os a uma visão estreita das dimensões da vida humana.

61. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018)

Texto CB2A1-II

Em 1979, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. O tratado internacional entrou em vigor internamente no Brasil apenas em 2002.

A Convenção prevê que os Estados signatários adotem política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher, entendida como "toda distinção, exclusão ou restrição baseada no



sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”.

As medidas previstas visam garantir o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das mulheres, em igualdade de condições com os homens, além de buscar alterar os padrões socioculturais de conduta e suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição feminina.

A Convenção prevê, ainda, a adoção de ações afirmativas, a exemplo do que ocorreu no Brasil com a cota eleitoral de sexo, prevista na Lei n.º 9.504/1997 (Lei das Eleições). O dispositivo exige que as candidaturas dos partidos obedeçam, nas eleições proporcionais, ao parâmetro mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo.

Internet: <<http://justificando.cartacapital.com.br>> (com adaptações).

O texto informa que, em 2002, entrou em vigor no Brasil o primeiro dispositivo legal para eliminação da discriminação contra a mulher.

62. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Depreende-se do texto que a cota eleitoral de sexo é um dos exemplos mais prósperos de ação afirmativa implementada no Brasil, no que diz respeito à eliminação da discriminação contra a mulher.

63. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilize o texto da questão 61

As medidas a que se refere o terceiro parágrafo estão elencadas no segundo parágrafo, especialmente no trecho “toda distinção (...) outro campo” (I.5-9).

64. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilize o texto da questão 61.

Conforme o terceiro parágrafo do texto, a convenção pretende implementar medidas que acabem com a prática da prostituição e alterem os padrões de conduta da sociedade em geral com relação à mulher.

65. (CEBRASPE / PF / AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL / 2018)

Imagine uma operação de busca na selva. Sem mapas, binóculos ou apoio logístico; somente com um facão. Assim eram feitas as operações de combate à pornografia infantil pela Polícia Federal até o dia em que peritos criminais federais desenvolveram, no estado de Mato Grosso do Sul, o Nudetective.

O programa executa em minutos uma busca que poderia levar meses, encontrando todo o conteúdo pornográfico de pedofilia em computadores, pendrives, smartphones e demais mídias de armazenamento.



Para ajudar o trabalho dos peritos, existem programas que buscam os arquivos de imagem e vídeo através de sua hash ou sua assinatura digital. Logo nos primeiros testes, a detecção de imagens apresentou mais de 90% de acerto.

Para o teste, pegaram um HD com conteúdo já periciado e rodaram o programa. Conseguiram 95% de acerto em 12 minutos. Seu diferencial era não só buscar pela assinatura digital ou nomes conhecidos, mas também por novos arquivos por intermédio da leitura dos pixels presentes na imagem calibrados a uma paleta de tons de pele. Começava a revolução em termos de investigação criminal de pornografia infantil.

Além da detecção de imagens e vídeos, todo o processo de busca e obtenção de resultados é simultâneo, o que economiza tempo e dinheiro.

A licença de uso do software, que é programado em Java, é gratuita e só é disponibilizada para forças da lei e pesquisas acadêmicas. Segundo seus desenvolvedores, nunca houve o intuito de venda, pois não enxergam sentido em lucrar com algo que seja para salvar crianças. Mas, então, por que não deixá-lo disponível para todos? Somente para que não possa ser utilizado para criar formas de burlá-lo, explicam.

Desde seu lançamento, o Nudetective já foi compartilhado com Argentina, Paraguai, Suécia, Áustria, Noruega, Nova Zelândia e Portugal. Ganhou reconhecimento e premiações em congressos forenses no Brasil e no mundo.

Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

Infere-se do texto que o Nudetective foi desenvolvido especificamente para o combate à pornografia infantil.

66. (CEBRASPE / PF / AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Um dos benefícios do Nudetective para a Polícia Federal é tornar mais célere a investigação de crimes relacionados à pornografia infantil.

67. (CEBRASPE / PF / AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL / 2018) Utilize o texto da questão 65

O primeiro parágrafo do texto informa que, antes da criação do Nudetective, a Polícia Federal não dispunha de dispositivos tecnológicos para a investigação de crimes de pedofilia na Internet.

68. (CEBRASPE / PF / AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL / 2018) Utilize o texto da questão 65

De acordo com o texto, diversos países da América e da Europa compraram a licença de uso do software criado pelos policiais federais do Mato Grosso do Sul, o que demonstra o reconhecimento estrangeiro da qualidade do trabalho forense do Brasil.

69. (CEBRASPE / PF / AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL / 2018) Utilize o texto da questão 65.

Conclui-se do texto que a varredura do Nudetective é restrita a dispositivos conectados à Internet.



70. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A1-I

Peças de barro de 4.000 a.C. encontradas na Mesopotâmia são os documentos escritos mais antigos que conhecemos. E o mais antigo desses documentos faz referência aos impostos. Naquela época, além de entregar parte dos alimentos que produziam ao governo, os sumérios, um dos povos que viviam por ali, eram obrigados a passar até cinco meses por ano trabalhando para o rei.

Os mais sortudos eram empregados para realizar a colheita ou para retirar lama dos canais da cidade. Os menos afortunados entravam para o exército, com grandes chances de morrer em uma guerra. Quem era rico escapava: mandava escravos para fazer o serviço sujo. Assim que surgiu a moeda, surgiu também a ideia de substituir a contribuição braçal por dinheiro.

Era assim também no antigo Egito. As evidências indicam que, em 3.000 a.C., os faraós coletavam impostos em dinheiro ou em serviços pelo menos uma vez por ano. Ninguém era tão temido quanto os escribas, responsáveis por determinar a dívida de cada um. O controle era tão rigoroso que fiscalizavam até o consumo de óleo de cozinha nas residências, já que essa era uma substância tributada. Os impostos eram mais altos para estrangeiros, e especula-se que foi para pagar dívidas tributárias que os hebreus, por exemplo, acabaram como escravos.

O Império Romano aperfeiçoou a técnica de impor tributos a estrangeiros. Em economias pré-industriais, a terra e o trabalho são os principais ingredientes da riqueza. Por isso, a conquista de outras terras e de povos dava aos romanos acesso a mais riqueza, o que, por sua vez, permitia que conquistassem e controlassem um território ainda maior.

O censo, usado até hoje em muitos países, foi criado pelos romanos para decidir quanto deveriam cobrar de cada província. Os cálculos eram feitos com base no número de pessoas. Até hoje, a capacidade de cobrar impostos é diretamente proporcional à quantidade e à qualidade de informações disponíveis sobre os contribuintes.

Internet: <<https://super.abril.com.br>> (com adaptações).

Depreende-se das informações do texto 1A1-I que

- A) os historiadores acreditam que os hebreus se tornaram escravos em razão de suas dívidas tributárias.
- B) os impostos surgiram em 4.000 a.C. e consistiam, nessa época, em uma contribuição braçal.
- C) os romanos tinham acesso a mais riquezas à medida que conquistavam terras.
- D) o recenseamento visa, ainda hoje, ao controle do Estado sobre os bens da população.
- E) os egípcios e os sumérios passaram a cobrar dinheiro como pagamento de impostos quando surgiu a moeda.

71. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Depreende-se do texto 1A1-I que, em 4.000 a.C.,

- A) peças de barro foram descobertas na Mesopotâmia, com registro dos impostos pagos pela população da época.



- B) a moeda foi inventada, o que permitiu que o pagamento de impostos passasse a ser feito exclusivamente com dinheiro.
- C) os povos da Mesopotâmia eram obrigados a trabalhar durante quase metade do ano para o rei.
- D) ricos escolhiam trabalhar na colheita, enquanto pobres eram obrigados a se tornar soldados do exército.
- E) os alimentos produzidos pelos sumérios eram, em parte, entregues ao governo da Mesopotâmia.

72. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018) *Utilize o texto da questão 70*

O texto 1A1-I caracteriza a economia do Império Romano como

- A) pré-industrial.
- B) escravocrata.
- C) capitalista.
- D) agrícola.
- E) autossustentável.

73. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018) *Utilize o texto da questão 70*

Infere-se do texto 1A1-I que os impostos no antigo Egito eram

- A) cobrados pelos escribas.
- B) pagos anualmente.
- C) aplicados a nativos e estrangeiros.
- D) estipulados pelos faraós.
- E) revertidos em benfeitorias.

74. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A1-II

O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) é um tributo que deve ser pago todo ano pelos donos de qualquer tipo de veículo. O valor do IPVA é calculado com base no valor do veículo comprado, e sua quitação é um requisito para o licenciamento.

Do total arrecadado com cada veículo, 50% vão para o governo estadual e os outros 50%, para o município no qual o veículo tiver sido emplacado. Essa arrecadação, recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios, não é exclusivamente destinada a asfaltamento de ruas e colocação de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas pode abranger despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

Para pagar o IPVA, o proprietário de veículo recebe em sua casa um aviso de vencimento do imposto, com informações sobre o veículo, valores, datas, parcelas, formas de pagamento. Com esse documento é possível quitar o IPVA, juntamente com o seguro obrigatório, e até fazer o



licenciamento antecipado. O não pagamento do IPVA implica multa e impede a realização do licenciamento.

Internet: <<https://www.portaleducacao.com.br>> (com adaptações).

O texto 1A1-II menciona como requisito para o licenciamento de veículos automotores

- A) a quitação do veículo.
- B) o emplacamento do veículo.
- C) o recebimento do aviso de vencimento do IPVA.
- D) o pagamento integral do IPVA.
- E) a contratação do seguro obrigatório.

75. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A2-I

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, o direito à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

O direito internacional relacionado aos direitos humanos estabelece obrigações para que os governos ajam de determinadas maneiras ou se abstenham de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Desde o estabelecimento das Nações Unidas, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas.

Os direitos humanos são fundados no respeito pela dignidade e no valor de cada pessoa. São universais, ou seja, são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas. São inalienáveis — e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos —, mas podem ser limitados em situações específicas: o direito à liberdade pode ser restrinido se, após o devido processo legal, uma pessoa for julgada culpada de um crime punível com privação de liberdade.

Internet: <<https://nacoesunidas.org>> (com adaptações).

De acordo com o texto 1A2-I, os direitos humanos são direitos

- A) ilimitados.
- B) insuscetíveis de venda ou cessão.
- C) mantidos livres de qualquer influência.
- D) criados em prol de grupos sociais específicos.
- E) classificados em escalas de prioridade.

76. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A2-II



Nascida na Grécia, especificamente na cidade-Estado de Atenas, no período clássico, a palavra “democracia” é composta pelos radicais gregos *demos* e *kratos*, que significam, respectivamente, “povo” e “governo”. Em linhas gerais, a democracia é definida, desde a antiga Grécia, como “governo do povo”, ou “governo popular”, em contraposição a outras formas de governo que também remontam à Idade Antiga, como a aristocracia, a monarquia, a diarquia e a oligarquia, entre outras.

A democracia moderna, tal como a concebemos hoje, isto é, pautada em ordenamentos jurídicos e instituições políticas sólidas, que representam os três Poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo), só se tornou possível após a derrocada do Antigo Regime Absolutista, na transição do século XVIII para o século XIX. Com a Revolução Francesa e, depois, a Era Napoleônica, surgiram na Europa alguns dos alicerces do que veio a ser o nosso modelo de regime democrático: a formação de grandes centros populacionais, em virtude da Revolução Industrial; a noção de povo associada a uma nação; a soberania política da nação vinculada a esse povo, e não mais ao rei; e a instituição do voto, ou sufrágio universal, como parte do sistema representativo direto.

A democracia desenvolvida em Atenas não era considerada o melhor dos governos possíveis (como é hoje o nosso modelo de democracia), e isso por um motivo razoavelmente simples: apenas uma fração mínima dos “homens livres” integrava a vida política de Atenas. Mulheres, escravos, estrangeiros e outras categorias sociais não tinham direito de participar das deliberações da assembleia (Ekklesia). A experiência da democracia ateniense tinha como preocupação fundamental, antes de qualquer coisa, evitar a tirania — pior forma de governo para a época.

A Ekklesia, assembleia grega, era um modelo de instituição política bastante restrito. Era um “embrião” do que veio a ser a democracia representativa na sociedade de massas.

Robert A. Dahl. *Sobre a democracia*. Trad. Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 117 (com adaptações). Cláudio Fernandes. *O que é democracia?* In: Brasil Escola. Internet: <<https://brasilescola.uol.com.br>> (com adaptações).

De acordo com o texto 1A2-II, a democracia moderna é uma forma de governo

- A) derivada da oligarquia.
- B) equivalente ao absolutismo.
- C) refratária às instituições fortes.
- D) caracterizada pela representatividade popular.
- E) inviável em grupos sociais reduzidos.

77. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Da comparação entre democracia moderna e democracia grega estabelecida no texto 1A2-II infere-se que

- A) a democracia grega era mais popular que é a democracia moderna.
- B) a democracia moderna é mais imperfeita do que era a democracia grega.
- C) ambas as democracias são pertinentes em qualquer contexto histórico.
- D) ambas as democracias caracterizam-se pelo propósito de proteger a sociedade contra regimes tirânicos.



E) a democracia moderna, à semelhança da grega, baseia-se na representatividade alcançada pelo sufrágio universal.

78.(CEBRASPE / TCE-MG / CONHECIMENTOS GERAIS / 2018)

Texto CG1A1-I

No meio científico, é insuficiente — aliás, é perigoso — produzir apenas um grupo de profissionais pequeno, altamente competente e bem remunerado. Um esforço combinado que vise transmitir a todos os cidadãos a ciência — por meio de rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos, salas de aula — deve pautar-se em quatro razões principais.

Mesmo que nem sempre possilite ao cientista um bom emprego, a ciência pode ser o caminho propício para vencer a pobreza nas nações emergentes. Ela faz funcionar a economia e a civilização global.

A ciência nos alerta contra os perigos introduzidos por tecnologias que alteram o mundo, especialmente o meio ambiente de que nossas vidas dependem. Assim, a ciência providencia um sistema essencial de alerta antecipado.

A ciência nos esclarece sobre as questões mais profundas das origens, das naturezas e dos destinos — de nossa espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo. A longo prazo, a maior dádiva da ciência talvez seja nos ensinar, de um modo ainda não superado por nenhum outro empenho humano, alguma coisa sobre nosso contexto cósmico, sobre o ponto do espaço e do tempo em que estamos, e sobre quem nós somos.

Os valores da ciência e os da democracia são concordantes, em muitos casos indistinguíveis. A ciência e a democracia começaram ao mesmo tempo e no mesmo lugar: na Grécia dos séculos VI e VII a.C. A ciência confere poder a qualquer um que se der ao trabalho de aprendê-la (embora muitos tenham sido sistematicamente impedidos de adquirir esse conhecimento). Ela se nutre do livre intercâmbio de ideias. Tanto a ciência quanto a democracia encorajam opiniões não convencionais e debate vigoroso. Ambas requerem raciocínio adequado, argumentos coerentes, padrões rigorosos de evidência e honestidade.

Descobrir a gota ocasional da verdade no meio de um grande oceano de confusão e mistificação requer vigilância, dedicação e coragem. Mas, se não praticarmos esses hábitos rigorosos de pensar, não poderemos ter esperança de solucionar os problemas verdadeiramente sérios que enfrentamos.

Carl Sagan. *Ciência e esperança*. In: *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 58-9 (com adaptações).

Da leitura do texto CG1A1-I infere-se que

- A) a pobreza e o atraso das nações emergentes devem-se à falta de tecnologia.
- B) a ciência se desenvolveu devido ao advento da democracia na Grécia antiga, nos séculos VI e VII a.C.
- C) a ciência deve ser controlada por um pequeno e competente grupo de profissionais.
- D) a tecnologia, por seu largo alcance, alerta-nos contra futuros perigos.
- E) as descobertas e as formas de aprendizado da ciência devem ser amplamente divulgadas.



79. (CEBRASPE / TCE-MG / CONHECIMENTOS GERAIS / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

De acordo com o texto CG1A1-I, para a transmissão da ciência a todos os cidadãos é necessário

- A) relativizar o rigor científico diante das condições da população.
- B) encorajar as opiniões não convencionais e o debate.
- C) eliminar as possibilidades de mau emprego.
- D) afastar a aprendizagem da ciência de questões políticas.
- E) distinguir os tópicos científicos de questões da economia.

80. (CEBRASPE / TCE-MG / CONHECIMENTOS GERAIS / 2018) Utilize o texto da questão 78.

No último parágrafo do texto CG1A1-I, o autor afirma que “Descobrir a gota ocasional da verdade no meio de um grande oceano de confusão e mistificação requer vigilância, dedicação e coragem”. A afirmação “requer coragem” está baseada no argumento de que a ciência

- A) pode ser mal interpretada em nações emergentes, pobres e atrasadas.
- B) é desenvolvida no livre intercâmbio de ideias, em debates que envolvam opiniões que se opõem.
- C) pode ser perigosa se divulgar inverdades que prejudiquem a humanidade.
- D) exige métodos que se contrapõem aos valores da democracia.
- E) necessita de um grupo de profissionais altamente qualificados capaz de prevenir erros.

81. (CEBRASPE / TCE-MG / CONHECIMENTOS GERAIS / 2018) Utilize o texto da questão 78.

No texto CG1A1-I, o trecho “(embora muitos tenham sido sistematicamente impedidos de adquirir esse conhecimento)” (L. 17 a 18) está entre parênteses, como um acréscimo, para indicar que

- A) as populações dos países emergentes não conseguem alcançar o necessário padrão de rigor para o acesso ao conhecimento.
- B) muitos indivíduos são impedidos, por razões políticas e econômicas, de ter acesso ao conhecimento produzido pela ciência.
- C) a população em geral historicamente tem demonstrado que não consegue se dedicar a adquirir novos conhecimentos.
- D) os padrões de evidência, honestidade e rigor não têm sido respeitados pela ciência.
- E) o acesso dos cidadãos ao conhecimento científico está fora da alçada da política democrática.



82. (CEBRASPE / TCE-MG / CONHECIMENTOS GERAIS / 2018) Utilize o texto da questão 78.

De acordo com as ideias do texto CG1A1-I, o conhecimento acerca do contexto cósmico e do ponto do espaço e do tempo em que o ser humano está pode ser alcançado pela divulgação em grande escala da

I - ciência.

II - tecnologia.

III - democracia.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

83. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018)

Texto 1A9AAA

Estas memórias ficariam injustificavelmente incompletas se nelas eu não narrasse, ainda que de modo breve, as andanças em que me tenho largado pelo mundo na companhia de minha mulher e de meus fantasmas particulares. Desde criança fui possuído pelo demônio das viagens. Essa encantada curiosidade de conhecer alheias terras e povos visitou-me repetidamente a mocidade e a idade madura. Mesmo agora, quando já diviso a brumosa porta da casa dos setenta, um convite à viagem tem ainda o poder de incendiar-me a fantasia.

Na minha opinião, existem duas categorias principais de viajantes: os que viajam para fugir e os que viajam para buscar. Considero-me membro deste último grupo, embora em 1943, nauseado pelo ranço fascista de nosso Estado Novo, eu haja fugido com toda a família do Brasil para os Estados Unidos, onde permanecemos dois anos.

O que pretendo fazer agora é apresentar ao leitor, por assim dizer, alguns diapositivos e filmes verbais dos lugares por onde passamos e das pessoas que encontramos, tudo assim à maneira impressionista, e sem rigorosa ordem cronológica.

Usei como título deste capítulo, dedicado a minhas viagens, uma expressão popular que suponho de origem gauchesca: mundo velho sem porteira. Tenho-a ouvido desde menino, da boca de velhos parentes e amigos, de tropeiros, peões de estância, índios vagos, gente da rua... Minha própria mãe empregava-a com frequência e costumava pontuá-la com um fundo suspiro de queixa. As pessoas em geral pareciam usar essa frase para descrever um mundo que se lhes afigurava não só incomensurável como também misterioso, absurdo, sem pé nem cabeça...

Parece a mim, entretanto, que na sua origem essa exclamação manifestava apenas a certeza popular de que Deus fizera o mundo sem nenhuma porteira a fim de que nele não houvesse divisões e diferenças entre países e povos — gente rica e gente pobre, fartos e famintos, uns com terra demais, outros sem terra nenhuma. Em suma, o que o Velho queria mesmo era um mundo



que fosse de todo mundo. É neste sentido que desejo seja interpretada a frase que encabeça esta divisão do presente volume.

Quem me lê poderá objetar que basta a gente passar os olhos pelo jornal desta manhã para verificar que o mundo nunca teve tantas e tão dramáticas porteiras como em nossos dias... Mas que importa? Um dia as porteiras hão de cair, ou alguém as derrubará. "Para erguer outras ainda mais terríveis" — replicará o leitor cético. Ora, amigo, precisamos ter na vida um mínimo de otimismo e esperança para poder ir até ao fim da picada. Você não concorda? Ô mundo velho sem porteira!

Erico Veríssimo. Solo de clarineta: memórias. Porto Alegre: Globo, v. 2, 1976, p. 57-58 (com adaptações)

No texto 1A9AAA, com o emprego da expressão "mundo velho sem porteira" (L.15) para dar título a um dos capítulos de Solo de clarineta: memórias, Erico Veríssimo indica que, para ele, viajar é uma forma de

- A) conectar-se às suas raízes genealógicas, mediante a visita a lugares inacessíveis a seus antepassados.
- B) contestar, de modo pragmático, as fronteiras geopolíticas, por meio de ações materiais.
- C) experimentar uma vida de fantasia, na qual as regras cotidianas possam ser burladas.
- D) vivenciar experiências diversas e mitigar as separações entre lugares e entre indivíduos.
- E) romper com uma visão religiosa conservadora segundo a qual o mundo não deve ser adulterado pelo homem.

84. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Conclui-se do texto 1A9AAA que seu autor, no capítulo da obra de que tal texto faz parte,

- A) relata as viagens que fez durante a juventude e a idade adulta, com exceção do período de exílio nos Estados Unidos.
- B) desenvolve descrições e narrativas escritas, de caráter subjetivo, das viagens que fez acompanhado de sua esposa.
- C) apresenta fotografias e outros recursos imagéticos, a fim de cativar os leitores de seu livro de memórias.
- D) pondera sobre aspectos negativos de seu hábito contumaz de viajar, o que é denotado pela alusão a "demônio" (l.3).
- E) reflete sobre a ideia de procurar novos horizontes a fim de entender melhor o próprio passado.

85. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018)

Texto 1A9BBB

Sérgio Buarque de Holanda afirma que o processo de integração efetiva dos paulistas no mundo da língua portuguesa ocorreu, provavelmente, na primeira metade do século XVIII. Até então, a gente paulista, fossem índios, brancos ou mamelucos, não se comunicava em português, mas em uma língua de origem indígena, derivada do tupi e chamada língua brasílica, brasiliiana ou, mais comumente, geral.



No Brasil colônia, coexistiam duas versões de língua geral: a amazônica, ou *nheengatu*, ainda hoje empregada por cerca de oito mil pessoas, e a paulista, que desapareceu, não sem que deixasse marcas na toponímia do país e na língua portuguesa. São elas que nos possibilitam olhar um caipira jururu à beira de um igarapé socando milho para preparar mingau — sem os termos que migraram para o português, só veríamos um habitante da área rural, melancólico, preparando comida às margens de um riacho. Sem caipira, sem jururu, sem igarapé, sem socar e sem mingau, a cena poderia descrever uma bucólica paisagem inglesa.

O idioma da gente paulista formou-se como resultado de duas práticas: a miscigenação de portugueses e índias e a escravização dos índios. Os primeiros europeus que aqui aportaram, sem mulheres, uniram-se às nativas e criaram os filhos juntos e misturados — as crianças usavam o tupi da mãe e o português do pai. Aos poucos, essas famílias mestiças se afastavam da cultura indígena e casavam entre si, não mais em suas aldeias de origem. Formava-se assim uma cultura mameluca, nem europeia nem indígena, com uma língua que já não era o tupi, tampouco era o português. Era o que falavam os primeiros paulistas, os bandeirantes, que a difundiram nas bandeiras até as terras que hoje constituem o Mato Grosso e o Paraná.

In: Piauí, ed. 116, maio/2016 (com adaptações).

Depreende-se do segundo parágrafo do texto 1A9BBB que, no trecho “São elas que nos possibilitam olhar um caipira jururu à beira de um igarapé socando milho para preparar mingau”, o propósito do autor é

- A) retratar com humor o estereótipo do caipira.
- B) caracterizar hábitos alimentares e comportamentais da população paulista do Brasil colônia.
- C) ilustrar a influência da língua geral no vocabulário do português falado no Brasil.
- D) destacar a importância da língua geral como fator de inclusão social dos habitantes da zona rural, apelidados de caipiras.
- E) comprovar que o caipira é fruto da miscigenação entre índios e portugueses.

86. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018)

Texto 1A10AAA

A justiça tributária está em debate. O Brasil possui um sistema tributário altamente regressivo: quem ganha até dois salários mínimos paga 49% dos seus rendimentos em tributos, enquanto quem ganha acima de trinta salários mínimos paga apenas 26%. Isso ocorre porque, na comparação internacional, se tributa excessivamente o consumo, e não o patrimônio e a renda.

A má distribuição tributária e de renda restringe o potencial econômico e social do país. Cabe ao Estado induzir uma política distributiva conforme a qual quem ganha mais pague proporcionalmente mais do que quem ganha menos e a maior parcela do orçamento seja destinada para as necessidades básicas da população.

A justiça tributária ocorre com a redução da carga tributária e da regressividade dos tributos e com sua eliminação da cesta básica. A redução da carga tributária permite maior competitividade para as empresas, geração de empregos, diminuição da inflação e indução do crescimento econômico.



Com a redução da carga tributária sobre o consumo, todos ganham: a população de baixa e média renda, pela melhora no seu poder aquisitivo; a de maior renda, pelo desenvolvimento econômico e social, que gera ganhos econômicos e financeiros, novas oportunidades e expansão da oferta de empregos.

Por outro lado, a substituição dos tributos indiretos, que atingem o fluxo econômico, por tributos que incidam sobre o estoque da riqueza tem o mérito de criar maior desenvolvimento econômico, pois gera mais consumo, produção e lucros que compensam a tributação sobre a riqueza.

O desenvolvimento econômico amplia a arrecadação pública, proporcionando maiores recursos para investimentos em políticas sociais e em infraestrutura, além de gerar maior atratividade para os investimentos nas empresas.

(Amir Kjair. Le monde diplomatique Brasil. 12.ª ed.)

Na opinião do autor do texto 1A10AAA, a carga tributária brasileira deveria ser

- A) menos progressiva.
- B) maior.
- C) menor.
- D) menos regressiva.
- E) mais indireta.

87. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

No texto 1A10AAA, o autor defende a ideia de que o desenvolvimento econômico é

- A) relacionado à distribuição tributária.
- B) independente da arrecadação pública.
- C) alcançado com a elevação da tributação do consumo.
- D) inviável com a diminuição da arrecadação pública.
- E) promovido com a diminuição da arrecadação pública.

88. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018)

Texto 1A10BBB

O Brasil sempre foi um país com grandes desigualdades. Marcada por diferenças sociais, econômicas e regionais, esta nação tem procurado, nos últimos anos, promover a diminuição das desigualdades que sempre a marcaram de forma profunda. A Constituição Federal de 1988 traçou diversos objetivos, entre eles, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais. Embora, infelizmente, tais metas não tenham sido atingidas, ocorreram diversos avanços, como, por exemplo, a diminuição da mortalidade infantil e do analfabetismo; a melhoria na expectativa de vida; o aumento do número de jovens nas escolas, entre outros.



No mundo, a busca pelo tratamento igual já estava presente desde antes da Revolução Francesa, mas, a partir dela, a luta por um tratamento equânime entre as pessoas não só se tornou sinônimo de aplicação de justiça, como também passou a ser um dos aspectos de como a dignidade da pessoa humana se revela, em especial, no tratamento que o Estado reserva ao homem.

O direito à igualdade ou ao tratamento isonômico está definido como um direito fundamental, assumindo posição de destaque na sociedade moderna e invertendo a tradicional relação entre o Estado e o indivíduo, ao reconhecer que a pessoa humana tem, primeiro, direitos, e, depois, deveres perante o Estado, e que os direitos que o Estado tem em relação ao indivíduo se ordenam ao objetivo de melhor cuidar das necessidades dos seus cidadãos.

Por meio de ações corretivas dos poderes públicos e do estabelecimento de direitos relativos à assistência social, à educação, ao trabalho, ao lazer, à saúde, à cultura e ao esporte, por exemplo, procurou-se promover uma igualdade material, ou seja, o tratamento equânime de todos os seres humanos, bem como a sua equiparação no que diz respeito às possibilidades de concessão de oportunidades.

Embora a tributação tenha um papel fundamental como instrumento reformador e capaz de atuar na diminuição das desigualdades, o modo como o sistema tributário está estruturado não logra os objetivos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Há, portanto, necessidade de uma reforma para que ele se adéque às exigências de um sistema justo, com fundamento na igualdade e na capacidade contributiva, em busca de uma maior justiça social e fiscal. Nesse sentido, o imposto sobre a renda das pessoas físicas é o maior responsável por fazer avançar ou retroceder a capacidade econômica e, por consequência, a solidariedade social.

Élvio Gusmão Santos. Internet: <www.agu.gov.br> (com adaptações)

Assinale a opção que apresenta a relação entre justiça tributária e desigualdade social construída no texto 1A10BBB.

- A) Justiça tributária e desigualdade social relacionam-se de modo diretamente proporcional.
- B) A desigualdade social é uma das consequências da justiça tributária.
- C) Justiça social e desigualdade social relacionam-se de modo aleatório.
- D) Justiça tributária e desigualdade social relacionam-se de modo inversamente proporcional.
- E) A desigualdade social é um dos obstáculos à justiça social.

89. (CEBRASPE / CAGE-RS / AUDITOR FISCAL / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

No texto 1A10BBB, a argumentação especificamente em defesa de uma reforma do sistema tributário brasileiro está explícita no

- A) primeiro parágrafo.
- B) segundo parágrafo.
- C) terceiro parágrafo.
- D) quarto parágrafo.
- E) último parágrafo.



90. (CEBRASPE / ABIN / AGENTE DE INTELIGÊNCIA / 2018)

Texto CB3A1AAA

A atividade de inteligência é o exercício de ações especializadas para a obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país. Inteligência e constrainteligência são os dois ramos dessa atividade. A inteligência compreende ações de obtenção de dados associadas à análise para a compreensão desses dados. A análise transforma os dados em cenário compreensível para o entendimento do passado, do presente e para a perspectiva de como tende a se configurar o futuro. Cabe à inteligência tratar fundamentalmente da produção de conhecimentos com o objetivo específico de auxiliar o usuário a tomar decisões de maneira mais fundamentada. A constrainteligência tem como atribuições a produção de conhecimentos e a realização de ações voltadas à proteção de dados, conhecimentos, infraestruturas críticas — comunicações, transportes, tecnologias de informação — e outros ativos sensíveis e sigilosos de interesse do Estado e da sociedade. O trabalho desenvolvido pela constrainteligência tem foco na defesa contra ameaças como a espionagem, a sabotagem, o vazamento de informações e o terrorismo, patrocinadas por instituições, grupos ou governos estrangeiros.

Internet: <www.abin.gov.br> (com adaptações).

O escopo do trabalho da inteligência se confunde com o da constrainteligência, embora sejam duas facetas da atividade de inteligência.

91. (CEBRASPE / ABIN / AGENTE DE INTELIGÊNCIA / 2018)

Texto CB3A1BBB

Na legislação interna dos países, a espionagem costuma ser juridicamente entendida como a obtenção sub-reptícia e indevida de informação sigilosa do Estado. Esse tipo de conduta é criminalizado pela legislação de cada país. O mesmo se pode dizer do vazamento, que guarda estreita relação com a espionagem e que consiste na divulgação indevida de informações por quem tem o dever legal do sigilo.

A espionagem é um dos poucos crimes na legislação brasileira que podem, em tempo de guerra, levar à pena de morte, seja o condenado nacional ou estrangeiro, civil ou militar, além de, em tempo de paz, sujeitar o militar que a pratique à indignidade para o oficialato.

Se praticada por autoridade superior, a espionagem pode configurar, além de infração penal, crime de responsabilidade, que, a despeito do nome, não tem natureza de crime em sentido técnico, mas, sim, de infração política sujeita a cassação de mandato e suspensão de direitos políticos.

Fábio de Macedo Soares Pires Condeixa. *Espionagem e direito*. In: *Revista Brasileira de Inteligência*, n.º 10, 2015, p. 25-6 (com adaptações).

O texto aponta que, embora haja consenso entre os países acerca da definição do que vem a ser espionagem, a criminalização dessa conduta não é universal, a exemplo do caso brasileiro, país onde o acusado de espionagem é sentenciado à morte apenas em situações extremas.



92. (CEBRASPE / ABIN / OFICIAL DE INTELIGÊNCIA / 2018)

Texto CB1A1AAA

A atividade de busca por dados e informações e a interpretação de seu significado, o que se conhece hoje por inteligência, sempre desempenhou um papel preponderante na história da humanidade, principalmente na política internacional, em maior ou menor grau, conforme a época.

Atualmente, como em nenhum outro período da história, crescem e se multiplicam as agências governamentais em uma complexa rede internacional à procura de ameaças veladas ou qualquer tipo de informação considerada sensível, em um jogo estratégico de poder e influência globais. E é esse processo de identificação de ameaças, a busca por informações e dados, que pretende detectar intenções dissimuladas que ocultem os mais diversos interesses, o que chamo de guerra secreta. Essa modalidade de guerra se desenvolve entre agências ou serviços secretos, em uma corrida para ver quem chega primeiro. Trata-se do mais complexo dos conflitos, pois ocorre nas sombras, nos bastidores do poder, identificando propagandas enganosas, desinformação, e celebrando acordos cujas partes sabem antecipadamente que nunca serão cumpridos. Muitas das informações levantadas por agentes secretos em ações de espionagem foram utilizadas em guerras ou mesmo serviram de pivô central para desencadear tais conflitos.

Convivemos com a guerra secreta há muito tempo, embora de forma não perceptível, e, a cada ciclo histórico, com maior intensidade.

André Luís Woloszyn. *Guerra nas sombras: os bastidores dos serviços secretos internacionais*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 7-8 (com adaptações).

Para o autor do texto, há muito tempo o mundo encontra-se em uma guerra cuja intensidade aumenta a cada ciclo histórico e cujos efeitos já estão bem divulgados.

93. (CEBRASPE / ABIN / OFICIAL DE INTELIGÊNCIA / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Depreende-se do texto que a guerra secreta é o mais complexo dos conflitos porque é um jogo estratégico de poder, de interesses e de influência que se desenvolve em um espaço específico: nos bastidores do poder político internacional, onde governos semeiam inverdades e encenam acordos sem validade.

94. (CEBRASPE / PC-SE / DELEGADO / 2018)

A existência da polícia se justifica pela imprescindibilidade dessa agência de segurança para a viabilidade do poder de coerção estatal. Em outras palavras, como atestam clássicos do pensamento político, a sua ausência culminaria na impossibilidade de manutenção de relações pacificadas. Devido a seu protagonismo e sua importância na organização e garantia da reprodução das normas legais, o Estado democrático não pode abdicar dessa instituição.

Para que a atuação policial ocorra dentro dos parâmetros democráticos, é essencial que haja a implementação de um modelo de policiamento que corresponda aos preceitos constitucionais, promovendo-se o equilíbrio entre os pressupostos de liberdade e segurança.



No que tange às organizações policiais, falar em participação na segurança pública envolve, necessariamente, a discussão sobre o desenvolvimento do policiamento comunitário, o único modelo de policiamento que define a participação social como um de seus componentes centrais. Para analisar essa participação, é preciso verificar se a ação promovida pelo modelo de policiamento comunitário é efetiva como ferramenta de controle social legítimo da atividade policial e se ela produz uma participação equânime.

Almir de Oliveira Junior (Org.) Instituições participativas no âmbito da segurança pública: programas impulsionados por instituições policiais. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 13 (com adaptações).

De acordo com o texto, a polícia atua a serviço do Estado democrático, assegurando tanto o poder de coerção como a manutenção do Estado.

95. (CEBRASPE / PC-SE / DELEGADO / 2018) Utilize o texto da questão anterior.

Por ser o único modelo de policiamento que tem na participação social um de seus componentes centrais, o policiamento comunitário garante a real participação dos membros da população na segurança pública

96. (CEBRASPE / PC-SE / DELEGADO / 2018)

O Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe atende a um público específico, que frequentemente se torna vítima de diversos tipos de violência. Idosos, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes têm recebido atenção constante no DAGV, onde o atendimento ganha força e se especializa diariamente.

A unidade surgiu como delegacia especializada em setembro de 2004. Agentes e delegados de atendimento a grupos vulneráveis realizam atendimento às vítimas, centralizam procedimentos relativos a crimes contra o público vulnerável registrados em outras delegacias, abrem inquéritos e termos circunstanciados e fazem investigações de queixas.

Internet: <www.ssp.se.gov.br> (com adaptações).

De acordo com o segundo período do texto, o DAGV é um espaço destinado a alojar grupos vulneráveis, como idosos, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes, dando-lhes refúgio e proteção constante.

GABARITO

- | | | | |
|--------------|---------------|---------------|---------------|
| 1. LETRA D | 9. CORRETA | 17. CORRETA | 25. INCORRETA |
| 2. LETRA C | 10. INCORRETA | 18. CORRETA | 26. INCORRETA |
| 3. LETRA C | 11. CORRETA | 19. INCORRETA | 27. LETRA C |
| 4. INCORRETA | 12. INCORRETA | 20. CORRETA | 28. CORRETA |
| 5. INCORRETA | 13. CORRETA | 21. CORRETA | 29. LETRA E |
| 6. CORRETA | 14. CORRETA | 22. CORRETA | 30. LETRA D |
| 7. INCORRETA | 15. INCORRETA | 23. CORRETA | 31. CORRETA |
| 8. CORRETA | 16. CORRETA | 24. CORRETA | 32. INCORRETA |

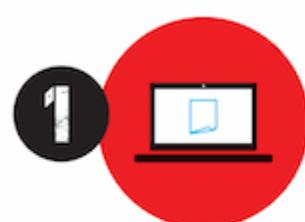


- | | |
|---------------|---------------|
| 33. INCORRETA | 67. INCORRETA |
| 34. CORRETA | 68. INCORRETA |
| 35. INCORRETA | 69. INCORRETA |
| 36. CORRETA | 70. LETRA C |
| 37. INCORRETA | 71. LETRA E |
| 38. CORRETA | 72. LETRA A |
| 39. CORRETA | 73. LETRA C |
| 40. INCORRETA | 74. LETRA D |
| 41. INCORRETA | 75. LETRA B |
| 42. INCORRETA | 76. LETRA D |
| 43. CORRETA | 77. LETRA D |
| 44. INCORRETA | 78. LETRA E |
| 45. INCORRETA | 79. LETRA B |
| 46. INCORRETA | 80. LETRA B |
| 47. LETRA D | 81. LETRA B |
| 48. LETRA A | 82. LETRA A |
| 49. LETRA A | 83. LETRA D |
| 50. LETRA A | 84. LETRA B |
| 51. LETRA B | 85. LETRA C |
| 52. LETRA D | 86. LETRA D |
| 53. LETRA E | 87. LETRA A |
| 54. INCORRETA | 88. LETRA D |
| 55. LETRA C | 89. LETRA E |
| 56. INCORRETA | 90. INCORRETA |
| 57. CORRETA | 91. INCORRETA |
| 58. CORRETA | 92. INCORRETA |
| 59. INCORRETA | 93. INCORRETA |
| 60. INCORRETA | 94. INCORRETA |
| 61. INCORRETA | 95. INCORRETA |
| 62. INCORRETA | 96. INCORRETA |
| 63. INCORRETA | |
| 64. INCORRETA | |
| 65. CORRETA | |
| 66. CORRETA | |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.